

Maria do Carmo de Lacerda Peixoto

Universidade Federal de Minas Gerais – 2002-2005
Avaliação Institucional: Conhecer para Aprimorar

Belo Horizonte
Editora UFMG
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

REITOR: Ronaldo Tadêu Pena

VICE-REITORA: Heloisa Maria Murgel Starling

EDITORA UFMG

DIRETOR: Wander Melo Miranda

VICE-DIRETORA: Silvana Cóser

CONSELHO EDITORIAL

Wander Melo Miranda (presidente)

Carlos Antônio Leite Brandão

Juarez Rocha Guimarães

Márcio Gomes Soares

Maria das Graças Santa Bárbara

Maria Helena Damasceno e Silva Megale

Paulo Sérgio Lacerda Beirão

Silvana Cóser

© 2007, Maria do Carmo de Lacerda Peixoto

© 2007, Editora UFMG

P377u Peixoto, Maria do Carmo de Lacerda
Universidade Federal de Minas Gerais – 2002-2005: avaliação institucional:
conhecer para aprimorar. [recurso eletrônico] – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
1 CD-ROM

Inclui Referências.

ISBN: 978-85-7041-642-1

1. Universidade Federal de Minas Gerais – Avaliação.

I. Universidade e faculdades. II. Título.

CDD: 378

CDU: 378

Elaborada pela Central de Controle de Qualidade da Catalogação da Biblioteca Universitária - UFMG

EDITORAÇÃO DE TEXTOS: Lilian de Oliveira e Maria do Carmo Leite Ribeiro

REVISÃO DE PROVAS: Alexandre Vasconcelos de Melo e Beatriz Trindade

CAPA e DESIGN DE MÍDIA: Robson Miranda, a partir de Projeto Gráfico

de Geraldo Magella/CEDECOM . COLABORAÇÃO: ISABEL DE OLIVEIRA

PRODUÇÃO GRÁFICA: Warren M. Santos

EDITORA UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 – Ala direita da Biblioteca Central - térreo

Campus Pampulha – 31270-901 – Belo Horizonte/MG

Tel.: (31) 3409-4650 Fax: (31) 3409-4768

editora@ufmg.br www.editora.ufmg.br

Comissão Própria de Avaliação – CPA

Docentes

Maria do Carmo de Lacerda Peixoto – presidente

Maria Cristina Lima de Castro

Paulo José Modenesi

Técnico-Administrativo:

Cláudia Graça da Fonseca/Silvana Cóser

Aluno:

Fagner Ribeiro Sena/Jorge Augusto Roque Souza/Maria Carolina Tomás

Representante da sociedade:

Carlos Roberto Jamil Cury/Mauro Guimarães Werkema

Secretária:

Patrícia Margareth Sallum

Assessoria:

Prof. Márcio Quintão Moreno

Profa. Sandra Goulart Almeida

Estagiários:

Clarissa Baumgratz

Gustavo Ferreira Barbosa

Grupo focais

Coordenadora:

Profa. Corinne Davis Rodrigues

Assistente de pesquisa:

Rodrigo Ednilson de Jesus

Estagiários:

Daniel Aguiar de Leighton Brooke

Raquel Guilherme de Lima

Questionário eletrônico

Elaboração e análise:

Prof. Geraldo Élvio Magalhães

Prof. Paulo Henrique Ozório Coelho

Prof. Ronaldo de Noronha

Felipe Nunes

Colaboração

Laboratório de Computação Científica – ICEx/UFMG

Diretoria de Divulgação e Comunicação – CEDECOM

Lista de Quadros

1 - Relação candidato/vaga nos vestibulares da UFMG – 2002-2005	125
2 - Relação candidato/vaga nos processos seletivos das Instituições de Ensino Superior de Minas Gerais, por categoria administrativa – 2002-2004	126
3 - Evolução das vagas oferecidas por vestibular e as graduações dos cursos da UFMG – 2002-2005	131
4 - Conceitos obtidos pelos cursos da UFMG que fizeram o Exame Nacional de Cursos – 1999-2003	147
5 - Conceitos obtidos pelos cursos da UFMG na Avaliação das Condições de Ensino – 1999-2004	152
6 - Periódicos editados na UFMG em 2002	198
7 - Avaliação da CAPES: biênio 1996-1997; triênios 1998-2000 e 2001-2004	261
8 - Evolução dos indicadores de desempenho da UFMG – 2002-2005	319
9 - Estrutura física da UFMG	352
10 - Aquisição de acervo bibliográfico pela Biblioteca Universitária – 2002-2005	396
11 - Aquisição de periódicos nacionais pela Biblioteca Universitária – 2002-2005	397
12 - Proporção entre acervo bibliográfico e alunos, por unidade acadêmica, em 2004	398
13 - Evolução dos indicadores de desempenho da UFMG – 2002-2005	432
14 - Evolução dos recursos do Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico – 2001-2005	446
15 - Recursos do Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico – 2000-2004	472
16 - Aplicação dos recursos do Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico – 2001	475
17 - Aplicação dos recursos do Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico – 2002	476
18 - Aplicação dos recursos do Fundo de Apoio Acadêmico – 2003	477
19 - Aplicação dos recursos do Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico – 2004	478
20 - Evolução dos recursos do Fundo Fundep de Apoio Institucional – 2000-2004	479

Lista de Tabelas

1 - Matrículas de ingressantes nos cursos de graduação segundo a forma de ingresso – 2002-2005	119
2 - Crescimento percentual do número de vagas na UFMG, por turno – 2000-2005	122
3 - Média dos alunos matriculados nos cursos de graduação da UFMG, no 1º e no 2º semestres, por sexo – 2002-2005	127
4 - Graduações nos cursos da UFMG, no 1º e no 2º semestres, por sexo – 2002-2005	129
5 - Bolsas acadêmicas da graduação: solicitações e concessões – 2002-2005	141
6 - Média obtida pelos alunos dos cursos oferecidos nos turnos diurno e noturno, em todos os exames de curso de que participaram – 1997-2002	149
7 - Médias da avaliação de alguns itens dos recursos pedagógicos e da qualidade de ensino da UFMG, pelos estudantes que fizeram o ENADE em 2004	159
8 - Incremento da produção científica na UFMG – 2001-2004	168
9 - Distribuição de recursos para o Programa de Apoio para a Pesquisa dos Recém-Doutores – 1996-2004	189
10 - Número de projetos submetidos e aprovados do Programa de Apoio para Pesquisa dos Recém-Doutores, por áreas do conhecimento – 1999 e 2004	191
11 - Distribuição dos recursos do Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico para o Programa de Apoio a Recém-Doutores – 1999 e 2004	192
12 - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica	208
13 - Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica – PROBIC/FAPEMIG	209
14 - Distribuição dos resumos de iniciação científica da grande área: Ciências Agrárias e Biológicas e Saúde, apresentados na Semana do Conhecimento de 2005	212
15 - Distribuição dos resumos de iniciação científica da grande área: Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, apresentados na Semana do Conhecimento de 2005	213
16 - Distribuição dos resumos de iniciação científica da grande área: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Lingüística, Letras e Artes, apresentados na Semana do Conhecimento de 2005	214
17 - Projetos de iniciação científica por subárea e por categorias (subáreas de: Ciências Agrárias e Biológicas, Ciências da Saúde), apresentados em 2005	215
18 - Projetos de iniciação científica por subárea e por categorias (subáreas de Ciências Exatas, Geociências, Engenharias), apresentados em 2005	217
19 - Projetos de iniciação científica por subáreas e por categorias (subáreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Lingüística, Letras e Artes), apresentados em 2005	218
20 - Ações de extensão realizadas pela UFMG – 2002-2005	229
21 - Programas de extensão realizados pela UFMG – 2002-2004	230
22 - Projetos de extensão realizados pela UFMG (vinculados ou não a programas) 2002-2004	232
23 - Cursos de extensão realizados pela UFMG – 2002-2004	234
24 - Número de bolsistas de extensão – 2002-2005	237
25 - Percentual de bolsas de extensão concedidas por área do conhecimento – 2002-2005	238
26 - Eventos realizados pela UFMG, – 2002-2004	239
27 - Prestação de serviços: número por área do conhecimento – 2002-2004	241
28 - Prestação de serviços: público atendido por área do conhecimento – 2002-2004	243
29 - Evolução do corpo discente da pós-graduação da UFMG – 2002-2005	265
30 - Recursos recebidos da CAPES – 2002-2005	268
31 - Evolução das bolsas de estudo concedidas à UFMG – 2002-2005	269
32 - Número de alunos bolsistas/voluntários em atuação no CEDECOM, por curso – 2002-2005	278
33 - Distribuição do número de atendimentos do Serviço de Atenção à Saúde do Trabalhador – SAST – 2004-2005, nos campi Saúde e Pampulha	299
34 - Perfil do corpo docente da UFMG – 2000-2004	303
35 - Evolução da qualificação do pessoal docente, percentuais – 2000-2004	306
36 - Evolução da qualificação do pessoal técnico-administrativo segundo grupos funcionais – 2000-2004	312

37 - Distribuição do pessoal técnico-administrativo por sexo e grau de escolaridade – 2000-2004	314
38 - Levantamento quali/quantitativo dos resíduos gerados nas unidades acadêmicas da UFMG, média diária em kg, ano de 2005	380
39 - Rede de computadores da UFMG conforme uso – 2001-2004	405
40 - Rede de computadores da UFMG conforme acesso à internet – 2001-2004	406
41 - Rede de computadores da UFMG, acréscimo anual, por tipo – 2001-2004	406
42 - Médias da avaliação de alguns itens da infra-estrutura da UFMG, feita pelos estudantes da UFMG que fizeram o ENADE em 2004	412
43 - Programa de isenção da taxa do vestibular da UFMG; seleção para ingresso nos anos de 2003 a 2006	427
44 - Vagas oferecidas, distribuição por turnos e relação candidato/vaga – 2002-2006	429
45 - Evolução da despesa realizada (2002 a 2005) por grupos de elementos de gasto em valores reais (corrigidos pelo IGPDÍ – Dez. 2005 = 1,00)	439
46 - Recursos recebidos para a pesquisa da UFMG – 2002-2005	448
47 - Principais fontes de recursos para pesquisa recebidos pela UFMG (em US\$)	449
48 - Recursos recebidos dos maiores financiadores da pesquisa, em relação ao total recebido (em US\$) – 2002-2005	450
49 - Números da assistência prestada pelo Hospital das Clínicas – anos 2003 e 2005	465
50 - Alunos de graduação no Hospital das Clínicas, por curso – ano de 2004	467
51 - Matrículas e conclusões nos cursos da educação básica e profissional da UFMG – 2003-2005	482

Lista de Figuras

1 - Média dos resultados do ENADE em dez universidades federais	155
2 - Média das notas dos ingressantes, da UFMG e do Brasil, no componente específico	156
3 - Média das notas dos concluintes, da UFMG e do Brasil, no componente específico	157
4 - Evolução da produção científica da UFMG – 1994-2004	169
5 - Universidades que tiveram os percentuais mais elevados de participação nos recursos de fomento à pesquisa, concedidos pelo CNPq – 1998-2003	171
6 - Recursos de fomento à pesquisa do CNPq recebidos pela UFMG – 1998-2003	173
7 - Pedidos de patentes com titularidade na UFMG – 1995-2005	179
8 - Comparação entre pesquisadores agraciados e não-agraciados com recursos do Programa Recém-Doutor, em relação à bolsa de produtividade em pesquisa	194
9 - Comparação da produção científica publicada dos pesquisadores agraciados e não-agraciados com recursos do Programa de Apoio a Recém-Doutores	195
10 - Recursos liberados para o Programa Auxílio para Participação em Congressos	222
11 - Atividades de prestação de serviços por grupos e público atingido – 2002-2004	245
12 - Demonstrativo do espaço ocupado pela UFMG na mídia, em centímetros quadrados – junho de 2002 a outubro de 2005	284
13 - Corpo docente da UFMG segundo titulação e área do conhecimento – ano de 2004	307
14 - Corpo docente da UFMG: evolução das admissões e aposentadorias – 2000-2004	309
15 - Corpo técnico-administrativo da UFMG: evolução das admissões e aposentadorias – 2000-2004	317
16 - Organograma da UFMG	334
17 - Participação das diferentes fontes nos gastos de custeio e capital da UFMG	441

Sumário

Apresentação	20
Resumo Executivo	22
Introdução	91
Auto-avaliação: procedimentos metodológicos	97
A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional	99
A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluindo os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa e as demais modalidades	116
Ensino de graduação	116
Pesquisa	166
Extensão	226
Ensino de pós-graduação	257
A responsabilidade social da UFMG: inclusão social, desenvolvimento econômico e social, defesa do meio ambiente, memória cultural da produção artística e do patrimônio cultural	272
A comunicação com a sociedade	275
As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo: aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e condições de trabalho	296
Organização e gestão da Instituição: funcionamento e representatividade dos colegiados, independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação da comunidade universitária nos processos decisórios	335
Infra-estrutura física: ensino e pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação	350
Planejamento e avaliação: processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional	416
Políticas de atendimento a estudantes e egressos	425
Sustentabilidade financeira: significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior	438
Outras dimensões relevantes da atuação da UFMG	453
Cultura	453
Editora UFMG	462
Hospital das Clínicas	465
Os Fundos FUNDEP	470
Educação básica e profissional	480
Museus	483
Anexo I - Auto-avaliação parcial da Universidade Federal de Minas Gerais com a utilização de grupos focais	492
Objetivo	495
Metodologia	495
Descrição geral	495
Amostra e composição dos grupos focais	498
Recrutamento de participantes	503
Composição final dos grupos	508
Estrutura de roteiro	517
Técnicas de análise dos dados	524
Resultados	526
Ensino	527
Pesquisa	541
Extensão	554
Comunicação	566
Condições de trabalho	573
Organização e gestão	581
Infra-estrutura	593

Considerações finais	603
Avaliação geral da Instituição	603
Limitações e conclusões	607
Apêndice 1 – Instrumentos utilizados na divulgação dos grupos focais	611
Carta de convite dos discentes	611
Carta de convite dos docentes	615
Carta de convite dos funcionários	619
Cartaz da pesquisa de auto-avaliação	623
Apêndice 2 – Roteiros para a realização dos grupos focais	626
Roteiro do grupo focal dos docentes	631
Roteiro do grupo focal dos funcionários	637
Roteiro de entrevista dos docentes	642
Apêndice 3 – Estrutura de codificação	645
1) Estrutura de codificação das informações demográficas	645
2) Estrutura de codificação temática	649
Anexo II - Auto-avaliação institucional por meio de questionário eletrônico - Relatório final	653
Introdução	654
Objetivo	655
Metodologia	657
Relatório de dados	658
Os grupos de indivíduos e suas opiniões	700
Apêndice 1 – Gráficos de distribuição de frequências das respostas sobre alguns aspectos relativos à UFMG	726
Apêndice 2 – Questionário disponibilizado na internet	737

Apresentação

A primeira experiência de auto-avaliação institucional, realizada pela UFMG no âmbito do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, e ora apresentada, revela o retrato de uma instituição que, octogenária, mostra-se vitalizada e dinâmica. Aqueles que já a conhecem, por nela trabalhar ou estudar, poderão (re)conhecê-la e, ao mesmo tempo, deparar-se com aspectos ainda não percebidos, difíceis de serem captados na atribulação e na fragmentação do dia-a-dia. Os que ainda não a conhecem terão a oportunidade de descobrir as diferentes facetas de uma instituição madura, porém jovem de espírito; complexa e pesada, mas também convidativa e generosa na recepção às novas gerações e na distribuição de seus frutos.

O retrato traçado revela uma instituição comprometida com seu tempo e engajada na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Também aponta fragilidades a serem sanadas, rumos a serem corrigidos, e desafios a serem enfrentados para prosseguir na direção que vem sendo construída pelo conjunto de seus membros.

Os resultados ora apresentados aportam contribuições importantes para o contínuo aperfeiçoamento institucional, e norteiam rumos e correções a serem empreendidos. Por ser esta avaliação a primeira, pretende-se que lance as bases para a implantação de um processo permanente e sistemático, imprescindível a toda organização que tenha em seus propósitos a ambição de perenizar-se. Permanência que depende da sua capacidade de manter vivas e pulsantes as forças que a constituem, afastando qualquer perigo de esclerosamento.

O processo de produção do conteúdo aqui analisado contou com a participação de todos os segmentos que constituem a UFMG. Para levar a cabo esta avaliação foi composta comissão formada também por membros desses segmentos, aos quais se reuniram representantes da sociedade civil. A todos, agradeço como coordenadora da comissão.

Aos leitores, convidamos a entrar em contato com as análises aqui contidas e a descobrir, por si mesmos, o que em rápidos traços foi destacado nesta apresentação.

Maria do Carmo de Lacerda Peixoto

Resumo Executivo

A Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG é uma instituição pública federal, com dois campi em Belo Horizonte e um terceiro em Montes Claros, no norte do estado. Há mais de 20 anos registra experiências pioneiras de processos internos de avaliação, que a distinguem no conjunto das instituições de educação superior brasileiras.

No início dos anos de 1990, a partir da avaliação de procedimentos acadêmicos específicos do ensino de graduação, a UFMG adotou a iniciativa de aproveitamento semestral de todas as vagas ociosas por meio de processos de transferência e de admissão de graduados. Aderiu e implantou, também, o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB, que produziu importantes impactos sobre o ensino de graduação, e levou à constituição da Comissão Permanente de Avaliação do Ensino de Graduação. Foram implantadas as avaliações das disciplinas pelos discentes, realizados estudos sobre temas como a evasão e a seletividade social no acesso aos cursos de graduação. Realizaram-se, ainda, avaliações externas de todos os 37 cursos de graduação que, no final da década, já tinham turmas graduadas.

A Diretoria de Avaliação Institucional foi criada pela gestão da Reitoria do período 2002-2006, iniciativa que iria levar, no médio prazo, à realização de um processo de auto-avaliação da Instituição associado à avaliação externa. A aprovação da lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES, no entanto, tornou urgente a promoção de um rearranjo nas prioridades então estabelecidas.

À aprovação da mencionada lei seguiu-se a edição de diretrizes específicas quanto aos procedimentos de avaliação da educação superior, e de um roteiro indicativo das dimensões a serem avaliadas. Ambos, sem dúvida, são importantes instrumentos no que concerne ao fornecimento de orientações gerais, num processo que envolve um volume considerável de instituições de ensino superior. A necessidade de adaptação das instituições de ensino superior a essas diretrizes levou a CPA da UFMG a prescindir da construção de um projeto conforme critérios e prazos próprios.

A metodologia de trabalho adotada pela CPA constou de uma etapa inicial de análise do roteiro elaborado pela CONAES/ MEC, buscando especificar os procedimentos a serem adotados com o objetivo de atender às diversas dimensões. Isto se deu, devido à grande diversidade de documentos e dados a serem pesquisados e à necessidade de realização de algum estudo mais aprofundado a partir dessas informações. Adicionalmente, foram definidos três procedimentos a serem realizados, destinados a ampliar a visibilidade proporcionada pelos dados documentais. Dois deles foram voltados para a apreensão de aspectos da representação social sobre a Universidade: um questionário disponibilizado na internet e um estudo com grupos focais. O questionário dirigiu-se mais especificamente para a captação de informações acerca da percepção da imagem da Instituição pelas comunidades interna e externa. Os grupos focais realizados com alunos, professores e funcionários, tiveram o objetivo de analisar aspectos relacionados ao ensino, pesquisa e extensão, à comunicação com a comunidade interna e externa, às políticas de pessoal, à organização e gestão da Universidade, e à sua infra-estrutura. Ambos os instrumentos tiveram um relatório conclusivo, e as observações neles contidas foram analisadas pela CPA, para posterior incorporação ao relatório final da avaliação interna.

O terceiro procedimento, constituído por uma versão simplificada do roteiro de auto-avaliação, a ser aplicada pelas unidades acadêmicas e órgãos suplementares da Universidade, visava objetivos de três ordens distintas. Buscou-se tanto ampliar a participação da comunidade acadêmica no processo de auto-avaliação, como identificar possíveis aspectos que no tratamento dos dados disponíveis na administração central, tivessem escapado ao olhar da comissão. Buscou-se, por fim, captar percepções institucionais sobre o processo de auto-avaliação. Esses relatórios foram analisados pela CPA, incorporando-se ao relatório final aquilo que se considerou pertinente.

A comissão buscou estabelecer alguns parâmetros de qualidade da Instituição a serem utilizados como referência para a auto-avaliação. Tendo em vista o contexto em que se insere a educação superior brasileira hoje, a contribuição da Universidade para a expansão da oferta de vagas discentes e suas ações visando à inclusão social são, sem dúvida, dois referenciais importantes. Além desses, considerou-se significativo avaliar as ações da UFMG sob dois pontos de vistas distintos: de um lado, sua atuação no sentido de produzir conhecimento nas diversas áreas e de formar quadros capazes de transmitir e produzir conhecimento, de outro, sua capacidade de atuar de forma academicamente inovadora e socialmente comprometida com os valores éticos do desenvolvimento social e humano.

A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional.

A Universidade Federal de Minas Gerais, nome adotado em 1965 por determinação do Governo Federal, é pessoa jurídica de direito público, mantida pela União, dotada de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial.

Nos termos do Estatuto,¹ a Universidade Federal de Minas Gerais tem por finalidades precípuas a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, compreendidos de forma indissociada e integrados na educação do cidadão, na formação técnico-profissional, na difusão da cultura e na criação filosófica, artística e tecnológica. A UFMG constitui-se em veículo de desenvolvimento regional, nacional e internacional e, no interesse dos seus objetivos, mantém cooperação acadêmica, científica, tecnológica e cultural com instituições nacionais e internacionais. Visando ao cumprimento integral das finalidades estatutárias, assume como missão gerar e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, destacando-se como instituição de referência nacional, formando indivíduos críticos e éticos, com uma sólida base científica e humanística, comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade e com o desenvolvimento socioeconômico regional e nacional.

No conjunto das instituições de ensino superior brasileiras a UFMG ocupa posição de destaque, como resultado da conjugação entre os valores com os quais está comprometida e a atenção aos desafios constantemente apresentados pela realidade em permanente modificação. Os documentos oficiais da Universidade indicam, com clareza, sua identidade, propósitos e os princípios pelos quais busca pautar sua atuação. Segundo seu Projeto Pedagógico Institucional,² as diretrizes para os cursos de graduação, a serem apresentadas mais adiante, evidenciam que os princípios mencionados se concretizam na proposta pedagógica e curricular. Existe, portanto, uma correspondência entre o que está

1 Aprovado pelo Conselho Universitário em 5 de julho de 1999.

2 Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 19 de março de 2007.

preconizado nos documentos oficiais e a formação disponibilizada para o corpo discente, seja no que diz respeito à estrutura curricular, seja quanto aos ideais pedagógicos.

Problemas variados fazem, igualmente, parte da agenda da UFMG, e decorrem dos desafios frente aos quais ela não pode deixar de se posicionar. Entre eles, destaca-se a necessidade de expandir as vagas discentes, meta estabelecida no Plano Nacional de Educação, e compromisso das instituições públicas de ensino superior. Cabe à Universidade interrogar-se sobre os mecanismos a serem implementados de modo a atender ao que lhe cabe no cumprimento dessa meta. O cenário é bastante complexo e inclui a necessidade de investimentos financeiros significativos e as implicações decorrentes da ausência de uma efetiva autonomia administrativa, responsáveis pelas dificuldades que encontra para compor os quadros docente e técnico-administrativo necessários para atender à ampliação da oferta. Esse aspecto, particularmente, tem sido um obstáculo para o convencimento dos responsáveis por unidades acadêmicas e cursos com relação à decisão do Conselho Universitário de priorizar a ampliação da oferta de vagas no turno noturno, alternativa que tem mostrado ser muito eficaz para promover a expansão do corpo discente, marcado por expressiva inclusão social nesse turno.

A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluindo os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa e as demais modalidades.

Ensino de graduação

A UFMG oferece 48 cursos de graduação, sendo cerca de 70% deles com duas entradas anuais de alunos. Em 2005, foram 5.951 ingressantes, dos quais 4.674 preencheram as vagas oferecidas no vestibular e as demais são decorrentes de outras formas de ingresso, dependentes e independentes de vagas.

O projeto pedagógico em vigor se baseia na proposta de flexibilização curricular, que sinaliza para a necessidade de que a formação do profissional da UFMG não se restrinja ao domínio apenas da área específica do curso. Tem por premissas:

- O currículo é o conjunto de atividades acadêmicas previstas para a integralização de um curso. A atividade acadêmica curricular é toda aquela considerada relevante para que o estudante adquira o saber e as habilidades necessárias à sua formação, e que contemple processos avaliativos;
- O curso é um percurso, ou seja, pode haver alternativas de trajetórias curriculares;
- Cada aluno deve ter um grau de liberdade relativamente amplo para definir o seu percurso;
- O currículo deve contemplar, além da formação em área específica do saber, uma formação complementar em outra área;

- Além da aquisição de conteúdos, o currículo deve contemplar o desenvolvimento de habilidades e de atitudes formativas.

Em 2001, o CEPE aprovou as *Diretrizes para os Currículos de Graduação da UFMG*, com base na proposta da Câmara de Graduação e nos vários debates realizados após a conclusão da proposta pela Câmara. De acordo com essas diretrizes, os currículos devem contemplar, necessariamente, um núcleo de formação específica, uma formação complementar – que pode ser preestabelecida pelo colegiado, ou aberta, formulada pelo aluno sob a orientação de um tutor – e um conjunto de atividades livres. Este processo se encontra em fase de implantação.

Tendo em vista a importância de proporcionar aos alunos condições adequadas para a vida acadêmica na Universidade, a UFMG realiza, há longo tempo e de maneira sistemática, uma política institucional de bolsas acadêmicas para a graduação. Essas bolsas são mantidas com recursos orçamentários e distribuídas segundo a disponibilidade dos mesmos.

A importância que o processo de internacionalização adquiriu na formação do estudante de ensino superior no atual contexto globalizado, e a necessidade de que essa questão recebesse um tratamento institucional, fez com que a UFMG atribuísse ênfase especial à mobilidade discente, como a possibilidade de que o estudante inclua a experiência internacional como componente na sua formação. Esse processo experimentou expansão significativa nesse início de século, resultado do trabalho desenvolvido pela UFMG no esforço de captar novas parcerias e na gestão dos programas de intercâmbio. Estudantes estrangeiros também estão contemplados nesse programa.

Com relação à avaliação de cursos de graduação, concluintes de 26 cursos fizeram o Exame Nacional de Cursos no período 1999 a 2003. Segundo padronização das notas feita pelo INEP, as notas mais baixas obtidas pela UFMG foram, em média, 10% superiores em relação ao Brasil, à região Sudeste e ao estado de Minas Gerais, e as notas mais elevadas foram entre 30% e 40% superiores.

Em 2004, os estudantes da área de Saúde da UFMG foram submetidos ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE. Comparando as médias obtidas por esses estudantes com os resultados do Brasil, verifica-se que elas foram superiores em todos os cursos, com diferenças que variavam entre 10% e 30% na formação geral e entre 2% e 20% no componente específico.

A UFMG oferece ensino de graduação de boa qualidade, o que vem sendo atestado pelos exames nacionais, e busca eficiência nessa sua área de atuação. A iniciativa de estabelecer um programa de bolsas, com base nas suas próprias disponibilidades orçamentárias, é um ponto importante a ser valorizado. Do mesmo modo, destaca-se o dinamismo que vêm adquirindo os programas voltados para o intercâmbio dos estudantes em instituições nacionais e estrangeiras, para a recepção de alunos de outras instituições de ensino e para os acordos e convênios firmados com instituições internacionais. Uma questão adicional se refere à ausência, na documentação analisada, de inquietações dos docentes e alunos quanto à qualidade e relevância da formação que é dispensada. Os resultados das avaliações nacionais de que a Universidade participa são bastante positivos, mas cabe perguntar se, apesar disso, não existiriam redirecionamentos a serem estabelecidos. Esta ausência indicaria apenas a inadequação dos instrumentos utilizados para perceber essas

questões, ou isto significaria a presença de um grau elevado de conformismo e de acomodação na comunidade acadêmica?

Pesquisa

A UFMG possui 614 grupos de pesquisa consolidados, atuando 30,9% deles na área das Ciências da Vida, 35,1% na das Ciências da Natureza e Engenharias e 34% na área das Humanidades. Esses grupos compreendem 2.362 pesquisadores, sendo 1.512 doutores que desenvolvem 3.044 projetos em 911 linhas de pesquisa. Cerca de 10% dos projetos de pesquisa em execução na Universidade envolvem parceria com empresas, visando à busca de soluções para problemas sociais e dos setores produtivos do estado de Minas Gerais. Todos os 446 pesquisadores da UFMG que possuem Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq – 29,7% do total de doutores – integram os grupos de pesquisa da Instituição e dos 224 bolsistas classificados como de Nível I, 114 (51,8%) lideram seus respectivos grupos.

No período entre 1999 e 2004, a produção bibliográfica da UFMG foi de cerca de 52 mil trabalhos em forma de artigos, livros ou capítulos de livros, teses e dissertações docentes, tradução de artigos científicos e memoriais, resumos, monografias e ensaios. Entre 2000 e 2004, a produção do conhecimento teve um incremento superior a 25,2%, destacando-se, em especial, a área das Ciências da Vida. Em consequência desse desenvolvimento, a UFMG ocupa a quarta posição na produção científica entre as instituições brasileiras, responsável por 5,5% do total publicado.

A abrangência internacional e a qualidade da produção científica da UFMG se refletem no número de artigos indexados (4.484) pelo Institute of Scientific Information – ISI, no período 1995 a 2002. Entre as IES mineiras, a UFMG é a instituição cujos artigos atingiram posição mais elevada nesse indexador, correspondendo a 54,2% de toda a produção científica do estado de Minas Gerais, e, no conjunto das instituições federais, ela ocupa a segunda posição nesse item. Os acessos ao portal de periódicos da CAPES em 2004 situaram a UFMG no 5º lugar, correspondendo seus mais de um milhão de acessos a 4,38% do total.

Em relação à participação da UFMG no número de bolsas para pesquisador distribuídas pelas agências de fomento, esta Universidade também se destaca no estado de Minas Gerais, tendo recebido da FAPEMIG, em 2003, cerca de 40% do total distribuído por essa fundação. No cenário nacional, dados do CNPq relativos ao ano de 2004 mostram que, em diferentes indicadores, em comparação com outras instituições de ensino superior e institutos de pesquisa a UFMG, se situava entre o 4º e o 6º lugares.

A implementação, em 2003, do Fundo FUNDEP³ para a Internacionalização, criou uma linha de fomento para parcerias institucionalizadas, contribuindo de modo importante para acelerar o número dessas parcerias, que triplicou entre 2002 e 2005. A diversidade de países parceiros aumentou, passando de 20, em 2002, para 28, em 2005, distribuídos pelos cinco continentes. Nesse período, foram formalizados 58 acordos e convênios com instituições da Europa, 22 da América Latina e Caribe, 15 da América do Norte, três da África, três da Ásia e um da Austrália. Um marco importante desse processo é a prioridade atribuída

³ O Fundo FUNDEP está detalhado mais adiante, no item “Outras dimensões relevantes de atuação da UFMG”.

ao estreitamento de laços de colaboração acadêmica com países de língua portuguesa e da América Latina e do Caribe, com o objetivo de construir condições para maior compreensão e solidariedade entre esses povos.

Na gestão da pesquisa científica e tecnológica, a UFMG promove políticas visando à integração dos segmentos docente e discente na prática da pesquisa científica, possibilitando a participação dos alunos de todos os níveis no processo da geração do conhecimento; a articulação, interna e externa, entre os grupos de pesquisa da Universidade, buscando identificar temas estratégicos, bem como desenvolver atividades voltadas para a produção do conhecimento; a identificação de limitações e a busca de meios para o aprimoramento de infraestrutura de pesquisa da UFMG; a identificação de oportunidades de financiamento para pesquisa; e a divulgação da produção científica da UFMG.

A criação da Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica – CT&IT, que tem por missão estimular e promover a integração das atividades de geração, difusão e aplicação do conhecimento, tem tido um papel decisivo no que se refere ao desenvolvimento e transferência de tecnologia. Durante o período 1995 a 2005, foram requeridos 166 pedidos de patentes com titularidade na UFMG.

A UFMG desenvolve diversos programas institucionais, sendo grande parte deles realizados com apoio do Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico. São eles:

- Auxílio a Projetos de Pesquisa de Recém-Doutores;
- Auxílio para Editoração de Revistas Especializadas;
- Programa de Apoio a Projetos Estruturantes de Pesquisa e de Pós-Graduação;
- Programa Institucional de Iniciação Científica;
- Programa de Artista Visitante;
- Auxílio para Participação em Congressos;
- Programa de Apoio Integrado a Eventos – PAIE.

Foi possível verificar que a UFMG, além de estimular o desenvolvimento e a excelência da pesquisa, orientando-se para a condução de uma ação institucional conjunta e multidisciplinar, está comprometida com a transferência para a sociedade do conhecimento que produz, bem como com a promoção de um padrão de relacionamento adequado com as empresas do setor industrial. Destacam-se, de modo especial, a coordenação de dois Institutos do Milênio, e a participação de pesquisadores nas redes de nanobiotecnologia, e no projeto Genoma Nacional. A UFMG está também comprometida com a relevância social de suas pesquisas, verificada através de seus projetos na área da alfabetização e letramento, e de política de segurança pública. Ressalte-se, também, a prioridade dada ao estreitamento de laços de colaboração acadêmica com países de língua portuguesa e da América Latina e do Caribe.

A comissão de avaliação encontrou certa dificuldade em registrar a atuação da Universidade em temáticas de ponta em todas as áreas do conhecimento, por razões de ordens diversas. Mesmo tendo na sua composição docentes e aluno de áreas distintas do conhecimento, houve dificuldade para identificar o que se poderia denominar de pesquisa de fronteira da ciência numa área como Ciências Humanas, por exemplo. No caso das Ciências Exatas e Biológicas, os próprios

meios de comunicação contribuem para facilitar a produção da imagem do que é fronteira do conhecimento, condição que é mais difícil de ser estabelecida nas Ciências Humanas. Nesse caso, a ausência de relatório de auto-avaliação das unidades acadêmicas dessa área contribuiu para essa lacuna no relatório.

Extensão

O conceito de extensão é definido no regimento geral da UFMG como “atividade acadêmica identificada com os fins da Universidade, processo educativo, cultural e científico, articulado com o ensino e a pesquisa, de forma indissociável, ampliando a relação entre a Universidade e a Sociedade”. As diretrizes que orientam as ações de extensão da UFMG são:

- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: a relação entre o ensino e a extensão conduz a mudanças no processo pedagógico, além de possibilitar a democratização do saber acadêmico e o retorno à universidade de um saber reelaborado. A relação entre pesquisa e extensão possibilita que o conhecimento produzido contribua para a transformação da sociedade, estabelecendo relação entre teoria e prática.
- Interdisciplinaridade: a extensão propicia a realização de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar, contribuindo para reverter a tendência a compartimentar o conhecimento, comum nas instituições de ensino.
- Impacto social: a extensão é o meio pelo qual a Universidade pode desenvolver uma atuação voltada para os interesses e necessidades da maioria da população, na busca da superação das desigualdades e da exclusão, e da implementação de políticas públicas e do desenvolvimento regional.
- Relação dialógica com a sociedade: a troca entre os saberes acadêmico e popular que a extensão proporciona possibilita a produção de conhecimento e o desenvolvimento de parcerias interinstitucionais.

A Universidade procura concretizar essas diretrizes por meio dos seus programas de fomento, como o de bolsas de extensão, que aloca anualmente cerca de 85% dos recursos do orçamento destinado a este segmento. Em 2005, foram concedidas 573 bolsas para estudantes envolvidos em projetos de extensão. Essas bolsas se fazem presentes, de modo mais acentuado, nas áreas de Ciências Humanas, Linguística, Letras, Artes, e da Saúde.

As atividades relacionadas à prestação de serviços se dividem em dois grupos. As atividades do grupo I se referem às ações de consultoria, assessoria, curadoria, pesquisa encomendada, perícia e laudo técnico. No grupo II, elas se referem à prestação de serviços institucionais, de caráter permanente, como assistência hospitalar e ambulatorial à saúde, assistência hospitalar e ambulatorial veterinária, exames laboratoriais em saúde, exames laboratoriais tecnológicos, assistência judiciária e jurídica, restauração e conservação de bens, e recepção a visitas monitoradas.

A prestação de serviços do grupo I tem sido mais intensa, em média, o dobro daquela que ocorre no grupo II. Destaque especial nesse caso deve ser

dado às áreas das Engenharias e das Ciências Exatas e da Terra, onde essas atividades são predominantes, enquanto a área de Saúde tem expandido a prestação de serviços característica do grupo II.

A atuação da UFMG para a extensão situa-se dentro de parâmetros de qualidade que podem ser considerados adequados, tanto no que concerne ao volume e diversidade das ações desenvolvidas, quanto no que diz respeito à população abrangida. Do ponto de vista da importância da construção de uma boa inserção regional pela Universidade, essas ações têm desempenhado papel relevante, indicando seu comprometimento para com a promoção de uma sociedade mais inclusiva e mais justa.

Há coerência nessas ações entre as diretrizes propostas para a área e a formulação e implementação das políticas acadêmicas da Universidade. As informações colhidas ainda apontam crescimento do investimento nessa área, destacando-se a distribuição de bolsas e a disponibilização de recursos para as diversas áreas do conhecimento.

A tendência identificada de orientar as ações extensionistas em grandes programas pode aportar contribuição importante para a produção do conhecimento, a interdisciplinaridade, a formação dos estudantes, além de resultar em impacto social mais significativo. Dessa forma, as ações deixam de ser pontuais, contribuindo para o incremento das relações entre a Universidade e a sociedade.

Outro ponto a destacar é a preocupação com o estabelecimento de uma avaliação sistemática das ações de extensão, e que tem se refletido na atuação da UFMG no cenário nacional. Exemplos disso são o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações de Extensão – SIEX/Brasil, e a hospedagem da Rede Nacional de Extensão – RENEX na Universidade.

Ensino de pós-graduação

O ensino de pós-graduação teve início na UFMG na década de 1960, quando 11 cursos foram criados em diversas áreas, aos quais se agregaram outros 21, criados na década de 1970. Nos anos de 1980 e 1990, por sua vez, a expansão e consolidação da pós-graduação foram impulsionadas por vários fatores, entre os quais se destacam os processos de avaliação desse sistema desenvolvidos na Universidade.

A partir de 1990, houve expansão considerável no número de cursos oferecidos, com crescimento da ordem de 50% até 2005, destacando-se, em especial, o aumento dos cursos de doutorado, cujo número quase triplicou, passando de 17, em 1990, para 48, em 2005. Em 2006, foram oferecidos 64 programas de pós-graduação, sendo 54 de doutorado e 60 de mestrado, abrangendo todas as áreas do conhecimento e distribuídos em todas as suas unidades acadêmicas.

Tendo em vista os resultados das últimas avaliações realizadas pela CAPES, a partir da instituição dos conceitos numéricos de 1 a 7, no triênio 2001-2004, 10% obtiveram conceito 7, 13% nota 6, 36% conceito 5, 31% conceito 4 e 10% nota 3. Conforme consta do relatório final desta avaliação, mais de

70% dos doutores atuam como professores permanentes na pós-graduação, sendo que 33% estão nas áreas de Ciências Biológicas e de Ciências da Saúde, e 28% nas áreas de Ciências Exatas e da Terra e das Engenharias. Cerca de 40% obtiveram o doutoramento no exterior, não se observando endogenia na formação desses docentes.

Entre os professores permanentes 42% são pesquisadores do CNPq, estando concentrados nas áreas de Ciências Biológicas (26%) e das Ciências Exatas e da Terra (17%). Conforme o tempo de titulação, a distribuição dos docentes é bastante equilibrada, não havendo indicação para a aplicação de alguma ação emergencial nesse caso, a não ser em um ou outro curso em que há maior concentração daqueles que estão próximos da aposentadoria. Os recém-doutores atingem 20%, e os que têm mais de 20 anos de titulação são 14%, havendo equilíbrio na distribuição entre os que têm entre cinco e até 20 anos de titulados, perfazendo 67% no total.

A evolução do número de bolsas de estudos concedidas pelas agências CAPES, CNPq e FAPEMIG no período 2002-2005 foi bastante positiva, havendo um aumento de 13% no número de bolsas para o Mestrado e 32% para o Doutorado.

Os dados apresentados sobre o ensino de pós-graduação da UFMG indicam que, desde o início de seu investimento nessa área, a Instituição vem cumprindo uma trajetória bastante positiva, obtendo grandes avanços na construção de programas sólidos e bem constituídos. O percentual de 59% de programas que receberam conceitos entre 5 e 7 no triênio 2001-2004 é um indicador importante desses resultados.

Deve ser observado, contudo, que esse desenvolvimento não se reflete de modo homogêneo na Universidade, tendo em vista a existência de um descompasso entre o ensino de graduação e o de pós-graduação. Esse descompasso evidencia a atribuição de mais privilégios ao segundo, assim como tem se refletido nos critérios de avaliação docente, aspectos que foram destacados de modo significativo nos depoimentos dos participantes dos grupos focais. Conforme será mostrado mais adiante,⁴ predomina nessa avaliação a valorização das características associadas à pesquisa e à publicação, em detrimento das atividades de ensino e extensão.

A responsabilidade social da UFMG: inclusão social, desenvolvimento econômico e social, defesa do meio ambiente, memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Instituição voltada para geração, desenvolvimento, transmissão e aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, a UFMG tem buscado atuar na educação do cidadão, na formação técnico-profissional, na difusão da cultura e na criação filosófica, artística e tecnológica. Orienta sua atuação para a formação de cidadãos críticos e éticos, com uma sólida base científica e humanística, comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade e com o desenvolvimento socioeconômico regional e nacional. Do mesmo modo, essa ação se volta para a oferta de uma educação pública de qualidade, reconhecida nacional e internacionalmente.

4 Ver no item sobre a política de pessoal.

O compromisso social desta Universidade pode ser percebido por meio do desenvolvimento de suas diversas atividades. O seu intenso envolvimento com a realização de ações de extensão universitária voltadas para a população cuja situação socioeconômica é de maior pobreza, e para a abordagem dos aspectos relacionados às condições ambientais da região e do país, entre outras mencionadas no decorrer deste relatório, são evidências do exercício da responsabilidade social da UFMG.

As pesquisas nela realizadas, por sua vez, demonstram o compromisso com a transferência de conhecimento para a sociedade e para o setor produtivo, apresentando contribuições ao desenvolvimento econômico e social do estado e do país. Nesse sentido, deve ser destacado, entre outros, o volume significativo de patentes transferidas para o setor produtivo, bem como o desenvolvimento de produtos e tecnologias voltadas para a promoção de acessibilidade para portadores de necessidades especiais. Do mesmo modo devem ser também consideradas as ações desenvolvidas na área cultural, que se acentuaram e se diversificaram em período mais recente.

É importante salientar que todas essas ações caracterizam oportunidades de formação para os estudantes, além de proporcionar a oferta de cursos de extensão, de serviços de atenção à saúde, de formação na educação básica para aqueles que a ela não tiveram acesso na idade regular, sempre pautados pelos valores defendidos pela Instituição. Deve ser considerado, ainda, o compromisso institucional com a promoção de políticas inclusivas, que marca a atuação da Universidade desde a sua criação. Esse compromisso se concretiza mais especialmente no que concerne à garantia de permanência do estudante, por intermédio das ações realizadas pela Fundação Mendes Pimentel, proporcionando uma grande diversidade de instrumentos com esta finalidade. A inclusão social do ponto de vista do acesso à Universidade, contudo, é aspecto que ainda demanda maior investimento, de modo a favorecer uma relação mais equilibrada na composição socioeconômica dos estudantes. Há uma definição de política que prioriza o aumento da oferta de vagas no turno noturno, mas a velocidade de sua implementação ainda fica aquém do esperado. O que se verifica é que a intensidade da atuação da UFMG na área da permanência dos estudantes é muito maior e mais diversificada do que tem sido, até o momento, aquela que concerne ao ingresso.

A comunicação com a sociedade.

A comunicação institucional realizada considera que, nas entidades públicas, em especial numa universidade federal, ela deve ser estruturada como um valor que permita ampliar o conhecimento sobre suas atividades, sobre o seu nível de abrangência e relevância e os resultados obtidos, tornando possível a crítica externa sobre os objetivos e as ações que nela se desenvolvem. Nessa perspectiva, as estratégias de comunicação da UFMG se estruturam a partir de três eixos:

- A exigência de que as ações de comunicação busquem produzir visibilidade ao público interno e à comunidade externa, sobre as realizações da Universidade.
- Todas as atividades da comunicação institucional devem incorporar a dimensão acadêmica, oferecendo, aos docentes e servidores técnicos e administrativos, oportunidades de aperfeiçoamento e atualização

profissional nas diferentes áreas de especialização, e, aos estudantes, espaços de vivência profissional complementar.

- A comunicação institucional, especialmente aquela realizada nos seus veículos massivos de amplo espectro (rádio, TV, revista e o site na internet), deve oferecer uma programação editorial alternativa à das produções midiáticas existentes, especialmente aquelas de natureza comercial.

A UFMG se utiliza de um conjunto amplo e satisfatório de estratégias, recursos e veículos para a comunicação com seus públicos interno e externo. A comunicação é feita com adequação de meios e canais, qualidade técnica, comprometimento com sua missão e mensagens direcionadas aos diferentes interlocutores.

Os números das tiragens das publicações impressas representam mídias compatíveis com seus públicos interno e externo. Em processo de ampliação e qualificação tecnológica, as emissoras de rádio e televisão já têm público consolidado, estando com projetos de expansão de seus diagramas de alcance e sua audiência. Seu portal apresenta um crescente e expressivo número de visitas, alcançando índice próximo de quatro milhões no período.

Desenvolve, também, processo de recepção e de respostas a solicitações, propostas e reclamações. Deve ser destacado, contudo, que a UFMG não possui um serviço específico de ouvidoria, que dê tratamento especializado e amplo às informações e demandas requeridas. Através de seu site na internet, contudo, recebe e responde a solicitações de informações, críticas e sugestões sobre diversos aspectos de sua organização e atuação, além da avaliação dos seus veículos de divulgação.

Ressalte-se ainda que, por estar numa instituição pública federal, a estrutura do órgão responsável pela comunicação se ressentia da falta de quadro efetivo de pessoal. Isto faz com que, para realizar conjunto tão abrangente de atividades, nele trabalhe um quadro grande de pessoal contratado.

O cuidado com a avaliação da imagem pública institucional transparece através dos diversos instrumentos de comunicação que a Universidade mantém com o público interno e externo. Por meio das ações nessa área, a Universidade está aprimorando os meios de que dispõe para tornar públicas suas ações e garantir o controle social sobre a Instituição, seus fins e suas realizações.

A pesquisa feita por meio do questionário disponibilizado na internet possibilitou visualizar melhor a irradiação da comunicação sobre os diversos aspectos da imagem institucional. Ressalte-se, apenas, a contraposição entre esse resultado e o papel da mídia em geral, no que concerne a aspectos como a seletividade social no ingresso à Universidade, que, nas respostas a esse questionário, se apresentaram de modo distinto para membros e não membros da Instituição.

As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e condições de trabalho.

A UFMG desenvolve diversos programas voltados para a implementação de suas políticas de pessoal, com três objetivos principais: a qualificação dos servidores, o atendimento à saúde do trabalhador e a melhoria da qualidade de vida no trabalho. Por meio dessas ações tem também procurado conscientizar servidores de seus papéis no cumprimento da missão institucional.

A qualificação do pessoal docente, no período 2000-2004, registrou crescimento na porcentagem de doutores da ordem de 16,1% e uma diminuição do percentual de mestres de 5,3. Estes dados evidenciam a evolução da qualificação na UFMG. Já na qualificação do pessoal técnico-administrativo, no período 2000-2004 o aumento foi da ordem de 21% no número de técnicos com curso superior completo e 32% no número de mestres.

Com o objetivo de atender às funções relacionadas à promoção da qualificação dos servidores, da saúde do trabalhador e da melhoria da qualidade de vida no trabalho, a UFMG desenvolve diversos programas, apresentados a seguir.

- O Programa Integrado de Desenvolvimento – PROGRID, com ações voltadas para o treinamento ou capacitação para o trabalho e para a vida, como o Programa de Educação de Jovens e Adultos, a bolsa Pré-Vestibular e a bolsa Ensino Superior.
- O Programa de Proteção e Orientação ao Trabalhador Adolescente – PORTA. Implementado mediante convênio firmado entre a Universidade e a Cruz Vermelha Brasileira de Minas Gerais, visa à contratação de jovens entre 16 e 18 anos matriculados, no mínimo, na 8ª série do ensino fundamental, para a prestação de serviços junto às unidades e órgãos da UFMG. Tem como objetivo promover a inclusão social qualificada de adolescentes no mundo do trabalho através de programas de profissionalização institucional. No período 2002 a 2005 foram contratados 558 jovens, numa média de 140 ao ano.
- O Programa de Arrendamento Residencial – PAR teve início em 2005, e tem por objetivo incentivar e apoiar os servidores de baixa renda da UFMG e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para aquisição da casa própria. Inscreveram-se 592 servidores da Universidade, sendo que 126 participaram do primeiro sorteio, quando foram sorteadas 40 casas.
- O Programa de Reserva de Vagas decorre da implementação das resoluções nº 10/1995 e Complementar nº 07 de 2004 do Conselho Universitário. Estas resoluções prevêm e regulamentam a reserva, pelos cursos de extensão e pós-graduação *lato sensu* na Universidade, de, pelo menos, 10% das suas vagas para participação gratuita de candidatos carentes e de servidores da UFMG. Tem por objetivo promover sua qualificação profissional e a educação continuada. Nessas condições, entre 2002 e 2005 foram concedidas 169 bolsas, numa média anual de 34 bolsas.

As informações analisadas sobre a política de pessoal da UFMG indicam que a Instituição se apresenta como um local de trabalho que é valorizado bastante positivamente pelos servidores. Essa valorização se faz tanto pela percepção da relevância institucional que ela tem externamente, como pela diversidade de oportunidades de formação e de participação em projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida que oferece. Nesse particular, alguns aspectos chamam a atenção de modo mais significativo, em especial a forte aceleração que foi impressa, no período, à qualificação dos docentes e que possibilitou à Universidade constituir um corpo docente altamente qualificado. Deve ser registrado, contudo, o descompasso presente na área de Saúde, nesse caso. A proporção mais reduzida de doutores nessa área indica a necessidade de que, a despeito do crescimento já verificado nessa titulação e das características específicas da área, a Universidade deve exercer papel indutor visando à ampliação do percentual titulado em proporções similares à das demais áreas. A transparência que caracteriza o processo de alocação de vagas docentes, por sua vez, é um ponto extremamente positivo da gestão de pessoal da UFMG, embora seja necessário proceder a uma revisão dos parâmetros de qualidade vigentes para propor a alocação de vagas e para a análise dos relatórios departamentais, em grande parte restrita a aspectos quantitativos.

Com relação aos funcionários técnico-administrativos, é importante que os programas de qualificação oferecidos abranjam todos os setores, dado que eles são direcionados mais especificamente para aqueles que atuam nas unidades acadêmicas e especiais. Ao mesmo tempo, é urgente promover medidas visando à intensificação da qualificação desses funcionários, para que no curto prazo não seja mais possível encontrar servidores com formação abaixo do ensino fundamental completo.

Como ocorre com todas as instituições que integram o sistema federal de ensino superior, a UFMG se ressentir fortemente da falta de autonomia administrativa, principalmente no que concerne aos seus reflexos sobre a implantação de políticas acadêmicas. A impossibilidade de repor, automaticamente, as vagas geradas pelas aposentadorias e outros eventos de docentes e técnico-administrativos, constitui-se num dos entraves, para dar impulso à prioridade da ampliação de vagas no turno da noite, ou para promover a oferta de vagas de disciplinas optativas suficiente para atender às propostas de flexibilização curricular que são desenhadas. Esta situação acaba induzindo a busca, mesmo que circunstancial, da utilização de procedimentos alternativos de modo a suprir necessidades mais urgentes. A ausência de autonomia administrativa é também responsável, em parte, pelo sentimento que foi expresso pelos funcionários técnico-administrativos nos grupos focais, quanto ao fato de que as oportunidades de capacitação, quando concluídas, não são aproveitadas adequadamente pela Universidade.

Organização e gestão da Instituição, funcionamento e representatividade dos colegiados, independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação da comunidade universitária nos processos decisórios.

A estrutura organizacional da UFMG está delineada em seu Estatuto e compreende dois órgãos de deliberação superior: o Conselho Universitário e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, além de um órgão superior de fiscalização econômico-financeira, que é o Conselho de Curadores. A administração superior, por sua vez, é composta pela Reitoria, com seus Órgãos Auxiliares e o Conselho de Diretores. O ensino, a pesquisa e a extensão estão sob a

responsabilidade das Unidades e dos Órgãos Suplementares, estando previsto, ainda, um órgão de consulta: o Conselho de Integração Comunitária, que ainda não chegou a ser constituído.

A composição e as normas básicas de funcionamento desses órgãos estão estabelecidas no Estatuto, destacando-se o caráter da representação dos dois órgãos de deliberação superior. Neles, os docentes se fazem presentes na proporção de 70%, os discentes representam 1/5 dos docentes, e o corpo técnico-administrativo pode atingir até 15% dos docentes. Tanto no Conselho Universitário quanto no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, todos os membros votantes são eleitos ou indicados pelas Congregações, à exceção dos Pró-Reitores de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, membros natos do CEPE, o que assegura características democráticas à representação na Instituição. Os membros deste último conselho integram câmaras, com competência deliberativa em matérias relativas à graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão, respectivamente, cabendo recurso ao plenário do CEPE. Os membros do Conselho Universitário, por sua vez, integram três comissões permanentes: orçamento e contas, legislação, e obras.

Registre-se que, apesar do caráter democrático dos órgãos de deliberação superior, os discentes e os membros do corpo técnico e administrativo que participaram nos grupos focais manifestaram insatisfação com os critérios de representatividade dos seus segmentos não só nos órgãos colegiados, como também em outras circunstâncias da vida da Instituição, considerando que a desigualdade existente privilegia os docentes. Foi também observado que falta participação ou interesse da comunidade universitária, em geral, pelos assuntos ligados aos processos decisórios da Universidade, ao mesmo tempo que se consideraram insatisfeitos com o retorno que recebem de seus representantes junto aos órgãos colegiados sobre as decisões que ali são tomadas.

Observaram ainda que, embora a burocracia seja necessária para o funcionamento da Universidade, ela atribui uma lentidão excessiva aos processos, tomando como exemplos a exigência do preenchimento de formulários diversos, e as dificuldades para realizar a matrícula em disciplinas eletivas. Os participantes dos grupos focais consideram, no entanto, que, além de ser uma instituição bastante democrática, a UFMG abre espaço para críticas, sugestões e discordâncias.

Os planos de gestão da Universidade Federal de Minas Gerais são elaborados no início de cada reitorado, estabelecendo-se metas a serem atingidas ao longo do mandato e, por vezes, prolongando-se sua execução na gestão do próximo reitor. Deve ser observado, contudo, que o planejamento não tem sido utilizado de modo corrente na universidade, quer como instrumento para a antecipação de problemas e definição de soluções, quer como instrumento para a projeção de metas e objetivos a serem atingidos no médio e longo prazo. A administração central da UFMG conta com uma Pró-Reitoria de Planejamento, cuja atuação tem se restringido ao tratamento de questões de ordem financeira. Apesar da grande importância dos aspectos financeiros no funcionamento de uma universidade pública, a complexidade desse mesmo contexto exige que ela tenha o planejamento como um objetivo importante de sua gestão.

Registre-se, também, que a concepção conservadora de gestão do Estatuto condiz, de certo modo, com a de uma instituição que tem a trajetória e o porte da UFMG. Essa concepção está presente na exigência dos votos da maioria absoluta do Conselho Universitário para a introdução de mudanças. Se, por um lado, esse critério garante a preservação da Instituição, por outro, gera

dificuldades para a implementação mais rápida de experiências novas, aspecto importante do funcionamento dinâmico de uma Universidade que se pretende sintonizada com as necessidades da sociedade moderna.

É preciso considerar ainda dois aspectos. Em primeiro lugar, parte dos problemas aqui relacionados é inerente à condição de instituição pública federal que caracteriza a UFMG, o que pode resultar tanto em aspectos positivos quanto negativos para a gestão institucional. É típica do funcionamento da burocracia pública a presença de uma hierarquia que atua de modo mais frouxo, e na qual, à exceção de ocorrências mais graves, o não cumprimento de determinadas solicitações ou o não atendimento a convocações não se configuram em motivo suficiente e imediato para a aplicação de punições. No caso de uma instituição universitária, isso se reverte numa maior tolerância para com esse tipo de situação que, se por um lado resulta num ambiente em que a criação é permanentemente estimulada, por outro, gera dificuldades de várias ordens no que concerne ao cumprimento de prioridades que foram estabelecidas coletivamente. Numa instituição privada, algumas dessas questões se resolvem pela demissão do docente ou do funcionário, situação que não se faz presente numa instituição pública. De todo modo, há normas a serem cumpridas, e isso deve ser assegurado para o bom funcionamento da Instituição.

Em segundo lugar, parte das possibilidades para que a gestão de uma universidade pública seja bem-sucedida estão relacionadas à “boa vontade” encontrada por aqueles que estão no governo do Estado em um determinado período. O fato, por exemplo, de que os servidores técnico-administrativos passem a contar com uma nova carreira, e com os benefícios que ela pode trazer para a sua satisfação no trabalho, não se deve à Universidade, mas à disposição de negociação encontrada no governo federal. Algo semelhante pode ser dito das condições bastante favoráveis vividas pela UFMG em período recente, em relação à maior flexibilidade na gestão de recursos financeiros e na melhoria da infra-estrutura. Ou seja, muito contribui para a boa qualidade da gestão de uma instituição federal de ensino superior o fato de que ela se situe num cenário em que a educação superior pública se configure como política de Estado e não apenas de governos. Entre outros benefícios, disso resultaria maior respeito à sua autonomia e possibilidade de consolidação de projetos e planejamentos.

Infra-estrutura física: ensino e pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

Espaço físico

A UFMG ocupa uma área total de 8.775.949 m², sendo 583.375 m² de área construída, distribuída em três campi – Campus Pampulha, Campus Saúde, localizados em Belo Horizonte, e Campus Regional de Montes Claros –, ocupados com 19 unidades acadêmicas e três unidades especiais. O Campus Pampulha, criado na década de 1940, entrou em funcionamento a partir da década de 1960, nele localizando-se, atualmente, 12 unidades acadêmicas, uma unidade especial, e as unidades da administração central da Universidade.

No Campus Saúde estão situadas a Faculdade de Medicina, a Escola de Enfermagem e o Hospital das Clínicas, este constituído por um prédio principal e sete ambulatórios. Além das unidades localizadas nos campi Pampulha e Saúde,

as Escolas de Engenharia e Arquitetura e as Faculdades de Direito e Ciências Econômicas localizam-se na região central da cidade. Outros órgãos estão localizados fora dos dois campi da capital: o Centro Cultural UFMG, o Conservatório UFMG, o Museu de História Natural e Jardim Botânico, e o Teatro Universitário. No Campus Regional de Montes Claros está situado o Núcleo de Ciências Agrárias. Fora de Belo Horizonte a UFMG tem duas fazendas, ambas ligadas à Escola de Veterinária, o Centro de Referência em Cartografia Histórica – Casa da Glória, e o Observatório Astronômico Frei Rosário.

Recentemente, foram concluídos 19.800 m² de obras, com a ampliação das instalações de várias unidades acadêmicas, a construção da sede do Centro de Musicalização Infantil, na Escola de Música, do novo conjunto residencial da moradia universitária, da Biblioteca Comunitária e Universitária do Campus Regional de Montes Claros, e dos laboratórios de Aquacultura, Calorimetria e Metabolismo Animal da Escola de Veterinária. Importantes reformas e adequações também têm sido realizadas em várias instalações, como a reforma do prédio principal da Faculdade de Educação, a expansão do Hospital Veterinário, a recuperação do “Palacinho” do Museu de História Natural e Jardim Botânico, e de unidades do Hospital das Clínicas.

Transporte

O Campus Pampulha é percorrido por três linhas de ônibus de transporte público, com frequência considerada adequada, mesmo nos horários de pico. Os deslocamentos entre as unidades acadêmicas, administrativas, e de apoio, e o acesso às avenidas vizinhas completam-se com serviço gratuito feito por linha de ônibus própria. O transporte institucional é realizado por meio de uma frota de 214 veículos, baseados no Campus Pampulha. Esse serviço é realizado por 60 motoristas, sendo 82% deles do quadro de funcionários da Universidade, e o restante, terceirizado. Para atendimento a esses veículos, a UFMG conta com oficina mecânica e um posto para abastecimento e lavagem da frota.

Alimentação

Há restaurantes nos campi, e as cantinas, quando localizadas em unidades maiores, também oferecem refeições. Parte desse serviço – um restaurante no Campus Pampulha, um no Campus Saúde, um na Faculdade de Direito, um na Faculdade de Engenharia e outro no Campus Regional de Montes Claros – está sob a responsabilidade da Fundação Mendes Pimentel –FUMP,⁵ que oferece refeições a baixo custo para a comunidade universitária, e subsidiada para estudantes com dificuldades socioeconômicas.

Segurança

O aumento da violência na cidade de Belo Horizonte tem afetado também a UFMG. A Universidade tem buscado ampliar a segurança nos campi e unidades, com aplicação de várias medidas, visando garantir o bem-estar da comunidade universitária e proteger o patrimônio.

5 Ver no item “Política de atendimento a estudantes e egressos”.

Acessibilidade

Os espaços físicos das unidades da UFMG vêm sendo progressivamente adaptados, para atenderem à presença de pessoas portadoras de necessidades especiais. Nenhuma unidade, entretanto, atende ainda plenamente à Norma Brasileira ABNT NBR 9050, que dispõe sobre a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

As áreas externas e internas do Campus Saúde, por sua vez, têm recebido atenção cuidadosa da Universidade, devido à circulação de um elevado índice de pessoas portadoras de necessidades especiais. Ainda há muito a ser realizado quanto à acessibilidade nesse Campus. Em ambos os casos, o pleno atendimento à norma depende da existência de recursos orçamentários.

Bibliotecas

O sistema de bibliotecas da UFMG é composto por 28 bibliotecas nos campi e nas unidades, acadêmicas e especiais. O acervo geral é de 724.925 títulos, entre livros, teses, periódicos e materiais especiais como fitas, mapas e globos. Os periódicos impressos abrangiam 376 títulos em 2005, devendo ser considerados também os títulos com textos completos acessados pelo Portal da CAPES, e outras 105 bases de dados referenciais.

Apesar das dificuldades financeiras apontadas, a Instituição tem investido na recuperação, proteção e segurança de seu patrimônio bibliográfico, tendo em vista que o sistema de bibliotecas é responsável pela guarda de um dos maiores acervos públicos do estado. Em 2004 foram realizadas e concluídas, com recursos provenientes do Fundo de Infra-Estrutura (CT-Infra), as obras de recuperação do telhado da Biblioteca Universitária, essencial para garantir a segurança do patrimônio.

A partir de 2005, o acervo das bibliotecas da UFMG começou a ser protegido eletronicamente contra furto. Foram implementadas medidas como a instalação de portais de segurança nas bibliotecas e a utilização de fitas magnéticas transparentes nos livros. O Sistema de Bibliotecas tem investido, também, em campanhas de recuperação e de preservação do acervo da UFMG tendo sido realizadas mostras itinerantes das obras recuperadas, buscando conscientizar a comunidade da necessidade do uso responsável das bibliotecas.

Informática, telefonia e rede de dados

Na UFMG, laboratórios e centros de pesquisa, gabinetes dos professores, bibliotecas e espaços administrativos e de apoio são providos de computadores e de acesso gratuito à internet. Além disso, os alunos dispõem de espaços de acesso livre, destinados a essa utilização.

Visando promover a integração entre professores, alunos e funcionários, foi criado o Sistema Grude, ferramenta eletrônica que envolve cerca de 35 mil pessoas, garantindo segurança e rapidez no armazenamento e troca de informações, além de fornecer a todos um endereço eletrônico e uma ferramenta de comunicação pela internet. Em decorrência desse trabalho, a UFMG passou a contar com uma base para uso de ferramentas de compartilhamento de

documentos e de coordenação e controle de agendas e tarefas. O Grude permite, ainda, disponibilizar conteúdos para a criação de cursos a distância, bem como a interação por meio de aulas e conferências. A existência da plataforma Grude tornou viável a implantação, na UFMG, de alguns projetos de impacto, como o Tele-Medicina e o Quem Sabe, além do Financiar da FUNDEP, servindo de base, também, para a implantação do PingIFES, sistema nacional de coleta de dados das IFES, patrocinado pelo MEC.

Tendo em vista o projeto que a UFMG vem desenvolvendo no sentido de reunir suas unidades dentro do campi, e as ampliações feitas nas unidades neles existentes, pode-se afirmar que sua infra-estrutura está funcionando em condições bastante satisfatórias, com exceção de algumas unidades que encontram-se saturadas, caso mais expressivo do Instituto de Ciências Biológicas e de unidades e órgãos cujos espaços não são muito adequados. A despeito das limitações decorrentes de sua posição no sistema federal, contudo, a Universidade tem feito um investimento significativo no sentido de, paulatinamente, aprimorar suas condições de funcionamento. Algumas dessas adequações são bastante onerosas, como é o caso do Hospital das Clínicas, devido ao padrão de acabamento necessário e às máquinas de ar-condicionado, cujos filtros e pressões são específicas para o tipo de utilização. No caso do Campus Regional de Montes Claros, além da criação de laboratórios, é preciso equipar e atualizar os já existentes. No conjunto da Universidade, a existência de equipamentos de informática em número e qualidade suficiente, é outra questão a ser equacionada, bem como a atualização e adequação do o acervo bibliográfico.

Há indicações suficientes, contudo, de que a Instituição tem estado atenta para as deficiências e de que vem buscando alternativas de solução. As políticas voltadas para a conservação, atualização, segurança, estímulo à utilização dos recursos, preservação do meio ambiente e promoção da acessibilidade, permitem perceber o esforço que vem sendo feito, mesmo em presença de restrições orçamentárias.

É provável que essas políticas não estejam chegando de forma adequada, e a tempo, para toda a comunidade, considerando algumas das críticas feitas nos grupos focais. O desequilíbrio, que caracteriza a distribuição dos elementos infra-estruturais na Universidade, também contribui para gerar insatisfação mais acentuada em algumas unidades ou segmentos. Essa situação cria um ambiente favorável para que aqueles de dentro da comunidade atribuam mais a si próprios do que à sua vinculação a uma instituição como a UFMG, o fato de terem podido obter recursos de agências financiadoras para desenvolver pesquisas em condições consideradas como mais adequadas.

Planejamento e avaliação: processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.

A trajetória de atuação da UFMG é marcada pela presença de práticas de avaliação aplicadas a diversos dos seus segmentos. Algumas delas já se tornaram permanentes, enquanto outras são instituídas, visando proporcionar respostas a demandas eventuais da gestão universitária.

Entre as práticas permanentes destacam-se procedimentos voltados para o acompanhamento e a avaliação do desempenho docente. Aspectos parciais desse desempenho têm sido objeto de estudos mais específicos por parte da Comissão Permanente de Pessoal Docente, principalmente aqueles relacionados

à produção de conhecimento. Do mesmo modo, a avaliação está presente nos relatórios anuais dos departamentos, produzidos com base nos relatórios anuais dos docentes. Os primeiros contribuem para o planejamento de objetivos e metas dos departamentos e das unidades acadêmicas, e se constituem em peças fundamentais no processo de alocação de vagas docentes.

A avaliação interna e externa do ensino de graduação, por sua vez, teve início a partir da integração da UFMG ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB, na década de 1990. Entre as atividades que vêm sendo realizadas, destaca-se a avaliação semestral das atividades acadêmicas/disciplinas cursadas e dos docentes que as ministraram, feita pelos alunos. Essa integração ao PAIUB resultou também na realização de um processo de avaliação interna do ensino de graduação, envolvendo a produção de dados sobre diversos aspectos, seguida por um diagnóstico. Concluída essa etapa, foi realizada a avaliação externa de 37 cursos, sendo excluídos desse processo apenas aqueles que ainda não ofereciam a formação curricular completa.

Entre os procedimentos avaliativos que decorrem de demandas específicas voltadas para o aperfeiçoamento da gestão universitária, está a avaliação do “Programa de apoio à pesquisa dos recém-doutores”, mantido desde 1999 com recursos do Fundo FUNDEP, programa que está proporcionando um diferencial acadêmico favorável aos contemplados em relação aos não contemplados. Na pós-graduação, além das avaliações regulares da CAPES, procedimentos de avaliação interna vêm sendo realizados. Em 2005 e 2006, todos os programas de mestrado e doutorado foram submetidos à avaliação interna, sendo estabelecidas metas a serem atingidas até 2010. A especialização foi objeto de diagnóstico em 2003, com o objetivo de avaliar suas dimensões, identificar tendências de expansão, as características do seu financiamento, e a relação que mantém com a pós-graduação *stricto sensu*. O Programa de Bolsas de Extensão foi avaliado, levando a aperfeiçoar os procedimentos utilizados para a concessão de bolsas e a viabilizar a articulação entre a extensão, o ensino e a pesquisa em diferentes áreas do conhecimento. Os periódicos editados por unidades acadêmicas, programas de pós-graduação e núcleos de pesquisa da Universidade foram objeto de um estudo em 2003, buscando indicadores de sua qualidade como veículos de comunicação científica, e analisando seu processo de gestão. Atualmente, têm sido conduzidos estudos sobre alternativas de inclusão social na Universidade, tendo em vista a explicitação do seu papel na ampliação do acesso aos estudantes provenientes de camadas mais pobres da população. Como pode ser verificado, o papel da avaliação para a tomada de decisões é valorizado na UFMG.

O planejamento sistemático da atuação da UFMG integrado à avaliação, contudo, pode ser considerado ainda incipiente, quando se leva em conta o conjunto da Instituição. As relações que se estabelecem entre a auto-avaliação e o planejamento são localizadas e visam equacionar problemas específicos ou planejar a condução de alguns de seus segmentos, como é o caso da pós-graduação. A formulação do primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional e a fixação de suas metas poderão representar uma oportunidade para que os mecanismos de avaliação adquiram novas características, e possam vir a se articular de forma mais sistemática ao planejamento global.

Ainda uma questão importante a ser mencionada diz respeito à necessidade de se insistir na disseminação de cultura que valorize a avaliação e o planejamento na Universidade. Esta primeira experiência de auto-avaliação institucional tem potencial para contribuir na definição de rumos para a Universidade, e necessita ser incorporada como atividade permanente da UFMG.

Políticas de atendimento a estudantes e egressos.

Na UFMG, os estudantes têm oportunidade de participar de diversas atividades. Seus direitos e deveres estão regulamentados pelo Estatuto e Regimento, estando prevista a participação nos órgãos de deliberação superior. Também está regulamentado o funcionamento do Diretório Central dos Estudantes, dos Diretórios Acadêmicos das unidades, e dos grêmios e centros de estudos existentes em alguns cursos. Atividades sociais e culturais são realizadas por eles, que participam também daquelas promovidas por instâncias da Universidade.

O acesso à Universidade é feito via processo vestibular, que na Universidade Federal de Minas Gerais tem sido objeto de permanente análise e debate, no que concerne à sua adequação aos sistemas de educação básica, e à atualização dos requisitos destinados a garantir as condições de segurança na sua realização, considerando o elevado número de candidatos que a ele concorrem. Mais recentemente, o aumento da demanda por vagas no ensino superior brasileiro, e a diferenciação presente na composição dessa demanda têm estado presentes com maior frequência nesse debate.

Dentro da política para a democratização do acesso aos cursos de graduação, a UFMG conduz, desde 1971, um programa de isenção da taxa de inscrição no vestibular. A partir do vestibular de 2005, além da isenção do valor total da taxa, foi introduzida a isenção parcial, correspondente à metade desse valor.

A diversificação na composição da demanda e sua relação com as dificuldades existentes para a ampliação da oferta de vagas numa instituição federal são temas presentes na definição das políticas de acesso da UFMG. Em fevereiro de 2003, a partir da análise da composição socioeconômica e étnica dos candidatos aprovados no vestibular, o Conselho Universitário definiu como prioridade para sua política de democratização do acesso à ampliação de vagas no turno noturno. No conjunto de suas políticas para o acesso, a UFMG aprovou o estabelecimento de outras formas de ingresso além do vestibular, com o aproveitamento das vagas remanescentes da evasão.

Políticas voltadas para a permanência dos estudantes na Universidade vêm sendo conduzidas desde os primórdios da criação da Instituição. Em 1932, foi constituída a Associação Universitária Mineira que, em gestão conjunta de professores e estudantes, se encarregava da concessão da isenção das mensalidades dos cursos. Modernamente, essa iniciativa é conduzida pela Fundação Universitária Mendes Pimentel – FUMP, financiada pela contribuição semestral dos estudantes ao fundo de bolsas, por ocasião da matrícula, e pelos recursos que restam da realização do vestibular. Além de isentar dessa contribuição os que dela necessitam, a FUMP concede, entre outros, auxílio alimentação, moradia, programas de atenção à saúde, apoio à inclusão digital, apoio para intercâmbio internacional, para participação em eventos, e em programas culturais, e bolsa de trabalho. É dessa forma, sem a participação de recursos do governo federal e estimulando a participação solidária de todos, que essa política tem permitido desenvolver um conjunto de mecanismos destinados a garantir a permanência e conclusão dos cursos por parte de estudantes de condição socioeconômica desprivilegiada.

Estudos voltados para o acompanhamento e análise da inserção profissional de egressos dos cursos de graduação estão em desenvolvimento. Uma linha de estudos sistemática teve início em 2001, restrita aos cursos de Engenharia,

considerando a inserção do egresso no mercado de trabalho, sua apreciação sobre o papel do curso para o desempenho profissional, e sua apreciação sobre o curso realizado. Na seqüência desse estudo, estão sendo analisados os graduados nos cursos de Medicina, Direito, Geografia, Ciências Biológicas e Ciências Sociais, o que permitirá conhecer a situação dos formados em cursos tradicionais das grandes áreas do conhecimento, bem como a dos cursos que oferecem as habilitações de licenciatura e bacharelado, e de turnos diurno e noturno. A seguir, terá início a avaliação dos egressos de todos os demais cursos que têm turmas formadas a partir de 1980. Esses estudos estão ainda concentrados na graduação, sendo necessário planejar as análises sobre os concluintes da pós-graduação.

A participação dos egressos na vida da Instituição se faz por meio do Programa Sempre UFMG, que tem por objetivo estreitar o relacionamento entre a Universidade e seus ex-alunos. Por intermédio desse programa, é promovido o evento "Ex-Alunos UFMG - Destaque", que homenageia com a Medalha de Honra UFMG os ex-alunos que se destacaram na sociedade.

A Universidade tem implementado medidas, ainda que de caráter restrito, destinadas a assegurar o acesso a estudantes carentes. Sua atuação mais efetiva e ampliada se situa, porém, na esfera da garantia da permanência desses estudantes, na qual a FUMP tem participação acentuada. As questões relacionadas às políticas de acesso carecem, portanto, de um olhar mais atento, e de maior disposição política da Instituição, tendo em vista as demandas da sociedade pela promoção de maior inclusão social na educação superior. É necessário também avaliar a utilização do Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM como instrumento dessas políticas, ponderando suas virtudes e problemas, diante de uma possível tomada de decisão da UFMG quanto a esse tema.

A abordagem abrangente das questões relacionadas aos egressos dos cursos de graduação, por sua vez, assume caráter pioneiro entre as universidades federais brasileiras. Dada a tradição de quase 40 anos de investimento intenso e de alta qualidade na pós-graduação, contudo, a formulação de programas de estudos destinados a proceder a um acompanhamento dos egressos desses cursos converte-se em medida de caráter urgente.

Sustentabilidade financeira: significado social de compromissos na oferta da educação superior.

Sustentabilidade financeira da Instituição e políticas de captação e alocação de recursos

Como uma das instituições federais de ensino superior, a UFMG recebe recursos do Tesouro Nacional. Conta, também, com recursos arrecadados diretamente – incluindo receitas com bens imóveis, serviços hospitalares, serviços de estudos e pesquisas e transferências, restituições de convênios, entre outros –, além de recursos de outras fontes, incluindo o Sistema Único de Saúde, o Fundo Nacional de Saúde e outros órgãos da administração pública.

As condições para a sustentabilidade financeira da UFMG e de todas as instituições federais de ensino superior implicam a convivência com os imprevistos presentes na realização do orçamento do Tesouro, que é, sem dúvida, um

dos problemas mais complexos com que lidam os gestores das universidades federais. Informações constantes dos relatórios de auto-avaliação de algumas unidades acadêmicas, como Odontologia, Farmácia, Educação e Veterinária, dão conta de que tem sido necessário recorrer a fontes externas de financiamento – recursos provenientes da cobrança de taxas dos cursos de extensão e especialização e de atividades administradas por fundações de apoio – para assegurar o funcionamento de atividades do ensino de graduação.

Políticas de aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão

A UFMG tem políticas específicas para a aplicação de recursos em programas de ensino, pesquisa e extensão, com destaque para o Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico, resultante da aplicação de 70% do resultado operacional líquido daquela fundação. Por meio dele tem sido possível estabelecer e executar prioridades institucionais para a execução dos projetos, sem depender de decisões do governo federal ou de agências de fomento para o seu financiamento. Além disso, em relação à participação nos editais dos fundos setoriais, a UFMG tem adotado a política de não levar à decisão dos Conselhos Superiores projetos que reflitam apenas necessidades individuais de pesquisadores, mas que estejam em acordo com as necessidades institucionais.

Quanto à captação de recursos para pesquisa, o volume elevado de recursos recebidos pela UFMG, por intermédio de agências de fomento e de outros órgãos financiadores – 59% desses em 2005 foram obtidos da FAPEMIG, FINEP, CNPq e CAPES –, permite perceber a importância dessa atividade na composição das fontes, além do Tesouro Nacional, para o cumprimento dos compromissos institucionais na oferta da educação superior.

A questão da sustentabilidade financeira é um dos aspectos mais delicados da gestão das universidades federais, aí incluída a UFMG, em consequência da ausência de uma regulação que assegure autonomia de gestão financeira em condições adequadas às funções exercidas. A convivência com situações de contingenciamento de parcelas devidas pela União é parte integrante desse contexto. A insuficiência de recursos produz efeitos perversos, dificultando a formulação de uma política de investimentos que assegure a melhoria de qualidade de serviços prestados.

As características da realização do orçamento do Tesouro nas IFES e a ausência de autonomia de gestão tornam ainda mais complexa a condução da vida de uma universidade federal. Foi numa condição como essa que, em 2003, pela primeira vez na sua história, a UFMG apresentou dívidas com seus fornecedores, levando a Instituição a acordar com os diretores de unidades a utilização de mecanismos de contenção de custos, tornados públicos, posteriormente, para a comunidade universitária e a sociedade mineira.

Outras dimensões relevantes.

Cultura

No mundo contemporâneo as atividades culturais e artísticas adquiriram relevância, pelas suas características essenciais ao refinamento do humanismo e ao aperfeiçoamento da formação profissional. Dentro dessa perspectiva, a UFMG percorre um leque diversificado de atividades.

No Centro Cultural UFMG são desenvolvidas atividades em parceria com unidades da UFMG, como o Programa Cidadania Cultural, que compreende projetos de inserção social e de produção cultural. Abriga também o projeto interdisciplinar Rede.lê – Rede de Inclusão e Letramento Digital, que compreende 18 telecentros instalados em escolas públicas, organizações não-governamentais, comunidades de tribos indígenas e remanescentes de quilombos, e centros culturais da periferia da capital e interior do estado.

O Conservatório UFMG está instalado em prédio, reformado e restaurado, que abrigou durante mais de 30 anos a Escola de Música da Universidade Federal de Minas Gerais. Além de manter estreito vínculo com a área de Música, o espaço serve de palco para outras formas de manifestações culturais.

Em parceria com o Programa Pólo de Integração UFMG no Vale do Jequitinhonha, são realizados, no Campus Pampulha, eventos para divulgar o artesanato do Vale do Jequitinhonha, envolvendo cerca de 70 artesãos. Além de seu caráter de relevância social e cultural, esse projeto possibilita aos artesãos a comercialização de peças do artesanato local.

Criado em 1967 por professores da Escola de Belas Artes da UFMG e Fundação de Educação Artística de Belo Horizonte, o Festival de Inverno da UFMG consolidou-se como um dos maiores programas de extensão universitária da área artístico-cultural do país. Em suas 33 edições anuais, que ocorrem no mês de julho, o festival foi realizado em Ouro Preto, São João Del-Rei, Poços de Caldas, Belo Horizonte, estando sediado, a partir do ano 2000, em Diamantina, com a participação de milhares de alunos, visitantes e espectadores.

A atuação da UFMG tem sido bastante intensa e diversificada na área da cultura, mesclando-se com as ações mais diretamente relacionadas à extensão e, ao mesmo tempo, adquirindo autonomia em relação a elas. Atinge públicos diversos, indo do erudito ao popular, e nos vários campos das artes e manifestações populares. Em termos quantitativos, o que tem sido realizado é significativo, considerando-se a diversidade de projetos e ações executadas, o público atingido, a participação de alunos, a abrangência e variedade dos campos do conhecimento e dos fazeres culturais e artísticos envolvidos. Como parte da concretização das ações de responsabilidade social da UFMG, contudo, é necessário aprimorar a identificação das demandas do entorno social, e das alternativas de atendimento, dando maior eficácia à integração entre universidade e sociedade, principalmente tendo em vista as populações desprovidas de recursos econômicos e do acesso a bens e serviços culturais.

Editora UFMG

A Editora UFMG desempenha papel relevante na divulgação da imagem da Universidade. Reconhecida pela sociedade e pelo público que frequenta os principais eventos científicos e editoriais do Brasil e do exterior como representante da Universidade. Com uma tiragem média de 1.500 exemplares e cerca de 400 títulos em catálogo, esses livros estão disponíveis em todo o território nacional, sendo que, entre 2001 e 2005, 47% dos 212 títulos novos foram de autores da Universidade. Promove, também, intercâmbio entre a produção local, nacional e internacional, favorecendo a troca de idéias e o debate, vitais para uma instituição universitária, contribuindo com o desenvolvimento regional e nacional. A Editora está a caminho de se tornar auto-sustentável financeiramente, ressentindo-se, porém, da falta de um modelo de definição jurídica, recursos humanos, infra-estrutura física e equipamentos para o bom desenvolvimento das suas atividades.

A ampliação quantitativa e qualitativa da produção editorial da UFMG tem contribuído para a divulgação da produção acadêmica da Universidade. A abrangência dessa ampliação demanda uma análise das implicações da manutenção desse projeto, considerando a qualificação profissional necessária, a estruturação do processo de trabalho, bem como a infra-estrutura física e os equipamentos requeridos.

Hospital das Clínicas

O Hospital das Clínicas – HC é a maior atividade de extensão da Universidade, braço que alcança a comunidade através da assistência médica hospitalar realizada por docentes e alunos, e coloca sua capacidade e conhecimento a serviço da saúde da população e das políticas de saúde que o estado implementa em conjunto com a UFMG. O HC atua na formação de estudantes, oferecendo 37 programas de residência médica, cursos de especialização em diversas áreas médicas e de enfermagem, e cursos técnicos de nível médio de enfermagem e de patologia. O hospital recebe, também, alunos de graduação, mestrado e doutorado.

Na área da pesquisa, tiveram início, em 2005, testes de vacina contra o melanoma e os cânceres de próstata e de rins. O hospital é o maior transplantador de órgãos do estado, e pioneiro em Minas Gerais no transplante de pulmão e no de fígado inter-vivos em adultos. Em 2002, com recursos doados por uma instituição privada dirigida por um ex-aluno da UFMG, passou a contar com o Instituto Alfa de Gastroenterologia, o mais bem equipado da América Latina na área, e sua criação ampliou, de modo significativo, o número das consultas e cirurgias gástricas.

Além de desenvolver extensa e relevante atividade de prestação de serviços, o Hospital das Clínicas é o maior formador de profissionais da área de Saúde de Minas Gerais. A gestão hospitalar ali praticada tem se constituído em modelo para os hospitais universitários do país. O tratamento dado aos encargos docentes pela Universidade, contudo, não contempla toda a complexidade do ato docente-assistencial, o qual envolve tanto a responsabilidade de cuidar e ensinar com competência e ética, quanto a responsabilidade final pelos atos assistenciais.

Os Fundos FUNDEP

A Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP foi instituída em 1975 com a missão de dar apoio à gestão de projetos de pesquisa desenvolvidos na UFMG. Nos 30 anos de existência, sua atuação expandiu-se, gerenciando atualmente mais de mil projetos de pesquisa, extensão e ensino, e de prestação de serviços e desenvolvimento institucional.

Por determinação do Conselho Curador da FUNDEP, desde a década de 1980, parte do resultado operacional líquido é revertido em programas de incentivo à pesquisa e apoio acadêmico à UFMG. Para isto, foram constituídos os Fundos FUNDEP de Apoio Acadêmico e de Apoio Institucional, correspondendo, respectivamente, a 30% e a 40% daquele resultado.

O Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico foi instituído em 1986, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento da pesquisa, ensino e extensão da UFMG, em áreas pouco fomentadas pelo apoio governamental ou de interesse estratégico da Universidade. Além dessas modalidades de apoio, os recursos do Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico auxiliaram na atualização e diversificação dos títulos do acervo bibliográfico, e na composição de um fundo para auxiliar a publicação de artigos de pesquisadores da UFMG em periódicos de impacto, de modo a possibilitar maior inserção da Universidade na comunidade científica internacional.

O Fundo FUNDEP de Apoio Institucional foi criado em 2000, voltado para ações da Universidade que atendam às necessidades de obras civis de infraestrutura e edificações vinculadas à pesquisa. Nos primeiros oito anos de vigência, o Conselho Curador determinou que o total de recursos desse fundo fosse destinado a obras voltadas para o desenvolvimento do Campus Pampulha.

A constituição dos Fundos FUNDEP se configura como um modo pertinente de relação entre a Universidade e sua principal fundação de apoio, e, de certo modo, é um modelo para a gestão de outras universidades públicas. O montante de recursos aportado tem contribuído de forma significativa para a estruturação de prioridades de investimento e expansão da Universidade. Aspectos relevantes são tanto a transparência impressa ao processo de decisão na destinação dos recursos quanto o controle que a UFMG exerce sobre suas fundações.

Educação básica e profissional

A atuação da UFMG na área da educação básica e profissional teve início em 1948, quando foi criado o Ginásio de Aplicação, vinculado à Faculdade de Filosofia, posteriormente denominado Colégio de Aplicação, voltado para a formação do ensino fundamental. Em 1952, foi criado o Teatro Universitário, destinado à formação de atores em nível médio. Em 1967, foi criado o Colégio Técnico, em decorrência de convênio firmado entre o Brasil e o Reino Unido para a formação de técnicos de nível médio. Em 1968, o Colégio Agrícola do Núcleo de Ciências Agrárias de Montes Claros foi agregado à Universidade. A inserção e organização da educação básica e profissional da UFMG estão sendo reestruturadas, tendo em vista o aprimoramento de sua gestão pedagógica e administrativa e da vinculação com as atividades dos cursos de graduação.

O longo tempo de atuação da UFMG na área de educação básica e profissional evidencia o seu compromisso com os outros níveis de ensino. Os dados relativos às escolas de educação básica indicam, contudo, que seu desempenho, no que se refere à conclusão dos cursos pelos estudantes, precisa ser aprimorado.

Museus

Em 2001, a UFMG criou a Rede de Museus e Espaços de Ciências e Tecnologias, que agregou o conjunto das suas instituições dedicadas a esta área. Com a criação dessa rede buscou-se somar esforços, otimizar recursos, encontrar soluções para problemas comuns, definir estratégias, planejar ações conjuntas, ampliar o intercâmbio com o público e agir de forma solidária, preservando a identidade, as características e a missão de cada espaço que a compõe.

A Rede de Museus e Espaços de Ciências e Tecnologias da UFMG é integrada por oito espaços de ciências e tecnologia. Eles estão situados em vários pontos da Região Metropolitana de Belo Horizonte: Centro de Memória da Engenharia, Centro de Memória da Medicina, Centro de Referência em Cartografia Histórica, Estação Ecológica, Laboratório de História e Educação em Saúde, Museu de Ciências Morfológicas, Museu de História Natural e Jardim Botânico, e Observatório Astronômico Frei Rosário.

Conclusão

A experiência de trabalho com fontes sobre a Universidade Federal de Minas Gerais constituiu um grande desafio para esta comissão, pela diversidade e importância de seu conteúdo. Ao mesmo tempo, como uma primeira sistematização de dados e informações, o trabalho apresentado indica uma perspectiva promissora para o andamento de futuras avaliações. Ao olhar para a Universidade, esta comissão buscou produzir um retrato que fosse o mais transparente possível. Como instituição pública, suas virtudes e vícios devem ser destacados na justa medida, pois, além da responsabilidade da prestação de contas à sociedade, a auto-avaliação deve contribuir com a produção de parâmetros para as correções de percurso que venham a ser necessárias.

Introdução

A Universidade Federal de Minas Gerais é uma instituição pública federal, localizada em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. Possui dois campi em Belo Horizonte e um terceiro em Montes Claros, no norte do estado. Há mais de 20 anos registra experiências pioneiras de processos internos de avaliação, que a distinguem no conjunto das instituições de educação superior brasileiras.

Na década de 1980, foram realizados procedimentos de avaliação da pós-graduação, que possibilitaram identificar fragilidades e necessidades de aplicação de ações corretivas, para além daquelas encontradas na avaliação praticada pela CAPES. Nesse mesmo período, instituiu-se processo rotineiro de avaliação das atividades departamentais, resultando na determinação da obrigatoriedade de apresentação de planos de trabalho departamentais como subsídios para a alocação de vagas docentes e para as políticas de qualificação de pessoal docente, sistemática ainda em vigor.

No início dos anos de 1990, a partir da avaliação de procedimentos acadêmicos específicos do ensino de graduação, a UFMG adotou a iniciativa de aproveitamento semestral de todas as vagas ociosas por meio de processos de transferência e de admissão de graduados. Aderiu e implantou, também, o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB, que produziu importantes impactos sobre o ensino de graduação. Foram implantadas as avaliações das disciplinas pelos discentes, realizados estudos sobre temas como a evasão e a seletividade social no acesso aos cursos de graduação. Ainda nessa perspectiva, foi constituída a Comissão Permanente de Avaliação do Ensino de Graduação e realizaram-se avaliações externas dos 37 cursos de graduação, que, no final da década, eram oferecidos de modo completo.

Mais recentemente, vêm sendo desenvolvidos estudos relacionados à implementação, pela Universidade, de políticas de inclusão social, que subsidiaram decisão do Conselho Universitário no sentido de definir a expansão de vagas nos cursos noturnos como uma das políticas prioritárias. Está sendo implantado, também, projeto de levantamento censitário anual da população estudantil, a partir dos questionários respondidos pelos candidatos ao vestibular, e que se constituirá numa base de dados importante para a formulação de políticas acadêmicas. Os dados referentes a este censo estão na página web da UFMG, disponíveis para qualquer interessado, mediante solicitação.

Registre-se, contudo, que é a primeira vez que a UFMG realiza uma avaliação institucional em sentido mais abrangente. Isso não significa que esse procedimento não tivesse ainda sido considerado, e um bom indicador foi a criação da Diretoria de Avaliação Institucional pela gestão da Reitoria do período 2002-2006, iniciativa que iria levar, no médio prazo, à realização de um processo de auto-avaliação associado à avaliação externa. A aprovação da lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, no entanto, tornou urgente a promoção de um rearranjo nas prioridades então estabelecidas.

Como é sabido, à aprovação da mencionada lei seguiu-se a edição de diretrizes específicas quanto aos procedimentos de avaliação da educação superior que foram estabelecidos, e de um roteiro detalhado composto pelas dimensões a serem avaliadas. Ambos, sem dúvida, se constituem em importantes instrumentos no que concerne ao fornecimento de orientações gerais, quando se considera tratar-se de processo envolvendo um volume considerável de instituições de ensino superior.

É preciso ressaltar, contudo, que tal circunstância resultou, de certo modo, em novos constrangimentos normativos para as instituições que estavam começando a delinear projetos de auto-avaliação de caráter mais abrangente. Com princípios orientadores, metodologia de trabalho e prazos explicitados de fora para dentro de instituições que caminhavam no sentido de se auto-avaliar, elas tiveram que se submeter aos cânones gerais. Assim sendo, o desenvolvimento de projetos e metodologias específicas deverá aguardar momento posterior, caso, por decisão decorrente de iniciativa autônoma da Universidade, um outro processo de avaliação institucional seja conduzido.

À guisa de introdução, é importante destacar, ainda, que a conjuntura em que foi realizada a avaliação interna da UFMG foi bastante específica e com reflexos sobre o processo. Conforme consta do cronograma que se encontra no projeto apresentado ao Conselho Universitário e encaminhado à Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, a auto-avaliação da UFMG teve início em abril de 2005. Na seqüência das observações feitas anteriormente acerca dos prazos predefinidos pela CONAES, pode-se afirmar que o ano de 2005 não seria, para nós, o mais indicado para realizar tal atividade, dado que o mandato da gestão encerrava-se em março de 2006 e que o processo de consulta à comunidade desenvolveu-se ao longo do segundo semestre de 2005. Isso produziu interferências sobre o processo, que se refletiram, por exemplo, no tipo de participação da comunidade nos grupos focais, realizados em outubro e início de novembro.

Outro aspecto relacionado a essa conjuntura diz respeito ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, dado que a condução do processo de produção do PDI implicaria sistematizar um projeto para os próximos cinco anos da Universidade. No cenário de final de gestão, no entanto, desenhar um projeto para os cinco anos seguintes consistiria numa operação delicada do ponto de vista político-institucional. Nessas circunstâncias, a Reitoria optou por dar andamento ao trabalho de elaboração de uma versão preliminar do PDI, a ser apresentada à comunidade universitária pelo próximo reitor, para debate. Em junho de 2006, essa versão foi apresentada ao Conselho Universitário, sendo aprovado um cronograma para debate e aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFMG. Assim sendo, a auto-avaliação, realizada nesse momento, não poderá compreender a abordagem integral da primeira dimensão do roteiro elaborado pela CONAES.

A comissão buscou estabelecer alguns parâmetros de qualidade da Instituição a serem utilizados como referência para a auto-avaliação. Tendo em vista o contexto em que se insere a educação superior brasileira hoje, a contribuição da Universidade para a expansão da oferta de vagas discentes e suas ações visando à inclusão social são, sem dúvida, dois referenciais importantes. Além desses, considerou-se significativo avaliar as ações da UFMG sob dois pontos de vista distintos: de um lado, sua atuação no sentido de produzir conhecimento nas suas mais diversas áreas e de formar quadros capazes de transmitir e também produzir conhecimento, e, de outro, sua capacidade de atuar de forma academicamente inovadora e socialmente comprometida com os valores éticos do desenvolvimento social e humano.

Duas observações devem ainda ser feitas, antes de expor a metodologia que foi adotada para a avaliação. Em primeiro lugar, a experiência, aqui registrada, de trabalho com fontes sobre a Universidade Federal de Minas Gerais, constituiu um grande desafio para a comissão, pela diversidade e importância de seu conteúdo. Ao mesmo tempo, parece claro que, como uma primeira ocasião de sistematização de dados e informações, o conteúdo apresentado a seguir

representa uma perspectiva promissora para o andamento de futuras avaliações a serem realizadas. Em segundo lugar, é importante registrar que, ao olhar para a Universidade, a comissão buscou produzir um retrato que fosse o mais transparente possível. Como instituição pública, suas virtudes e vícios devem ser destacados na sua justa medida, pois, além da responsabilidade da prestação de contas à sociedade, a auto-avaliação precisa servir como parâmetro para as correções de percurso que venham a ser necessárias. A CPA da UFMG considera que a análise contida neste relatório atende ao que está expresso nos artigos 2º e 3º da lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, no que diz respeito a assegurar caráter público aos procedimentos adotados, aos dados e aos resultados da avaliação, o respeito à identidade e às diversidades da Instituição, e à consideração das diferentes dimensões institucionais.

Procedimentos metodológicos.

Com a aprovação da lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, a UFMG teve que prescindir de um projeto próprio construído pela Instituição, seguindo prazos por ela mesma estabelecidos, para construir uma metodologia de trabalho pela CPA a partir das diretrizes emanadas da CONAES. A comissão realizou a etapa inicial de seu trabalho analisando o Roteiro de Auto-Avaliação Institucional do SINAES. Nessa análise, buscou-se especificar os procedimentos a serem adotados com o objetivo de atender às suas diversas dimensões, principalmente no que concerne à grande diversidade de documentos e de dados a serem pesquisados, e à necessidade de realização de algum estudo mais aprofundado a partir dessas informações.

Adicionalmente, foram definidos três procedimentos a serem realizados, com vista a ampliar a visibilidade proporcionada pelos dados documentais. Dois deles foram voltados para a apreensão de aspectos da representação social sobre a Universidade: um questionário disponibilizado na internet e um estudo com grupos focais. O questionário dirige-se mais especificamente para a captação de informações acerca da percepção da imagem da Instituição pelas comunidades interna e externa. Os grupos focais com alunos, professores e funcionários, tiveram o objetivo de analisar aspectos relacionados ao ensino, pesquisa e extensão, à comunicação com a comunidade interna e externa, às políticas de pessoal, à organização e gestão da Universidade, e à sua infraestrutura. Ambos os instrumentos tiveram um relatório conclusivo, e as observações neles contidas foram analisadas pela CPA, para posterior incorporação ao relatório final da avaliação interna.

Quanto ao terceiro procedimento, constituído por uma versão simplificada do roteiro de auto-avaliação, a ser aplicada pelas unidades acadêmicas e órgãos suplementares da Universidade, teve objetivos de três ordens distintas. Buscou-se tanto ampliar a participação da comunidade acadêmica no processo de auto-avaliação, como identificar possíveis aspectos que, ao tratar os dados gerais disponíveis na administração central, tivessem escapado ao olhar da comissão, e, por fim, captar percepções institucionais específicas sobre o processo de auto-avaliação. Esses relatórios foram analisados pela CPA, incorporando-se ao presente relatório aquilo que se considerou pertinente.

As diversas dimensões do roteiro foram distribuídas entre os membros da comissão, para o necessário tratamento da documentação existente nas Pró-Reitorias e órgãos da administração central da Universidade. O resultado desse tratamento foi discutido pelos membros da CPA e, em seguida à crítica da comissão, foi incorporado ao relatório final.

A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional.

Nos termos do Estatuto, aprovado pelo Conselho Universitário em 5 de julho de 1999, a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG tem por finalidades precípuas a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, compreendidos de forma indissociada e integrados na educação do cidadão, na formação técnico-profissional, na difusão da cultura e na criação filosófica, artística e tecnológica. A UFMG constitui-se em veículo de desenvolvimento regional, nacional e internacional. No interesse dos seus objetivos, mantém cooperação acadêmica, científica, tecnológica e cultural com instituições nacionais e internacionais.

Visando ao cumprimento integral das finalidades estatutárias, a Universidade Federal de Minas Gerais assume como missão gerar e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, destacando-se como instituição de referência nacional, formando indivíduos críticos e éticos, com uma sólida base científica e humanística, comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade e com o desenvolvimento socioeconômico regional e nacional.

Breve histórico

No século 18, a criação de uma universidade em Minas Gerais já fazia parte do projeto político dos Inconfidentes. A proposta, entretanto, só veio a ser concretizada na terceira década do século 20, no bojo de intensa mobilização intelectual e política, que teve no então presidente do estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, a sua principal expressão. Nesse contexto, em 7 de setembro de 1927, foi fundada a Universidade de Minas Gerais, a partir da reunião das quatro instituições de ensino superior existentes em Belo Horizonte: as Faculdades de Direito (criada em 1892) e de Medicina (criada em 1911), e as Escolas de Engenharia (criada em 1911), de Odontologia e Farmácia (cujos cursos foram criados, respectivamente, em 1907 e 1911). O primeiro reitor, nomeado em 10 de novembro do mesmo ano, foi Francisco Mendes Pimentel, diretor da Faculdade de Direito, local onde funcionou a primeira Reitoria.

Um ano depois, os planos do governo estadual direcionavam-se para a necessidade da construção de um complexo universitário, já denominado Cidade Universitária. Em parceria com a Prefeitura, foram colocados à disposição da Universidade 35 quarteirões com 639 lotes e área equivalente a 500 mil m², nos bairros de Lourdes e Santo Agostinho. Esta localização foi questionada, contudo, por limitar o crescimento futuro da Instituição, inserida em zona urbana de ocupação e valorização iminentes. Em 1937, o interventor Benedito Valadares destinava, no seu plano educacional, nova área para a Universidade nas proximidades do Parque Municipal.

Acontecimentos políticos, entretanto, deram outra direção para a consolidação do espaço universitário. Dentro de um quadro no qual o governo do Estado Novo era hostilizado pela camada estudantil, a idéia de deslocar as universidades existentes das regiões centrais das cidades tornou-se adequada ao sistema. Assim, em 1942, foi desapropriada a fazenda Dalva, localizada em zona suburbana na região da Pampulha, decisão que foi aprovada pela comunidade universitária, representada pela comissão criada para esta interlocução com o governo, tendo em vista a amplitude, tranqüilidade e topografia da área, relativa proximidade com o centro urbano e acesso a transportes.

A Universidade permaneceu como instituição estadual até 17 de dezembro de 1949, quando foi federalizada. Nessa época, já haviam sido integradas à Universidade a Escola de Arquitetura (1944) e as Faculdades de Ciências Econômicas e de Filosofia (1948). A Universidade Federal de Minas Gerais, nome adotado em 1965 por determinação do Governo Federal, é pessoa jurídica de direito público, mantida pela União, dotada de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial.

O Plano Diretor para a Cidade Universitária, definindo o sistema viário e o zoneamento das atividades por áreas de conhecimento e serviços, foi concluído em 1957, sendo, então, iniciadas as obras de infra-estrutura e de apoio. Em seqüência, foram projetados e edificados os prédios da Reitoria, do Estádio Universitário – construído pelo estado –, do Instituto de Pesquisas Radioativas – atualmente sob administração do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear – CDTN, dos Institutos de Mecânica e Eletrotécnica – atual Colégio Técnico –, e de uma unidade residencial inacabada – atualmente Unidade Administrativa II. Prosseguindo em seu processo de expansão, a UFMG incorporou e criou novas unidades e cursos: Escola de Enfermagem (1950), Escola de Veterinária (1961), Conservatório Mineiro de Música (1962), Escola de Belas Artes (1963) e Escola de Educação Física (1969).

Com a aprovação de seu plano de reestruturação, em 1967, e o advento da Reforma Universitária, em 1968, a Universidade sofreu profunda alteração orgânica, principalmente no que se refere à estrutura do sistema de ensino. O desmembramento da antiga Faculdade de Filosofia deu origem à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, ao Instituto de Ciências Biológicas, responsável pelo ciclo básico da área de Ciências Biológicas, e ao Instituto de Ciências Exatas, responsável pelo ciclo básico de Ciências Exatas –, ao Instituto de Geociências e às Faculdades de Educação e de Letras. O ciclo básico de Ciências Humanas, ministrado pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, foi instituído apenas em 1973. Ainda em 1968, foi elaborado um plano paisagístico que definiu diretrizes para a implantação do Campus, que foi sendo complementado, até o final dos anos 1990 do século 20, com políticas específicas que permitiram a ocupação do terreno da Pampulha.

Em 1998, foi instituída uma comissão para elaborar o Plano Diretor da UFMG. Seus princípios norteadores e suas proposições, embora o Plano ainda não tenha sido aprovado pelo Conselho Universitário, baliza as decisões relativas ao espaço físico do Campus Pampulha. Nesse mesmo ano, foi instituído um projeto visando à transferência das unidades acadêmicas localizadas na região central de Belo Horizonte, de modo a integrar as diversas áreas do conhecimento, assim como a ampliação do número de vagas e a promoção do desenvolvimento acadêmico da Universidade, além da ampliação, reforma e modernização de unidades acadêmicas já instaladas no Campus Pampulha. Esse projeto, denominado Campus 2000, permitiu a transferência da Faculdade de Farmácia para o Campus Pampulha em 2004, e possibilitou a ampliação, reforma e modernização de algumas unidades acadêmicas ali instaladas.⁶

Assim, com a efetiva implantação do Campus Pampulha, iniciada na década de 1960, encontram-se hoje nele quatorze unidades acadêmicas, uma parte da Escola de Engenharia, uma Unidade Especial – o Centro Pedagógico, constituído da Escola Fundamental e do Colégio Técnico –, os prédios da administração universitária, a Praça de Serviços, a Biblioteca Universitária, a Imprensa Universitária, o Centro de Microscopia Eletrônica, os restaurantes universitários Setorial I e II, o Centro de Desenvolvimento da Criança (Creche da UFMG) e a

6 O Projeto Campus 2000 será analisado na dimensão “Infra-estrutura física”.

Estação Ecológica.

Além do Campus Pampulha, em sua estrutura física atual, a UFMG conta com o Campus Saúde, localizado na região central da cidade, onde funcionam a Faculdade de Medicina, a Escola de Enfermagem e nove unidades prediais que compõem o Hospital das Clínicas, considerado centro de referência e excelência regional e nacional em medicina de alta complexidade. Fazem parte ainda da UFMG outras escolas e faculdades, dispersas em diferentes bairros da cidade – Arquitetura, parte da Engenharia, Ciências Econômicas e Direito –, além do Centro Cultural, Museu de História Natural e Jardim Botânico. Fora de Belo Horizonte, funcionam o Núcleo de Ciências Agrárias, situado no Campus Regional de Montes Claros, e duas fazendas, uma experimental e outra modelo, vinculadas à Escola de Veterinária. Em Diamantina, está instalado o Instituto Casa da Glória (ex-Centro de Geologia Eschwege), órgão complementar do Instituto de Geociências; em Tiradentes, situa-se o complexo histórico-cultural composto pelo Museu Casa do Padre Toledo, Casa de Cadeia, Casa da Câmara e Centro de Estudos da Fundação Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Ao lado de uma política de expansão que perpassa a trajetória da UFMG desde sua fundação, a Instituição tem-se pautado por parâmetros de mérito e qualidade acadêmica em todas as suas áreas de atuação. Como IES integrante do sistema federal de ensino superior brasileiro, a UFMG é a maior universidade pública do estado de Minas Gerais, destacando-se não apenas pela abrangência de sua atuação, como também pelos elevados índices de produção intelectual, características estas que a projetam em uma posição de referência e de liderança regional.

Dado o seu caráter estratégico no conjunto do patrimônio acadêmico, científico e cultural brasileiro, a UFMG busca orientar-se pelos seguintes princípios:

- Defesa de um sistema de educação superior sólido, diversificado, com padrões crescentes de qualidade, atendidos aos requisitos de infraestrutura e recursos humanos, capazes de manter tal sistema nas melhores condições de funcionamento possíveis;
- Estabelecimento de políticas de ensino, pesquisa e extensão que assegurem níveis crescentes de legitimidade institucional;
- Gratuidade de ensino, entendida como não-cobrança de anuidade ou mensalidade nos cursos regulares de Educação Básica e Profissional, de graduação, de mestrado e de doutorado;
- Afirmação do caráter público e da identidade acadêmica da UFMG;
- Defesa permanente da autonomia universitária;
- Interação continuada com a sociedade;
- Consolidação crescente dos programas voltados para a inserção nacional e internacional;
- Apoio ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a busca de sociedades mais igualitárias e mais justas;
- Gestão racional, transparente e democrática do orçamento e do cotidiano da Universidade;

- Aperfeiçoamento de um modelo de gestão descentralizada, priorizando a estrutura colegiada e em permanente diálogo com todas as instâncias que compõem a comunidade universitária;
- Respeito à diversidade das forças que constituem a Universidade, fonte de sua maior riqueza, incluindo-se aí tanto os segmentos docente, discente e de funcionários técnicos e administrativos,⁷ quanto diferentes perfis de atuação individual e de campos disciplinares.

A UFMG é uma instituição pública historicamente comprometida tanto com o desenvolvimento do estado de Minas Gerais, como do país. Para consolidar essa missão, ela procura disseminar suas formas de atuação em áreas geograficamente diversificadas, investindo nas dimensões quantitativa e qualitativa dos projetos acadêmicos, científicos, tecnológicos e culturais em andamento ou em fase de planejamento. Uma das prioridades institucionais é a integração entre os diversos níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, buscando privilegiar os projetos e programas de impacto acadêmico e social com repercussões de caráter local, regional, nacional e internacional. Essa política advém da compreensão da comunidade universitária de que a expansão do ensino superior público, gratuito e de qualidade constitui instrumento indispensável para atenuar e, mesmo, superar as situações de desigualdade social que se verificam nas perspectivas intra e inter-regional, e nos cenários internacionais.

Além de desenvolver programas e projetos de ensino, nos níveis de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão, sob a forma de atividades presenciais, e a distância, em oito áreas do conhecimento, a Universidade oferece, também, na Escola Fundamental, no Colégio Técnico, no Núcleo de Ciências Agrárias e no Teatro Universitário, cursos de educação básica e profissional. Além de serem um campo de experimentação para a formação no ensino superior, essas escolas constituem um lócus de produção teórica e metodológica sobre as questões referentes a esses níveis de ensino.

A estrutura de decisão da Universidade comporta os seguintes órgãos,⁸ assim distribuídos de acordo com suas respectivas esferas de competência:

- Deliberação superior: Conselho Universitário,⁹ Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Fiscalização: Conselho de Curadores;
- Administração superior: Reitoria com seus órgãos auxiliares, Conselho de Diretores;
- Ensino, pesquisa e extensão: unidades acadêmicas, órgãos suplementares;
- Consulta: Conselho de Integração Comunitária.¹⁰

Os colegiados de curso são responsáveis pela coordenação didática de cada curso de graduação, mestrado e doutorado. As atividades de educação básica são desenvolvidas na Escola de Educação Básica e Profissional, Unidade Especial que substituiu o antigo Centro Pedagógico constituído pela Escola Fundamental – EF e pelo Colégio Técnico – COLTEC. A escola é integrada pelos centros: Centro Pedagógico – CP, Colégio Técnico e Teatro Universitário – TU, e por outros cursos referentes ao ensino fundamental, médio e educação profissional.

7 Este documento não contempla a nomenclatura servidores técnico-administrativos em educação, em vigor após agosto de 2006.

8 Organograma da instituição é apresentado na dimensão “Organização e gestão da instituição”.

9 O Conselho Universitário tem a Auditoria Geral como órgão de assessoramento.

10 Órgão definido estatutariamente e ainda não instalado.

A Unidade Especial é constituída por um Conselho Diretor, uma Diretoria, a Coordenadoria Pedagógica da Educação Básica e a Coordenadoria Pedagógica da Educação Profissional.

A administração do ensino, da pesquisa e da extensão é feita de acordo com as normas estatutárias e regimentais, segundo resoluções baixadas pelos órgãos competentes. A Reitoria supervisiona e controla a execução das atividades administrativas da Universidade, competindo-lhe, para esse fim, estabelecer as medidas regulamentares cabíveis. Ela é integrada pelo Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitorias, Procuradoria Jurídica e Assessorias.

Nos termos do Estatuto, o reitor da Universidade, com mandato de quatro anos, é nomeado pelo Presidente da República, escolhido a partir de lista tríplice de docentes organizada em reunião conjunta do Conselho Universitário, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e Conselho Curador. O processo de consulta à comunidade universitária para escolha do reitor e do vice-reitor, que precede a elaboração da lista tríplice, é estatutário e regulamentado pelo Conselho Universitário. Podem concorrer à lista tríplice os docentes membros da carreira de magistério superior da Universidade, em efetivo exercício, respeitada a legislação vigente. Os Pró-Reitores, o Procurador-Geral e os Assessores são de livre escolha do Reitor.

O Conselho de Diretores é o órgão de assessoria executiva da administração superior da Universidade, competindo-lhe traçar normas operacionais para matérias aprovadas pelo Conselho Universitário, decidir sobre aquelas que lhe forem delegadas por este órgão, e assessorar nas matérias de competência do Reitor. Integram o Conselho de Diretores, o Reitor, o Vice-Reitor, os Pró-Reitores, os diretores das unidades acadêmicas, os diretores-gerais das unidades especiais, e representantes do corpo discente e do corpo técnico e administrativo, nos termos do art. 78 e do art. 84 do Estatuto, respectivamente.

As unidades acadêmicas são estabelecimentos de ensino que possuem sede e estruturas administrativas próprias, realizam atividades de pesquisa e extensão e oferecem cursos superiores que resultam na concessão de diplomas de graduação e/ou de pós-graduação. Podem contemplar estruturas de nível hierárquico inferior, sendo a estrutura departamental uma das formas possíveis de organização. São administradas pela congregação e pela diretoria. A congregação, cuja competência é supervisionar a política de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da unidade acadêmica, é integrada pelo diretor, pelo vice-diretor e por representantes dos segmentos docente, discente e técnico e administrativo, nos termos do Estatuto.

Às Câmaras Departamentais cabe, sob a presidência dos respectivos chefes, dentre outras atribuições, planejar e supervisionar a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão dos departamentos, bem como avaliar os planos de trabalho individuais dos docentes a eles vinculados e atribuir-lhes encargos; estabelecer os programas das atividades acadêmicas curriculares do departamento e propor aos colegiados de curso os créditos correspondentes; propor a admissão e a dispensa de docentes, bem como modificações do regime de trabalho destes; manifestar-se sobre o desempenho de docentes e de servidores técnicos e administrativos, para fins de acompanhamento, aprovação de relatórios, estágio probatório e progressão. As Assembléias dos departamentos exercem funções consultivas em relação às Câmaras Departamentais.

A Universidade dispõe, ainda, de Órgãos Suplementares, vinculados à Reitoria, e de Órgãos Complementares, vinculados às unidades acadêmicas, sem lotação própria de pessoal docente, para colaborar no ensino, na pesquisa e na extensão. O seu funcionamento é disciplinado em regimentos próprios, aprovados, respectivamente, pelo Conselho Universitário e pelas Congregações.

Apreciação

No conjunto das instituições de ensino superior brasileiras, a UFMG ocupa posição de destaque, obtida a partir da conjugação entre os valores com os quais está comprometida e a atenção aos desafios constantemente apresentados pela realidade em permanente modificação. Os documentos oficiais da Universidade indicam, com clareza, sua identidade, propósitos e os princípios pelos quais busca pautar sua atuação. Embora o seu projeto pedagógico institucional ainda não esteja aprovado, as diretrizes para os cursos de graduação, a serem apresentadas mais adiante, evidenciam que os princípios mencionados se concretizam na proposta pedagógica e curricular. Existe, portanto, uma correspondência entre o que está preconizado nos documentos oficiais e a formação disponibilizada para o corpo discente, seja no que diz respeito à estrutura curricular, seja no que diz respeito aos ideais pedagógicos básicos.

Problemas variados fazem, igualmente, parte da agenda da UFMG, e decorrem dos desafios frente aos quais ela não pode deixar de se posicionar. Entre eles, destaca-se a necessidade de expandir as vagas discentes, meta estabelecida no Plano Nacional de Educação e compromisso das instituições públicas de ensino superior. Cabe à Universidade interrogar-se sobre os mecanismos a serem implementados de modo a atender o que lhe cabe no cumprimento dessa meta. O cenário é bastante complexo e inclui a necessidade de investimentos financeiros significativos e implicações decorrentes da ausência de uma efetiva autonomia administrativa, responsáveis pelas dificuldades que encontra para compor os quadros docente e técnico-administrativo necessários para atender à ampliação da oferta. Esse aspecto, particularmente, tem sido um obstáculo para o convencimento dos responsáveis por unidades acadêmicas e cursos, com relação à decisão do Conselho Universitário de priorizar a ampliação da oferta de vagas no turno noturno, alternativa que tem mostrado ser muito eficaz para promover a expansão do corpo discente, marcado por expressiva inclusão social nesse turno.

O problema da expansão de vagas, de premência indiscutível, é parte de uma temática maior, a saber, o desafio de construir uma universidade balizada por dois fatores indissociáveis: a qualidade acadêmica e a relevância social. Juntos, esses dois requisitos representam, hoje, o maior dos desafios que se apresentam à universidade pública brasileira, e são os grandes compromissos a orientar a maneira pela qual os desafios serão enfrentados, sejam eles o de uma expansão capaz de manter a qualidade, sejam eles o da necessidade de promover o contínuo incremento da qualidade acadêmica. O desenvolvimento do conhecimento, tarefa que singulariza a instituição universitária, transcorre sempre num horizonte de incerteza e questionamentos, onde a busca do que é ainda ignorado prepondera sobre o que já conhecido. Essa característica, que marca a Universidade, deve estar presente, também, no conjunto de suas atividades, de modo a fazer com que as metas já obtidas, mesmo que de inegável excelência, estejam sempre aquém de novos patamares possíveis.

Tudo isso demanda não só a existência de diretrizes, como de uma estrutura de planejamento adequada. Estrutura que se destine não apenas a formular as metas e ações a serem desenvolvidas, como, também, que seja capaz de ser convertida em exercícios práticos de política acadêmica.

As características do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e as relações que ele mantém com o contexto social e econômico em que se insere a Universidade Federal de Minas Gerais, bem como sua articulação com o Projeto Pedagógico Institucional – PPI não serão aqui avaliadas. Como foi mencionado na introdução deste documento, o PPI e o PDI estão em processo de aprovação pela Universidade. No início de junho, o Conselho Universitário aprovou o cronograma para debate das versões preliminares de ambos, havendo uma previsão de que, ainda em 2006, os órgãos de deliberação superior terão examinado e aprovado tanto o PPI quanto o PDI. Esse aspecto dessa dimensão será analisado apenas na ocorrência do próximo ciclo avaliativo do SINAES.

A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluindo os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa e as demais modalidades.

Ensino de graduação

A UFMG oferece 48 cursos de graduação, sendo cerca de 70% deles com duas entradas anuais de alunos.

As formas de ingresso

Há três modalidades para o ingresso dos estudantes de graduação na UFMG: dependente de vagas, não dependente de vagas e vagas direcionadas para finalidades específicas. São cinco as formas de ingresso na modalidade que depende de vagas, das quais o concurso vestibular é a principal. Além dele, há:

- a reopção, por meio da qual o aluno, regularmente matriculado e admitido por vestibular, tem a possibilidade de mudar para outro curso oferecido pela Universidade;
- a rematrícula, por sua vez, possibilita que, sob determinadas condições, o aluno que foi excluído da Universidade tenha a oportunidade de retomar seus estudos;
- a obtenção de novo título é a permissão para que portadores de diploma de graduação possam fazer novo curso na UFMG;
- a transferência comum consiste no ingresso de aluno proveniente de curso de graduação de outra instituição de ensino superior.

Essas quatro alternativas de ingresso, que não o vestibular, são vigentes na UFMG desde o início da década de 1990, quando foi deliberado fazer o aproveitamento das vagas remanescentes da evasão de estudantes da Universidade, e instituir a possibilidade de mudança de curso por meio da reopção.

Entre as formas de ingresso que não dependem de vagas estão:

- a continuidade de estudos, por meio da qual o aluno já graduado pela UFMG pode retornar ao curso para concluir outra modalidade ou habilitação;
- a matrícula de cortesia, para estrangeiros funcionários de missão diplomática ou de repartição consular no Brasil ou seus dependentes legais;
- a transferência especial, aberta para funcionários públicos federais civis ou militares, e seus dependentes, que tenham sido transferidos compulsoriamente.

O ingresso por continuidade de estudos representa a parte mais significativa desse conjunto, como mostra a Tabela 1. Entre 2002 e 2005, os ingressos independentes de vagas foram, em média, de 788 alunos, dos quais cerca de 95% correspondiam a essa modalidade.

Entre as formas que dependem de vagas destinadas a finalidades específicas estão: o Programa de Estudantes – Convênio de Graduação (PEC-G), um instrumento de cooperação educacional, científica e tecnológica entre o governo brasileiro e o de outros países; e o Programa para Refugiados Políticos, por meio do qual refugiados políticos são aceitos como alunos dos cursos de graduação.

A distribuição das matrículas, no período 2002-2005, segundo a forma de ingresso na Universidade, é apresentada na Tabela 1.

TABELA 1

Matrículas de ingressantes nos cursos de graduação segundo a forma de ingresso – 2002-2005.

Ano	Dependente de vagas					Independente de vagas		Total
	Vestibular	Reopção	Rematrícula	Novo título	Transferência	Continuidade de estudos	Outros	
2002	4.422	106	337	41	112	894	43	5.955
2003	4.422	101	218	100	223	841	40	5.945
2004	4.594	110	112	76	205	625	32	5.754
2005	4.674	79	101	105	213	745	34	5.951

Fonte: Departamento de Registro e Controle Acadêmico

Para o ingresso em todas essas modalidades há requisitos específicos e prazos que são fixados no Calendário Escolar da UFMG. Cabe observar, no entanto, que o processo seletivo para os candidatos a vagas de transferência e obtenção de novo título necessita ser revisto por parte da Universidade. Os candidatos a essas vagas integram uma demanda externa à UFMG, e os requisitos para o ingresso são definidos em resoluções elaboradas pelos colegiados de cursos e aprovadas pela Câmara de Graduação, não havendo um procedimento único ao qual todos os candidatos são submetidos. Em consequência, a seleção para as formas de ingresso que são dependentes de vagas se faz de modo desigual: a reopção e a rematrícula são disponibilizadas para estudantes que fizeram o vestibular da UFMG, cujos requisitos são unificados e estabelecidos em edital aprovado pelo CEPE, enquanto o ingresso para obtenção de novo título e transferência se rege por critérios mais diversificados e flexíveis, cuja aprovação se faz por resoluções de apenas um segmento do CEPE.¹¹ Considerando que esses ingressos compreendem, em média, cerca de 270 alunos, como ocorreu no período 2002-2005, e abrangem, ao ano, por volta de 6% dos ingressos dependentes de vagas, a Universidade está trabalhando com critérios distintos para receber alunos que, nela ingressando, terão os mesmos direitos e, concluindo os cursos, receberão diploma de igual valor acadêmico.

¹¹ Implicações desse processo são apontadas na análise da dimensão “Organização e gestão da instituição”.

Vestibular: vagas e candidatos

A oferta de vagas tem crescido regularmente, mas em ritmo muito mais lento do que o verificado no estado de Minas Gerais, na região Sudeste e no Brasil. No período 2000-2004, enquanto o crescimento da oferta de vagas no Brasil foi da ordem de 90%, no Sudeste de 85%, e no estado de 46%, na UFMG ele não atingiu 10%. É sabido que essa expansão do ensino superior foi muito mais acentuada no setor privado e pode-se afirmar que o crescimento da ordem de 10% para uma universidade pública federal é significativo.

Esse ritmo é compatível com o da maioria das instituições federais de ensino superior – IFES, cujas condições para a expansão, em termos orçamentários e de disponibilidade de vagas docentes e de técnico-administrativos, são similares. Considerando o crescimento das vagas de um conjunto de oito IFES entre as que têm o maior número de vagas oferecidas, e nas quais a expansão foi positiva no total e nos turnos, verifica-se que, no período 2000 a 2003, sua média de crescimento foi de 4,5% enquanto que a da UFMG foi um pouco superior, de 5,9%. Considerando o crescimento por turno, a situação no diurno foi idêntica entre as oito instituições, com média de 4,6%, ao passo que no noturno a ampliação foi mais expressiva por parte da UFMG. A média das oito IFES selecionadas foi de 4,9% nesse turno, e a da Universidade de 13,3%, diferença que se acentuou no ano seguinte.

Entre 2002 e 2005, a oferta de vagas na UFMG foi objeto de uma política voltada para a ampliação do acesso. Decisão do Conselho Universitário, de 20 de fevereiro de 2003, aprovou como prioridade a ampliação de vagas no turno noturno.

A Tabela 2 mostra a evolução das vagas, por turno, na Universidade Federal de Minas Gerais, entre 2000 e 2005.

TABELA 2

Crescimento percentual do número de vagas na UFMG, por turno – 2000-2005.

Vagas	2000		2001		2002		2003		2004		2005		Crescimento (%)
	Vagas	%	Vagas	%	Vagas	%	Vagas	%	Vagas	%	Vagas	%	
Total	4.177		4.362	4,4	4.422	1,4	4.423	0,0	4.594	3,9	4.674	1,7	11,9
Diurno	3.537		3.642	3,0	3.702	1,6	3.698	-0,1	3.634	-1,7	3.674	1,1	3,9
Noturno	640		720	12,5	720	0,0	725	0,7	960	32,4	1.000	4,2	56,3

Fonte: COPEVE/UFMG

Os dados dessa tabela evidenciam que, a despeito das dificuldades enfrentadas pelas IFES, no que concerne a pessoal e orçamento para custeio, a UFMG conseguiu apresentar resultados satisfatórios na implementação dessa política. O crescimento não tem sido nem constante nem em proporções regulares, mas os números indicam que a política tem sido tomada como um norte para a Universidade, no que se refere à democratização do acesso. Estudo apresentado em congresso¹² considerou a expansão de vagas no turno noturno apenas no período que se seguiu à aprovação da decisão do Conselho Universitário. Sua principal conclusão foi de que, onde ocorreu a criação de novos cursos

12 Conceito global atribuído a todo estudante ao final de cada semestre letivo, relativo às notas obtidas naquele período. Este conceito resulta da média ponderada do desempenho acadêmico do aluno em cada uma das atividades curriculares em que se matriculou no semestre, e é expresso em escala variando de zero a cinco, sendo que quanto maior o seu valor, melhor é o desempenho do aluno.

no turno da noite e ampliação de vagas nesse turno, houve significativo incremento na proporção de estudantes egressos do ensino médio público ou que se declararam negros. Para o conjunto dos cursos, contudo, o efeito ainda é pequeno porque o aumento de vagas à noite foi tímido, sendo que resultados mais expressivos poderão ocorrer se a política de ampliação de vagas nesse turno tiver continuidade, principalmente se for orientada para cursos de maior prestígio social, nos quais o efeito de exclusão social no diurno se mostra mais pronunciado.

A concretização dessa proposta enfrenta algumas dificuldades internas, no que diz respeito à existência de condições operacionais, como funcionamento de bibliotecas, colegiados e seções de ensino, e no que concerne ao número adequado de docentes e funcionários. Enfrenta, também, suposições por parte de segmentos da comunidade universitária de que a ampliação da oferta no noturno significa queda de qualidade para a Instituição. Em razão desse questionamento, foi realizado estudo comparativo do desempenho dos estudantes dos cursos diurnos e noturnos já existentes. Este estudo tomou por base os indicadores: resultados dos estudantes dos dois turnos no Exame Nacional de Cursos, seu rendimento semestral global,¹³ tempo gasto para a integralização do tempo padrão dos cursos, acesso a bolsas de iniciação científica e ingresso nos cursos de mestrado da UFMG. Os resultados indicaram que as diferenças de desempenho entre os turnos não eram significativas, à exceção apenas do acesso às bolsas de iniciação científica, entre outras razões, por incompatibilidade entre o horário de trabalho dos que estudam à noite e o tempo exigido de dedicação à bolsa. Esses resultados foram amplamente divulgados na Universidade, além de órgãos da imprensa nacional, como parte do estímulo à concretização dessa prioridade de política acadêmica na UFMG.

No caso do concurso vestibular, modalidade pela qual ingressa o maior número de estudantes na Universidade, ocorreu uma redução gradual dos candidatos no período entre 2002 e 2004, registrando-se ligeiro acréscimo em 2005, conforme mostra o Quadro 1. Uma das explicações para a redução pode ser encontrada na diminuição no número de concluintes do ensino médio registrada no estado de Minas Gerais, no período, de onde procede a grande maioria dos candidatos aos vestibulares da UFMG.

QUADRO 1

Relação candidato/vaga nos vestibulares da UFMG – 2002-2005

Ano	Vagas	Relação candidato/vaga		
		UFMG	Menor	Maior
2002	4.422	19,21	5,18	38,10
2003	4.422	17,71	6,39	35,35
2004	4.594	15,38	5,87	31,40
2005	4.674	15,77	5,03	33,16

Fonte: COPEVE/UFMG

¹³ Conceito global atribuído a todo estudante ao final de cada semestre letivo, relativo às notas obtidas naquele período. Este conceito resulta da média ponderada do desempenho acadêmico do aluno em cada uma das atividades curriculares em que se matriculou no semestre, e é expresso em escala variando de zero a cinco, sendo que quanto maior o seu valor, melhor é o desempenho do aluno.

Comparando a relação candidato/vaga da Universidade com a do estado de Minas Gerais, verifica-se que a primeira dessas relações é bastante elevada, conforme mostra o Quadro 2.

QUADRO 2

Relação candidato/vaga nos processos seletivos das instituições de ensino superior de Minas Gerais, por categoria administrativa – 2002-2004

Ano	Vagas		Relação candidato/vaga		
	Público	Privado	Total	Público	Privado
2002	27.865	120.730	3,48	9,1	2,1
2003	20.331	156.749	3,07	12,4	1,8
2004	22.527	194.237	2,49	10,8	1,5

Fonte: MEC/INEP/DEAES

Mesmo considerando que nesse quadro estão contemplados outros processos seletivos, além do vestibular, e que não estão disponíveis os dados para o ano de 2005, verifica-se que a relação candidato/vaga da UFMG, em 2004, foi cerca de cinco vezes superior à do estado de Minas Gerais, e um terço maior que a das instituições do setor público. Até quando se consideram os menores índices registrados para os cursos menos procurados na UFMG, observa-se que eles são superiores aos do estado, os quais sofrem forte influência do desempenho das instituições privadas. Observe-se, ainda que, embora o ritmo da expansão das vagas da Universidade seja lento, ele acompanha o padrão do conjunto do setor público do estado.

Nos cursos de graduação da UFMG, conforme mostra a Tabela 3, estão matriculados mais de 20 mil alunos por ano.

TABELA 3

Média dos alunos matriculados nos cursos de graduação da UFMG, no 1º e no 2º semestres, por sexo – 2002-2005.

Ano	Homens	Mulheres	Total
2002	10.743	9.541	20.284
2003	10.979	9.766	20.745
2004	11.102	9.987	21.089
2005	12.008	10.621	22.629

Fonte: Departamento de Registro e Controle Acadêmico

Esses dados mostram que, embora as mulheres se inscrevam nos vestibulares da UFMG em proporções sempre superiores às dos homens – no período de 2002 e 2005 o percentual de candidatas variou entre 56,7% e 58,8% – nos aprovados nesses exames elas estão em menores proporções e, como mostra a tabela, elas estão em minoria entre os matriculados. Estudo realizado sobre os vestibulares da UFMG na década de 1990 mostra que o desenho dessa tendência já vem sendo feito de longa data.¹⁴

¹⁴ Ver PEIXOTO, Maria do Carmo L.; BRAGA, M. M.; BOGUTCHI, T. F. Tendências da demanda pelo ensino superior: estudo de caso da UFMG. *Cadernos de Pesquisa da F. Carlos Chagas*, São Paulo, n. 113, p. 129-152, 2001.

Conclusões de cursos

Os dados relativos às conclusões nos cursos de graduação são mostrados na Tabela 4.

TABELA 4

Graduações nos cursos da UFMG, no 1º e no 2º semestres, por sexo – 2002-2005.

Ano	Homens	Mulheres	Total
2002	1.818	1.949	3.767
2003	1.802	2.078	3.877
2004	1.830	2.096	3.926
2005	1.883	2.071	3.954

Fonte: Departamento de Registro e Controle Acadêmico

É interessante observar que, ao contrário do que ocorre no ingresso na Universidade, o número de alunas que concluem os cursos de graduação é sempre superior ao dos alunos, numa razão de 52% a 54% no período analisado. Esse índice mais elevado nas graduações do que nas aprovações já foi registrado em estudo realizado sobre a evasão na UFMG, que analisou o grupo de estudantes que ingressaram em 1997.¹⁵

Verifica-se, também, que as conclusões dos cursos de graduação têm crescido anualmente, mas em ritmo mais lento do que o verificado no País, na região Sudeste e no estado de Minas Gerais, embora a diferença não seja tão expressiva como a verificada no caso da oferta de vagas já comentada. Os dados disponíveis são do período 2002-2004,¹⁶ e indicam que as graduações cresceram 34% no Brasil, 26% no Sudeste, 46% em Minas Gerais, e na UFMG, 4,2%. A expansão das conclusões, contudo, foi maior que a do crescimento das vagas, pois, enquanto no país a relação entre ambos indicadores correspondeu a pouco mais de um terço, e na região foi pouco superior a um quarto, ela permaneceu igual no estado, e na Universidade essa relação correspondeu a cerca da metade.¹⁷

Considerando apenas o desempenho da UFMG, a evolução da oferta de vagas e as conclusões, como mostra o Quadro 3, pode ser considerada positiva.

QUADRO 3

Evolução das vagas oferecidas por vestibular e as graduações dos cursos da UFMG – 2002-2005

Ano	Vagas	Conclusões	Crescimento vagas (%)	Crescimento conclusões (%)
2002	4.422	3.767	-	-
2003	4.422	3.877	0,0	2,9
2004	4.594	3.926	3,9	1,3
2005	4.674	3.954	1,7	0,7

Fonte: Departamento de Registro e Controle Acadêmico

15 BRAGA, Mauro M.; PEIXOTO, Maria do Carmo L.; BOGUTCHI, T. F. A evasão no ensino superior brasileiro: o caso da UFMG. *Revista Avaliação*, Campinas, v. 8, n. 3, p. 161-189, 2003.

16 Dados do MEC/INEP/DEAES para Brasil, Sudeste e Minas Gerais.

17 Entre as instituições federais de ensino superior, segundo o Censo da Educação Superior de 2004, a UFMG se situou em segundo lugar em número de concluintes.

Os números das conclusões não correspondem, obviamente, às vagas oferecidas naquele ano, nem apenas aos alunos que ingressaram por vestibular, mas os dados indicam grau de eficiência elevado da UFMG, no que diz respeito ao aproveitamento das vagas. O ritmo de crescimento das graduações no período foi um pouco menos elevado do que o da oferta de vagas, sendo de 5,0% no primeiro caso e de 5,7% no segundo. Além disso, quando se considera a evolução ano a ano, ele tem sido regular, mas decrescente, enquanto que, no caso das vagas, verificam-se maiores oscilações. A oportunidade que a Universidade oferece aos alunos, de ingresso por reopção e rematrícula, poderia contribuir para retardar o tempo de integralização dos cursos daqueles que ingressam por vestibular, mas esses estudantes não chegam a interferir de modo significativo no ritmo de crescimento das graduações.

A flexibilização curricular como projeto pedagógico

Com o objetivo de manter o ensino em patamar sempre elevado e atualizado com as demandas inter e multidisciplinares de sociedades complexas e desenvolvidas como a que a UFMG está inserida, a partir de 1997 a Pró-Reitoria de Graduação, em conjunto com a Câmara de Graduação, deu início à discussão e implementação de mudanças na estrutura curricular dos cursos. Um dos pontos do debate diz respeito à perda de hegemonia das universidades na produção do conhecimento. Essa perda leva à necessidade de rever sua missão institucional, e a maneira pela qual busca formas de assegurar um ensino que contemple a diversidade do conhecimento e, simultaneamente, no nível da individualidade e subjetividade do aluno, forme profissionais competentes nas mais diversas áreas, capazes de incorporar valores que propiciem o pleno exercício da cidadania. Foi considerada, do mesmo modo, a importância da adoção de práticas pedagógicas que privilegiassem o ensino, em forma e ritmo compatíveis com a realidade econômica social e cultural do aluno, permitindo a ele estar atualizado com a evolução do conhecimento.

Nesse contexto, foi elaborada a proposta de mudança na estrutura curricular da graduação, que implicou a necessidade de aprimorar os conceitos de curso e currículo. Em novembro de 1997, a Câmara de Graduação apresentou à comunidade universitária, para discussão, o documento "Flexibilização Curricular – Pré-Proposta da Câmara de Graduação", desenvolvendo-se, a partir de então, um processo de debate com todos os colegiados de curso das idéias contidas no documento.

A proposta de flexibilização curricular sinaliza para a necessidade de que a formação do profissional da UFMG não se restrinja à visão de um especialista, que tem o domínio apenas da área específica de seu curso. Tem por premissas a compreensão de que:

- O currículo é o conjunto de atividades acadêmicas previstas para a integralização de um curso. A atividade acadêmica curricular é toda aquela considerada relevante para que o estudante adquira o saber e as habilidades necessárias à sua formação, e que contemple processos avaliativos;
- O curso é um percurso, ou seja, pode haver alternativas de trajetórias curriculares;
- Cada aluno deve ter um grau de liberdade relativamente amplo para definir o seu percurso;

- O currículo deve contemplar, além da formação em área específica do saber, uma formação complementar em outra área;
- Além da aquisição de conteúdos, o currículo deve contemplar o desenvolvimento de habilidades e de atitudes formativas.

Em dezembro de 1998, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE aprovou resolução que regulamenta a flexibilização horizontal, referente à incorporação de atividades curriculares geradoras de créditos, tais como a participação em seminários e congressos, em projetos de iniciação científica, de extensão e estágios. A partir de 2000, os colegiados de cursos deram início às adaptações dos currículos segundo essas orientações. Em 19 de abril de 2001, o CEPE aprovou as “Diretrizes para os Currículos de Graduação da UFMG”, com base na proposta da Câmara de Graduação e nos debates realizados após a conclusão da proposta pela câmara. Segundo essas diretrizes, os currículos devem contemplar, necessariamente, um núcleo de formação específica, uma formação complementar – que pode ser preestabelecida pelo colegiado, ou aberta, formulada pelo aluno sob a orientação de um tutor – e um conjunto de atividades livres. Essa estrutura curricular foi denominada de flexibilização vertical.

As normas acadêmicas da graduação da UFMG estabelecem um prazo anual para que os colegiados de cursos apresentem à Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD propostas de revisão de seus currículos. A PROGRAD não mantém, contudo, uma prática de acompanhamento da implantação dessas reformas curriculares, nem existe uma periodicidade definida para a revisão de todos os currículos. Entre 2001 e 2005 registraram-se alterações curriculares em muitos cursos. Assim, dos 48 oferecidos pela Universidade, 17 cursos já reestruturaram seus currículos integralmente dentro dessas diretrizes, 16 incorporaram apenas a flexibilização horizontal, e 13 ainda não introduziram qualquer modificação curricular nessa direção. Aqueles que ainda não implantaram a flexibilização curricular poderão vir a contemplá-la, conforme o estágio da reformulação dos seus projetos pedagógicos segundo as diretrizes curriculares para os cursos de graduação, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE.

Parte desse processo mais lento identificado na incorporação da proposta de flexibilização curricular pode ser justificada pelas dúvidas existentes em segmentos da comunidade quanto aos seus possíveis efeitos sobre os cursos. Esse aspecto foi destacado nos grupos focais, ocasião em que os docentes manifestaram sua concordância de que o acréscimo do conhecimento de outras áreas que não a do curso é positiva para a formação do estudante. Manifestaram, contudo, receio quanto à possibilidade de que ele apresente impactos negativos, diluindo o currículo, de modo a fazer com que o tempo gasto em outras áreas do conhecimento venha a prejudicar a formação do estudante em aspectos que são centrais em sua profissão. Essa preocupação com o impacto da proposta sobre a identidade do perfil do profissional formado pelo curso manifestou-se também entre os alunos.

A flexibilização curricular é parte de um todo que implica a adequação de todos os cursos da UFMG às Normas Acadêmicas da Graduação. Em fase de rediscussão, tais normas prevêem instrumentos básicos de gestão da vida acadêmica de cada aluno, que, além de atender às metas da flexibilização, proporcionam o diálogo com a dinâmica institucional. Para atender a esses requisitos, nos últimos anos, vários mecanismos de gestão estão sendo alterados ou aprimorados, como, por exemplo, o ajuste do sistema de informação da graduação pelo Centro de Computação – CECOM, a implementação de um novo sistema acadêmico da graduação, a alteração de procedimentos internos do Departamento de Registro de Controle Acadêmico – DRCA, e o aperfeiçoamento no

sistema de matrícula on-line. A estruturação desses instrumentos em moldes adequados dará segurança e agilidade à administração dos processos de ensino/aprendizagem.¹⁸

O processo de flexibilização curricular na UFMG se realizou paralelamente ao trabalho ligado aos desafios impostos às instituições de ensino superior pelo Conselho Nacional de Educação, com a adequação dos currículos às diretrizes curriculares, e a aprovação, em fevereiro de 2002, da resolução que define as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em Cursos de Licenciatura Plena*. Esta última levou as universidades a retomarem o debate desse tema, de grande importância nas relações entre as instituições de educação superior e os sistemas de ensino estaduais e municipais, no que se refere ao estabelecimento de um padrão de qualidade para o ensino fundamental e médio no país.

Articulados pela Pró-Reitoria de Graduação e pelo Fórum das Licenciaturas, os cursos de licenciatura da UFMG realizaram debates, palestras e troca de experiências sobre a concepção do ensino nessa modalidade. Deliberou-se que a Universidade deveria elaborar diretrizes próprias para esses cursos, refletindo não só as diretrizes nacionais para a formação de professores, mas, também, as vivências e reflexões internas sobre o tema. Documento elaborado por uma comissão de professores foi apresentado à Câmara de Graduação, e aprovado com algumas modificações.

Foi também instituída uma Coordenadoria das Licenciaturas na UFMG, responsável pela articulação dos debates que ocorreriam nos cursos sobre o texto aprovado, e a finalização dos projetos pedagógicos que estão sendo formulados, além de promover a interface desses cursos com a Faculdade de Educação. Em dezembro de 2005, o CEPE aprovou as Diretrizes da Licenciatura da UFMG, definindo as orientações para a elaboração dos novos projetos pedagógicos.

O processo envolvido na elaboração dessas diretrizes pedagógicas indica que é parte da prática da UFMG a realização de encontros com coordenadores de colegiados de cursos. Além do já mencionado Fórum das Licenciaturas, voltado para o tratamento dessa temática específica, a Pró-Reitoria de Graduação realiza encontros regulares destinados a apresentar e discutir temas diversos, como as diretrizes curriculares, a avaliação de cursos, bem como para socializar informações. Merece destaque especial a realização anual da Semana da Graduação, atividade que vem sendo efetivada desde 1997, ocasião em que, além de serem apresentados trabalhos dos alunos que participam do Programa de Bolsas da Graduação – a ser mencionado adiante –, são realizadas palestras e mesas-redondas sobre temas da área para os coordenadores de colegiados e demais interessados, e encontros específicos com os coordenadores para debater outros assuntos, como ocorreu no caso da flexibilização curricular. Essa prática tem aportado contribuições positivas para a gestão das atividades da graduação na UFMG, permitindo socializar informações e promover o debate sobre esse nível de ensino, sendo bem recebida pelos coordenadores, o que contribui para justificar a sua continuidade.

18 Problemas relacionados à implementação do novo sistema acadêmico da graduação são apontados na dimensão "Organização e gestão da instituição".

Programa de bolsas para a graduação

Tendo em vista a importância de proporcionar aos alunos condições adequadas para a vida acadêmica na Universidade, a UFMG tem realizado, há longo tempo e de maneira sistemática, uma política institucional de bolsas acadêmicas para a graduação mantidas com recursos orçamentários, e que são distribuídas na medida da disponibilidade desses recursos.¹⁹ No caso da graduação, desde 1959 a Universidade Federal de Minas Gerais mantém um programa de bolsas de Monitoria, sob a responsabilidade da PROGRAD desde 1982, constituindo-se, para inúmeros discentes, um ponto de referência e estímulo para a carreira de magistério no ensino superior. Em 2000, o programa de monitoria foi reformulado, dando origem ao Programa de Iniciação à Docência – PID, que apóia projetos com o objetivo de estimular o interesse do estudante pela carreira docente no ensino superior, e contribuir para a melhoria da qualidade da(s) disciplina(s) envolvida(s) no projeto.

Com o intuito de ampliar a formação acadêmica dos alunos, em 1993, a PROGRAD implantou o Programa de Aprimoramento Discente – PAD. Esse programa caracteriza-se pelo desenvolvimento de projetos específicos envolvendo grupos de alunos, tendo por objetivos formar futuros pesquisadores, melhor capacitar o discente e aprimorar o ensino. O PAD privilegia aspectos como a interdisciplinaridade e o trabalho coletivo, envolvendo atividades extradisciplinares, como seminários e palestras, estimula a apresentação de projetos resultantes de consórcios entre departamentos e unidades, e propicia a atuação dos bolsistas como agentes multiplicadores, disseminando novas idéias e práticas entre os alunos do curso.

Em 2000, juntamente com a reformulação da monitoria e criação do PID, foi instituído o Programa Acadêmico Especial – PAE, que visa apoiar projetos voltados para o desenvolvimento de novas perspectivas pedagógicas e/ou de avanços tecnológicos no ensino de graduação. Os alunos devem estar envolvidos em projetos inovadores, interdisciplinares, e vinculados a atividades acadêmicas dos cursos de graduação.

Todos esses projetos são analisados e julgados, através de parecer consubstanciado, pela Câmara de Graduação. A Tabela 5 apresenta a distribuição das bolsas acadêmicas da graduação no período 2002 a 2005.

TABELA 5

Bolsas acadêmicas da graduação: solicitações e concessões – 2002-2005.

Ano	Bolsas						Total	
	PAD		PAE		PID		Solicitadas	Concedidas
	Solicitadas	Concedidas	Solicitadas	Concedidas	Solicitadas	Concedidas		
2002	439	276	327	196	460	259	1.226	731
2003	430	200	419	216	529	276	1.378	692
2004	363	148	459	162	477	171	1.299	481
2005	252	158	266	186	393	235	911	579

Fonte: Pró-Reitoria de Graduação

Como se pode observar, tanto o número de solicitações quanto o de aprovações vem diminuindo anualmente, tendo essas últimas retomado a tendência

¹⁹ Este programa funciona em paralelo à distribuição das bolsas institucionais das agências de fomento, a Iniciação Científica – IC e o Programa de Educação Tutorial – PET, que serão abordadas mais adiante no item relativo à política de pesquisa.

de crescimento. Pela sua característica de programa de bolsas próprio da UFMG, essas oscilações são explicadas pelas variações anuais que se verificam no orçamento da Universidade. De todo modo, o programa de bolsas da graduação atinge, em média, cerca de 3% dos alunos matriculados nos cursos de graduação. Somando-se às bolsas de extensão, que serão mencionadas adiante, sobe para cerca de 6% o percentual de alunos abrangidos pelas bolsas distribuídas com recursos orçamentários da UFMG. Considerando-se, também, as bolsas de iniciação científica das agências de fomento e as bolsas do PET, o total disponibilizado anualmente para os alunos da graduação atinge cerca de 9% dos estudantes matriculados. Não está incluído aí o grande volume de alunos que se envolvem voluntariamente em projetos, de pesquisa e outros, na Universidade, que também se constituem em oportunidades da formação acadêmica proporcionada aos estudantes pela UFMG, e que permitem a integralização de créditos curriculares.

Uma observação adicional deve ser feita em relação à política da UFMG relacionada à concessão de bolsas para os alunos da graduação, como instrumento para melhoria da qualidade desse nível de ensino. Todos os bolsistas e orientadores devem fazer um relatório do trabalho desenvolvido no período de concessão, e os relatórios relativos ao pedido anterior, no caso de renovação, são analisados por ocasião do julgamento dos novos pedidos. A realização de uma análise qualitativa desses relatórios poderia fornecer informações importantes acerca da contribuição dessa política para a formação dos estudantes de graduação, o que permitiria, talvez, introduzir modificações visando ao seu aperfeiçoamento. A Pró-Reitoria de Extensão, que também disponibiliza anualmente recursos para a concessão de bolsas para os estudantes, vem realizando, desde 2003, a aplicação de um questionário aos coordenadores e bolsistas, por ocasião da prestação de contas das bolsas concedidas e dos pedidos de renovação que são apresentados. Uma consolidação dos resultados encontrados, no entanto, ainda não foi divulgada para a comunidade acadêmica. A Pró-Reitoria de Graduação, por sua vez, não realizou e nem dispõe de processo de avaliação dessa política acadêmica segundo as características aqui mencionadas.

Os benefícios advindos desse programa foram destacados pelos estudantes que participaram dos grupos focais. É muito valorizado por eles o papel que a pesquisa pode desempenhar na sua formação, seja seu objetivo profissional acadêmico ou não, porque abre maiores possibilidades no mercado de trabalho. Ela possibilita maior aprendizado sobre seu objeto, desenvolvendo seu senso crítico, e essa valorização se faz de modo tão acentuado que eles buscam oportunidades de integrar grupos de pesquisa até mesmo como voluntários. Nessa perspectiva, foi destacada por eles a necessidade de ampliação do número de bolsas concedidas anualmente, para que a participação nesses projetos como voluntário não venha a ser substituída por um estágio remunerado fora da Universidade.

Programa de mobilidade discente e convênios internacionais

A importância que o processo de internacionalização adquiriu na formação do estudante de ensino superior no atual contexto globalizado e a necessidade de que essa questão recebesse um tratamento institucional fizeram com que a UFMG atribuísse ênfase especial à mobilidade discente, no sentido de que o estudante incluía a experiência internacional como componente na sua formação. Esse processo experimentou expansão significativa nesse início de século, resultado do trabalho desenvolvido pela UFMG no esforço de captar novas parcerias de qualidade e na gestão dos programas de intercâmbio, por meio da Diretoria de Relações Internacionais.

Nesse sentido, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão aprovou a resolução nº 008/05, que dispõe sobre a participação, em cursos da UFMG, de alunos provenientes de instituições de ensino superior conveniadas, brasileiras e estrangeiras. Por meio dessa resolução, foi instituída a figura do aluno intercambista de graduação e pós-graduação, que goza dos direitos e deveres previstos nas normas acadêmicas e no regimento da Universidade para os demais estudantes. Para viabilizar essa proposta, foi necessário desenvolver novo sistema de registro e matrícula desses estudantes.

Entre 2002 e 2005, a mobilidade discente dos alunos da UFMG para o exterior cresceu significativamente, tanto em termos de programas que foram criados, quanto em número de alunos intercambistas. Os 16 programas existentes em 2002 elevaram-se para 60 em 2005, enquanto o número de estudantes neles saltou de 25 para 127 no mesmo período, um crescimento da ordem de quatro vezes no segundo caso. A demanda dos estudantes da UFMG pelo intercâmbio em instituições estrangeiras também cresceu, apresentando aumento da ordem de 75% entre 2004 e 2005, implicando a alteração da relação candidato/vaga de 2 para 3 de um ano para o outro. A dificuldade no domínio de outras línguas está fazendo com que a demanda por intercâmbio seja mais elevada para as instituições portuguesas, sendo que a relação candidato/vaga para essas universidades foi duas vezes superior à apresentada para outras universidades nos anos de 2004 e 2005. Isso indica a necessidade de que a UFMG invista na disponibilização de cursos de línguas para os estudantes da graduação, estimulando-os a diversificar a demanda nos programas de mobilidade internacional.

Os intercâmbios têm sido avaliados a cada semestre, com questionário respondido durante o estágio, e por meio de um encontro com os estudantes, no término. As avaliações têm fornecido subsídios para o permanente aperfeiçoamento das atividades, além de revelarem o ótimo desempenho do aluno da UFMG no exterior. Essas avaliações se concentram nos aspectos relacionados ao rendimento acadêmico, à interação sociocultural e à atuação como representante institucional da Universidade.

A mobilidade de estudantes procedentes do exterior para a UFMG também cresceu bastante, em termos de número de alunos, de países, universidades e áreas do conhecimento envolvidas nos intercâmbios. O número de estudantes estrangeiros que esteve na UFMG por até dois semestres saltou de 84, em 2002, para 184, em 2005. Para aprimorar o atendimento a esses estudantes foi sistematizado um processo de acompanhamento, que se inicia com a Semana do Aluno Estrangeiro e continua nos Encontros de Avaliação realizados no meio e no final dos semestres.

As avaliações dos cursos de graduação

Os cursos de graduação da UFMG foram avaliados na vigência da lei nº 9.131/95, que instituiu o Exame Nacional de Cursos – ENC, e do decreto nº 2.026/96, que estabeleceu procedimentos para a avaliação de cursos e instituições de educação superior. Ao todo, concluintes de 26 cursos fizeram o ENC. No período 1999-2003, a distribuição do número de conceitos obtidos pelos estudantes da UFMG estão sumariados no Quadro 4, apresentado a seguir.

QUADRO 4

Conceitos obtidos pelos cursos da UFMG que fizeram o Exame Nacional de Cursos – 1999-2003

Conceitos do exame	Conceitos obtidos				
	1999	2000	2001	2002	2003
A	10	12	14	18	20
B	4	5	3	2	2
C	-	-	-	1	4
D	-	-	-	-	-
E	-	-	1	1	-
Cursos avaliados	14	17	18	22	26

Fonte: MEC/INEP/DEAES

De modo geral, os resultados podem ser considerados muito bons: foram obtidos, no período, uma média de 15 conceitos A e de três conceitos B por ano. Os conceitos E resultaram do boicote nacional ao exame promovido pelos estudantes de Comunicação Social, e que contou com a adesão dos estudantes da UFMG. Já em 1999 e 2000, esses concluintes obtiveram A e, em 2003, B.

O INEP procedeu a uma padronização das notas obtidas pelos graduandos nesse exame, tendo o Brasil como referência, em 500,0. A análise do desempenho da UFMG frente ao dos estudantes do País, da região Sudeste e do estado de Minas Gerais revela resultado muito positivo para a Instituição. Considerando as notas mais baixas, os resultados da UFMG foram, em média, 10% superiores no período, tanto em relação ao Brasil, quanto à região e ao estado. Tendo em vista as notas mais elevadas, as médias também foram superiores, da ordem de: 40% em relação ao Brasil, 36% em relação à região Sudeste, e 30% em relação ao estado de Minas Gerais.

Na comparação entre o desempenho dos estudantes dos cursos diurnos e noturnos, os resultados dos concluintes desses cursos no ENC estão apresentados na Tabela 6.

TABELA 6

Média obtida pelos alunos dos cursos oferecidos nos turnos diurno e noturno, em todos os exames de curso de que participaram – 1997-2002.

Curso	Média do Brasil*	Turno	Média da UFMG	Média do diurno/Média do Brasil
Administração	35,6	Diurno	51,20	1,43
		Noturno	47,12	
Direito	41,2	Diurno	55,08	1,34
		Noturno	58,96	
Matemática	18,7	Diurno	43,30	2,32
		Noturno	35,73	
Letras	30,3	Diurno	45,98	1,52
		Noturno	46,55	
Física	29,2	Diurno	42,97	1,47
		Noturno	42,97	
Química	33,6	Diurno	46,60	1,39
		Noturno	46,53	
Ciências Biológicas	28,0	Diurno	49,53	1,77
		Noturno	42,63	
Pedagogia	50,1	Diurno	63,30	1,26
		Noturno	58,20	
História**	25,0	Diurno	29,30	1,17
		Noturno	29,80	

*A média do Brasil não está discriminada por turno. **O curso de História participou apenas do exame de 2002.

Fonte: MEC/INEP/DEAES

Os dados da tabela indicam não haver distinção significativa entre os resultados médios obtidos pelos alunos dos cursos diurnos e noturnos da UFMG no Exame Nacional de Cursos, não sendo possível atribuir aos concluintes desses últimos responsabilidade por um possível conceito mais baixo em algum desses cursos. Os dados da tabela permitem observar também que a média da UFMG, correspondente aos anos em que cada curso participou do exame, foi sempre superior à nacional, independentemente do turno de oferta, sendo que, em alguns casos, as diferenças são expressivas.

Com relação à Avaliação das Condições de Oferta, posteriormente modificada para Avaliação das Condições de Ensino (ACE), 11 cursos da UFMG foram avaliados, apresentando a distribuição de resultados constante do Quadro 5.

QUADRO 5

Conceitos obtidos pelos cursos da UFMG na Avaliação das Condições de Ensino – 1999-2004

Dimensões da Avaliação das Condições de Ensino*						
Organização didático-pedagógica (Número de cursos)						
Conceitos	1999	2000	2002	2003	2004	Total
MB	3	1	1	5	3	13
B	1	2	1	1	-	5
R	-	1	-	1	-	2
I	-	-	-	-	-	-
Corpo docente						
	1999	2000	2002	2003	2004	Total
MB	3	2	-	4	3	12
B	1	2	2	3	-	8
R	-	-	-	-	-	-
I	-	-	-	-	-	-
Instalações						
	1999	2000	2002	2003	2004	Total
MB	3	1	1	5	2	12
B	1	1	1	2	1	6
R	-	2	-	-	-	2
I	-	-	-	-	-	-

*Em 2001 não houve avaliação de cursos na UFMG.

Fonte: MEC/INEP/DEAES

Como mostram os dados apresentados, em todas as três dimensões avaliadas, cerca de 60% dos conceitos recebidos referendaram condições muito boas do ensino ministrado na UFMG, no período. Essas condições foram consideradas regulares apenas em 10% dos casos, à exceção do corpo docente, e em nenhum caso os cursos da Universidade receberam conceito indicando condição de ensino insuficiente.

Em 2004, os estudantes da área de Saúde foram submetidos ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, estabelecido pela lei nº 10.861/04, que instituiu o SINAES, sendo avaliados ingressantes e concluintes de 11 cursos. Comparando as médias das notas gerais obtidas pelos alunos da UFMG com as de outras nove universidades federais cujos números de vagas são próximos, (Figura 1), observa-se que a média da UFMG foi a mais elevada. Deve-se observar, contudo, que, como o número de cursos de cada instituição e de alunos que participa do exame é variável, essas médias devem ser consideradas com reservas nessa comparação.

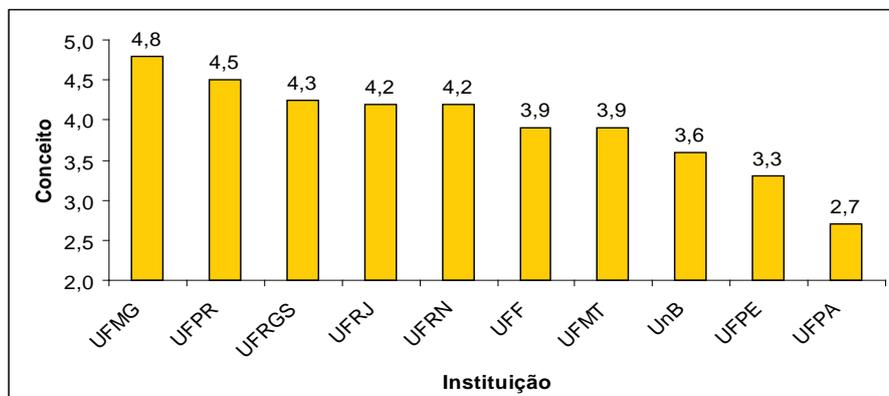


Figura 1 - Média dos resultados do ENADE em 10 universidades federais

Fonte: MEC/INEP/DEAES

Comparando as médias obtidas pelos alunos da UFMG com os resultados do Brasil, verifica-se que elas foram superiores em todos os cursos, com diferenças que variaram entre 10% e 30% na formação geral, e de 2% a 20% no componente específico. Situação semelhante ocorre quando se analisa o desempenho de ingressantes e concluintes da Universidade e do Brasil, como mostram as Figuras 2 e 3.

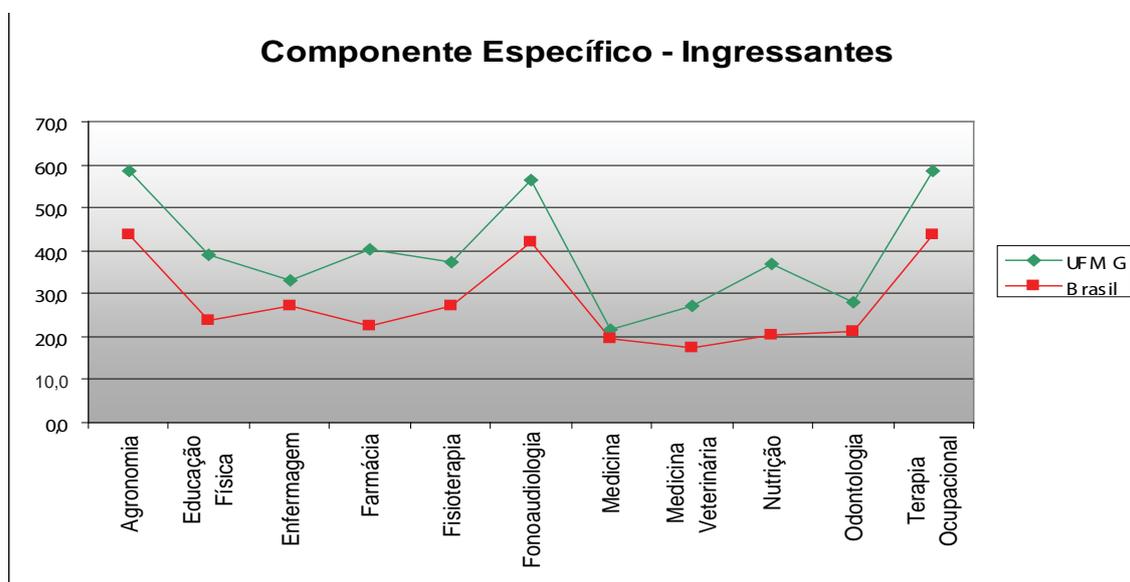


Figura 2 - Média das notas dos ingressantes, da UFMG e do Brasil, no componente específico

Fonte: MEC/INEP/DEAES

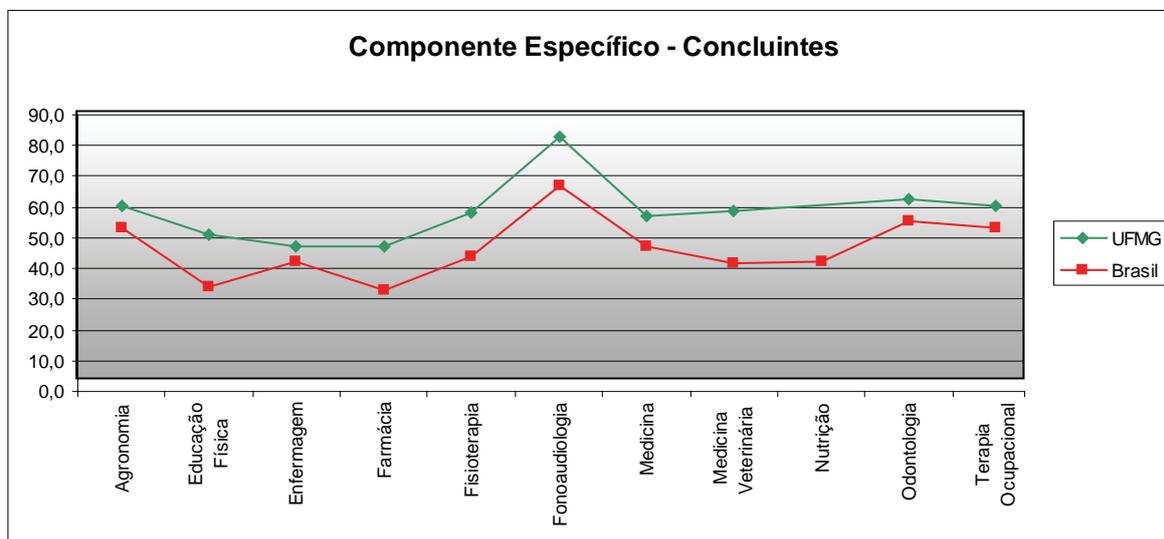


Figura 3 - Média das notas dos concluintes, da UFMG e do Brasil, no componente específico
 Fonte: MEC/INEP/DEAES

No primeiro caso, há uma diferença da ordem de 20% para a UFMG na formação geral e de 10% para o componente específico, sendo que, neste caso, um curso está muito próximo da média nacional. Entre os concluintes, as médias da UFMG na formação geral foram superiores às do Brasil em cerca de 20%, havendo um curso em que a diferença chegou a 40%. No componente específico, a diferença foi da ordem de 10%, a maior para a Universidade. Essas diferenças permanecem quando se analisa o desempenho da UFMG em relação às regiões geográficas do País.

A comparação por organização acadêmica mostra que, entre as universidades, à exceção do curso de Agronomia, em que a diferença foi menor, as notas da UFMG foram muito superiores em todos os demais, tanto na formação geral quanto no componente específico. Em relação à categoria administrativa, a situação é similar, sendo a diferença mais acentuada no caso do componente específico.

Alguns aspectos do ensino foram avaliados pelos ingressantes e concluintes que foram incluídos na amostra, conforme apresentado na Tabela 7.

TABELA 7

Médias da avaliação de alguns itens dos recursos pedagógicos e da qualidade de ensino da UFMG, pelos estudantes que fizeram o ENADE em 2004.

Item avaliado	Média das respostas	
	Ingressantes	Concluintes
Os procedimentos de ensino adotados são adequados aos objetivos do curso	44,2	49,2
O currículo do curso é integrado	55,0	67,8
Os professores do curso estão disponíveis, na Instituição, para orientação extraclasse	50,7	57,7
A principal contribuição do curso é a aquisição de uma formação profissional	81,8	75,4
Os professores têm domínio das disciplinas que ministram	54,3	67,1

Fonte: MEC/INEP/DEAES

As médias das respostas indicam que um pouco menos da metade dos estudantes consideram que os procedimentos de ensino adotados são parcialmente adequados aos objetivos do curso, e que pouco mais da metade dos ingressantes e 23% a mais dos concluintes consideram o currículo relativamente integrado, com disciplinas que se vinculam apenas por blocos ou áreas de conhecimento afins. Sobre os professores, pouco mais da metade dos estudantes consideraram que a maioria deles tem disponibilidade para orientação extraclasse, e que a maior parte tem domínio das disciplinas que ministram, sendo que, nesse caso, o percentual dos concluintes foi cerca de 24% mais elevado que o dos ingressantes. Resta salientar, ainda, a forte ênfase dada pelos dois grupos quanto à definição de que a principal contribuição do curso é a aquisição de uma formação profissional. O fato de essa definição ter sido um pouco menos acentuada entre os concluintes pode indicar que, à diferença dos ingressantes, eles tiveram a oportunidade de experimentar outras vivências no curso, e isso lhes permitiu considerar também outras contribuições que os cursos proporcionam.

As críticas mais fortes que os estudantes fizeram no questionário se referem ao trabalho didático realizado nos cursos, razão pela qual é pertinente fazer referência aos resultados do estudo dos grupos focais da UFMG, na parte relacionada ao ensino, mesmo considerando que o ENADE 2004 compreendeu apenas alunos da área da Saúde. Segundo consta do relatório deste estudo, a maioria dos docentes e dos discentes de todas as áreas do conhecimento que participaram dos grupos focais observou que a graduação perdeu importância na Universidade, em relação à pós-graduação e à pesquisa. Foi observado, principalmente pelos professores, que os novos docentes têm sido contratados mais a partir da avaliação de sua capacidade de produzir em pesquisa e publicações, do que da sua capacidade de ensinar. Os componentes dos grupos afirmaram também que muitos professores, principalmente os de maior titulação, não gostam de dar aula na graduação, e o fazem para cumprir obrigação. Segundo foi dito, a pressão para publicar e fazer pesquisa é que estaria levando os professores a abandonar a graduação, resultando tanto em falta de interesse, quanto em falta de tempo para se dedicar ao desenvolvimento de um bom trabalho didático.

Com relação à disponibilidade dos docentes para orientação extraclasse, registre-se que muitos discentes que participaram dos grupos focais reclamaram do fato de haver muitos professores que não permanecem na Universidade e que não dão aulas, seja por falta de compromisso com a Instituição, seja pela sobrecarga de trabalho, existindo a prática de enviar monitores, bolsistas ou pós-graduandos para substituí-los.

Por sua vez, os docentes comentaram que entre os fatores que atrapalham o exercício de sua função didática está a sobrecarga de trabalho. Além das aulas, é preciso escrever projetos para obter recursos, orientar alunos, produzir mais de um artigo por ano, observando também que o número de alunos em sala de aula tem crescido bastante. Na observação de um deles, o abandono do ensino de graduação não se dá devido ao desinteresse por dar aulas, havendo dois outros motivos que levam a isso. O primeiro, é a exigência de elevar o conceito do programa de pós-graduação, o que implica em intensificar a produção de *papers*, que são vistos como moeda acadêmica. Em consequência, ocorre a desvalorização da graduação e dos docentes que se dedicam a esse nível de ensino, preparando com cuidado as aulas e o material para os alunos. Eles são considerados pelos demais como menos importantes, porque dão aula para a graduação e não pesquisam.

Apreciação

Pelo que foi apresentado, a UFMG oferece um ensino de graduação de boa qualidade, atestada pelos resultados obtidos nos exames nacionais, e busca atuar com eficiência no processo de execução desse segmento de sua atividade. A iniciativa de estabelecer um programa de bolsas com base nas suas próprias disponibilidades orçamentárias é um ponto importante que deve ser valorizado. Saliente-se também o dinamismo que vêm adquirindo os programas voltados para o intercâmbio de seus estudantes em instituições nacionais e estrangeiras, para a recepção de alunos provenientes de outras instituições de ensino e para os acordos e convênios firmados com instituições internacionais.

Algumas questões, contudo, estão merecendo maior atenção da Instituição. As normas acadêmicas da graduação estabelecem um prazo anual para a apresentação à Pró-Reitoria de Graduação, pelos colegiados de cursos, de propostas de revisão de seus currículos. A PROGRAD não dispõe de procedimentos destinados a acompanhar a implantação dessas reformas curriculares, nem existe previsão de revisão periódica de todos os currículos da Universidade. Essas reformas, na sua grande maioria, ocorrem ou em consequência de mudanças nos ordenamentos legais, ou por iniciativa dos próprios cursos quando insatisfeitos com o perfil curricular oferecido. Ressalve-se a aprovação, pelo CEPE, das "Diretrizes para os Currículos de Graduação da UFMG", que, ao estabelecer regras para os currículos, está também induzindo a apresentação de projetos de reformas curriculares, embora sem a definição de prazos para que essa adaptação seja concretizada por todos os cursos. Nesse sentido, a indicação que a UFMG transmite para a comunidade acadêmica é de respeito às características próprias das unidades e cursos, ao mesmo tempo que estimula o debate e busca despertar o interesse pela necessidade de a Universidade atuar de modo coerente com seu tempo.

Deve ser ressaltada a necessidade de que seja adotada pela UFMG uma sistemática de acompanhamento da implantação das reformas curriculares e dos cursos novos que foram aprovados, de modo a poder intervir mais prontamente nos problemas que vierem a surgir. Além disso, o fato de persistirem dúvidas e receios no interior da comunidade, quanto aos efeitos dessa proposta pedagógica sobre os perfis curriculares pretendidos nos cursos, sinaliza que ainda é necessário proceder a processos de sensibilização de docentes e alunos para a importância de sua concretização.

A decisão do Conselho Universitário de priorizar a expansão de vagas no turno noturno como mecanismo para a inclusão social vem enfrentando dificuldades para ser implementada na velocidade desejada. É de grande relevância que a UFMG enfatize mais fortemente a expansão de vagas nesse turno, tendo em vista o potencial que apresenta para o aproveitamento da rede física instalada, desde que realizado em condições adequadas e sem queda na qualidade da formação oferecida.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito à necessidade de serem estabelecidos procedimentos mais homogêneos que regulem o ingresso de candidatos à obtenção de novo título e à transferência. A demanda para esses tipos de ingressos tem aumentado de modo significativo em período recente, e o fato de que os que forem admitidos se transformem em alunos com os mesmos direitos dos que ingressaram por vestibular, processo do qual a UFMG cuida com extremo rigor, justifica plenamente essa necessidade. Não se trata de estabelecer um processo de vestibular específico para a transferência e o novo título, mas da introdução de um critério universal de ingresso em condições de paridade com o daquele concurso.

As críticas feitas nos grupos focais quanto à prioridade, nos concursos públicos realizados, para selecionar docentes vocacionados para a pesquisa, necessitam ser analisadas com cuidado pela Universidade, de modo a verificar seu real impacto sobre o ensino que é ministrado nos cursos de graduação. Associada a isso, a intensidade com que o desequilíbrio entre graduação e pós-graduação foi ressaltado nos grupos focais, conforme percebido por docentes e discentes, também é um aspecto cujas reais dimensões necessitam de avaliação criteriosa. Ainda quanto à qualidade do ensino de graduação, as denúncias de que docentes não dão aulas e são substituídos por monitores precisam ser apuradas com rigor, inclusive para verificar se se trata de substituição efetiva, ou do exercício legítimo das atribuições da monitoria.

A prática desenvolvida pela UFMG de destinar parte de seus recursos orçamentários à concessão de bolsas acadêmicas é, sem dúvida, louvável. A real dimensão da contribuição que essas bolsas já puderam aportar para a formação de seus discentes, no entanto, deve ser alvo de estudo sistemático, o que, certamente, permitirá apontar orientações para a continuidade dessa política.

Uma questão adicional necessita ser destacada ainda, no que concerne à qualidade do ensino de graduação oferecido pela UFMG. No material analisado não foi possível detectar possíveis apreciações feitas pela comunidade, quer entre docentes, quer entre alunos, quanto à existência de inquietações com relação à qualidade e relevância da formação que é dispensada. Os resultados das avaliações nacionais de que a Universidade participa são bastante positivos, mas cabe perguntar: mesmo isso sendo assim, não existiriam redirecionamentos a serem estabelecidos? Até que ponto a dificuldade para perceber a existência desses questionamentos estaria indicando apenas que os instrumentos utilizados não permitiram perceber essas possibilidades, ou será que isso se deveria à existência de um grau elevado de conformismo e acomodação? Esse é um aspecto relevante, sobre o qual um processo de auto-avaliação não pode deixar de se interrogar.

Pesquisa

A pesquisa foi considerada pelos participantes dos grupos focais como o grande diferencial que as universidades apresentam em relação às demais instituições de ensino superior. Na UFMG, em particular, foi observado que ela assume grande importância, é priorizada e é desenvolvida com qualidade, refletindo-se no maior prestígio do docente pesquisador e do estudante que trabalha em pesquisa frente aos demais. A UFMG possui 614 grupos de pesquisa consolidados, atuando 30,9% deles na área das Ciências da Vida, 35,1% na área das Ciências da Natureza e Engenharias e 34% na área das Humanidades. Esses grupos compreendem 2.362 pesquisadores, sendo 1.512 doutores que desenvolvem 3.044 projetos em 911 linhas de pesquisa. Cerca de 10% dos projetos de pesquisa em execução na Universidade envolvem parceria com empresas, visando à busca de soluções para problemas sociais e dos setores produtivos do estado de Minas Gerais. Todos os 446 pesquisadores da UFMG que possuem Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq, correspondendo a 29,7% do total de doutores, integram os grupos de pesquisa da Instituição, e dos 224 bolsistas classificados como de Nível I, 114 (51,8%) lideram seus respectivos grupos.

Entre 1999 e 2004, a produção bibliográfica da UFMG foi de 51.717 trabalhos, sendo: 26.222 em forma de artigos publicados em revistas nacionais ou internacionais, livros ou capítulos de livros e trabalhos completos publicados em anais de eventos nacionais e internacionais (tipo I); 908 publicados em forma de teses e dissertações de docentes, traduções de artigos científicos e memoriais (tipo II); e 24.587 publicados em forma de resumos, monografias e ensaios, edições revisadas de livros, artigos publicados em jornais, cartilhas, catálogos, resenhas e outros (tipo III). No período entre 2000 e 2004, conforme mostra a Tabela 8, a produção do conhecimento teve um incremento superior a 25,2%, destacando-se, em especial, a área das Ciências da Vida. Em consequência do desenvolvimento registrado, a UFMG ocupa a quarta posição na produção científica entre as instituições brasileiras, respondendo com 5,5% do total publicado.

Tabela 8

Incremento da produção científica na UFMG – 2001-2004.

Área do conhecimento	Produção científica na UFMG		Incremento (%)
	2001	2004	
Ciências da Vida	3.485	4.720	35,4
Ciências da Natureza e Engenharias	1.979	2.373	19,9
Humanidades	1.908	2.137	12,0
Total UFMG	7.373	9.230	25,2

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa

A Figura 4 mostra a evolução da produção científica tipos I, II e III da UFMG no período 1994 a 2004. Além da tendência de crescimento assumida pela produção do tipo I no final do período, fica também evidenciada a intensificação ocorrida na produção bibliográfica de tipo II, a partir do ano 2000.

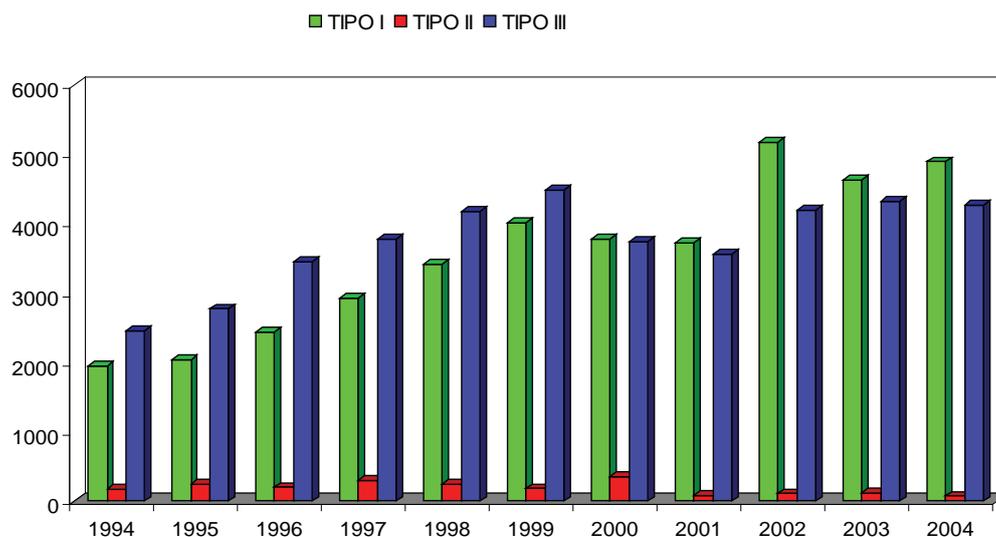


Figura 4 – Evolução da produção científica da UFMG – 1994-2004

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa

A abrangência internacional e a qualidade da produção científica da UFMG se refletem no número de artigos indexados (4.484) pelo Institute of Scientific Information – ISI, no período 1995 a 2002. Entre as IES mineiras, a UFMG é a instituição cujos artigos atingiram posição mais elevada nesse indexador, correspondendo a 54,2% de toda a produção científica do estado de Minas Gerais, e, no conjunto das instituições federais, ela ocupa a segunda posição. Quanto ao número de acessos ao portal de periódicos da CAPES, dados de 2004 situam a UFMG no 5º lugar, com 1.013.220 de acessos correspondentes a 4,38% do total.

Em relação à participação da UFMG no número de bolsas para pesquisador distribuídas pelas agências de fomento, esta Universidade também ocupa posição de destaque no estado de Minas Gerais, tendo recebido da FAPEMIG, em 2003, cerca de 40% do total distribuído por essa fundação. No cenário nacional, dados do CNPq relativos ao ano de 2004 mostram que, comparando-se com outras instituições de ensino superior e institutos de pesquisa, a UFMG se situa entre o 4º e o 6º lugares quando se consideram diferentes indicadores. Analisando-se o investimento total, ou seja, o fomento, acrescido das bolsas no país e das bolsas no exterior, a Universidade ocupa o 5º lugar, correspondendo a 4,0% do total nacional, e a 42% do total alocado para o estado de Minas Gerais, como mostra a Figura 5.

Desmembrando-se esses indicadores, no número de bolsas no país, a UFMG ocupa o 5º lugar, correspondendo a 4,51% do total nacional e a 45% do total do estado. Nas bolsas no exterior, por sua vez, ela ocupa o 3º lugar, correspondendo a 6,13% do total nacional e a 53% do total do estado. Apenas no fomento à pesquisa, considerando-se o conjunto das instituições de ensino e dos institutos de pesquisa, essa situação se altera ocupando a Universidade a 11ª posição, com 2,52% do total, e 29% do que foi alocado no estado. No conjunto das instituições de ensino superior, no entanto, ocupa o 4º lugar nesse item e, entre as universidades federais, o 3º lugar. A Figura 6 mostra a evolução dos recursos recebidos do CNPq entre 1998 e 2003, notando-se uma pequena tendência de queda dos recursos de fomento a partir de 2002. A considerar pelo

gráfico da Figura 5, contudo, verifica-se que essa tendência ocorreu com todas as universidades que tiveram uma participação mais significativa no volume de recursos de fomento concedidos por aquela agência, indicando mais a existência de um quadro de restrição orçamentária da agência do que uma especificidade da UFMG.

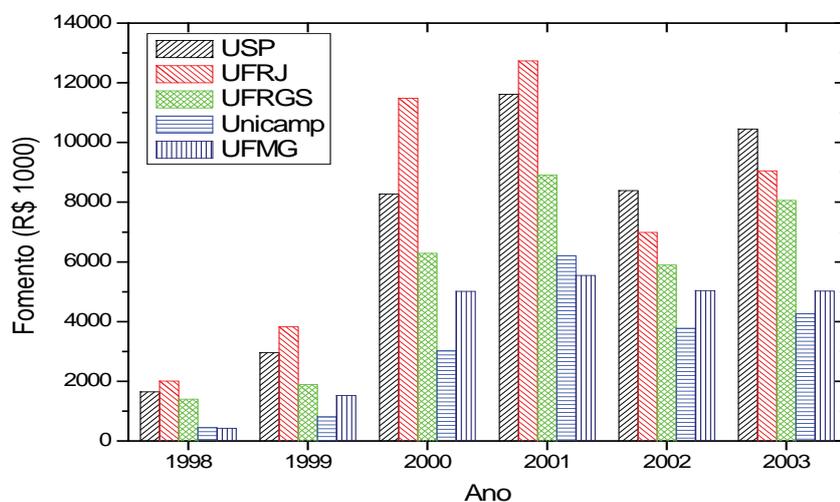


Figura 5 – Universidades que tiveram os percentuais mais elevados de participação nos recursos de fomento à pesquisa, concedidos pelo CNPq – 1998-2003

Fonte: CNPq

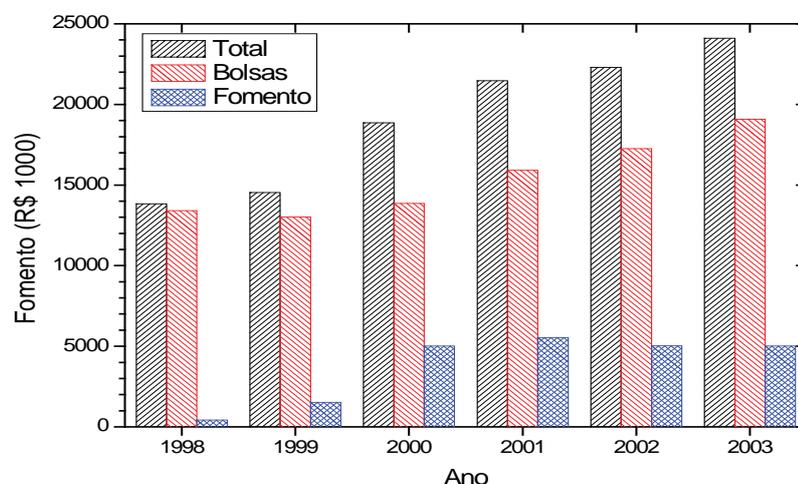


Figura 6 – Recursos de fomento à pesquisa do CNPq recebidos pela UFMG – 1998-2003

Fonte: CNPq

Cabe comentar, no entanto, que a UFMG e, certamente, as demais universidades federais, enfrentam muitos problemas para atingir esses patamares de produção científica. Nos grupos focais, os docentes ressaltaram, em diversas oportunidades, que a infra-estrutura da Universidade é insatisfatória no que concerne a condições para realização de pesquisas, como falta de espaço físico para instalar laboratórios, o acesso a material de segurança para o trabalho, ou o fato de o professor arcar com os gastos de material de consumo. São aspectos considerados como contrapartida institucional para a concessão do apoio e que, segundo os docentes, implicam perda frente ao potencial que a Universidade tem para produzir conhecimento. Deve ser considerado que a UFMG não tem se descurado dessa questão, investindo bastante na melhoria das instalações com

o Projeto Campus 2000, a aplicação dos recursos do Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico, e com a participação nos editais dos fundos setoriais e verde-amarelo.²⁰ Não resta dúvida, no entanto, que a restrição de recursos orçamentários contribuiu significativamente para tornar mais difícil e complexa a construção de uma infra-estrutura de pesquisa adequada.

A Diretoria de Relações Internacionais, por sua vez, tem buscado atuar como facilitadora no processo de formalização das parcerias internacionais na Universidade. Associada a isso, a implementação, em 2003, do Fundo FUNDEP para a internacionalização, criando uma linha de fomento para parcerias institucionalizadas, contribuiu de modo importante para acelerar o número dessas parcerias, cujo número triplicou entre 2002 e 2005. No período, 102 convênios e acordos foram formalizados, e 405 estiveram em vigor.

A diversidade de países parceiros aumentou, passando de 20, em 2002, para 28, em 2005, distribuídos pelos cinco continentes. Nesse período, foram formalizados 58 acordos e convênios com instituições da Europa, 22 da América Latina e Caribe, 15 da América do Norte, três da África, três da Ásia e um da Austrália.

O número de instituições parceiras em cada país também tem sido crescente. Enquanto em 2002 seis países tinham quatro ou mais convênios firmados com a UFMG, em 2005, esse número atingiu 10 países. Nesse conjunto destacam-se, principalmente, instituições dos Estados Unidos, Itália, Alemanha, França e Cuba. Um marco importante desse processo é a prioridade atribuída ao estreitamento de laços de colaboração acadêmica com países de língua portuguesa e da América Latina e Caribe, que teve por objetivo a construção de uma maior compreensão e solidariedade entre esses povos. Essa definição de política resultou num volume significativo de acordos e convênios firmados com instituições desse grupo de países, sendo 23 com a América Latina e Caribe, e sete com as de língua portuguesa.

Esse processo de internacionalização tem permitido à UFMG amadurecer, tanto na compreensão como no tratamento das questões relativas à formalização da cooperação internacional e à institucionalização dessas parcerias. Ao mesmo tempo, sua intensificação evidencia a necessidade de criar mecanismos destinados a avaliar permanentemente os resultados obtidos, processo que se encontra em estágio inicial.

A gestão da pesquisa científica e tecnológica na UFMG está a cargo da Pró-Reitoria de Pesquisa. Para tanto, promove políticas visando à integração dos segmentos docente e discente na prática da pesquisa científica, de forma a possibilitar a participação dos alunos de todos os níveis no processo da criação do conhecimento; a articulação, interna e externa, entre os grupos de pesquisa da Universidade, buscando identificar temas estratégicos, bem como desenvolver atividades voltadas para a produção do conhecimento; a identificação de limitações e busca de meios para o aprimoramento de infra-estrutura de pesquisa; a identificação de oportunidades de financiamento para pesquisa; e a divulgação da produção científica da UFMG.

A Pró-Reitoria conta com três organismos principais em sua estrutura organizacional. A Câmara de Pesquisa, composta por parte dos membros do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, que delibera sobre assuntos de caráter acadêmico-científico; os Comitês Assessores, compostos por professores escolhidos

20 O Projeto Campus 2000 e os recursos do Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico serão analisados nas dimensões de infra-estrutura e outras dimensões relevantes de atuação.

pela Pró-Reitoria a partir de lista tríplice indicada pelos diretores das unidades acadêmicas, convocados por ocasião de atividades que envolvam análise e julgamento, como as bolsas de iniciação científica, de artistas visitantes, e os auxílios à editoração e à pesquisa; e a Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica – CT&IT, que tem por missão estimular e promover a integração das atividades de geração, difusão e aplicação do conhecimento, no que se refere ao desenvolvimento e transferência de tecnologia. Integram ainda a estrutura da PRPq os Núcleos de Assessoramento à Pesquisa – NAPq, que são órgãos de assessoramento aos diretores das unidades acadêmicas para assuntos de pesquisa, e de ligação entre essas unidades e a Pró-Reitoria de Pesquisa. A existência dos NAPqs foi valorizada pelos docentes que participaram dos estudos dos grupos focais, pela contribuição que prestam na identificação de fontes de financiamento, na administração da pesquisa, considerando que a conjugação dessa última tarefa com a realização da pesquisa em si é percebida pelos docentes como penosa.

Políticas destinadas a induzir o registro de patentes das inovações tecnológicas produzidas pela UFMG começaram a ser adotadas a partir de 1995, estimulando os pesquisadores a identificar produtos e processos patenteáveis, nos resultados de seu trabalho. A CT&IT, criada em 2002, é um dos instrumentos mais importantes para o êxito dessa política, atuando como um escritório de apoio técnico, logístico, jurídico e financeiro do registro de patentes. Entre as atividades que a CT&IT desenvolve está a assessoria a pesquisadores na formação de parcerias, seja com o setor produtivo, instituições de ensino e pesquisa, ou agências de fomento, visando à geração e à difusão de conhecimento e tecnologia, e à constituição e implementação de incubadoras de empresas de base tecnológica, de parques e de pólos tecnológicos. Atua também em ações voltadas para a realização de estudos de prospecção da demanda tecnológica do setor produtivo do estado; na organização e divulgação da capacitação tecnológica da UFMG; no estímulo e apoio ao desenvolvimento, pelos discentes e docentes, de uma cultura empreendedora; na prospecção de fontes de financiamento nacionais e internacionais para pesquisa e programas de transferência de tecnologia; no estímulo e assessoria a pesquisadores para proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia; e na capacitação da UFMG na área de propriedade intelectual.

As patentes conferem valor comercial a ativos intangíveis, como o conhecimento aplicado e a pesquisa realizada e, dessa forma, transformam conhecimento, pesquisa e desenvolvimento em valor agregado para as empresas e produtos. Tendo em vista a importância que a propriedade industrial representa, os pedidos de patentes são um importante indicador da produção científica da UFMG. Durante o período 1995 a 2005 foram requeridos 166 pedidos de patentes com titularidade na UFMG. A Figura 7 mostra a distribuição dos pedidos por área, destacando-se o desempenho de três unidades acadêmicas: o Instituto de Ciências Biológicas, o Instituto de Ciências Exatas e a Escola de Engenharia.

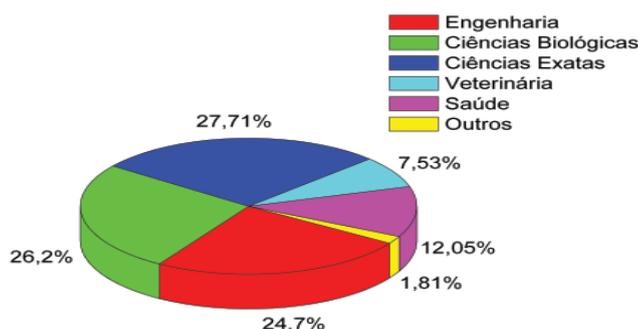


Figura 7 – Pedidos de patentes com titularidade na UFMG – 1995-2005

Fonte: CT&IT/UFMG

A Universidade registrou, entre 2002 e 2005, 77 novos pedidos de patentes nacionais, o que significou um salto de 63 registros existentes, a partir de 1995, para 140 em 2005. No mesmo período, os depósitos de patentes internacionais passaram de nove para 16, sendo a Escola de Engenharia responsável por 31% desses depósitos, seguida pelos Institutos de Ciências Biológicas e de Ciências Exatas com 25% e 24%, respectivamente. Entre 2001 e 2004 foram obtidas 10 cartas patentes, entre as quais oito internacionais: uma na Europa, duas na Austrália e cinco nos estados Unidos. A partir de 2002, a UFMG iniciou, também, atuação visando à transferência de tecnologia de sua produção científica. Em 2005, já haviam sido concretizados quatorze contratos. Ainda no cumprimento do seu papel de disseminar uma cultura de proteção e transferência de conhecimento, bem como do empreendedorismo no meio universitário, a UFMG constituiu, em 2002, a incubadora de empresas INOVA, destinada a apoiar a criação e o desenvolvimento de empresas juniores e de base tecnológica. Entre 2002 e 2005, a INOVA incubou oito empresas e graduou outras cinco, captando, entre 2003 e 2005, perto de R\$ 400 mil.

Na produção de conhecimento, a UFMG está presente em projetos de abrangência nacional e internacional. Dois projetos coordenados por pesquisadores da UFMG integram o programa Institutos do Milênio do Ministério da Ciência e Tecnologia, que apóia centros capazes de desenvolver conhecimento tecnológico de vanguarda em áreas de relevância para a população.

O primeiro deles, o programa Água – uma Visão Mineral, é coordenado pelo grupo de pesquisadores de Tecnologia Mineral da Escola de Engenharia da UFMG, e tem por objetivo promover a gestão responsável dos recursos hídricos no setor de mineração, promovendo o desenvolvimento científico, a inovação, a integração universidade-empresa-sociedade e o desenvolvimento regional. A coordenação desse instituto permitirá à UFMG consolidar-se como centro de excelência numa área que é estratégica face à importância que a água vem assumindo no Brasil e no mundo. Entre os resultados já obtidos por esse Instituto estão: a redução de consumo de água e energia em operações de grande porte, fator determinante na competitividade das empresas; o desenvolvimento de novos equipamentos e processos para o tratamento de efluentes; a implantação de projetos-piloto para aumento do suprimento e conservação de água em áreas carentes como o Médio Jequitinhonha e outros; e o estabelecimento de uma rede de competências mundial e de infra-estrutura laboratorial. Aspecto relevante na atuação desse instituto são os acordos de cooperação formalizados com instituições públicas, para implementar uma dinâmica de atendimento às demandas da pequena empresa e de regiões mais carentes, através de projetos de desenvolvimento.

O segundo programa coordenado pela UFMG é o Instituto do Milênio de Nanociências, que tem por objetivo desenvolver diferentes técnicas experimentais para análise e modelagem teórica de materiais na escala nanométrica. Mais da metade dos pesquisadores que dele participam são vinculados ao Departamento de Física do Instituto de Ciências Exatas da UFMG. Esse grupo é reconhecido atualmente como o mais capacitado para a síntese e aplicação de nanotubos de carbono, o que o torna apto a postular, para a UFMG, a sede do centro nacional de nanociências, a ser implantado pelo MCT. Outros seis projetos dos Institutos do Milênio também contam com a participação de equipes da Universidade.

A UFMG participa também do projeto Genoma Nacional, responsável pelo seqüenciamento do genoma de bactérias e do parasito causador da esquistossomose. Três dos 25 laboratórios de pesquisa brasileiros que integram o projeto são do Instituto de Ciências Biológicas. A participação nesse projeto permitirá o

desenvolvimento de competências da UFMG em Bioquímica e Biologia Molecular, áreas estratégicas nas Ciências da Vida.

A Universidade participa da constituição das redes nacional e regional de nanobiotecnologia, cujas pesquisas voltam-se para a produção de vacinas gênicas em dispositivos de liberação controlada. Da rede nacional, participam pesquisadores das Faculdades de Farmácia e Odontologia, do Instituto de Ciências Biológicas e do Departamento de Química. Da rede regional, participam pesquisadores das Faculdades de Medicina e Farmácia, do Instituto de Ciências Biológicas e do Departamento de Química.

Proposta voltada para a ruptura de fronteiras do conhecimento entre campos disciplinares, o projeto do Parque Tecnológico – BH-TEC vem sendo construída desde 2002, em parceria com o Governo do Estado de Minas Gerais, a Prefeitura de Belo Horizonte, e a Federação das Indústrias do estado de Minas Gerais. Exemplo de parceria entre Poder Público, empresas e Universidade, o BH-TEC promoverá o encontro do conhecimento científico com as demandas do mercado de tecnologia, voltado para a produção de tecnologia avançada visando ao desenvolvimento regional, com potencial para tornar a capital centro de referência nacional na geração e transferência de conhecimento e tecnologia. Seus principais focos de atividade estarão nas áreas das Ciências da Vida e Médico-Hospitalar, na Tecnologia de Informação e na Tecnologia de Materiais e Processos. O BH-TEC está sendo implantado em área externa ao Campus Pampulha, estando em andamento as obras de infra-estrutura.

A relevância social da pesquisa realizada pela UFMG ressalta também em projetos na área de Ciências Humanas. Nesse aspecto particular, destaca-se, por exemplo, a atuação do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita – CEALE, da Faculdade de Educação, que desenvolve projetos integrados de pesquisa relacionados à análise do estado do conhecimento sobre a alfabetização e o letramento, assim como das práticas de leitura e escrita e dos problemas relacionados à sua difusão e apropriação. Atua junto às redes públicas de educação básica, realizando projetos de formação continuada de professores, de desenvolvimento curricular e de avaliação do ensino e de materiais didáticos. Integra a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica, composta por 19 centros em universidades do país, tendo como objetivos elaborar materiais e realizar cursos e acordos com escolas e sistemas de ensino para o desenvolvimento dessa formação. O CEALE é um dos cinco centros brasileiros na área de Alfabetização e Linguagem. Além dos projetos que desenvolve no Vale do Jequitinhonha, tem participação ativa na avaliação dos livros didáticos e de língua portuguesa para o Programa Nacional do Livro Didático. Outro projeto desenvolvido por esse centro é o Pró-Letramento, que visa à melhoria da qualidade do ensino da leitura, da escrita e da matemática nas séries iniciais do ensino fundamental, atualmente ampliando sua atuação para alguns estados do Brasil e para Angola, na África.

Outro grupo que pode ser destacado é o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública – CRISP, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Voltado para a elaboração, acompanhamento, implementação e avaliação crítica de políticas públicas na área da justiça criminal e dos direitos humanos, o CRISP tem por objetivos elaborar estudos e pesquisas aplicadas e metodologias de alta qualidade técnica, enfocando problemas e questões de interesse para o combate à criminalidade; e auxiliar na construção de sistemas de informação mais adequados e de programas de controle da criminalidade e qualificar os profissionais da área de segurança pública. Busca combinar a pesquisa aplicada, a multidisciplinaridade, e a formação sólida em análise quantitativa de

dados para planejamento e avaliação, além de promover a articulação entre a Universidade e diferentes instituições e órgãos públicos que lidam com a criminalidade e a violência.

Menção especial deve ser feita, ainda, ao Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares – IEAT, criado em 1999 em caráter experimental e institucionalizado a partir de 2005, e que tem por objetivo estimular a realização de estudos de excelência e de ponta, em abordagem transdisciplinar. O IEAT busca explorar metodologias alternativas, trabalhando no espaço fronteiro das disciplinas e especialidades, procurando decodificar o que as une e o que as ultrapassa. Em consonância com sua natureza de instituto de pesquisa, atua como órgão articulador interdepartamental e supra-unidades acadêmicas. Sua principal linha de atuação é o estímulo à geração e à difusão de uma nova práxis e de um novo ideal do conhecimento, tendo por lócus experiências coletivas de grupos de especialidades variadas; por instrumento ou meio, a aproximação das disciplinas; e por alvo, a formação de profissionais com capacidade de frequentar mais de uma área do saber. O IEAT representa, assim, um lócus privilegiado das idéias e da utopia na UFMG.

Como estratégia para ampliar as possibilidades de obtenção de recursos para a pesquisa, em 2005 foi criado o sistema informatizado de busca de financiamentos para projetos, o Financiar, em parceria com a Universidade Federal de Viçosa e gerenciado pela FUNDEP. Esse sistema possibilita a identificação de chances de financiamento de pesquisa, no Brasil e no exterior, divulgando-as para uma lista de pesquisadores credenciados por áreas. Essa experiência inovadora e pioneira já tem possibilitado a obtenção de financiamentos de porte bastante significativo para a pesquisa na Universidade.

Programas institucionais

A PRPq desenvolve diversos programas institucionais, sendo grande parte deles realizados com apoio do Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico. São eles:

- Auxílio a Projetos de Pesquisa de Recém-Doutores, para proporcionar aos jovens pesquisadores condições para dar início ao seu trabalho e poderem competir na busca por recursos externos.
- Auxílio para Editoração de Revistas Especializadas, para estabelecer diretrizes sobre a edição de periódicos, e apoiar os periódicos existentes para que atinjam patamares adequados de qualidade.
- Programa de Apoio a Projetos Estruturantes de Pesquisa e de Pós-Graduação, para induzir a articulação de grupos de pesquisa interdepartamentais em torno de temas unificadores, estruturantes e relevantes nos âmbitos regional e nacional.
- Programa Institucional de Iniciação Científica, para iniciar os alunos dos cursos de graduação na atividade de produção do conhecimento e promover sua convivência cotidiana com o procedimento científico, por meio de bolsas concedidas pelo CNPq e a FAPEMIG.
- Programa de Artista Visitante, para promover a captação de profissionais de reconhecida qualificação profissional para a área de Artes.

- Auxílio para Participação em Congressos, para possibilitar a participação dos professores em congressos e reuniões científicas no país.
- Programa de Apoio Integrado a Eventos – PAIE, para apoiar a realização de eventos acadêmicos das áreas do conhecimento.

1) Programa de Apoio a Projetos de Pesquisa de Recém-Doutores

Este programa é realizado com recursos do Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico desde 1996, tendo sido assumido pela PRPq e pela Câmara de Pesquisa a partir de 1999. Anualmente, é aberto um edital para pesquisadores das diversas áreas do conhecimento e que tenham obtido o título de doutor há menos de cinco anos. A distribuição de recursos feita por esse programa pode ser visualizada na Tabela 9. Verifica-se que esse programa tem tido presença constante entre as prioridades para aplicação do Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico, com exceção dos anos de 1997 e 1998, em razão de alteração dos critérios de atribuição dos recursos desse fundo pelo CEPE. Verifica-se também que, embora o número de projetos submetidos anualmente venha diminuindo, o número dos aprovados apresenta tendência de crescimento, com uma única exceção no ano de 2001.

TABELA 9

Distribuição de recursos para o Programa de Apoio para a Pesquisa dos Recém-Doutores – 1996-2004.

Ano	Número de projetos	
	Submetidos	Aprovados
1996	86	14 (16%)
1997	-	-
1998	-	-
1999	188	49 (26%)
2000	132	44 (33%)
2001	79	32 (41%)
2002	128	42 (33%)
2003	111	51 (46%)
2004	104	59 (57%)
Total	828	291 (35%)

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa

Em 2002, a Câmara de Pesquisa promoveu uma avaliação do programa de apoio a recém-doutores, com base em questionário encaminhado aos docentes já contemplados, obtendo um bom índice de respostas, à exceção das áreas de Ciências Humanas e de Engenharias, onde o percentual de respostas foi inferior a 50% (da ordem de 25 e 43%, respectivamente). Nessa análise, procurou-se identificar e quantificar aspectos diversificados, como a opinião do pesquisador sobre o programa, a contribuição do mesmo para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, bem como seus pontos fortes e fracos. Foi feita ainda uma comparação entre pesquisadores agraciados e não-agraciados, com base nos dados do Banco de Currículos Lattes e da versão 5.0 do Diretório dos Grupos de Pesquisa. Dos 30 recém-doutores que responderam ao questionário, apenas um declarou ter sido pequeno o impacto produzido sobre seu desempenho pelos recursos obtidos, enquanto os demais consideraram que o

programa foi importante para o desenvolvimento de suas carreiras e que a Universidade deveria mantê-lo. A Tabela 10 apresenta uma comparação, por área do conhecimento, entre os projetos submetidos e aprovados em 1999 e 2004, e na Tabela 11 está o volume de recursos distribuído por áreas do conhecimento, nos mesmos anos.

TABELA 10

Número de projetos submetidos e aprovados do Programa de Apoio para a Pesquisa dos Recém-Doutores, por áreas do conhecimento – 1999 e 2004.

Áreas do conhecimento	Projetos							
	Submetidos		%		Aprovados		%	
	1999	2004	1999	2004	1999	2004	1999	2004
Ciências Sociais Aplicadas	10	9	5	9	2	6	4	10
Linguística, Letras e Artes	8	12	5	12	2	4	4	7
Ciências Humanas	19	15	10	14	4	7	8	12
Engenharias	23	19	12	18	7	18	14	30
Ciências Exatas e da Terra	47	16	25	15	17	10	35	17
Saúde	36	17	19	17	7	6	14	10
Ciências Biológicas e Agrárias	45	16	24	15	10	8	21	14
Total	188*	104	100	100	49	59	100	100

*Dois docentes apresentaram duas propostas.

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa

TABELA 11

Distribuição dos recursos do Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico para o Programa de Apoio a Recém-Doutores – 1999 e 2004.

Áreas do conhecimento	Recursos (R\$)			
	Valor total		%	
	1999	2004	1999	2004
Ciências Sociais Aplicadas	16.100,00	21.000,00	4,6	7,0
Linguística, Letras e Artes	12.950,00	29.010,00	3,7	10,0
Ciências Humanas	30.038,00	45.000,00	8,6	15,0
Engenharias	45.452,00	57.000,00	13,0	19,0
Ciências Exatas e da Terra	94.500,00	48.000,00	27,0	16,0
Saúde	60.660,00	54.000,00	17,3	18,0
Ciências Biológicas e Agrárias	90.300,00	45.000,00	25,8	15,0
Total	350.000,00	299.010,00	100	100

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa

No intervalo de tempo representado nessas tabelas, verifica-se que a área das engenharias, a que mais cresceu na porcentagem de projetos submetidos, cresceu mais também no percentual de projetos aprovados e, conseqüentemente, na participação no volume de recursos distribuídos. Nas demais áreas, as mudanças foram de menor porte, à exceção das Ciências Exatas e da Terra e Ciências Biológicas e Agrárias, nas quais houve uma redução superior a 50% no volume de recursos, redução que foi mais acentuada na primeira delas. Ressalte-se apenas a área de Ciências Humanas, que, apesar

de ter tido redução no volume de projetos submetidos, teve um número maior de projetos aprovados, o que resultou na duplicação dos recursos obtidos entre 1999 e 2004. Esses dados sugerem a necessidade de que a Universidade avalie os procedimentos que vêm sendo adotados para a chamada e a concessão dessas bolsas, para proporcionar uma distribuição mais equilibrada entre as áreas do conhecimento, de modo a, pelo menos, representar proporcionalmente os recém-doutores do seu quadro docente.

Na Figura 8 são comparadas as populações de pesquisadores, contemplados e não contemplados pelo programa, tendo em vista a obtenção da bolsa de produtividade de pesquisa do CNPq. Os dados indicam que os docentes contemplados pelo programa, a partir de 2001, candidataram-se com maior frequência a essas bolsas, e/ou foram mais eficientes no pleito para integrar o sistema do CNPq do que seus colegas não incluídos no programa de apoio a recém-doutores.

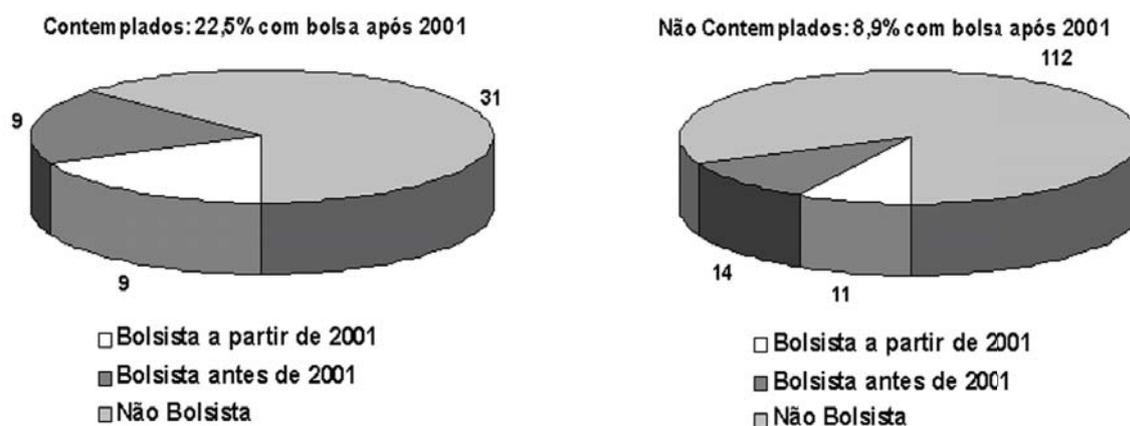


Figura 8 – Comparação entre pesquisadores agraciados e não-agraciados com recursos do Programa Recém-Doutor, em relação à bolsa de produtividade em pesquisa

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa

A Figura 9 mostra a evolução das publicações do tipo I, por pesquisador, nas duas populações, permitindo visualizar a ocorrência de acréscimo na média dessas publicações para ambos os grupos, mas o efeito é mais acentuado para o grupo dos recém-doutores contemplados pelo programa.

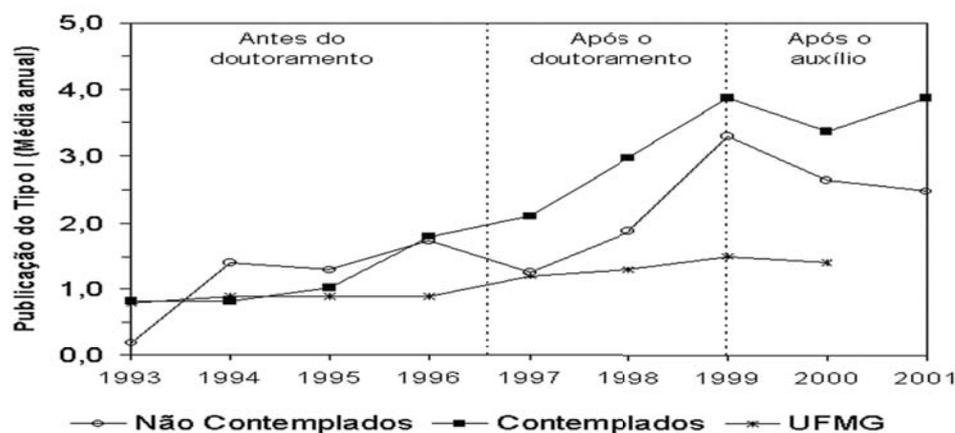


Figura 9 – Comparação da produção científica publicada dos pesquisadores agraciados e não-agraciados com recursos do Programa de Apoio a Recém-Doutores

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa

Os resultados da avaliação realizada indicam que o programa proporcionou um diferencial acadêmico favorável aos docentes recém-doutores contemplados em relação aos não contemplados, a despeito do curto período de tempo entre o levantamento de dados e a conclusão da maioria dos projetos contemplados pelo programa de 1999, assim como as dificuldades inerentes ao estabelecimento entre causa e efeito. Em consequência da consulta aos docentes contemplados, parece ser desejável a ampliação do programa visando atender a um maior número de recém-doutores. Além disso, o programa pode ser aperfeiçoado, por meio da vinculação de Bolsas de Iniciação Científica, de uma avaliação do prazo mais adequado para que os recursos financeiros entregues ao recém-doutor sejam utilizados, da agilização do processo de julgamento dos projetos e do retorno, por parte da PRPq, da apreciação feita sobre os relatórios técnico-científicos encaminhados.

2) Apoio à publicação de revistas científicas

Tornar conhecida a produção científica da Universidade faz parte de sua responsabilidade como instituição pública, e o significativo número de periódicos que nela são publicados reflete essa concepção. A preocupação com a busca da qualidade dessas publicações se viu refletida no estudo encomendado pela PRPq, em 2002. Foi realizado um diagnóstico da produção sob duas perspectivas: quanto à qualidade do periódico (como veículo de comunicação científica), e quanto ao seu processo de gestão (como empreendimento), de forma a possibilitar melhor compreensão da problemática de sua produção, e a subsidiar o embasamento de propostas para apoio a essas publicações. Foram analisados 26 periódicos (Quadro 6), por meio de questionários e entrevistas feitas com seus editores; exame documental para verificação de normalização bibliográfica, da transparência do processo de avaliação dos artigos, e da presença da revista em coleções de bibliotecas brasileiras. Para a análise dos dados foram utilizados diversos parâmetros, como o programa do CNPq de apoio a revistas científicas, o SciELO (Scientific Electronic Library Online), o ISI (Institute for Scientific Information), o Serviço de Indexação, e um estudo realizado, em 1992, pela Editora UFMG, analisando 28 revistas, das quais doze estavam presentes nesse estudo.

QUADRO 6

Periódicos editados na UFMG em 2002

Periódicos	Ano de criação	Periodicidade
<i>Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia</i>	1943	Bimestral
<i>Arquivos em Odontologia</i>	1965	Semestral
<i>Cadernos de Psicologia</i>	1984	Anual
<i>Caligrama: Revista de Estudos Românticos</i>	1981	Anual
<i>Casos Clínicos em Psiquiatria</i>	1999	Semestral
<i>Contabilidade Vista e Revista</i>	1989	Quadrimestral
<i>Educação em Revista</i>	1985	Semestral
<i>Ensaio: Pesquisa em Educação em Ciências</i>	1993	Semestral
<i>Geonomos: Revista de Geociências</i>	1993	Semestral
<i>Geraes</i>	1962	Semestral
<i>Kriterion: Revista de Filosofia</i>	1947	Semestral
<i>Licere: Revista do Centro de Estudos de Lazer e Recreação</i>	1998	Anual
<i>Lundiana</i>	1980	Semestral
<i>Memorandum</i>	2001	Semestral
<i>Música Hoje: Revista de Pesquisa Musical</i>	1993	Anual
<i>Nova Economia</i>	1990	Semestral
<i>Per Musi: Revista de Performance Musical</i>	2000	Semestral
<i>Perspectivas em Ciência da Informação</i>	1972	Semestral
<i>REME: Revista Mineira de Enfermagem</i>	1997	Semestral
<i>Revista Brasileira de Linguística Aplicada</i>	2001	Semestral
<i>Revista da Faculdade de Direito</i>	1894	Semestral
<i>Revista Geografia e Ensino</i>	1982	Anual
<i>Revista Médica de Minas Gerais</i>	1990	Trimestral
<i>Teoria e Sociedade</i>	1997	Semestral
<i>Trabalho e Educação</i>	1996	Semestral
<i>Vária História</i>	1985	Semestral

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa

Os resultados foram apresentados dentro das duas perspectivas que embasaram o estudo. Considerando o periódico como componente do processo de comunicação científica, foram analisados: a importância como veículo na área; suas características (título, periodicidade, número de artigos); seu caráter científico (público, natureza dos artigos, avaliação por pares, formalização da avaliação, número de pareceristas, tempo de avaliação, abrangência – origem dos autores e dos avaliadores, idioma, permuta, presença em coleções); seus indicadores de qualidade: índice de impacto, ISSN, indexação, classificação da CAPES; sua normalização: lombada, capa, folha de rosto, sumário, artigos, instruções para autores.

Para a metade dos editores, a revista impressa foi considerada como o tipo mais importante de publicação utilizada na sua área, sendo esse um dos fatores que contribuem para a sobrevivência do periódico. Destacou-se que duas revistas criadas na década de 1940, o *Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia* e a *Kriterion*, são consideradas como muito importantes em suas áreas. Registra, também, uma tendência de que programas de pós-graduação se responsabilizem pela manutenção e gerenciamento das revistas.

Quanto às características dos periódicos, o número de artigos publicados por fascículo (pelo menos cinco) está de acordo com os critérios estabelecidos pelo CNPq para apoio a revistas científicas. Cinco periódicos da área de Ciências Humanas situam-se dentro dos padrões estabelecidos pelo Scielo, enquanto os demais dessa área atingiram o mínimo, mas precisam aumentar o número de artigos para atingir o que aquele sistema estabelece como sendo o desejado. Com base nesse critério, nas áreas de Ciências Exatas e Biológicas, é preciso aumentar o número de artigos para atingir o padrão mínimo.

Quanto ao caráter científico, o público dos periódicos é constituído majoritariamente por pesquisadores, predominando artigos inéditos e resultantes de pesquisa; por sua vez, o processo de avaliação por pares exige a ampliação do corpo de avaliadores para evitar endogenia e paroquialismo; no que se refere ao processo de avaliação dos artigos, a formalização desse processo não é totalmente transparente, pois nem todas as revistas informam os nomes dos componentes do conselho editorial, nem quantos avaliam os artigos ou como se faz esse processo. A maioria, contudo, trabalha com mais de um avaliador por artigo, o que é considerado um indicador de qualidade.

Quanto ao grau de abrangência do periódico, predominam autores do país, sendo baixo o índice de endogenia institucional. Os avaliadores são, na maioria, de origem nacional e pertencem a outras instituições, sendo que 15 revistas têm avaliadores estrangeiros, havendo uma tendência, revelada em 22 revistas, de aceitar artigos em outros idiomas. 23 revistas mantêm programas de permuta, e apenas quatro não estão presentes em coleções de bibliotecas brasileiras. Com relação aos indicadores de qualidade, verifica-se que todas as revistas têm registro no ISSN, e apenas uma é indexada no ISI. 14 não são indexadas em serviços bibliográficos aprovados pelo Scielo, provavelmente devido a atraso na periodicidade de publicação, e as outras 12 estão indexadas em 40 serviços, sendo apenas oito deles nacionais. Pela classificação da CAPES, quatro periódicos estão classificados como Qualis A, cinco são B e três são C, e nenhum deles é de padrão internacional.

Considerando-se o periódico como empreendimento, foram analisados os seguintes aspectos: a formalização da revista na Instituição; a distribuição de funções; a captação de recursos, tanto da UFMG como de entidades governamentais e não-governamentais, de assinaturas, e outras; a tiragem; os custos de impressão; existência de doações e de permuta. O estudo possibilitou observar que há pouca formalização institucional das revistas do ponto de vista de registro documental, o que é reforçado pelo modo como se realiza o processo de escolha dos editores: em 14 revistas eles são indicados pelos diretores ou pelos órgãos que os gerenciam e, em oito, eles são eleitos, o cargo não é remunerado, e o tempo de mandato é definido apenas em 12 delas. Três revistas são filiadas à ABEC – Associação Brasileira de Editores Científicos, sendo que duas, não filiadas, já participaram dos encontros que ela promove.

As tarefas de editoria são bem distribuídas entre os membros das revistas, sendo a UFMG a principal fonte de recursos para os periódicos, cobrindo custos materiais, humanos, de infra-estrutura, etc. Quatro revistas têm apoio do CNPq. Nos dez anos decorridos após a realização da avaliação de 1992, houve redução na diversidade de fontes de financiamento público, passando a existir cinco periódicos que recebem recursos não-governamentais. De apenas seis revistas que mantinham sistema de assinaturas em 1992, 16 estavam nessa condição em 2002, embora só duas revistas atinjam, com isso, um patamar de auto-sustentação situado acima de 30% da tiragem. O procedimento de doação é adotado por 19 revistas, sendo que seis delas o fazem com a tiragem total, e

23 mantêm programa de permuta, o que representa uma forma de captação de recursos para a Instituição, porque permite adquirir alguns títulos sem custos adicionais.

Como resultado do estudo realizado, em 2003 foi lançado o EDITAL PRPq – 03/2003, denominado Programa de Auxílio para a Editoração de Periódicos Científicos na UFMG, com o objetivo de apoiar a editoração e a publicação de periódicos científicos mantidos e editados por unidades acadêmicas, contribuindo para melhorar a qualidade e ampliar a visibilidade dessas publicações. Do estudo e desse edital, resultaram um plano de apoio que, hoje, dá sustentação a 14 publicações.

Tendo em vista que o objetivo desse estudo foi de fazer um panorama da situação de um conjunto de publicações periódicas editadas pela Universidade, ficaram por serem averiguadas as causas das inadequações encontradas, bem como não foram analisadas as condições de divulgação existentes nas áreas do conhecimento abrangidas pelas revistas. Com base na metodologia utilizada, o estudo pode servir de roteiro para que os editores aperfeiçoem as revistas segundo um padrão típico de um periódico tradicional, visando garantir a sua qualidade e a integridade da ciência. Uma questão desse estudo permanece, contudo, como um desafio frente à relação dos periódicos impressos e à tecnologia da informação hoje disseminada: como dimensionar de modo adequado a necessidade de manter publicações em dois formatos, o impresso e o virtual?

3) Programa de Apoio a Projetos Estruturantes de Pesquisa e de Pós-Graduação

Este programa foi estabelecido com o objetivo de induzir a articulação de grupos de pesquisa interdepartamentais em torno de temas unificadores, estruturantes e relevantes nos âmbitos regional e nacional.

Desenvolvidos com recursos do Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico, esses projetos proporcionam a oportunidade de uma atuação conjunta de pesquisadores como fator fundamental para a excelência na pesquisa. Para se candidatarem a esse auxílio, os projetos devem estar vinculados a programas consolidados de pós-graduação, e serem coordenados por pesquisadores de, pelo menos, dois grupos de pesquisa cadastrados junto ao Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. São seus objetivos: articular dois ou mais grupos de pesquisa; desenvolver seu potencial para a geração de conhecimento e de tecnologia com aplicação relevante no âmbito regional e nacional; e proporcionar condições para que o projeto produza impacto na formatação e oferta de novos programas de pós-graduação multidisciplinares na UFMG. Tendo como característica básica a multidisciplinaridade, entre 2001 e 2003 foram aprovadas nove solicitações, envolvendo docentes de 12 departamentos.

4) Programas Institucionais de Iniciação Científica

Quando da criação do Conselho de Pesquisa da UFMG, pela resolução nº 3/66 de 18 de janeiro de 1966 pelo reitor Prof. Aluísio Pimenta, já estava previsto no seu primeiro regulamento a concessão de três categorias de bolsas de pesquisa: Iniciação Científica (para alunos da graduação), Aperfeiçoamento I (para graduados) e Aperfeiçoamento II (para graduados e pós-graduados com pesquisa e magistério). À medida que a CAPES e o CNPq foram implementando

seus programas de estudos para alunos de pós-graduação, essas duas últimas modalidades foram extintas.

Durante 20 anos, a Câmara de Pesquisa da UFMG desenvolveu um Programa de Iniciação Científica. A partir de 1970, foram sendo progressivamente estabelecidos os objetivos das bolsas e as normas para sua concessão, quanto aos alunos beneficiados, formas de controle e apresentação dos resultados. Ao longo desses anos, apesar da limitação de recursos e das dificuldades inerentes ao processo, a Câmara buscou garantir a existência de formas de valorização do trabalho de iniciação científica, avaliando como extremamente positivo o saldo do investimento realizado. Além dos resultados diretamente relacionados à formação de jovens pesquisadores, esta atividade tem demonstrado ter grande valor pedagógico como instrumento de integração das atividades de graduação e pós-graduação.

Atualmente, a Universidade conta com dois programas de bolsas – o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/PIBIC-CNPq e o Programa de Bolsas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica/PROBIC-FAPEMIG. Ambos os programas têm caráter institucional, o que possibilita um modo de gestão da pesquisa que amplia e revitaliza a produção científica não apenas em áreas já consolidadas, mas também naquelas em que as atividades de pesquisa estão ainda em processo de estruturação. Nos dois casos, candidatam-se ao programa os professores interessados em orientar alunos de graduação em seus projetos de pesquisa e, posteriormente, os orientadores classificados selecionam os alunos conforme a quota individual que lhes foi atribuída.

A partir de 2002, são concedidas anualmente 522 bolsas PIBIC/CNPq, sendo que o número das bolsas PROBIC/FAPEMIG não se alterou ao longo do tempo, conforme mostram as Tabelas 12 e 13.

TABELA 12

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

Bolsas concedidas entre 2000 e 2004						
Área do conhecimento	Cota concedida					Total da Área
	2000	2001	2002	2003	2004	
Biológicas e Veterinária	141	132	116	118	126	633
Ciências Exatas e da Terra	114	109	91	97	89	500
Ciências Humanas	72	82	71	58	56	339
Ciências Sociais Aplicadas	52	56	43	48	47	246
Engenharias	67	62	50	54	51	284
Letras e Artes	37	43	36	29	40	185
Ciências da Saúde	131	130	115	118	113	607
Totais	614	614	522	522	522	2.794

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa

TABELA 13

Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica - PROBIC/FAPEMIG.

Bolsas concedidas entre 2000 e 2004						
Área do conhecimento	Cota concedida					Total da Área
	2000	2001	2002	2003	2004	
Biológicas e Veterinária	46	42	49	43	47	227
Ciências Exatas e da Terra	47	48	49	36	43	223
Ciências Humanas	21	31	27	34	31	144
Ciências Sociais Aplicadas	19	16	12	20	16	83
Engenharias	29	25	25	31	24	134
Letras e Artes	17	11	12	14	13	67
Ciências da Saúde	41	47	46	42	46	222
Totais	220	220	220	220	220	1.100

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa

A diversificação na distribuição entre as áreas do conhecimento acompanha, de certo modo, a diversificação existente entre os grupos de pesquisa. Observa-se que as três grandes áreas do conhecimento (Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde, Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Letras e Artes e Ciências Exatas e da Terra e Engenharias) receberam, respectivamente, 43,4%, 27,3% e 29,3% de todas as bolsas PIBIC e PROBIC, de 2000 a 2004.

Os dados das tabelas indicam que, a partir de 2002, ocorreu uma redução significativa nas bolsas distribuídas pelo CNPq, no total de 92, frente ao padrão anteriormente estabelecido. Essa alteração deve ser considerada como um dado preocupante, tendo em vista a intensificação da atividade de pesquisa da UFMG, como registrada na Tabela 8, que foi da ordem de 25% entre 2001 e 2004. A essa intensificação corresponde, necessariamente, um crescimento da demanda por bolsas de iniciação científica. Outros fatores que indicam a necessidade de ampliação do número de bolsas, em lugar da retração existente, são a ampliação do número de vagas nos cursos de graduação e a criação de novos cursos, e o volume de estudantes que manifestam desejo de se inserirem em projetos de pesquisa. Esse último aspecto foi objeto de comentário nos grupos focais, devendo ser considerado, ainda, que o volume grande de alunos, embora não dimensionado pela Universidade, que participam dos projetos de pesquisa como voluntários, é um indicador importante da existência dessa demanda.

O impacto para a qualidade do ensino de graduação produzido por essa retração, bem como o não crescimento do número de bolsas da FAPEMIG, precisa ser avaliado pela Universidade, sendo buscadas alternativas para a oferta de oportunidades de formação científica para os alunos de graduação. Outro comentário feito nos grupos focais, relacionado à seleção dos bolsistas, deve ser destacado. Embora os estudantes tenham ressaltado nos grupos o papel positivo que as bolsas de iniciação desempenham na sua formação acadêmica, não deixaram de comentar, também, sua insatisfação com o valor que é pago pelas agências de fomento, e com a falta de transparência do processo de concessão das bolsas no interior das unidades acadêmicas.

Uma análise da contribuição das bolsas de iniciação científica para a relevância da atuação da Universidade foi feita pela comissão de avaliação, tomando como base os trabalhos apresentados na Semana do Conhecimento de 2005. Dado que o número de bolsistas é regular na Universidade, e que todos eles

devem apresentar trabalhos anualmente nessa semana, considerou-se que os resumos desses trabalhos poderiam apresentar sinalizações acerca da relevância social das pesquisas realizadas por eles e pelos seus orientadores.

As Tabelas 14 a 16 mostram o total de trabalhos apresentados por áreas. Foram apresentados 1.192 trabalhos, sendo 53,2% deles nas grandes áreas das Ciências Agrárias e Biológicas e Saúde, 25,7% das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes e 21,1% das Ciências Exatas e da Terra e Engenharias.

TABELA 14

Distribuição dos resumos de iniciação científica da grande área: Ciências Agrárias e Biológicas e Saúde, apresentados na Semana do Conhecimento de 2005.

Subárea	Números	Percentual
Ciências Agrárias e Biológicas	353	56
Saúde	281	44
Total	634	100

Fonte: Elaboração própria

TABELA 15

Distribuição dos resumos de iniciação científica da grande área: Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, apresentados na Semana do Conhecimento de 2005.

Subárea	Números	Percentual
Ciências Exatas	159	63
Geociências	11	4
Engenharias	82	33
Total	252	100

Fonte: Elaboração própria

TABELA 16

Distribuição dos resumos de iniciação científica da grande área: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes, apresentados na Semana do Conhecimento de 2005.

Subárea	Números	Percentual
Ciências Humanas	98	32
Ciências Sociais Aplicadas	96	31
Linguística, Letras e Artes	112	37
Total	306	100

Fonte: Elaboração própria

Nas Tabelas 17 a 19 estão representados os resultados da classificação atribuída pela CPA aos resumos de iniciação científica, visando ao seu enquadramento nas seguintes categorias: a) inclusão social, b) desenvolvimento econômico e social, c) saúde pública, d) cultura, e) meio ambiente, f) ética e direitos humanos, e g) segurança pública. Na grande área Ciências Agrárias e Biológicas, e Saúde, a fração maior dos trabalhos se desenvolveu em torno de temas voltados para a Saúde Pública (21,6%), em segundo lugar, para projetos com objetivos voltados para a promoção do desenvolvimento econômico e social (10,4%). Verifica-se que cerca de 25% dos resumos puderam ser classificados nestas categorias indicativas de relevância social dos temas abordados pelos projetos de pesquisa, o que dá uma indicação, ainda que preliminar, de que a preocupação com a relevância social da pesquisa se faz presente de forma significativa, não se restringindo apenas à consideração de sua excelência científica, como apontada de modo destacado nesse item do relatório.

TABELA 17

Projetos de iniciação científica, por subárea e por categorias (subáreas de: Ciências Agrárias e Biológicas, Ciências da Saúde), apresentados em 2005.

Categorias	Número na área	Percentual na área	Percentual da categoria na subárea/grande área	
			CBA	CS
Inclusão	5	2,0	-	100
Desenvolvimento econômico e social	66	27,4	97	3
Saúde pública	137	56,9	17	27
Meio ambiente	33	13,7	-	100
Ética e direitos humanos	-	-	-	-
Segurança pública	-	-	-	-
Total	241	100	-	-

Fonte: Elaboração própria

Como é de se esperar, as categorias cultura, ética e direitos humanos e segurança pública não estão contempladas nessa grande área do conhecimento, destacando-se o significado que adquire a categoria saúde pública, seguida pela do desenvolvimento econômico e social. Todos os resumos da categoria inclusão foram da subárea saúde, e quase todos da categoria desenvolvimento econômico e social foram produzidos por estudantes da subárea agrárias e biológicas.

TABELA 18

Projetos de iniciação científica por subárea e por categorias (subáreas de Ciências Exatas, Geociências, Engenharias), apresentados em 2005.

Categorias	Número na área	Percentual na área	Percentual da categoria na subárea/grande área		
			C.Ex	Gienc.	Eng.
Inclusão	1	3,2	0	100	0
Desenvolvimento econômico e social	8	25,8	25	13	62
Saúde pública	0	-	-	-	-
Cultura	1	3,2	-	-	-
Meio ambiente	21	67,8	19	14	67
Ética e direitos humanos	0	-	-	-	-
Segurança pública	0	-	-	-	-
Total	31	100	-	-	-

Fonte: Elaboração própria

Na grande área das Ciências Exatas e da Terra e Engenharias, a ausência de resumos nas categorias saúde pública, ética e direitos humanos, e segurança pública, correspondem ao esperado, destacando-se a forte ênfase nos resumos de projetos relacionados à questão do meio ambiente. Juntamente com os projetos voltados para o desenvolvimento econômico e social, essas duas categorias abrangem cerca de 94% dos resumos apresentados. Ressalte-se, ainda, que, possivelmente pelo caráter mais aplicado dos projetos, é que a presença da subárea Engenharias se faz sentir mais fortemente.

TABELA 19

Projetos de iniciação científica por subáreas e por categorias (subáreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Lingüística, Letras e Artes), apresentados em 2005.

Categorias	Número na área	Percentual na área	Percentual da categoria na subárea/grande área		
			CH	CSA	LLA
Inclusão	10	28,6	50	-	50
Desenvolvimento econômico e social	4	11,4	-	100	
Saúde pública	2	5,7	-	100	
Cultura	7	20,0	28,6	-	71,4
Meio ambiente	2	5,7	-	100	
Ética e direitos humanos	8	22,9	-	87,5	12,5
Segurança pública	2	5,7	100	-	
Total	35	100	-	-	

Fonte: Elaboração própria

Na grande área de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Lingüística, Letras e Artes, embora com número mais reduzido de resumos categorizados, a distribuição se faz de modo um pouco mais uniforme, sem categorias ausentes. Ressalte-se a presença, em condições similares, das categorias inclusão, cultura e ética e direitos humanos, responsáveis, juntas, por quase 72% dos resumos apresentados. As ausências se fazem sentir nas subáreas, destacando-se a forte presença da ética e direitos humanos nas subáreas sociais e aplicadas, e cultura em lingüística, letras e artes.

5) Programa de Bolsas para Artistas Visitantes

O programa Bolsa para Artista Visitante, criado pela resolução nº 13/99 do CEPE, veio regulamentar uma prática já existente na UFMG, com o objetivo de fomentar ações de pesquisa para a área de Artes, e suas articulações com outros campos de conhecimento. O programa busca propiciar mecanismos mais ágeis, além dos já existentes, para captação da força de trabalho de profissionais de reconhecida qualificação, sem as exigências de titulação impostas pela legislação. Esses artistas devem ter disponibilidade para estarem na UFMG por período de tempo definido, desenvolvendo projeto de trabalho envolvendo discentes e docentes.

Para se candidatar a essa bolsa, o artista deve ter produção de comprovada qualidade e atuação profissional de reconhecida competência na área, permanecendo na UFMG por um período que varia entre quatro e 12 meses. O

programa é custeado por recursos próprios da Universidade, sendo que as bolsas podem compreender também auxílio para moradia durante a vigência do contrato. Entre 1999 e 2005, foram concedidas bolsas para 12 artistas visitantes.

Dadas as características específicas da área de Artes, que demanda a utilização de critérios distintos dos vigentes nas demais áreas do conhecimento, essa iniciativa da UFMG pode ter um alcance importante para o seu desenvolvimento. É necessário, contudo, avaliar o impacto que o programa vem tendo, para verificar se é necessário introduzir algum redirecionamento na sua gestão.

6) Auxílio para participação em congressos

Este programa tem por finalidade facilitar a participação de professores da UFMG em congressos e reuniões científicas no país, para apresentação de resultados de pesquisas sob a forma de conferências, comunicações, pôsteres e mesas-redondas, por meio da concessão de diárias. No ano de 2004, a Pró-Reitoria de Pesquisa recebeu 247 solicitações, das quais 190 foram atendidas. A Figura 10 mostra a evolução dos recursos liberados para esse programa entre 2002 e 2004, indicando a instabilidade na concessão dos recursos, com expressiva redução nos valores liberados de 2003 para 2004. Uma provável explicação para essa redução pode ser encontrada na situação peculiar vivida pelas universidades federais em 2004, quando os grandes cortes que foram feitos no orçamento implicaram, no caso da UFMG, a decisão de reduzir o número de bolsas concedidas, além do controle estrito do consumo de energia, telefonia, etc. É possível que essa conjuntura tenha repercutido também na concessão de auxílios para a participação em congressos. De todo modo, há registro de tendência de queda na demanda para esse programa, o que causaria efeito adicional no desempenho dos recursos liberados no ano de 2004.

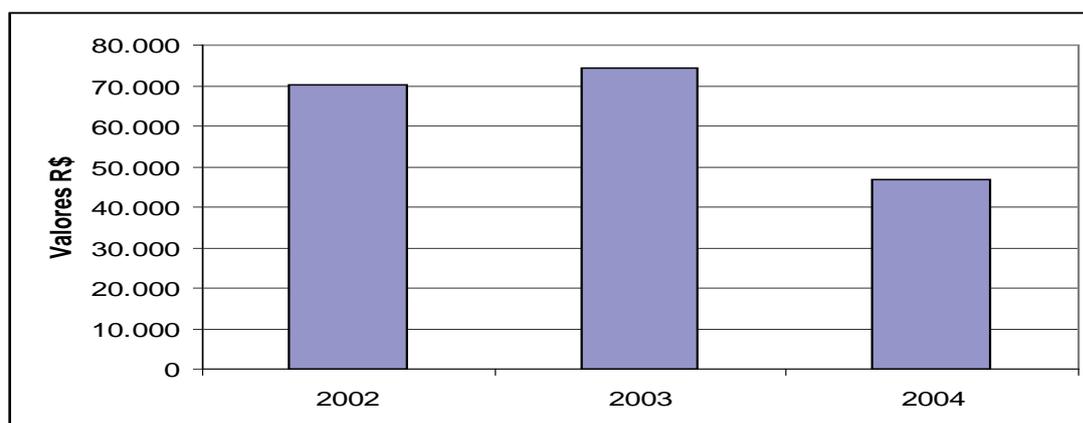


Figura 10 – Recursos liberados para o Programa Auxílio para Participação em Congressos
Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa

7) Programa de Apoio Integrado a Eventos

Este programa é realizado com recursos orçamentários da UFMG, e administrado em conjunto pelas Pró-Reitorias de Extensão, de Graduação, de Pesquisa e de Pós-Graduação e visa aprimorar a realização de eventos organizados pela Universidade. São concedidos auxílios para estadia de professores

que se encontram visitando outras instituições no Brasil, o que, havendo disponibilidade de agenda, torna possível sua vinda à UFMG. O programa financia, também, a visita de consultores do CNPq e/ou de palestrantes.

Apreciação

Essas ações permitem verificar que a UFMG, além de estimular o desenvolvimento e a excelência da pesquisa, orientando-se para a condução de uma ação institucional conjunta e multidisciplinar, está comprometida com a transferência do conhecimento que produz para a sociedade, bem como com a promoção de um padrão de relacionamento adequado com as empresas do setor industrial. Destacam-se, de modo especial, a coordenação dos dois Institutos do Milênio, e a participação de pesquisadores da UFMG nas redes, nacional e regional, de nanobiotecnologia, e no projeto Genoma Nacional, tendo em vista sua relevância social, a importância para o desenvolvimento nacional e regional, além da interação que promovem com o setor produtivo do estado de Minas Gerais e do Brasil. É possível perceber que a UFMG está também comprometida com a relevância social de suas pesquisas, como ressaltado aqui pela sua participação nos Institutos do Milênio, nas redes de nanociências, nas pesquisas do CEALE e do CRISP. Ressalte-se, também, a prioridade para o estreitamento de laços de colaboração acadêmica com países de língua portuguesa e da América Latina e Caribe, dentro da perspectiva de construção de relações de solidariedade entre esses povos.

Cabe observar, contudo, que a comissão de avaliação encontrou certa dificuldade em registrar a atuação da Universidade em temáticas de ponta em todas as áreas do conhecimento. Isto se deve a razões de ordens diversas, entre as quais destacam-se:

- Nem todas as unidades acadêmicas responderam à solicitação feita pela CPA para procederem a processo interno de auto-avaliação, e encaminharem relatório alusivo a esse processo, conforme registrado na introdução do presente relatório. Esse fato comprometeu o acesso a informações importantes que poderiam ter sido obtidas, inclusive no que concerne ao esclarecimento sobre projetos de pesquisa em andamento.
- A comissão teve que se ater, em muitos casos, à identificação da excelência da pesquisa a partir dos títulos dos projetos, como foi o caso da tentativa de análise da relevância social a partir dos projetos de iniciação científica. É claro que essa abordagem envolve um alto grau de precariedade nas informações que pode fornecer.
- Ressalte-se certo grau de dificuldade vivenciado pela comissão, mesmo tendo uma composição de docentes e alunos de áreas distintas do conhecimento, para identificar exatamente o que se poderia denominar de pesquisa na fronteira da ciência numa área como Ciências Humanas, por exemplo. No caso das Ciências Exatas e Biológicas, os próprios meios de comunicação contribuem para facilitar a produção da imagem do que é fronteira do conhecimento, o que é mais difícil de estabelecer nas Ciências Humanas. Esse foi especificamente o caso em que a ausência de relatório de auto-avaliação das unidades respectivas contribuiu para essa lacuna no relatório.

Extensão

O conceito de extensão é definido no regimento geral da UFMG como “atividade acadêmica identificada com os fins da Universidade, processo educativo, cultural e científico, articulado com o ensino e a pesquisa, de forma indissociável, ampliando a relação entre a Universidade e a Sociedade”. Para o desenvolvimento das ações de extensão, a Pró-Reitoria de Extensão estabeleceu diretrizes constantes do documento “A Extensão na UFMG – Aspectos Políticos Operacionais e Normativos”, publicado em 2004, assim como do arquivo “diretrizes2005.doc”, disponível na página da UFMG.²¹ São as seguintes as diretrizes:

- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: a relação entre o ensino e a extensão conduz a mudanças no processo pedagógico, além de possibilitar a democratização do saber acadêmico e o retorno à universidade de um saber reelaborado. A relação entre pesquisa e extensão, por sua vez, possibilita que o conhecimento produzido contribua para a transformação da sociedade, estabelecendo relação entre teoria e prática.
- Interdisciplinaridade: A extensão propicia a realização de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar, contribuindo para reverter tendência a compartimentar o conhecimento, comum nas instituições de ensino.
- Impacto social: a extensão é o meio pelo qual a universidade pode desenvolver uma atuação voltada para os interesses e necessidades da maioria da população, na busca de superação de desigualdades, de exclusão e da implementação de políticas públicas e do desenvolvimento regional.
- Relação dialógica com a sociedade: a troca entre os saberes sistematizado-acadêmico e o popular, que a extensão proporciona, possibilita a produção de conhecimento, a partir do confronto com a realidade, e o desenvolvimento de parcerias interinstitucionais.

A Pró-Reitoria de Extensão – PROEX procura concretizar estas diretrizes por meio dos seus programas de fomento, e a Câmara de Extensão divulga, anualmente, editais onde são fixados prazos e roteiro para elaboração dos programas e projetos. Do roteiro para a formulação de programas, consta a exigência de que o proponente apresente informações sobre a realidade social na qual será feita a intervenção, bem como a importância da realização daquele programa, o mesmo exigido para formulação de projetos. Integrada ao Sistema Nacional de Informação de Extensão – SIEX/BRASIL, a UFMG utiliza a terminologia que ali está padronizada para as ações de extensão, que podem ser sistematizadas em programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e publicações e outros produtos acadêmicos.

A Tabela 20 apresenta um resumo das ações de extensão realizadas pela UFMG no período 2002 a 2005. Nesse período, o crescimento do número de ações e de público atendido foi da ordem de 50%, com destaque para os eventos, que tiveram aumento de 76%. Para financiar essas ações, a PROEX conta com dois tipos de apoio: o orçamentário e o extra-orçamentário. No primeiro, inserem-se o Programa de Bolsas de Extensão, o Programa Integrado de Apoio a Eventos, e o Apoio a Autores de Trabalhos em Eventos. No segundo caso, inscrevem-se o Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico, os recursos captados pela PROEX, e os recursos captados pelos coordenadores de programas e projetos.

21 <http://www.ufmg.br/proex/paie_index.php>.

TABELA 20

Ações de extensão realizadas pela UFMG – 2002-2005.

Atividades	ANO							
	2002		2003		2004		2005	
	Nº	Público	Nº	Público	Nº	Público	Nº	Público
Cursos	407	18.796	436	22.895	464	25.197	538	17.938
Eventos	327	100.618	310	144.933	360	162.644	576	162.184
Prestação de serviços	361	2.731.226	445	2.932.459	441	3.230.067	479	3.391.474
Projetos	243	500.000	281	2.538.828	311	1.274.970	341	2.068.247
Programas	-	-	60	-	69	-	86	-
Total geral	1.338	3.350.640	1.532	5.639.115	1.645	4.692.878	2.020	5.638.743

Fonte: Relatório de atividades 2004; 2005/PROEX/UFMG

Em 2005, o volume de pessoas atingidas pelas ações extensionistas da Universidade foi de quase seis milhões, significando um crescimento superior a duas vezes no período 2001 a 2005. A UFMG começou a trabalhar na extensão por programas a partir de 2003, o que contribuiu para ampliar o caráter interdisciplinar e interinstitucional das ações desenvolvidas nessa área, e possibilitou o aumento da captação de recursos, a ampliação de oportunidades para a participação dos alunos nas atividades, um maior grau de integração e de diálogo entre as unidades acadêmicas envolvidas. Na área da Saúde, por exemplo, onde, em 2001, eram desenvolvidas 326 atividades ligadas à extensão, essas atividades foram reorganizadas, passando a compor 13 grandes projetos. A distribuição dos programas apoiados, por área do conhecimento, é mostrada na Tabela 21.

TABELA 21

Programas de extensão realizados pela UFMG – 2002-2004.

Áreas	Número de Programas	
	2003	2004
Ciências Agrárias e Veterinária	3	5
Ciências Biológicas e Fisiológicas	1	1
Ciências Exatas e da Terra	4	3
Ciências Humanas	10	14
Ciências Sociais Aplicadas	4	4
Linguística, Letras e Artes	6	7
Saúde	17	20
Pró-Reitoria de Extensão	8	6
Pró-Reitoria de Pesquisa	1	1
Reitoria	3	4
Total	60	69

Fonte: SIEX - Pró-Reitoria de Extensão

Verifica-se pela Tabela 22 que eles têm-se feito representar de modo mais destacado nas áreas de Ciências Humanas e da Saúde. Para viabilizar programas, projetos e atividades de extensão, a Pró-Reitoria desenvolve o Programa de Apoio a Projetos de Extensão.

TABELA 22

Projetos de extensão realizados pela UFMG
(vinculados ou não a programas) – 2002-2004.

Áreas	Número de projetos		
	2002	2003	2004
Ciências Agrárias e Veterinária	17	15	26
Ciências Biológicas e Fisiológicas	8	3	8
Ciências Exatas e da Terra	16	12	12
Ciências Humanas	41	41	47
Ciências Sociais Aplicadas	18	17	40
Engenharias	4	17	16
Linguística, Letras e Artes	28	9	27
Saúde	103	101	112
Pró-Reitoria de Extensão	20	46	18
Pró-Reitoria de Pesquisa	1	18	4
Reitoria	5	2	1
Total	261	281	311

Fonte: SIEX - Pró-Reitoria de Extensão

Quanto aos projetos, enquanto as áreas de Ciências Humanas e da Saúde apresentaram tendência estável, registrou-se expansão da ordem de 40% nas Engenharias e de 1,22% nas Ciências Sociais Aplicadas. O relatório de gestão 2002-2006 da PROEX registra que tem havido uma evolução gradual na realização de projetos e programas interdisciplinares, segundo consta dos questionários de avaliação: de 87% em 2002, para 95% em 2005. Destaca, ainda, o crescimento no número de publicações e de outros produtos acadêmicos, entre 2003 e 2005, passando de 96 para 284, o que significa um crescimento da ordem de quase duas vezes o volume de 2003 nessas ações de extensão.

Os diversos programas e projetos de extensão, oriundos das unidades acadêmicas e de outros setores da UFMG, são registrados e permanentemente atualizados no SIEX. Este sistema foi desenvolvido pela UFMG, em 2001, e disponibilizado, em 2003, para 22 universidades públicas, constituindo-se num banco de dados sobre as práticas de extensão realizadas no país. A UFMG é também a instituição hospedeira da Rede Nacional de Extensão – RENEX, criada por iniciativa do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. A RENEX mantém cadastro atualizado das instituições de ensino superior integrantes, divulga as ações extensionistas das universidades e é responsável pela coordenação do SIEX.

Quanto aos cursos de extensão ministrados pela Universidade, no período 2002 a 2004, conforme Tabela 23, enquanto em algumas áreas ocorreu um decréscimo acentuado da oferta e, conseqüentemente, do número de alunos, nas áreas de Ciências Humanas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes e da Saúde, ocorreu o processo contrário. Destaca-se aqui, a enorme expansão no número de alunos que os cursos de extensão das três últimas áreas atingiram no ano de 2004.

TABELA 23

Cursos de extensão realizados pela UFMG – 2002-2004.

Áreas	Cursos					
	2002		2003		2004	
	Nº de Ofertas	Nº de Alunos	Nº de Ofertas	Nº de Alunos	Nº de Ofertas	Nº de Alunos
Ciências Agrárias e Veterinária	41	1.426	45	1.365	15	512
Ciências Biol. e Fisiológicas	16	962	9	165	12	344
Ciências Sociais Aplicadas	9	265	15	615	11	311
Engenharias	23	731	22	573	40	6.694
Linguística, Letras e Artes	72	5.563	88	5.518	87	6.022
Saúde	84	4.052	105	7.429	95	7.075
Pró-Reitoria de Extensão	18	862	8	189	11	231
Pró-Reitoria de Pesquisa	1	22	1	110	0	0
Reitoria	59	1.842	49	927	70	860
Total	407	18.766	436	22.895	464	25.197

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão

No Programa Bolsas de Extensão – PBEXT – são alocados anualmente cerca de 85% dos recursos destinados à extensão pelo orçamento da Universidade.²² Esse programa tem por objetivo ampliar os espaços de aprendizagem e os contatos dos alunos com os diversos segmentos sociais e com os problemas práticos de seus campos profissionais. Os projetos analisados pela Câmara de Extensão são aprovados pelas Câmaras Departamentais e coordenados por um professor, que faz a seleção dos alunos-bolsistas. Tendo em vista o grande número de estudantes que desenvolvem atividades de extensão de forma voluntária e como parte da política institucional de flexibilização curricular, a PROEX estabeleceu um processo de identificação e certificação, destinado a acompanhar o aluno que desenvolve ações extensionistas, independentemente do vínculo a uma bolsa. A partir dos editais de 2004, tornou-se explícita a necessidade de que esse processo seja cumprido na apresentação de pedidos de bolsas.

Conforme mostra a Tabela 24, no período 2002 a 2005, foi distribuída uma média de 557 bolsas por ano.

TABELA 24

Número de bolsistas de extensão – 2002-2005.

Ano	Número de bolsistas
2002	568
2003	553
2004	534
2005	573

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão

²² A análise dos aspectos referentes à composição orçamentária da Universidade será feita no item “Outras dimensões de atuação relevantes”.

Considerando as diversas áreas do conhecimento, verifica-se que esses totais vão se fazer presentes, de modo mais acentuado, nas áreas de Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, e na área da Saúde, conforme mostra a Tabela 25.

TABELA 25

Percentual de bolsas de extensão concedidas por área do conhecimento – 2002-2005.

	2002	2003	2004	2005
Ciências Biológicas e Agrárias	6,6	6,5	7,7	8,4
Ciências Exatas e da Terra	6,4	7,3	7,9	11,1
Ciências Humanas	20,9	24,4	26,1	20,8
Ciências Sociais Aplicadas	5,9	7,0	11,1	8,0
Engenharias	6,8	5,6	5,4	5,1
Linguística, Letras e Artes	18,6	14,9	16,9	21,4
Saúde	28,2	29,5	24,4	24,9
Outros	6,5	4,9	0,6	0,5

Fonte: Relatório de Gestão 2002-2006

Outros programas da PROEx, como, por exemplo, o Programa de Apoio a Eventos, que têm, entre suas prioridades, que os eventos sejam abertos à comunidade externa e tenham características de integração de ensino/pesquisa/extensão e de interdisciplinaridade, orientam-se pelo mesmo processo. No período 2002 a 2004, conforme mostra a Tabela 26, percebe-se tendência de expansão das atividades relacionadas à promoção de eventos, principalmente no que concerne ao público abrangido.

TABELA 26

Eventos realizados pela UFMG – 2002-2004.

Áreas	Promoção de eventos					
	2002		2003		2004	
	Nº	Público estimado	Nº	Público estimado	Nº	Público estimado
Ciências Agrárias e Veterinária	54	22.384	55	16.695	24	24.927
Ciências Biol. e Fisiológicas	5	693	2	467	6	2.035
Ciências Exatas e da Terra	10	3.765	14	2.020	6	1.588
Ciências Humanas	29	9.368	40	43.078	8	8.379
Ciências Sociais Aplicadas	3	234	6	538	8	1.540
Engenharias	2	1.226	3	NI	5	30
Linguística, Letras e Artes	24	3.584	17	13.364	75	23.035
Saúde	48	9.148	58	19.644	84	13.837
Pró-Reitoria de Extensão	76	16.861	31	14.767	37	44.460
Pró-Reitoria de Pesquisa	0	0	1	NI	0	0
Reitoria	76	33.355	83	34.360	107	42.813
Total	327	100.618	310	144.933	360	162.644

NI = Não informado

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão

A expansão se fez ver de modo mais significativo, no período, nas áreas de Linguística, Letras e Artes e da Saúde, sendo que a primeira triplicou o número de eventos realizados, enquanto que, na segunda, esse número quase duplicou.

No que se refere à prestação de serviços, ela se divide em dois grupos. O Grupo I se refere à prestação de serviços realizada por meio de consultorias, assessorias, curadorias, pesquisa encomendada, perícias e laudos técnicos. O Grupo II se refere à prestação de serviços institucionais, de caráter permanente, como assistência hospitalar e ambulatorial à saúde, assistência hospitalar e ambulatorial veterinária, exames laboratoriais em saúde, exames laboratoriais tecnológicos, assistência judiciária e jurídica, restauração e conservação de bens, e recepção a visitas monitoradas. A Tabela 27 apresenta a distribuição das atividades de prestação de serviços por área do conhecimento, entre 2002 e 2004.

TABELA 27

Prestação de serviços: número por área do conhecimento – 2002-2004.

Área do conhecimento	Número de atividades					
	2002		2003		2004	
	Grupo I	Grupo II	Grupo I	Grupo II	Grupo I	Grupo II
Ciências Agrárias e Veterinária	-	36	1	27	3	38
Ciências Biol. e Fisiológicas	8	16	9	12	20	12
Ciências Exatas e da Terra	53	3	110	3	104	4
Ciências Humanas	12	1	9	1	4	1
Ciências Sociais Aplicadas	7	1	8	1	3	2
Engenharias	155	-	159	-	145	-
Linguística, Letras e Artes	1	-	-	1	-	7
Saúde	9	57	23	63	16	78
Área não especificada	1	1	15	3	1	3
Total	246	115	334	111	296	145

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão

Os dados da tabela revelam que a atividade de prestação de serviços do Grupo I se faz de forma mais intensa, numa média de 292 atividades ao ano, contra 124 no Grupo II. Destaque especial nesse caso deve ser dado para a área das Engenharias, em que não há registros de quaisquer atividades no Grupo II ao longo do período, e para a área de Ciências Exatas e da Terra, na qual se verificou intensificação desse tipo de prestação de serviços a partir de 2003, atingindo quase o dobro do verificado em 2002. O contraponto a esses dois indicadores é a área de Saúde, cuja atuação se expandiu bastante, da ordem de 37%, segundo o padrão do Grupo II. Na Tabela 28 é apresentado o volume de público atingido pela prestação de serviços de caráter institucional.

TABELA 28

Prestação de serviços: público atendido por área do conhecimento – 2002-2004.

Área do conhecimento	Público atendido – Grupo II		
	2002	2003	2004
Ciências Agrárias e Veterinária	97.828	101.545	71.592
Ciências Biológicas e Fisiológicas	58.341	58.091	47.348
Ciências Exatas e da Terra	15.572	26.314	9.477
Ciências Humanas	370	420	450
Ciências Sociais Aplicadas	947	4.200	8.646
Engenharias	-	-	-
Linguística, Letras e Artes	-	95	174
Saúde	2.534.292	2.713.615	3.047.480
Área não especificada	23.876	28.179	29.900
Total	2.731.226	2.932.459	3.215.067

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão

Embora os dados da tabela anterior mostrem que o número de serviços prestados pelo Grupo I seja muito superior ao do Grupo II, o volume de público atendido nesse último, conforme essa tabela, está em elevação, ressaltando-se a área da Saúde, onde o Hospital das Clínicas²³ desempenha papel significativo, crescendo cerca de 20% no período. As áreas de Ciências Agrárias e Veterinária e de Ciências Biológicas e Fisiológicas também apresentam nível de atendimento ao público elevado, embora em patamares bastante distintos dos da área da Saúde, e ambas decrescendo em 2004, o que vai representar um decréscimo da ordem de 23% e 37%, respectivamente, no período.

A Figura 11 permite visualizar a comparação entre os grupos.

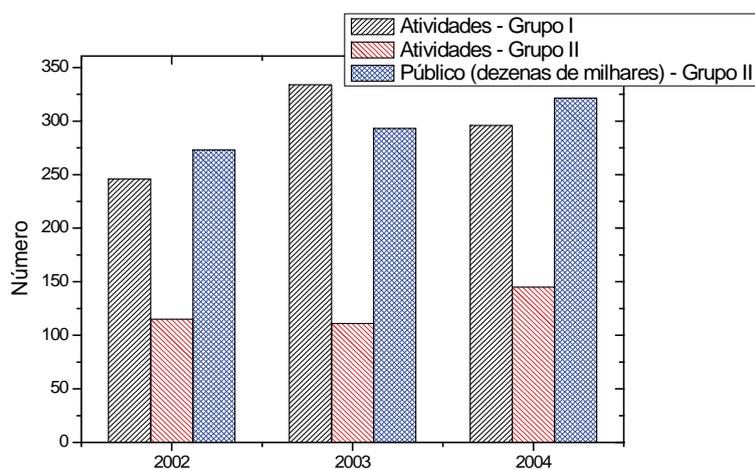


Figura 11 – Atividades de prestação de serviços por grupos e público atingido – 2002-2004

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão

É preciso ressaltar que a prestação de serviços tem sido uma fonte importante para a captação de recursos financeiros para a Universidade. Esta tem, contudo, mantido a preocupação em especificar o caráter acadêmico dos projetos, bem como de regulamentar o tempo a ser utilizado pelos docentes nas atividades do grupo I, de modo a que essa atividade não comprometa o cumprimento da missão da UFMG.²⁴

23 O Hospital das Clínicas será abordado, de modo mais específico, na dimensão “Outras dimensões de atuação relevantes”.

24 Ver Resolução 10/1995 do Conselho Universitário.

A articulação e a coordenação das atividades de extensão universitária e o apoio a programas, projetos, atividades e publicações de extensão dos diversos setores da Universidade Federal de Minas Gerais, são feitos pela Pró-Reitoria de Extensão – PROEX. A Câmara de Extensão, integrada por parte dos membros do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, delibera sobre essas ações na Universidade, e as unidades acadêmicas possuem Centros de Extensão – CENEX que se integram no Fórum dos Centros de Extensão, coordenado por essa Pró-Reitoria. Esta é responsável, também, pela secretaria do Programa de Apoio Integrado a Eventos – PAIE, mantido, em conjunto, pelas pró-reitorias acadêmicas da UFMG. A Pró-Reitoria de Extensão coordena a Rede de Museus, Centros e Espaços de Ciência UFMG, conhecida como Rede de Museus. Esta Rede está voltada para a construção de uma política museológica, por meio da execução de ações que favoreçam a potencialização de pesquisas e projetos de divulgação e educação científicas nos museus e espaços de ciência da UFMG. Esses espaços abrigam acervos científicos, históricos e tecnológicos, incluindo um observatório astronômico, centros de memória, de cartografia histórica, museus de história natural e de ciências morfológicas, e uma estação ecológica. Com suas ações, eles contribuem para mostrar à sociedade que os espaços de aprendizagem não estão limitados às salas de aulas e laboratórios de pesquisas.²⁵

São setores ligados à PROEX o Centro Cultural UFMG,²⁶ o Teatro Universitário, o Coral Ars Nova e a Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, esta última localizada na cidade de Tiradentes-MG, administrada pela UFMG desde 1997, e que tem sob sua responsabilidade um museu e três imóveis de valor cultural e histórico: o Museu Casa do Padre Toledo, Casa de Cadeia, Casa da Câmara e Centro de Estudos da Fundação Rodrigo Melo Franco de Andrade. O Museu Casa do Padre Toledo tem recebido, em média, 2 mil visitantes por mês. Estão sendo analisadas propostas de ocupação e dinamização do uso desses espaços com projetos culturais, para implementação em futuro próximo.

O Teatro Universitário – TU é uma instituição pioneira no estado, com longa trajetória nas artes cênicas de Minas Gerais. Criado em 1952, oferece um curso profissionalizante de nível médio de formação de atores, com duração de três anos. O TU tem sido responsável pela preparação técnica e teórica de várias gerações de profissionais do palco, que hoje atuam no país e no exterior. Promove intercâmbios periódicos com atores, professores e diretores de teatro do Brasil e do exterior, de países como Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, França e Itália. Realiza workshops, seminários, debates, saraus culturais, além de colaborar com outras unidades da UFMG em projetos de extensão, pesquisa e eventos.

O Coral Ars Nova foi criado em 1959, e integra a Universidade Federal de Minas Gerais desde 1964, como atividade de extensão. É o coral brasileiro que mais prêmios obteve no Brasil e no exterior, tendo obtido as primeiras colocações em competições na Espanha e na Suíça, em 1985, a terceira na Alemanha, em 1991, a primeira na categoria folclore em Arezzo, na Itália, em 1994, e, em 1998, o primeiro prêmio e o Grand Prix em Atenas, na Grécia. Participou também de vários Festivais não competitivos, entre eles o Festival de Música, que foi organizado dentro da programação de eventos culturais das Olimpíadas de Seul, em 1988. No Brasil, recebeu importantes premiações em 17 estados, destacando-se o primeiro prêmio no Festival Internacional de Corais de 1994. Atualmente, o Ars Nova encontra-se pouco ativo e tem demandado pouco da Universidade, em termos de recursos financeiros. Diante do papel que esse coral já desempenhou, e frente à situação atual, é intenção da UFMG estimular suas ações e estabelecer contato mais permanente.

25 A Rede de Museus será abordada no item “Outras dimensões de atuação relevantes”.

26 A atuação do Centro Cultural UFMG será comentada de modo mais destacado no item Cultura, apresentado na dimensão “Outras dimensões de atuação relevantes”, do presente relatório.

Extensão na UFMG – projetos executados

Um dos mais antigos projetos de extensão da UFMG é o Curso Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra Industrial – CIPMOI, criado no ano de 1957, por iniciativa do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia. Sua finalidade é capacitar mão-de-obra industrial que atua nas áreas de construção civil, execução e manutenção elétrica e mecânica, da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O curso é gratuito, de oferta noturna, e é ministrado por alunos de diferentes cursos de graduação, que têm, assim, oportunidade de complementar sua experiência acadêmica com atividades de ensino, coordenação e treinamento de pessoal. Tem sido extremamente concorrido – cerca de mil candidatos, em 2005, para 225 vagas, para os cursos de Eletricidade de Baixa Tensão, Encarregado-Geral de Obras, Capacitação para a Construção Civil e Tecnologia da Soldagem. Desde a sua criação, até 2005, os cursos do CIPMOI certificaram cerca de 5 mil alunos.

O Carro-Biblioteca é outro projeto de longa duração na UFMG, em funcionamento desde 1974. Tem por objetivos democratizar a informação e a leitura junto às populações carentes da capital, e incentivar a implantação de bibliotecas comunitárias. Com a recente aquisição de novo ônibus, equipado com cinco computadores conectados à internet, o projeto estará apto a também promover ações para a inclusão digital.

Uma das mais importantes ações de extensão da UFMG é o Pólo de Integração no Vale do Jequitinhonha, programa que aglutina 38 projetos de pesquisa, ensino e extensão, envolvendo professores e alunos de graduação e pós-graduação. Os projetos são direcionados para as comunidades de 52 municípios da região banhada pelo Rio Jequitinhonha, onde são desenvolvidas ações voltadas para a geração de emprego e renda, cultura, meio ambiente e sustentabilidade, saúde e educação. O Pólo envolve parcerias com as comunidades locais, com o governo do estado e dos municípios, por meio de convênios para tratamento de lixo, erradicação do trabalho infantil, realização de diagnósticos socioeconômicos, alfabetização e formação profissional, etc. Em 2003, o projeto Cabras Comunitárias: Ampliando o Associativismo e Combatendo a Desnutrição e a Pobreza em Municípios do Vale do Jequitinhonha, que contou com a participação da Escola de Veterinária da UFMG, da UFOP, da Emater-MG e das prefeituras locais, recebeu do Banco Real/Universidade Solidária o prêmio de Projeto Social.

Na Área da Saúde, destaca-se o trabalho realizado pelo Núcleo de Pesquisa em Apoio Diagnóstico – NUPAD, órgão complementar da Faculdade de Medicina da UFMG e credenciado pelo Ministério da Saúde como Serviço de Referência em Triagem Neonatal no estado. Criado em 1993, o NUPAD vem desenvolvendo trabalho relevante na saúde pública, principalmente pela amplitude do atendimento massivo e gratuito que disponibiliza para toda a população do estado, concentrado em duas grandes áreas: o Programa Estadual de Triagem Neonatal de Minas Gerais e o Programa de Difusão de Técnicas Moleculares e Citogenéticas na Rede Pública. O NUPAD utiliza e desenvolve conhecimentos, tecnologias e métodos avançados em saúde pública e apoio diagnóstico, voltados para suas aplicações preventivas e integrais na abordagem de doenças genéticas, infecciosas e do período neonatal, possibilitando a formulação de políticas interinstitucionais de saúde visando ao aprimoramento da prestação de serviços públicos à população.

O Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública – CRISP é um órgão da Faculdade de Filosofia que tem desenvolvido ações relevantes na elaboração, acompanhamento, implementação e avaliação crítica de políticas

públicas na área da justiça criminal e dos direitos humanos. Seus objetivos são: facilitar a qualificação dos profissionais da área de segurança pública; elaborar estudos e pesquisas aplicadas e metodológicas, de alta qualidade técnica, enfocando problemas e questões de interesse para o combate à criminalidade; e auxiliar na construção de sistemas de informação mais adequados e de programas de controle da criminalidade. É integrado por pesquisadores da Universidade e de órgãos públicos envolvidos no combate à violência e à criminalidade, buscando combinar, de um lado, a pesquisa aplicada, a multidisciplinaridade, e a formação sólida em análise quantitativa de dados para planejamento e avaliação. De outro, promove a articulação de diferentes instituições e órgãos públicos que lidam com o problema da criminalidade e da violência, sob a liderança de uma instituição universitária de alto prestígio acadêmico. Os cursos oferecidos destinam-se a preencher lacunas na área de segurança pública, destacando-se o de Analista de Crimes, único no Brasil e que se pauta pelo que há de mais moderno em experiências de outros países. O projeto Fica Vivo, criado pelo CRISP e implementado, em 2002, pela Secretaria Estadual de Defesa Social do Estado de Minas Gerais, envolvendo, além da comunidade acadêmica e do governo do estado, o Ministério Público, as polícias Civil e Militar e outras entidades, foi considerado como uma alternativa importante para a prevenção à violência urbana pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime para o Brasil e o Cone Sul, e já tem apresentado resultados significativos para a redução de homicídios em áreas violentas da Capital. Juntamente com organismos de segurança dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, e Rio de Janeiro, realiza uma série de projetos nacionais, além de prestar assessoria ao governo federal.

O trabalho realizado pelo CRISP tem tido boa repercussão na mídia, como mostra o artigo que destaca o papel que políticas públicas baseadas em conhecimentos sólidos podem desempenhar na redução da criminalidade, tendo como exemplos os casos de São Paulo e Minas Gerais.²⁷ Segundo o articulista, a redução nas taxas de homicídios registrados no estado de Minas Gerais se relaciona ao fato de que “Minas tem uma tradição de cooperação entre instituições acadêmicas e policiais, iniciada pelo saudoso criminólogo mineiro Antônio Luiz Paixão e continuada por Cláudio Beato e sua equipe no CRISP, da UFMG. Criminólogos conhecidos nacionalmente assessoraram e assessoram os governos mineiros”. Também internacionalmente esse fato repercutiu, conforme matéria²⁸ onde são mencionados os casos de cidades dos Estados Unidos, Colômbia, Índia, África do Sul, e Brasil, citando aqui, São Paulo e Belo Horizonte. Neste último caso, o coordenador do Centro, Cláudio Beato, é apresentado como um cientista político da Universidade Federal de Minas Gerais que analisa o crime para a política estadual, sendo destacada a importância do mapa da criminalidade traçado pelo CRISP, como elemento importante para a redução da criminalidade. O CRISP realiza projeto semelhante ao do Brasil para o governo colombiano, mantendo também entendimentos com outros países latino-americanos. Possivelmente, a realização desses projetos se deva à repercussão positiva que a atuação do Centro tem obtido.

O Projeto Manuelzão foi criado, em 1997, por iniciativa de um grupo de professores da Faculdade de Medicina preocupados com o fato de que a saúde não se resume a uma questão médica, pois está diretamente relacionada às condições sociais e ao meio ambiente. O projeto tem como eixo de atuação a promoção da saúde, do ambiente e da cidadania, tendo por objetivo promover a revitalização da bacia do Rio das Velhas, buscando melhor convivência entre

27 “Bons governos salvam vidas”, artigo do cientista político carioca Gláucio Soares, publicado no jornal *O Globo* de 18 de março de 2006.

28 “Mapping Crime: police around world are using technology to anticipate where the bad guys will strike next”, publicado no semanário americano *Newsweek* de 24 de abril de 2006.

o homem e o meio ambiente. Sua área de atuação atinge cerca de 4,5 milhões de habitantes em 51 municípios. Visando garantir a sustentabilidade dos ecossistemas, o projeto incentiva a recuperação dos cursos d'água, combate a canalização de córregos e rios dessa bacia, e incentiva, também, a participação e o comprometimento das pessoas, além de construir relações com o Poder Público e o empresariado, e de atuar na educação ambiental e na pesquisa. Com a colaboração das comunidades locais, busca melhorar a qualidade das águas e trazer o peixe de volta para os rios, assim como mobilizar o Poder Público e a sociedade para o problema. A mobilização social é a principal ferramenta de trabalho do Projeto Manuelzão. Por meio de parcerias, principalmente com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, a Prefeitura de Belo Horizonte e a Agência de Proteção Ambiental Norte-Americana – EPA têm avançado tecnicamente e alertado o Governo e as comunidades para a importância da preservação e da revitalização daqueles rios. Realizando um trabalho interdisciplinar e interinstitucional, tem participação no Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e representações em algumas instâncias públicas de deliberação, como conselhos municipais de meio ambiente.

Apreciação

Pelo exposto, pode-se concluir que a política da UFMG para a extensão situa-se dentro de parâmetros de qualidade que podem ser considerados adequados, tanto no que concerne ao volume e diversidade de ações desenvolvidas, quanto no que diz respeito à população por ela abrangida. Do ponto de vista da importância da construção de uma boa inserção regional pela Universidade, essas ações têm desempenhado papel relevante, indicando seu comprometimento com a promoção de uma sociedade mais inclusiva e mais justa.

As ações da Universidade têm demonstrado, também, haver coerência entre as diretrizes propostas para a área e a formulação e implementação de suas políticas acadêmicas. As informações apontam, ainda, para um crescimento dos investimentos nessa área, destacando-se a distribuição de bolsas e a disponibilização de recursos para as diversas áreas do conhecimento, ressaltando-se um predomínio da área da Saúde.

Ressalte-se a acentuação da orientação voltada para organizar as ações extensionistas em grandes programas, que pode aportar contribuição importante para a produção do conhecimento, a interdisciplinaridade, a formação dos estudantes, além de poder produzir impacto social mais significativo. Organizadas dessa forma, as ações deixam de ser pontuais, contribuindo para o incremento das relações entre a Universidade e a sociedade.

Outro ponto a destacar é a presença de uma preocupação com o estabelecimento de avaliação sistemática das ações de extensão, preocupação que tem se refletido na atuação da UFMG no cenário nacional. Exemplos disso são o desenvolvimento do SIEX, a hospedagem da RENEX na Universidade, além da participação destacada no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Ensino de pós-graduação

O ensino de pós-graduação teve início na UFMG na década de 1960, quando 11 cursos foram criados, em diversas áreas, aos quais se agregaram 21 outros, criados na década de 1970. Nos anos de 1980 e 1990, por sua vez, a expansão e consolidação da pós-graduação foram impulsionadas por vários fatores, entre os quais se destacam os processos de avaliação desse sistema, desenvolvidos na Universidade.

O primeiro deles ocorreu em 1981, ocasião em que a UFMG contava com 31 cursos de mestrado e 12 de doutorado, e visava elaborar um diagnóstico do desenvolvimento da pós-graduação e apontar perspectivas para o futuro, tendo sido analisados indicadores do corpo docente e discente, da articulação entre graduação e pós-graduação, de infra-estrutura e da produção acadêmica dos departamentos vinculados aos programas. No ano seguinte, outro processo avaliativo foi realizado, visando à sistematização dos dados quantitativos relativos à titulação do corpo docente, à relação professor/aluno, e à produção científica. Nesse período inicial da década, o diagnóstico revelava uma pós-graduação considerada por alguns departamentos como atividade produzida à parte na Universidade; necessidade de planejar a titulação do corpo docente; docentes com baixa intensidade de dedicação à pesquisa; elevada evasão dos discentes; infra-estrutura dos cursos inadequada; e grande dependência da manutenção dos programas dos recursos da Universidade.

Em consequência de uma política de incentivo à titulação, promoveu-se alteração no perfil do corpo docente e intensificou-se a sua contratação em regime de dedicação exclusiva e com perfil acadêmico para atuar na pós-graduação. Além disso, ocorreram nesse período o início da expansão do nível de doutorado, e a continuidade da expansão do mestrado em todas as áreas do conhecimento.

Entre 1987 e 1989, foi realizado novo projeto de avaliação da pós-graduação da UFMG, conduzido pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, que se distinguiu dos anteriores pela sua maior abrangência e profundidade. Esse projeto foi realizado em três etapas: discussão de dossiês com os colegiados de curso; auto-avaliação; e análise dos dados que foram produzidos por uma comissão especialmente designada. Ressaltando a heterogeneidade dos programas, a comissão apontou como problemas a serem solucionados: promoção de maior equilíbrio na titulação do corpo docente nos diferentes programas; baixo percentual de docentes envolvidos com a pós-graduação (em torno de 20%); pequeno número de professores em dedicação exclusiva em algumas áreas do conhecimento; grau elevado de endogenia na formação dos professores permanentes; baixo número de publicações, em especial, em revistas estrangeiras; baixa produção de teses e dissertações; e tempo médio de titulação elevado. Além de contribuir para incorporar a avaliação como instrumento de crítica, reflexão e aperfeiçoamento dos cursos, esse processo possibilitou também a definição de procedimentos acadêmicos que passaram a ser utilizados pela Pró-Reitoria para o acompanhamento dos cursos.

A partir de 1990, houve expansão considerável no número de cursos oferecidos, com crescimento da ordem de 50% até 2005, destacando-se, em especial, o aumento dos cursos de doutorado, cujo número quase triplicou, passando de 17, em 1990, para 48, em 2005. Em 2006, foram oferecidos 64 programas de pós-graduação, sendo 54 cursos de doutorado e 60 de mestrado, abrangendo todas as áreas do conhecimento e distribuídos em todas as unidades acadêmicas.

O acesso aos cursos de pós-graduação se faz por meio de processos seletivos definidos pelos colegiados de cursos, segundo normas gerais estabelecidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Esta seleção é aberta a candidatos que tenham concluído curso de graduação que contenha disciplinas consideradas afins à área de estudo pretendida, a critério do colegiado do curso. Serão admitidos os alunos que, tendo finalizado o curso de graduação, forem selecionados mediante entrevista, teste de conhecimento ou outro processo previsto no regulamento do curso. Os candidatos devem ser capazes de compreender textos de literatura técnica ou científica em pelo menos uma língua estrangeira para o mestrado e, em duas, para o doutorado. No caso de curso de especialização, a exigência de língua estrangeira pode ser dispensada, de acordo com o regulamento de cada curso. Além da admissão via seleção, poderão ser aceitos pedidos de transferência de estudantes de outros cursos. O estudante transferido deve obter, no mínimo, um quarto de créditos exigidos pelo regulamento do curso, nas disciplinas de sua área de concentração, independentemente do número de créditos obtidos na instituição de origem. São também aceitos estudantes de países que mantêm convênios de cooperação com o Brasil.

Tendo em vista os resultados das últimas avaliações realizadas pela CAPES, a partir da instituição dos conceitos numéricos de 1 a 7, o conjunto de programas oferecidos pela UFMG tem apresentado uma evolução bastante positiva, como mostra o Quadro 7.

QUADRO 7

Avaliação da CAPES: biênio 1996-1997 – triênios 1998-2000 e 2001-2004

Conceito	Biênio 1996-1997		Triênio 1998-2000		Triênio 2001-2004	
	Programas	Percentual	Programas	Percentual	Programas	Percentual
7	0	0	4	7	6	10
6	11	20	6	11	8	13
5	14	25	22	39	22	36
4	21	38	19	33	19	31
3	9	16	6	11	6	10
Total	55	100	57	100	61	100

Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação

Conforme se observa por esses dados, ao mesmo tempo que se verifica o crescimento no número de cursos, ocorre também uma intensificação da sua qualidade, indicada pelos conceitos obtidos. O acréscimo no percentual de cursos de qualidade superior, avaliados com conceitos 6 e 7, é acompanhado pela alteração na proporção de cursos que receberam conceito 5, cujos reflexos são percebidos na redução verificada nos de nível 3 e 4. Deve ser observado, ainda, que no período entre 1990 e 2005, ao mesmo tempo que o corpo docente da UFMG alterava substantivamente seu perfil de titulação, passando de 712 doutores para 1.722, possibilitando a nucleação de grupos e linhas de pesquisa e a consolidação da pós-graduação, esse conjunto sofreu uma redução da ordem de 16%.

Em 2005 teve início novo processo de avaliação, sob o influxo de duas questões principais. A primeira delas foi a identificação de dois desafios: o de investir na qualidade dos programas já consolidados e com conceitos elevados, e o de impulsionar a evolução daqueles que ainda não haviam atingido esse patamar. A segunda questão se prende ao delineamento do V Plano Nacional de

Pós-Graduação para o período 2005-2010, e impõe a necessidade de o sistema formular estratégias de planejamento, e trabalhar de modo organizado e com metodologia apropriada para atingir as metas.

Entre os objetivos específicos desse processo destaca-se a identificação de pontos fortes e fracos de cada programa, o aumento de sua eficiência e o estabelecimento de metas compatíveis com o avanço da ciência em cada área. A metodologia adotada contou com a elaboração de pareceres sobre cada programa e a constituição de comissões de consultores *ad hoc* para visitas aos colegiados, ocasião em que os pareceres foram discutidos. Seguindo essa metodologia, entre março e outubro de 2005, todos os programas foram visitados.

Conforme consta do relatório final desta avaliação,²⁹ do total de doutores, mais de 70% atuam como professores permanentes na pós-graduação, sendo que 33% estão nas áreas de Ciências Biológicas e de Ciências da Saúde, e 28% nas áreas de Ciências Exatas e da Terra e das Engenharias. Cerca de 40% obtiveram o doutoramento no exterior, não se observando endogenia na formação desses docentes.

Entre os professores permanentes, 42% são pesquisadores do CNPq, estando concentrados nas áreas de Ciências Biológicas (26%) e das Ciências Exatas e da Terra (17%). Conforme o tempo de titulação, a distribuição dos docentes é bastante equilibrada, não havendo indicação para a aplicação de alguma ação emergencial nesse caso, a não ser em um ou outro curso em que há maior concentração daqueles que estão mais próximos da aposentadoria. Os recém-doutores atingem a 20%, e os que têm mais de 20 anos de titulação são 14%, havendo equilíbrio na distribuição entre os que têm entre cinco e até 20 anos de titulados, perfazendo 67% no total.

Assim sendo, podem ser registradas duas questões principais a respeito do corpo docente que atua na pós-graduação. Em primeiro lugar, em todas as áreas do conhecimento as atividades desenvolvidas pelos professores permanentes envolvem doutores jovens e seniores, o que garante a continuidade dos grupos de pesquisa e dos programas. Em segundo lugar, o relatório indica que a UFMG tem sabido renovar seus quadros docentes, contratando professores com perfil adequado para a pós-graduação *stricto sensu* em todas as áreas do conhecimento. Tendo em vista o volume majoritário dos que se titularam no país, deverá ser privilegiada, para estes, a realização de estágio de pós-doutorado no exterior. Os dados apresentados indicam que é possível pensar em atingir patamares ainda superiores para a pós-graduação na Universidade.

29 UFMG – Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Avaliação da Pós-Graduação da UFMG 2005-2006, UFMG, 2006.

Com relação ao corpo discente, os dados da Tabela 29 descrevem a evolução de candidatos, matriculados e titulados no período 2002 a 2005.

TABELA 29

Evolução do corpo discente da pós-graduação da UFMG – 2002-2005.

Doutorado				
Ano	Vagas	Candidatos	Matriculados	Titulados
2002	524	770	1.681	277
2003	652	871	1.901	294
2004	669	871	2.154	305
2005	637	881	2.299	372
Mestrado				
Ano	Vagas	Candidatos	Matriculados	Titulados
2002	1.467	4.337	3.098	1.051
2003	1.454	4.957	3.259	1.044
2004	1.442	5.060	3.533	1.137
2005	1.601	5.068	3.692	1.093

Fonte: Avaliação da pós-graduação da UFMG – 2005-2006

Os dados da tabela mostram que, embora o número de candidatos ao doutorado tenha crescido menos que os do mestrado nesse período – 14% no primeiro caso e 17% no segundo –, a formação de doutores está se expandindo em maior proporção, o que indica o grau de consolidação desse nível da pós-graduação. A relação candidato/vaga tem se mantido estável ao longo do período, sendo, em média, 3,3 para o mestrado e 1,4 para o doutorado. Entre as áreas do conhecimento, contudo, essa relação é variável, atingindo 3,1 no doutorado e 7,2 no mestrado de Ciências Sociais Aplicadas. No mestrado, as áreas de maior demanda, além dessa, são as de Ciências Exatas e da Terra (4,5) e de Ciências Biológicas (3,9), enquanto que no doutorado são as de Ciências Humanas (2,9) e de Linguística, Letras e Artes (2,2).

Enquanto a proporção de matriculados no mestrado cresceu 19%, e dos titulados 4%, no doutorado o crescimento foi de 37% e 34%, respectivamente. O tempo médio de titulação, conforme a avaliação realizada em 2005 indica que o prazo considerado como excessivamente elevado nas análises da década de 1980, já é um problema superado na Universidade. No doutorado, ele varia entre 48 e 56 meses, conforme a área do conhecimento, enquanto, no mestrado, a variação se situa entre 24 e 36 meses. O crescimento do número de titulados está associado a três fatores: o aumento do número de alunos novos, o melhor fluxo de alunos e a diminuição da taxa de evasão.

Quanto à infra-estrutura necessária para o funcionamento dos cursos de pós-graduação, ressalta a heterogeneidade da infra-estrutura para pesquisa, que precisa ser restaurada para parte dos programas. A UFMG tem captado recursos crescentes no âmbito dos editais destinados ao aprimoramento da infra-estrutura de ensino e pesquisa. Em período mais recente, adotou como metodologia para a construção de propostas, a identificação de fragilidades das unidades acadêmicas na área física e de equipamentos, e de ações inovadoras necessárias ao avanço da pesquisa e da pós-graduação, buscando apresentar propostas institucionais, em lugar de individuais ou de grupos de pesquisa. Para solucionar problemas crescentes de espaço em algumas áreas, estão sendo implantados laboratórios multiusuários e interdisciplinares. Algumas ainda

demandam adequação da dimensão e da qualidade do espaço físico à capacidade instalada de pesquisa e à dimensão do corpo docente permanente. Outras áreas demandam a substituição de equipamentos obsoletos de grande porte, e a implantação de laboratórios de informática e multiusuários para discentes, além de centro para teleconferência.

Para além do apoio institucional e estrutural que a UFMG dá aos seus programas de pós-graduação, concorre também para a manutenção dos mesmos a ação de três agências governamentais: CAPES, CNPq e FAPEMIG. O montante concedido pela CAPES no período 2002-2005 está demonstrado na Tabela 30.

TABELA 30

Recursos recebidos da CAPES – 2002-2005.

Ano	Custeio (bolsas + fomento)	Capital	Total
2002	10.015.808	525.000	10.540.808
2003	10.955.270	525.000	11.480.270
2004	13.157.784	525.000	13.682.784
2005	14.183.689	561.577	14.745.266

Fonte: Avaliação da pós-graduação da UFMG – 2005-2006

No período em questão o crescimento dos recursos foi da ordem de 40%, sendo que o aumento entre 2003 e 2004 se deve ao reajuste no valor das bolsas de estudo. Quanto à aplicação desses recursos, todas as áreas do conhecimento tiveram incremento no orçamento e, na média, todas as áreas mantiveram a mesma posição em relação ao orçamento total da CAPES. Esta distribuição equilibrada precisa ser considerada pela política de pós-graduação da Universidade, tendo em vista que o crescimento do número de alunos e de cursos novos não é igual para todas elas.

A evolução do número de bolsas de estudos concedidas pelas três agências, no período analisado, está descrita na Tabela 31.

TABELA 31

Evolução das bolsas de estudo concedidas à UFMG – 2002-2005.

Ano	CAPES		CNPq		FAPEMIG		Total	
	M	D	M	D	M	D	M	D
2002	464	224	274	313	128	49	866	586
2003	549	275	297	344	65	45	911	664
2004	554	303	304	357	24	38	882	698
2005	540	308	324	408	122	147	986	863

Fonte: Avaliação da pós-graduação da UFMG – 2005-2006

A proporção de alunos bolsistas, em relação ao total de alunos matriculados, manteve-se estável ao longo do período, sendo, em média, de 27% para o mestrado e de 35% para o doutorado. Alguns aspectos, contudo, devem ser considerados, tendo em vista o desequilíbrio na distribuição entre as áreas do conhecimento, como as de ciências humanas, ciências sociais e aplicadas e ciências da saúde, que se encontram abaixo da média da Universidade. Além

disso, de acordo com a definição de prioridades do V PNPG a expansão dos alunos bolsistas das engenharias deve também ser um ponto avaliado pela política de pós-graduação da UFMG.

Alguns desafios devem ser considerados pelos cursos que hoje se situam no patamar de cursos de excelência, com conceito 6 e 7, entre eles a sua contribuição para o fortalecimento dos outros cursos da Universidade. Deve ser considerada, também, a importância que esse sistema de pós-graduação adquiriu no país, devendo ser avaliada a sua contribuição para a redução da assimetria existente no sistema de pós-graduação brasileiro e, em particular, do estado de Minas Gerais.

Apreciação

Os dados apresentados sobre o ensino de pós-graduação da UFMG indicam que a Instituição vem cumprindo, desde o início de seu investimento nesta área, uma trajetória bastante positiva, obtendo grandes avanços na construção de programas sólidos e bem constituídos. O percentual de 59% de programas que receberam, da CAPES, conceitos entre 5 e 7 no triênio 2001 – 2004 é um indicador importante desses resultados.

Deve ser observado, contudo, que esse desenvolvimento não se reflete de modo homogêneo na Universidade, tendo em vista a existência de um descompasso entre o ensino de graduação e o de pós-graduação. Este descompasso evidencia posição mais privilegiada do segundo, e foi destacado de modo significativo nos depoimentos dos grupos focais, assim como tem se refletido nos critérios de avaliação docente. Conforme será mostrado mais adiante, no item sobre a política de pessoal, predomina nessa avaliação a valorização das características associadas à pesquisa e à publicação, em detrimento das atividades ensino e extensão.

A responsabilidade social da UFMG: inclusão social, desenvolvimento econômico e social, defesa do meio ambiente, memória cultural da produção artística e do patrimônio cultural.

Instituição voltada à geração, desenvolvimento, transmissão e aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, a UFMG tem buscado atuar na educação do cidadão, na formação técnico-profissional, na difusão da cultura e na criação filosófica, artística e tecnológica. Orienta sua atuação para a formação de cidadãos críticos e éticos, com uma sólida base científica e humanística, comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade e com o desenvolvimento socioeconômico regional e nacional. Do mesmo modo, essa ação se volta para a oferta de uma educação pública de qualidade, reconhecida nacional e internacionalmente.

Nesse sentido, o compromisso social desta Universidade pode ser percebido por meio do desenvolvimento de suas diversas atividades. O seu intenso envolvimento com a realização de ações de extensão universitária voltadas para a população de condição socioeconômica mais pobre, e para a abordagem dos aspectos relacionados às condições ambientais da região e do país, entre outras mencionadas no correr deste relatório, são evidências do exercício da responsabilidade social da UFMG.

As pesquisas nela realizadas, por sua vez, demonstram o compromisso com a transferência de conhecimento para a sociedade e para o setor produtivo, apresentando contribuições ao desenvolvimento econômico e social do estado e do país. Nesse sentido, deve ser destacado, entre outros, o volume significativo de patentes transferidas para o setor produtivo, bem como o desenvolvimento de produtos e tecnologias voltadas para a promoção de acessibilidade para portadores de necessidades especiais. Do mesmo modo devem ser também consideradas as ações desenvolvidas na área cultural, que se acentuaram e se diversificaram em período mais recente.

É importante salientar que todas essas ações caracterizam oportunidades de formação para os estudantes, além de proporcionar a oferta de cursos de extensão, de serviços de atenção à saúde, de formação na educação básica para aqueles que a ela não tiveram acesso na idade regular, sempre pautados pelos valores defendidos pela Instituição. Deve ser considerado, ainda, o compromisso institucional com a promoção de políticas inclusivas, marca da atuação da Universidade desde a sua criação. Esse compromisso se concretiza mais especialmente no que concerne à garantia de permanência do estudante, por intermédio das ações realizadas pela Fundação Mendes Pimentel,³⁰ proporcionando uma grande diversidade de instrumentos com esta finalidade. A inclusão social do ponto de vista do acesso à Universidade, contudo, é aspecto que ainda demanda maior investimento, de modo a favorecer uma relação mais equilibrada na composição socioeconômica dos estudantes. Há uma definição de política que prioriza o aumento da oferta de vagas no turno noturno, mas a velocidade de sua implementação ainda fica aquém do esperado. O que se verifica é que a intensidade da atuação da UFMG na área da permanência dos estudantes é muito maior e mais diversificada do que tem sido, até o momento, aquela que concerne ao ingresso.

30 A atuação da Fundação Universitária Mendes Pimentel será abordada no item "Políticas de atendimento a estudantes e egressos".

A comunicação com a sociedade.

A comunicação institucional é realizada considerando que, nas entidades públicas, em especial numa universidade federal, ela deve ser estruturada como um valor que permita ampliar o conhecimento sobre as atividades que ali são realizadas, sobre o seu nível de abrangência e relevância e os resultados obtidos, tornando possível a crítica externa sobre os objetivos e as ações que nela se desenvolvem. Nessa perspectiva, as estratégias de comunicação da UFMG se estruturam a partir de três eixos. O primeiro, é a exigência de que as ações de comunicação busquem produzir visibilidade ao público interno e à comunidade externa, sobre as realizações da Universidade. Assim, será possível obter maior participação do primeiro na vida universitária, bem como o seu envolvimento no trabalho cotidiano e a busca de melhor qualidade nas relações humanas no ambiente profissional, além da ampliação, à comunidade externa, do conhecimento acerca da UFMG, garantindo acesso ao que nela é produzido, e possibilitando o exercício do controle social sobre a Instituição.

No segundo eixo é definido que todas as atividades da comunicação institucional devem incorporar a dimensão acadêmica, oferecendo aos docentes e servidores técnicos e administrativos oportunidades de aperfeiçoamento e atualização profissional nas diferentes áreas de especialização, e aos estudantes, espaços de vivência profissional complementar. No terceiro eixo, a comunicação institucional, especialmente aquela realizada nos seus veículos massivos de amplo espectro (rádio, TV, revista e o sítio na internet), deve oferecer uma programação editorial alternativa à das produções midiáticas existentes, especialmente aquelas de natureza comercial.

Com o objetivo de coordenar, integrar e dar suporte às diversas atividades de comunicação social desenvolvidas na UFMG, em 1999 foi instituído o Centro de Desenvolvimento em Comunicação – CEDECOM, vinculado à Reitoria e compreendendo a Coordenadoria de Comunicação Social e o Centro Audiovisual. A partir de 2002, foi constituída a Diretoria de Divulgação e Comunicação Social, responsável pela coordenação das atividades do Centro. Esta modificação mais que atender apenas a um objetivo administrativo-gerencial, teve por base a compreensão de que a comunicação deve ser uma política institucional e, portanto, estratégica.

A Diretoria de Divulgação e Comunicação Social está estruturada em quatro núcleos: jornalismo e fotografia, web, mídia eletrônica e divulgação, e criação gráfica, através dos quais atua em múltiplos ramos e opera tecnologias que permitem contínua interação com os públicos interno e externo, por meio de um conjunto diversificado de veículos de comunicação social.

O portal da UFMG (www.ufmg.br) tem registrado elevação significativa do número de visitas à página: das 50 mil visitas por mês no início de 2002, subiu para mais de 300 mil, em média, em 2003 e 2004, e superou a marca de 600 mil em 2005,³¹ o que demonstra sua grande vitalidade como ferramenta estratégica de visibilidade da UFMG e de difusão de informações relacionadas a ações e projetos. Em fevereiro de 2004 ganhou versão trilingüe (português, inglês e espanhol), proporcionando aos estudantes e pesquisadores do exterior o acesso a informações sobre a Universidade e traduzindo a preocupação de mantê-la conectada ao mundo. O portal disponibiliza página dinâmica e atualizada de notícias e mantém *hot sites* de eventos. Entre esses, destaca-se o

³¹ Considera-se como um visitante cada computador que acessou o site, mesmo que ele tenha navegado por várias páginas diferentes. Se o navegador tiver sido fechado e houver mais de meia hora de intervalo entre uma visita e outra, contará como sendo mais um visitante.

vestibular, quando o portal chega a receber mais de 10 mil visitas simultâneas nos dias em que ocorre esse exame, e mais de 100 mil visitas no dia da divulgação do seu resultado.

Em operação desde 1998, a TV UFMG, consorciada com a TV Universitária – parceria entre a UFMG, a PUC-MG e o UNI-BH – é veiculada pelo canal 12 da Net e 14 da Way TV. Dispõe, a partir de 2002, de um núcleo básico para a produção permanente de programas de televisão, divulgando conhecimentos produzidos na Instituição em telejornais diários, documentários, programas, vinhetas, chamadas institucionais e coberturas jornalísticas especiais. Pode ser acessada on-line no endereço www.ufmg.br/online/tv, e integra a Rede Nacional de Televisão de Canais Universitários de Instituições de Ensino Superior, em convênio com a Radiobrás. Desde 2005 a UFMG coordena o Conselho Gestor da TV Universitária. Entre 2002 e 2004, evoluiu de seis horas de permanência no ar, para 13 horas e 45 minutos por semana, e de quatro para oito programas produzidos com qualidade de informação e de imagem. A TV UFMG, bem como os demais recursos de comunicação utilizados, tem se constituído num espaço indispensável na formação de estudantes da Universidade em especial os do curso de Comunicação Social, como mostra a Tabela 32.

TABELA 32

Número de alunos bolsistas/voluntários em atuação no CEDECOM, por curso – 2002-2005.

Ano	Bolsistas/Voluntários	Curso
2002	18*	Comunicação Social
2003	36	Comunicação Social
2004	43	Comunicação Social
2005	69	Comunicação Social
	1	Engenharia Elétrica
	1	Belas Artes
	1	Letras
	1	Geografia
Total	170	-

*somente bolsistas

Fonte: CEDECOM

Nesse período, o CEDECOM proporcionou espaço de estágio para mais de 42 alunos, em média, ao ano, devendo ser destacado, nessa tabela, o modo crescente por meio do qual o acesso dos alunos se fez, o que dá uma idéia não só da capacidade de acolhimento que o dinamismo de suas atividades proporcionou, como também do interesse que ele representa como campo de aprendizado prático para os estudantes.

Encontra-se em operação, desde setembro de 2005, a rádio 104,5 UFMG Educativa, tendo sido construído, para seu funcionamento, um estúdio em Contagem, município também alcançado pela transmissão dessa rádio. Os equipamentos foram adquiridos com recursos do Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico, e a consultoria técnica para a ligação entre o estúdio e o transmissor foi feita por professores e estagiários do curso de Engenharia Elétrica. Sua programação educativa e cultural abrange trabalhos de divulgação científica e informação sobre atividades e serviços realizados pela UFMG. Orientada pela noção de jornalismo público, oferece também assuntos de interesse social fora do âmbito da Universidade.

O *Boletim UFMG* é uma publicação regular editada há 30 anos, com tiragem de oito mil exemplares mensais, destinado à comunidade universitária e distribuídos a diretores e editores de educação e cultura dos principais meios de comunicação do país e do estado, além de instituições de ensino e pesquisa e autoridades públicas. Disponível on-line no endereço www.ufmg.br/boletim, é considerado órgão oficial da UFMG. Em maio de 2004, através de questionário distribuído aos públicos interno e externo, foi feita uma avaliação do *Boletim UFMG*. Cerca de 92% dos respondentes manifestaram seu interesse pela publicação, com 75% de aprovação para o seu formato e 74% de aprovação para suas matérias, o que revela ser ele um veículo consolidado e instrumento eficaz de divulgação e informação. Diversos e-mails recebidos pelo CEDECOM solicitando autorização para a reprodução de matérias publicadas, como material didático para a educação básica, indicam o alcance e, principalmente, a relevância social atingida por essa publicação. Pela sua edição on-line, ele tem sido também instrumento importante para pôr em contato pesquisadores de diversas instituições, inclusive estrangeiras, atestado pela correspondência eletrônica recebida.

A revista *Diversa* tem três edições anuais. Duas delas temáticas, com reportagens e artigos especiais, tiragem de 15 mil exemplares, e uma especial, com 120 mil exemplares, com reportagens sobre cada curso de graduação e matérias especiais de interesse para o futuro universitário. Ela integra o kit de inscrição do candidato, além de ser distribuída na Mostra de Profissões.³² Lançada em 2002, para a divulgação de temas científicos e acadêmicos de interesse geral, aborda aspectos diversificados relacionados à Instituição. Destina-se à comunidade acadêmica e outros segmentos especiais, como imprensa, órgãos públicos, instituições de ensino. Sua linha editorial compreende as atividades e a produção científica e acadêmica da UFMG, além da orientação específica aos vestibulandos na edição especial. Pode ser consultada pelo endereço www.ufmg.br/online/diversa.

Para facilitar o acesso ao acervo de conhecimentos produzidos na e pela Universidade pelos veículos de comunicação, bem como a sociedade em geral, nas suas demandas de informação e orientação sobre as variadas atividades universitárias, o CEDECOM elaborou duas publicações inovadoras. A primeira consiste num mapa do conhecimento e das fontes de informação existentes na UFMG, o *Quem Sabe: catálogo de especialistas e especialidades da UFMG*, ferramenta de gestão da informação que identifica, em diversos bancos de dados, informações sobre os trabalhos desenvolvidos por seu corpo docente. Disponibilizado em versão on-line, o catálogo estará disponível também para instituições de ensino e pesquisa, empresas e instituições públicas e privadas. A abertura desse canal de acesso rápido às fontes de informação levou à elaboração do *Canal Aberto: relacionamento com a mídia*, para auxiliar os professores nesse relacionamento com os profissionais de imprensa. Contendo recomendações específicas sobre essa relação, inclusive as de natureza ética decorrentes da missão pública da Universidade, o *Canal Aberto* é ferramenta importante na formação de imagem, conceitos e opiniões sobre a Instituição, além de estimular a ocupação de espaços e tempos nos veículos. Nesse mesmo campo de relacionamento com a imprensa, em 2002 foi realizado um curso para os dirigentes da Universidade sobre os meios de comunicação social e a importância para a sociedade de uma relação estreita entre a imprensa e a Universidade.

Além dessas iniciativas, a relação da UFMG com a imprensa passou a ser monitorada por intermédio do *clipping* jornalístico, que registra a quantidade e a qualidade da presença ocupada espontaneamente pela Universidade na mídia impressa, tanto local quanto nacional, como um indicador do reconhecimento

32 Sobre a Mostra das Profissões, ver o item "Políticas de atendimento a estudantes e egressos".

e presença institucionais e do porte das tarefas de comunicação da UFMG. De acesso público no portal da Instituição, além de ser instrumento de informação para a própria Universidade, o *clipping* é um aliado no planejamento estratégico das ações de comunicação, por permitir a contabilização da presença da UFMG na mídia e a análise mensal dos temas tratados, bem como o seu significado para a constituição da imagem pública da Universidade. Entre 2003 e 2005 essa presença correspondeu em média a 1.503 citações ao ano, equivalente a 812.608 centímetros quadrados, sendo que, no período, apenas cerca de 1,5% das citações eram de cunho desfavorável para a UFMG. A Figura 12 descreve essa presença, sendo que as variações decorrem de eventos extraordinários, como a realização de vestibulares e outras sazonalidades.

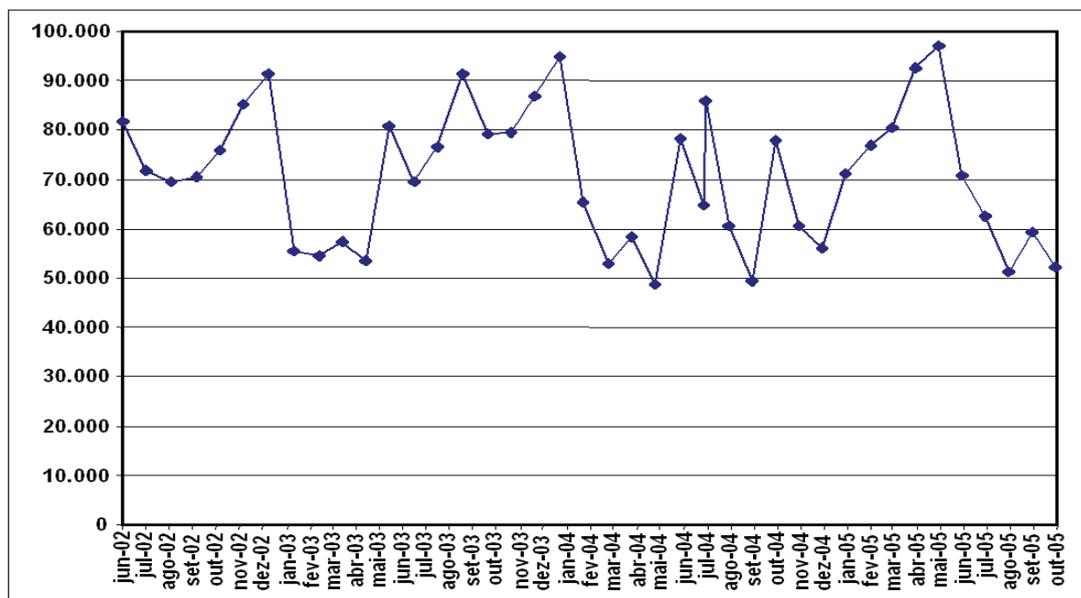


Figura 12 – Demonstrativo do espaço ocupado pela UFMG na mídia, em centímetros quadrados – junho de 2002 a outubro de 2005

Fonte: Idéia Fixa

O serviço relacionado à criação de peças gráficas e de divulgação de eventos realizados pelos diversos órgãos da Universidade foi reestruturado, possibilitando maior visibilidade das ações institucionais de natureza científica e cultural. Nesse campo, destacam-se: 1) o *Guia Acadêmico*, atualizado anualmente e destinado a oferecer aos alunos uma apresentação da UFMG, sua estrutura e administração, formas de acesso, legislações específicas, cursos de graduação oferecidos, normas acadêmicas, estrutura dos cursos, direitos e deveres do aluno, normas para a matrícula e disciplinares, estágios curriculares, programas de apoio aos estudantes, serviços e benefícios, entre outras informações; 2) o *Calendário Acadêmico* e o *Calendário Administrativo*, informam as datas e prazos anuais importantes para a vida escolar e para a gestão da Instituição, se constituem em instrumentos de informação, orientação e regularização das atividades da UFMG; 3) o *Guia UFMG*, elaborado anualmente pela Diretoria de Relações Internacionais, em versão trilingüe, informa aos estudantes intercambistas estrangeiros sobre o parque acadêmico da Universidade, suas áreas do conhecimento, cursos de graduação e pós-graduação, entre outras informações que permitem dimensionar e localizar a Universidade no Brasil e em Minas Gerais; 4) o folder *Rede de Museus e Espaços de Ciência UFMG*, que informa sobre os objetivos, localização e acervo técnico, científico e cultural dos organismos que integram a rede; 5) a publicação anual *Números da UFMG*, que permite constatar a dimensão institucional, através dos dados atualizados sobre o vestibular, candidatos, relação candidatos-vagas, vagas oferecidas, opções de cursos, graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão, bolsas, população universitária e sua composição, patrimônio, bibliotecas, museus, espaços de ciência, de cultura e de lazer, assistência social ao estudante, e o orçamento anual.

São várias as referências sobre a percepção da imagem institucional da UFMG. Serão mencionadas algumas delas que, pelas características que apresentam podem ser consideradas como emblemáticas.

A primeira se refere a um conjunto de depoimentos feitos por diversas personalidades, por ocasião da transmissão do cargo de reitor, em 21 de março de 2006, e publicadas nessa mesma data no portal da Universidade. Neles, é destacada principalmente a relação de parceria que a UFMG vem desenvolvendo com as instâncias governamentais, federal, estadual e municipal. Segundo o prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, a UFMG é “nossa parceira em quase todos os projetos de relevância, sendo o Parque Tecnológico o mais importante deles e que será decisivo para o futuro de Belo Horizonte”. O secretário estadual de gestão e planejamento, por sua vez, salientou que “praticamente todas as nossas políticas públicas são desenvolvidas em parceria com a UFMG. É um privilégio contar com a inteligência da Universidade em nossas iniciativas”. O deputado federal Virgílio Guimarães, que coordena a bancada mineira no Congresso Nacional destacou que a UFMG e aquela bancada “construíram um relacionamento exemplar e que vem servindo, inclusive, de modelo para outros estados e segmentos sociais. A Universidade reconhece o Parlamento como expressão da sociedade brasileira e provou que é possível se relacionar com as diversas instâncias de poder de forma ativa e saudável, sem abrir mão de sua autonomia”.³³

A segunda referência diz respeito à repercussão do trabalho do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública – CRISP, na mídia. Este trabalho ganhou maior divulgação com o registro da queda no índice de criminalidade em Belo Horizonte e no estado de Minas Gerais, que tiveram redução, em 2005, de 19% nos assassinatos em relação ao ano de 2004 e de quase 30% no primeiro trimestre de 2006. Sobre isso, foram registradas, em 2006, duas menções ao Centro, na imprensa nacional e internacional, já citadas no item em que foram analisadas as atividades de extensão.

O questionário eletrônico

Conforme foi registrado na introdução, a CPA disponibilizou um questionário eletrônico na página da UFMG na Internet, sobre a percepção da comunidade interna e externa quanto à imagem da Universidade. O questionário, respondido por um total de 719 pessoas, entre alunos, ex-alunos, professores e ex-professores, funcionários e ex-funcionários, e cidadãos sem vínculo expresso com a UFMG, esteve acessível por seis meses em endereço amplamente divulgado.³⁴

Os resultados que foram colhidos indicam que a maioria dos respondentes foram homens (62%), alunos (65%), quase todos eles residentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com média de idade em 29 anos, e a maior parte com escolaridade superior incompleta, sendo 21% deles com curso superior completo. Sua faixa de renda situa-se em torno de 6 a 10 salários mínimos (26%) e, para 21%, acima de 14 salários mínimos. Do total de respondentes, 65% se declararam brancos, 27% pardos, 7% pretos, 1% amarelos e 0,4% indígenas.

³³ Além dessas declarações, as da Secretária Estadual de Educação e do Reitor da PUC-MG foram também publicadas no *Boletim* nº 1.523 de 23 de março de 2006.

³⁴ O questionário aplicado e a apuração dos dados colhidos por ele encontram-se no Anexo II.

Um conjunto de perguntas introdutórias versava sobre qual o papel da universidade pública: contribuir para os objetivos estratégicos de desenvolvimento do país; contribuir para o progresso da ciência e do saber; contribuir para o aperfeiçoamento da democracia e da cidadania; oferecer ensino de graduação ao maior número de pessoas; formar pesquisadores para a produção de conhecimento científico; e formar professores de qualidade para todo o sistema educacional brasileiro. Para todas essas perguntas as respostas se concentraram nas alternativas "muito importante" e "importante", numa faixa acima de 70%. A única exceção foi com relação à alternativa "oferecer ensino de graduação ao maior número de pessoas", cuja distribuição de respostas ficou em 39% para "muito importante" e em 41% para as alternativas: "importante" e "alguma importância", juntas, indicando o papel secundário com que a formação profissional na graduação é vista pelos que acessaram o questionário. Considerando o efeito do vínculo dos respondentes com a UFMG em relação às respostas emitidas, quatro deles apresentaram diferenças estatisticamente significativas. Alunos, ex-alunos, professores e ex-professores consideraram que a universidade pública deve contribuir para o desenvolvimento do país, de modo ainda mais acentuado no caso dos dois últimos.

Em relação à UFMG, 73% dos respondentes a consideram como situada entre as cinco melhores entre as universidades públicas, e 87% como melhor que a maioria das particulares. A graduação e a pós-graduação que ela oferece foram consideradas como boas e muito boas, sendo que 90% consideram que a UFMG forma bons profissionais para o mercado de trabalho, e 69% discordam ser a gratuidade a principal vantagem que a UFMG apresenta sobre as universidades privadas. O tipo de vínculo do respondente com a Universidade faz diferença quando esse último item está em questão, pois os que se apresentaram como não tendo vínculo com a UFMG ficaram divididos, respondendo 52% "sim" e 48% "não", o mesmo acontecendo com os funcionários, mas em direção contrária: 48% "sim" e 52% "não".

Os itens relativos à contribuição das pesquisas realizadas foram valorizados positivamente: para o desenvolvimento do país (84%); para a produção de conhecimentos aplicados, que podem ser utilizados pelas empresas e a comunidade (64%); para a formação acadêmica e profissional (92%); e para o progresso do conhecimento, independente de sua aplicação prática (81%). Alguns problemas foram apontados, de maneira mais intensa, como o fato de que o número de cursos noturnos deveria ser maior, com o qual houve 82% de concordância. Por sua vez, a falta de organização e a lentidão administrativa, e o fato de serem frequentes as greves de funcionários e professores, foram avaliados de modo intermediário, com cerca de 60% de respostas "sim".

Quanto a considerar que o vestibular da UFMG favorece aos alunos que fizeram o ensino médio privado, 65% dos respondentes optaram pela alternativa "não". Novamente aqui alunos, ex-alunos, professores e ex-professores apresentaram diferenças estatisticamente significativas nas respostas em relação aos demais, ao passo que 56% dos funcionários e 74% dos que se apresentaram como não tendo vínculo com a UFMG concordaram com a afirmação. Essa questão dividiu os respondentes conforme sua declaração de cor ou raça, pois 63% dos pretos concordaram com esta afirmação, enquanto os demais discordaram dela.

A consideração de que salas de aula e instalações sujas e malconservadas são frequentes na Universidade dividiu os respondentes, o que corresponde ao esperado, tendo em vista que a maioria deles é de alunos, e que as condições de infra-estrutura são diversificadas, como será analisado mais adiante, no item específico sobre esse tema. À pergunta sobre se a UFMG deveria instituir um

sistema de cotas para admissão de candidatos negros e índios no vestibular, recebeu 81% de respostas negativas, sendo que dos respondentes, apenas 2,6% se consideraram “sem base para opinar”. As diferenças foram estatisticamente significativas conforme as declarações de cor ou raça dos respondentes, todas na direção de discordar da afirmação: 85% dos brancos, 57% dos pretos, 84% dos pardos, 100% dos amarelos e 67% dos indígenas.

A seguir, foi solicitada a avaliação, numa escala de 0 a 10, de uma série de itens específicos, sendo 10 a avaliação mais positiva. O renome e o prestígio da marca UFMG, seguidos pelos programas de pós-graduação *stricto sensu* obtiveram as pontuações mais elevadas – médias de 9,20 e 8,24 pontos, respectivamente –, seguidos de perto pelos programas de pesquisa e a qualidade dos professores – médias de 7,97 e 7,72 pontos cada um. Três itens: programas de publicação de livros e revistas por professores e alunos, investimentos em arte e cultura, e instalações e equipamentos tiveram pontuações um pouco mais baixas: média de 6,92 pontos para as duas primeiras, e de 6,03 para a terceira. A atenção dada pela Universidade às questões de meio ambiente foi bem avaliada (média de 7,02 pontos), mas, juntamente com a preocupação com as questões éticas e políticas (média de 6,72 pontos), foram as que apresentaram os maiores desvios padrão (2,270 e 2,357, respectivamente).

Em seguida, foi testado o conhecimento dos respondentes acerca de um conjunto de 20 projetos desenvolvidos pela UFMG: Coral Ars Nova; Teste do Pezinho; Projeto Manuelzão, Museu de História Natural, Hospital das Clínicas, Festival de Inverno, Centro de Conservação e Restauração – CECOR, Hospital Veterinário, cursos de línguas estrangeiras, TV Universitária, Departamento de Assistência Judiciária, Centro Cultural UFMG, Conservatório UFMG, Museu de Ciências Morfológicas, UFMG Jovem, Centro de Musicalização Infantil, Rádio UFMG, Mostra das Profissões, Internatos Rurais da Área de Saúde, e o Carro Biblioteca. Desse conjunto, sete projetos eram conhecidos de mais de 80% dos respondentes: Hospital das Clínicas, Projeto Manuelzão, cursos de línguas estrangeiras, Festival de Inverno, Conservatório UFMG, Museu de História Natural e Mostra das Profissões, sendo que os dois primeiros receberam 95% e 90% respostas “sim”. Os projetos menos conhecidos, embora com índices elevados de respostas “sim”, foram o Departamento de Assistência Judiciária (63%), o Centro de Conservação e Restauração – CECOR (69%) e o Centro de Musicalização Infantil (78%).

Nesse item, algumas respostas foram estatisticamente significativas na correlação com a variável sexo: as mulheres mostraram maior conhecimento dos projetos Coral Ars Nova, Teste do Pezinho, Centro de Musicalização Infantil e Carro Biblioteca. Outras foram significativas conforme o vínculo do respondente com a Universidade, isto é: cerca de 60% dos professores e ex-professores disseram conhecer o Teste do Pezinho, o Centro de Musicalização Infantil, o Departamento de Assistência Judiciária e o Centro de Conservação e Restauração – CECOR, ao contrário dos cerca de 70% dos alunos que disseram não conhecer esses projetos. Já o conhecimento sobre o Museu de Ciências Morfológicas teve correlações positivas para 68% dos alunos e 49% dos professores.

Ao final do questionário foi solicitada uma avaliação geral da Universidade. A UFMG foi considerada como uma boa universidade por 90% dos respondentes, e regular por 9%, ficando o 1% restante dividido entre os que a consideram como uma universidade fraca, e os que consideraram não ter conhecimento suficiente para avaliar essa questão.

Apreciação

Pelo que foi apresentado, a UFMG se utiliza de um conjunto amplo e satisfatório de estratégias, recursos e veículos para a comunicação com seus públicos interno e externo. A comunicação é feita com adequação de meios e canais, qualidade técnica, comprometimento com sua missão e mensagens direcionadas aos diferentes interlocutores.

Os números das tiragens das publicações impressas do CEDECOM representam mídias compatíveis com seus públicos interno e externo. Em processo de ampliação e qualificação tecnológica, as emissoras de rádio e televisão revelam constante ampliação em seus diagramas de alcance e sua audiência, com projetos de expansão, e já têm públicos consolidados. Seu portal apresenta um crescente e expressivo número de visitas, com um índice próximo de quatro milhões no período analisado.

Desenvolve, também, processo de recepção e de respostas a solicitações, propostas e reclamações. Deve ser destacado, contudo, que a UFMG não possui um serviço específico de Ouvidoria, que dê tratamento especializado e amplo às informações e demandas requeridas. Entretanto, através de seu site na internet, recebe e responde a solicitações de informações, críticas e sugestões sobre diversos aspectos de sua organização e atuação, permitindo também a avaliação dos seus veículos de divulgação.

Ressalte-se ainda que, por estar numa instituição pública federal o CEDECOM se ressentia da falta de quadro efetivo de pessoal. Isto faz com que, para realizar conjunto tão abrangente de atividades, ele trabalhe com um número grande de pessoal contratado.

O cuidado com a avaliação da imagem pública institucional transparece através dos diversos instrumentos de comunicação com o público interno e externo, como o *clipping*, a centimetragem de espaço ocupado na mídia, a recepção das publicações impressas, as solicitações e demandas via endereço eletrônico e as discussões internas. Uma pesquisa específica de imagem foi feita pelo Instituto Vox Populi, em 2000. Por meio das ações na área da comunicação com a sociedade, a Universidade está aprimorando os meios de que dispõe para tornar públicas suas ações e garantir o controle social sobre a Instituição, seus fins e suas realizações.

Por sua vez, a pesquisa feita por meio do questionário disponibilizado na internet possibilitou visualizar melhor a irradiação da comunicação sobre os diversos aspectos da imagem institucional. Ressalve-se, apenas, a contraposição entre esse resultado e o papel da mídia em geral, no que concerne a aspectos como a seletividade social da Universidade, que se apresentou de modo distinto para membros e não membros da Instituição.

As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo: aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e condições de trabalho.

A Pró-Reitoria de Recursos Humanos – PRORH é o órgão responsável pela gestão de pessoas e pelos processos referentes à administração de pessoal. Criada em 30 de março de 2000, vem, desde então, desenvolvendo programas com três objetivos principais: a qualificação dos servidores, o atendimento à saúde do trabalhador e a melhoria da qualidade de vida no trabalho. Por meio dessas ações, tem também procurado conscientizar servidores de seus papéis para a realização da missão institucional.

Gestão de pessoal na UFMG: estrutura organizacional

A PRORH é integrada por cinco organismos:

Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos – tem por função assessorar, planejar políticas de desenvolvimento de recursos humanos e, se aprovadas pela PRORH, implementá-las por meio de diversas atividades, como realização de entrevistas com servidores e chefias, acompanhamento de servidores, incluindo visitas domiciliares e orientação familiar. É responsável também pelos concursos de técnico-administrativos e pelos processos de nomeação, posse e entrada em exercício.

Departamento de Administração de Pessoal – tem por atribuições a coordenação, controle e supervisão dos assuntos relativos a cadastro e lotação, remuneração, seguridade social e benefícios dirigidos aos servidores da UFMG, buscando modernizar e desburocratizar os serviços dessa área.

Serviço de Atenção à Saúde do Trabalhador – SAST – foi criado em abril de 1999, com os objetivos de assessorar a administração central em questões que envolvem saúde e trabalho; implantar ações voltadas para a promoção da saúde do trabalhador; realizar exames de saúde ocupacional e levantar riscos ambientais; realizar avaliações para concessão de adicionais de insalubridade, periculosidade e raios X, e de isenção do pagamento de imposto de renda por motivo de doença; realizar perícias médicas.

O SAST está estruturado em dois núcleos: no Campus Saúde e no Campus Pampulha, com dois componentes básicos: a medicina do trabalho e a engenharia de segurança do trabalho. O Núcleo Pampulha compreende também um núcleo de saúde mental. Esses dois núcleos se distinguem, pelo tipo de atendimento prestado, como mostra a Tabela 33.

TABELA 33

Distribuição do número de atendimentos do Serviço de Atenção à Saúde do Trabalhador – SAST, em 2004 e 2005, nos campi Saúde e Pampulha.

Especialidades	Campus Saúde			Campus Pampulha			Total
	2004	2005	Total	2004	2005	Total	
Clínica médica	4.384	4.136	8.520	628	1.695	2.323	10.843
Enfermagem	-	-	-	366	1.258	1.624	1.624
Grupo de reabilitação geral	-	-	-	0	39	39	39
GR Pericial	-	-	-	1	15	16	16
GR Psicológico	-	-	-	1	14	15	15
GR Serviço Social	-	-	-	2	17	19	19
GR Enfermagem	-	-	-	2	16	18	18
Medicina do trabalho	1.099	977	2.076	8	166	174	2.250
Junta médica pericial	-	-	-	1.646	4.043	5.689	5.689
Psicologia	267	401	668	153	375	732	1.400
Serviço Social	1	-	1	23	58	81	82
Total geral	5.751	5.514	11.265	2.830	7.696	10.526	21.791

Fonte: Pró-Reitoria de Recursos Humanos

Nos anos de 2004 e 2005, a especialidade “clínica médica” respondeu pela metade dos atendimentos, uma média superior a 5.400, sendo apenas 21% realizados no Campus Pampulha. Já a especialidade “medicina do trabalho”, responsável por 10% do total prestado, e com uma média de atendimentos de mais de 1.100, o Campus Pampulha demandou apenas 7% desse serviço. Considerando ainda outras especialidades que tiveram número mais expressivo de atendimentos, “enfermagem” e “junta médica pericial”, que ocorreram apenas no núcleo do Campus Pampulha, representaram 7 e 26% do total de atendimentos, respectivamente. A grande diferença percentual que existe entre os dois campi se deve à especificidade do Campus Saúde, e está relacionada ao Hospital das Clínicas. As características extremamente estressantes de sua unidade de pronto atendimento tendem a causar mais doenças para os servidores em comparação com o Campus Pampulha.

Essa circunstância sugere a necessidade de formular projetos específicos para aqueles servidores, visando reduzir o impacto das condições de trabalho no hospital, embora seja difícil acreditar que essa redução possa eliminar o problema, tendo em vista as características próprias de um hospital universitário que realiza o volume de atendimentos do Hospital das Clínicas da UFMG. Registre-se ainda que, diante das perspectivas de expansão do Campus Regional de Montes Claros, torna-se necessário planejar a instalação de um SAST também naquele local.

Comissão Permanente de Pessoal Docente – órgão de assessoria do Conselho de Ensino Pesquisa, e Extensão, do Reitor e da Pró-Reitoria de Recursos Humanos, para a formulação, execução e supervisão da política de pessoal docente. Cabe a ela, também, sugerir políticas e estratégias relativas à composição, qualificação e avaliação do corpo docente, acompanhar a execução de planos para esse segmento, e sugerir soluções para problemas detectados. Para tanto, a comissão analisa, entre outros, relatórios anuais dos departamentos, processos de solicitação de vagas de magistério, processos de programa sabático, além de elaborar planilhas e gráficos sobre o quadro docente da Instituição.

Desde a segunda metade da década de 1990, o quadro de docentes da UFMG tem se mantido relativamente estabilizado em torno dos 2.500 professores. Considerando dados do Censo da Educação Superior de 2004, a UFMG ocupa a terceira posição, no conjunto das IFES, no número de funções docentes em exercício. Na versão preliminar do Cadastro Nacional de Docentes da Educação Superior de 2005/1, os professores da UFMG correspondem a 9% do total do estado de Minas Gerais. Como a Universidade é responsável por cerca de 5% das matrículas do estado, segundo o Censo 2004, e mais de 80% de seus docentes trabalham em regime de dedicação exclusiva, isto é, não desempenham funções docentes em outras IES, ao contrário do que ocorre principalmente nas IES privadas, a UFMG situa-se numa boa posição, frente às demais instituições de educação superior do estado. Ocupa, além disso, a segunda posição entre as IFES em número de doutores, segundo o Censo 2004, a sexta posição entre as 10 IES em número de doutores, e detém cerca de 30% dos doutores que atuam nas IES do estado de Minas Gerais, enquanto que na região Sudeste apenas 26,4% têm essa titulação, conforme consta do Cadastro de Docentes.

O percentual de doutores no corpo docente vem sendo progressivamente ampliado a partir da segunda metade da década de 1990, atingindo, em 2004, a 70% do total, conforme mostra a Tabela 34, sendo que em algumas unidades acadêmicas esse percentual supera os 80%, como é o caso do Instituto de Ciências Exatas e do Instituto de Ciências Biológicas. Somado ao total de mestres (21%), o corpo docente com pós-graduação *stricto sensu* da UFMG atingiu, em 2004, um índice bastante elevado, sem esquecer que mais de 10% ainda estão em processo de qualificação.

TABELA 34

Perfil do corpo docente da UFMG – 2000-2004.

Itens	2000	2001	2002	2003	2004
Doutores	55%	58%	61%	66%	70%
Mestres	30%	28%	26%	23%	21%
Docentes em qualificação	14%	14%	15%	12%	11%
Dedicação exclusiva	80%	81%	81%	82%	83%
Média publicação (tipo I)	1,4	1,3	1,7	1,6	1,6
CDSM1 (docentes em sala de aula)	10,2	10,3	10,6	10,6	10,6
CDSM2 (total de docentes)	9,1	9,0	9,2	9,3	9,3
Participação em eventos	4,3	4,2	3,4	3,8	3,8
Índice de orientação global	-	4,6	4,7	5,1	5,1
Orientação pós-graduação (<i>stricto sensu</i>)	-	1,9	2,0	2,0	2

Fonte: Comissão Permanente de Pessoal Docente

No documento Política de Dimensionamento Docente na UFMG, publicado em 2002, está registrado que, no processo de atribuição de vagas docentes, a CPPD busca orientar-se com base nos seguintes parâmetros:

- Cálculo da média de encargos didáticos dos departamentos ou unidades equivalentes, visando situá-los entre os limites máximos e mínimos esperados para essa atividade;
- Cálculo da média de produção do tipo I dos departamentos ou unidades equivalentes, buscando relacionar os maiores índices de publicações a menores encargos didáticos;

- Análise do conjunto de indicadores qualitativos e de outros índices quantitativos, que permita situar os departamentos ou unidades equivalentes frente ao conjunto da Universidade. São eles: consideração dos parâmetros de qualidade do índice de publicações tipo I e do índice de conclusões de mestrado e doutorado, e a magnitude e relevância social da atividade de extensão;
- São ainda considerados outros fatores como: implementação de novos cursos de graduação, necessidade de apoio a programas emergentes de pós-graduação e de apoio à necessidade de qualificar pessoal.

Dois aspectos devem ser salientados, no que concerne à gestão de pessoal docente na UFMG. Em primeiro lugar, os processos de solicitação de vagas docentes são todos analisados pela CPPD, e todas as vagas são alocadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, não existindo vaga remanescente alocada exclusivamente pelo Reitor, o que é extremamente positivo como retrato da transparência na execução desse processo. Em segundo lugar, os indicadores de que a CPPD se vale para propor a alocação de vagas e para a análise dos relatórios departamentais são em grande parte restritos aos aspectos quantitativos, isto é, estão concentrados nos encargos didáticos e na quantidade da produção resultante das pesquisas. Tendo em vista a importância que a extensão da abrangência desses indicadores assume para o aperfeiçoamento do processo de avaliação docente, é fundamental que a Universidade considere a necessidade de revisão dos parâmetros de qualidade vigentes.

Na Tabela 35 é apresentada a evolução da qualificação do pessoal docente da UFMG por área do conhecimento. Nela, é possível observar que, entre 2000 e 2004, houve um crescimento significativo na titulação mais elevada, equivalente a 22% da existente em 2000.

TABELA 35

Evolução da qualificação do pessoal docente, percentuais – 2000-2004.

Área	2000			2004		
	Doutor	Mestre	Demais	Doutor	Mestre	Demais
Ciências Agrárias	65,9	31,9	2,2	87,2	11,6	1,2
Ciências Biológicas e Fisiológicas	82,5	14,3	3,1	87,5	10,6	1,9
Ciências Exatas e da Terra	76,8	19,6	3,6	84,5	12,5	2,9
Ciências Humanas	62,8	29,3	8,0	76,1	20,2	3,8
Ciências Sociais Aplicadas	49,0	30,4	21,6	61,3	25,2	13,2
Engenharias	68,4	21,3	10,3	79,2	13,2	7,5
Linguística, Letras e Artes	49,5	32,1	18,4	61,0	30,5	8,5
Saúde	37,9	38,0	24,1	50,5	32,1	17,4
Unidades Especiais e de Extensão	17,6	37,5	44,9	22,5	38,8	38,8
Total	54,7	29,3	16,0	66,8	22,8	10,4

Fonte: Banco de Dados Funcionais

Destacam-se, em especial, as áreas de Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes, cujos percentuais de crescimento foram superiores ao da Universidade, respectivamente, 32%, 25% e 23%. Em outras áreas, como Ciências Humanas e Saúde, embora os índices de crescimento da titulação de doutor não tenham sido muito elevados, verificou-se um esforço na

ampliação da titulação, com redução expressiva dos docentes que ainda não possuíam mestrado. A Figura 13 ilustra a situação da qualificação docente em 2004.

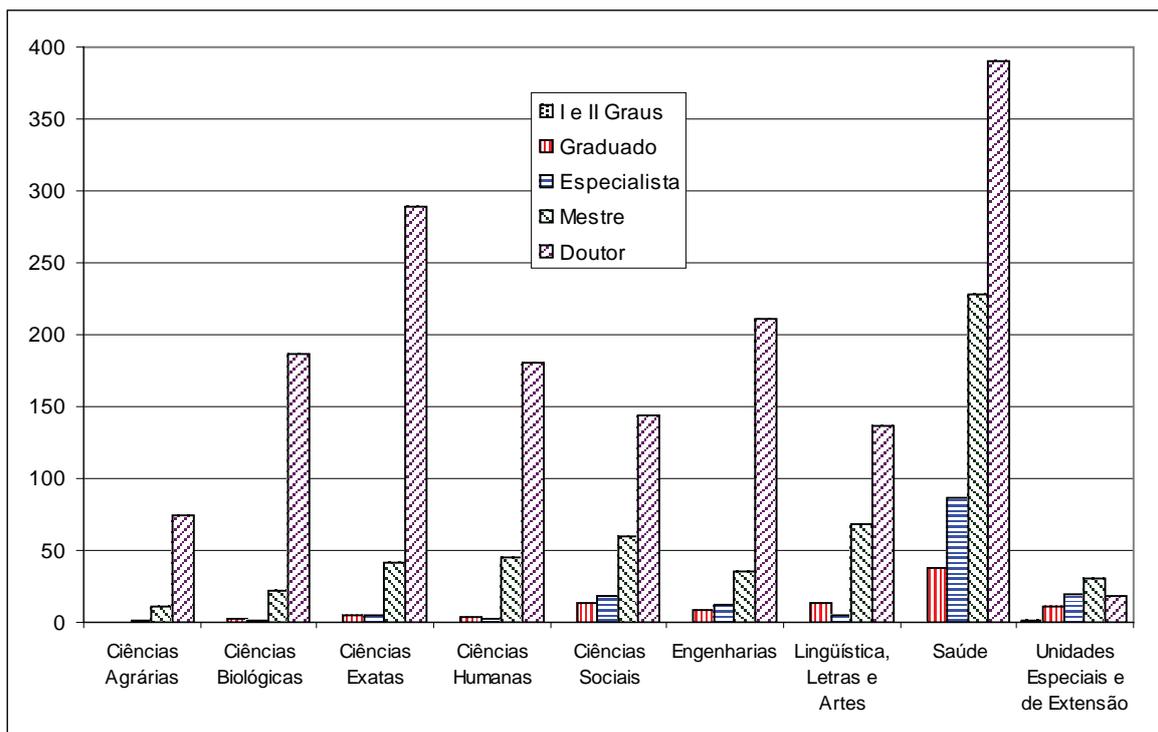


Figura 13 – Corpo docente da UFMG segundo titulação e área do conhecimento – ano de 2004
Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento

Um aspecto relevante na análise da política de pessoal da UFMG diz respeito à ausência de autonomia administrativa. A Figura 14 ilustra o comportamento das admissões e aposentadorias no período 2000 a 2004, na qual estão refletidas tanto a intensificação das segundas quanto as restrições impostas à substituição dessas vagas docentes.

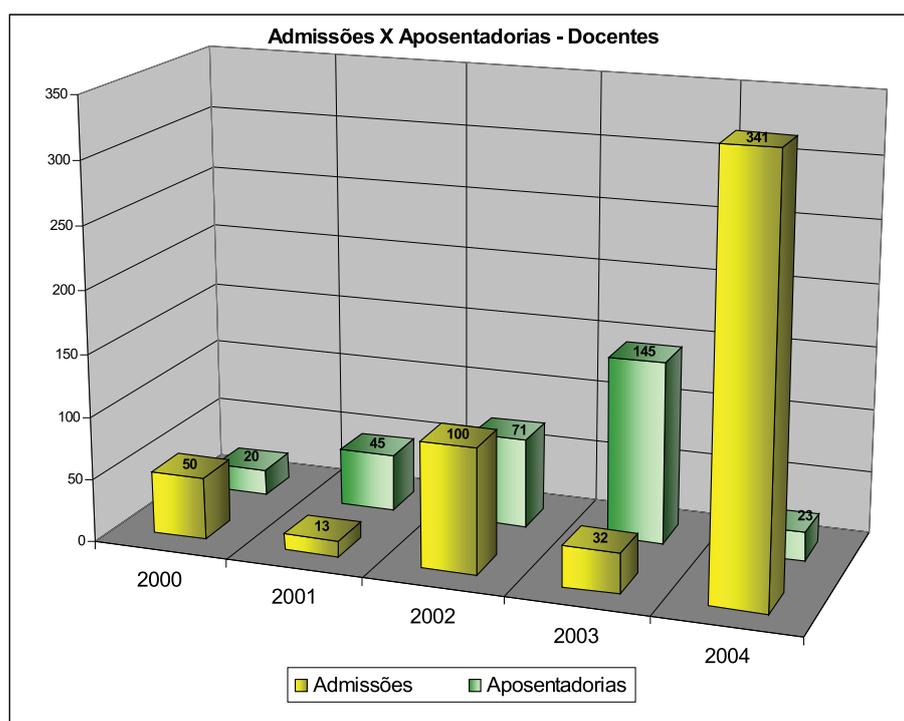


Figura 14 – Corpo docente da UFMG: evolução das admissões e aposentadorias – 2000-2004
Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento

Em 2001, o volume de aposentadorias foi duas vezes e meia superior ao de admissões, enquanto, em 2002, essas últimas não foram suficientes para repor esse estoque perdido. Em 2003, a relação aposentadorias/admissões foi ainda mais elevada que em 2001, da ordem de três vezes e meia, ao passo que, em 2004, as admissões foram quase quatorze vezes superiores às aposentadorias. Como a Universidade não tem controle sobre o processo de substituição dos servidores que se aposentam, ela fica sujeita a oscilações dessa ordem, dependente de períodos em que as condições políticas são mais ou menos favoráveis às IFES. Fazendo um balanço das aposentadorias e reposições ao longo de 10 anos,³⁵ verifica-se que, além de ter ocorrido a recomposição do corpo docente, as admissões efetivadas nos anos de 2002 e 2004 ainda permitiram uma pequena expansão no quadro docente da UFMG. Deve ser observado, contudo, um problema relacionado ao cálculo que acaba de ser feito, pois as perdas docentes não se resumem às aposentadorias. Dados fornecidos pela Comissão Permanente de Pessoal Docente permitem perceber que, quando se consideram também as perdas por falecimento e exonerações, ao contrário do saldo ter sido positivo para a Universidade, o resultado é negativo, isto é, há ainda, em 2004, 220 perdas docentes não repostas.

A falta de autonomia administrativa interfere, assim, de modo significativo na implantação de políticas acadêmicas. Tal foi o caso em 2003, com a aprovação da criação de cursos noturnos como forma prioritária para a ampliação do acesso ao ensino superior. Um dos entraves para a expansão dos cursos noturnos decorre da necessidade de recomposição do quadro de pessoal docente e técnico-administrativo para poder oferecer as condições de ensino no mesmo patamar dos cursos diurnos. Situação similar envolve a implementação do projeto de flexibilização curricular nos cursos de graduação.

Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo – CPPTA

- até março de 2006, essa comissão auxiliava a PRORH na análise de processos referentes à progressão funcional, pedidos de afastamento no/do país, licença para capacitação e outros assuntos relativos aos servidores técnico-administrativos. Segundo decisão do Conselho Universitário, após a aprovação do novo plano de carreira desses servidores e a instalação da Comissão Interna de Supervisão – CIS, conforme portaria ministerial, a CPPTA deixa de funcionar, sendo parte de suas funções assumidas pela CIS e parte pela PRORH.

³⁵ Para o período anterior a 2000, foram utilizados os dados do Relatório Anual de Atividades. Série histórica de admissões e aposentadorias do corpo docente e técnico-administrativo, 1995-1999.

A Tabela 36 apresenta a evolução da qualificação do quadro de pessoal técnico-administrativo no período 2000-2004. Verifica-se, em primeiro lugar, que a expansão desse quadro foi muito restrita tendo em vista os poucos atrativos que a carreira oferecia até a implantação do Plano de Carreira. Esta situação levou a um processo intenso de aposentadorias, como mostrado também na Figura 14 em relação aos docentes, ao mesmo tempo que se verificaram fortes restrições para a realização de concursos públicos para esse segmento.

TABELA 36

Evolução da qualificação do pessoal técnico-administrativo, segundo grupos funcionais – 2000-2004.

Escolaridade	2000			2004		
	Apoio	Médio	Superior	Apoio	Médio	Superior
Analfabeto	2	3	-	2	2	-
Alfabetizado	12	13	-	10	10	-
Fundamental incompleto	263	369	-	206	283	-
Fundamental	84	203	-	88	185	-
Médio incompleto	24	186	-	23	141	-
Médio	63	1.196	4	72	1.475	9
Técnico nível médio	8	236	1	8	212	1
Superior incompleto	3	266	11	2	226	10
Superior	4	456	604	4	514	762
Aperfeiçoamento	-	9	13	-	9	12
Especialização	-	23	93	-	28	97
Mestrado	-	5	22	-	6	29
Doutorado	-	-	5	-	-	8
Total	464	2.965	753	415	3.091	928

Fonte: Pró-Reitoria de Recursos Humanos

Chamam a atenção os registros de servidores sem o ensino fundamental completo e até mesmo, analfabetos, situação inconcebível no contexto de uma universidade federal do porte da UFMG. É preciso considerar, contudo, que está havendo melhoria nesse quadro, ao longo do período. Os servidores sem ensino fundamental completo que eram 19% em 2000, passaram a 15% em 2004, enquanto o total dos servidores sem ensino médio completo teve redução de 34% para 24% no período. Quanto ao grupo de nível superior, não houve evolução entre os que não tinham ensino superior completo, permanecendo o índice em 2%. A Tabela 37 detalha essa evolução segundo a composição por sexo.

TABELA 37

Distribuição do pessoal técnico-administrativo, por sexo e grau de escolaridade – 2000-2004.

Escolaridade	2000		2004	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Analfabeto	4	1	4	-
Alfabetizado	20	5	15	5
Fundamental incompleto	417	215	329	160
Fundamental	148	139	141	132
Médio incompleto	102	108	81	83
Médio	351	912	464	1.092
Técnico nível médio	114	131	99	122
Superior incompleto	128	152	114	124
Superior	271	794	360	920
Aperfeiçoamento	7	15	6	15
Especialização	44	72	52	73
Mestrado	11	16	13	22
Doutorado	2	3	3	5
Total	1.619	2.563	1.681	2.753

Fonte: Pró-Reitoria de Recursos Humanos

Os dados dessa tabela indicam que as mulheres, além de constituírem maioria no corpo técnico-administrativo da UFMG, têm escolaridade proporcionalmente mais elevada que a dos homens, sem alteração significativa ao longo do período. Houve uma pequena redução no percentual de homens e mulheres com apenas o ensino fundamental completo, mas o crescimento que se verifica na escolaridade de homens com ensino médio (inclusive curso técnico) e ensino superior (inclusive as formações posteriores), não é suficiente para alterar a grande distância existente entre eles e as mulheres. Enquanto as que têm ensino médio se situam na faixa dos 25 e 27%, no período, os homens estão entre 11 e 13%, e ao mesmo tempo que as que têm ensino superior se situam entre 22 e 23%, em 2000 e 2004, respectivamente, eles se situam entre 8 e 10%.

A Figura 15 ilustra o comportamento das admissões e aposentadorias dos servidores técnico-administrativos no período 2000 a 2004, no qual, de modo similar ao que foi mostrado para o corpo docente, estão refletidas tanto a intensificação das segundas, quanto as restrições impostas à reposição das vagas assim geradas.

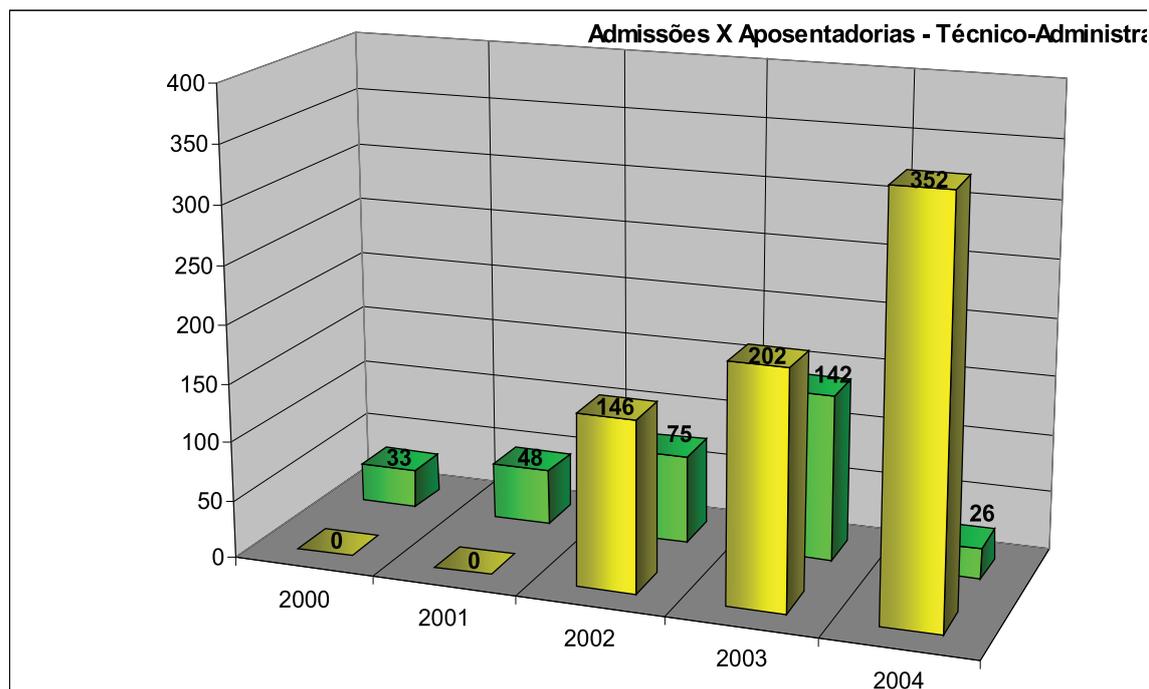


Figura 15 – Corpo técnico-administrativo da UFMG: evolução das admissões e aposentadorias – 2000-2004

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento

O impacto das aposentadorias se fez sentir de modo mais acentuado entre os técnico-administrativos do que entre os docentes, não tendo havido reposição das 81 aposentadorias que se verificaram em 2000 e 2001. Esse montante perdido, e que vai se acumular ao já verificado em anos anteriores, somente começou a ser repostado em 2002. Também nesse caso o fato de a Universidade não ter controle sobre o processo de substituição dos servidores que se aposentam é responsável por oscilações dessa ordem, tornando-a dependente de períodos em que as condições políticas são mais ou menos favoráveis às IFES. Fazendo um balanço das aposentadorias e reposições ao longo de 10 anos,³⁶ verifica-se que, além de ter ocorrido a recomposição das aposentadorias, as admissões efetivadas a partir de 2002 tiraram a UFMG de um longo período de seis anos em que aqueles eventos sempre suplantavam as admissões, possibilitando, ainda, a expansão do corpo de servidores, em proporção similar à ocorrida com os docentes.³⁷

36 Relatório Anual de Atividades. Série histórica de admissões e aposentadorias do corpo docente e técnico-administrativo, 1995-1999.

37 A mesma observação que foi feita sobre a utilização apenas das aposentadorias para o cálculo da recomposição das perdas para os docentes também é pertinente para os técnico-administrativos. Diferentemente do que ocorreu com os docentes, no entanto, os dados para o cálculo das perdas por falecimento e exoneração não estão disponíveis para esses servidores.

A evolução dos parâmetros utilizados pelo Tribunal de Contas da União para estabelecer os indicadores do desempenho das IFES, sintetizados no Quadro 8, fornece sinalizações sobre a situação do conjunto do quadro de pessoal da UFMG.

QUADRO 8

Evolução dos indicadores de desempenho da UFMG – 2002-2005

Indicadores	2002	2003	2004	2005
Índice de Qualificação do Corpo Docente – IQCD	4,06	3,99	3,96	4,04
Relação aluno/professor	14,44	14,66	14,34	14,37
Relação aluno/funcionário	5,87	6,07	6,24	6,15
Grau de envolvimento com a pós-graduação	0,19	0,20	0,21	0,21

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento

Conforme foi salientado, a UFMG ampliou a qualificação do seu quadro docente, tanto em termos da contratação de doutores quanto do quadro existente. A evolução do IQCD, no entanto, indica redução na qualificação dos professores, a partir de 2003, redução que pode ser entendida pelo aumento do número de aposentadorias que, nesse ano, superou em quase quatro vezes o de admissões, sendo as vagas docentes assim geradas preenchidas por professores substitutos, cuja titulação é, em geral, mais baixa do que a do quadro de efetivos. Observe-se, contudo, que tanto a relação aluno/professor quanto o grau de envolvimento dos docentes com a pós-graduação intensificaram-se no período, indicando um progressivo aumento de encargos docentes entre 2002 e 2005. A relação aluno/funcionário, por sua vez, ampliou-se progressivamente, em consequência da reposição das perdas do período anterior, tornando-se mais regular a partir do ano de 2002.

Gestão de pessoal na UFMG: programas executados

Com o objetivo de atender às funções relacionadas à promoção da qualificação dos servidores, da saúde do trabalhador e da melhoria da qualidade de vida no trabalho na universidade, a Pró-Reitoria de Recursos Humanos desenvolve diversos programas, apresentados a seguir.

- O Programa Integrado de Desenvolvimento – PROGRID articula e reorienta ações já existentes na Instituição, acrescentando a elas outras novas. Por meio do incremento da qualidade dos serviços prestados, visa ao aprimoramento da Instituição, ao desenvolvimento pessoal de seus servidores e alunos, ao aumento do nível de comprometimento organizacional e a uma maior racionalização dos recursos investidos na área de gestão de pessoas. No período 2003 a 2005, os recursos investidos nesse programa totalizaram mais de dois milhões de reais, sendo desenvolvidos quatro subprogramas: treinamento, desenvolvimento, qualidade de vida no trabalho, e superintendentes administrativos.

a) O subprograma de treinamento ou de capacitação para o trabalho atende a demandas de servidores e dos gestores da Universidade e realiza-se sob duas modalidades. Os cursos de curta duração são oferecidos aos servidores técnicos e administrativos, voltados para as necessidades específicas do

trabalho. No período 2002 a 2005, foi treinada uma média anual de 25% dos servidores ao ano, atingindo o total de 4.243 funcionários, por meio da oferta de 376 cursos de curta duração por ano, com duração total de 9 mil horas, voltados principalmente para as áreas de informática e operacional. Nesse total, estão compreendidos também os cursos oferecidos em parceria com as unidades acadêmicas.

b) O subprograma de desenvolvimento, também chamado de capacitação para a vida, congrega propostas de atividades diversas, a serem analisadas, planejadas e executadas em conjunto com instâncias ligadas à área de Educação e Recursos Humanos da própria UFMG. Três modalidades de ações integram esse subprograma:

i) O Programa de Educação de Jovens e Adultos – PEJA, desenvolvido em parceria com o Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Faculdade de Educação da UFMG. Está estruturado em três níveis, para atender a turmas da alfabetização à 4ª série, da 5ª à 8ª séries, e ao ensino médio. No período 2002 a 2005, esse programa matriculou 210 alunos, em proporções similares no primeiro e terceiro segmentos e, em proporção menor no segundo, registrando-se um índice de evasão de 15%.

ii) A bolsa Pré-Vestibular, programa de apoio aos servidores técnicos e administrativos que já completaram o equivalente ao ensino médio, visa à sua preparação para o ensino superior por meio da concessão de bolsas de estudo em cursos pré-vestibulares. Foram concedidas 328 bolsas, sendo que 126 dos bolsistas foram aprovados em vestibulares de instituições de ensino superior públicas e privadas.

iii) A bolsa Ensino Superior, parte do programa de incentivo à capacitação em nível superior, tem por objetivo promover o desenvolvimento dos recursos humanos da Universidade de forma a conciliar os interesses individuais e as metas institucionais, através do oferecimento de bolsas de auxílio à realização de curso superior em instituições públicas e privadas. Instituída no segundo semestre de 2003, foram concedidas 101 bolsas, sendo 21 para instituições públicas.

c) O subprograma Qualidade de Vida no Trabalho tem interfaces com os outros dois subprogramas, congregando projetos vinculados à área de segurança e a temas que propiciem a melhor inserção no ambiente e nas relações de trabalho na Universidade. Compreende atividades físicas desenvolvidas no Centro Esportivo Universitário – CEU e no Campus, tais como: caminhada e/ou corrida orientada, hidroginástica, ginástica localizada, alongamento, e Tai Chi Chuan. Tem por objetivos proporcionar aos servidores da UFMG a melhoria da qualidade de vida através da prática de atividade física orientada e gratuita, bem como a redução do estresse e a promoção do equilíbrio dos campos físico, mental e emocional. Dele participaram, entre 2003 e 2005, uma média de 230 e 150 servidores ao ano. Dois projetos integram este subprograma:

i) O Projeto Guanabara, uma ação extensionista que tem como objetivo promover o desenvolvimento humano de crianças e adolescentes através de atividades esportivas, artísticas, culturais, educacionais, direcionadas à manutenção da saúde, como complementação da educação escolar. É destinado a crianças e adolescentes na faixa etária entre os 7 e 14 anos, tanto filhos de servidores como oriundas de famílias de baixa renda da comunidade externa. No período compreendido entre os anos de 2003 e 2005, o projeto atendeu a 900 crianças, sendo 57% (511) filhas de servidores.

ii) O Projeto Esportivo Universitário – PROESP, com início em 2005, é desenvolvido em parceria com a Escola de Educação Física. Seu público-alvo é o mesmo do projeto anterior e tem por objetivos proporcionar condições para a melhoria da qualidade de vida, por intermédio da prática orientada e gratuita do futebol, e da implantação de ações interdisciplinares voltadas para a promoção da saúde. Já foram atendidas 90 crianças e adolescentes, dos quais 60 são filhos de servidores.

d) O Projeto Superintendentes Administrativos, destinado às unidades acadêmicas, decorre da oferta anterior de um curso para formação de chefias intermediárias. O curso já formou 17 superintendentes administrativos para 14 unidades acadêmicas.

- O Programa de Proteção e Orientação ao Trabalhador Adolescente – PORTA foi implementado mediante convênio firmado entre a Universidade e a Cruz Vermelha Brasileira/Minas Gerais, visando à contratação de jovens entre 16 e 18 anos que estejam regularmente matriculados e cursando, no mínimo, a 8ª série do ensino fundamental, para prestarem serviço junto às unidades/órgãos da UFMG. Tem como objetivo promover a inclusão social qualificada de adolescentes no mundo do trabalho através de programas de profissionalização institucional. No período 2002 a 2005 foram contratados 558 jovens, numa média de 140 ao ano, ao custo médio para a PRORH de R\$ 722 mil por ano. Diversas atividades relacionadas ao subprograma são também desenvolvidas, incluindo, em 2005, a organização, coordenação e/ou apoio a dois eventos: Encontro de Chefias dos Trabalhadores Adolescentes do Projeto Porta e a III Comemoração do Dia do Trabalhador Adolescente, que envolveram um total de 272 adolescentes. O Projeto Inter-Agindo integra o Programa PORTA e tem por objetivo promover a formação e a socialização dos jovens da Cruz Vermelha que trabalham em unidades do Campus Pampulha, preparando-os para a transição do trabalho educativo para o produtivo. Esse projeto está estruturado em três eixos: formação de pessoal – envolvendo a discussão de temas como identidade, diversidade cultural, raça, gênero, sexualidade e direitos humanos; aprimoramento profissional – oficinas de fanzine, estilo e expressão, fotografia em pinhole e expressão estético-corporal; atividades complementares nas áreas esportiva e cultural. No primeiro ano de funcionamento do projeto, foram atendidos 76 jovens na faixa de 16 a 18 anos, a um custo de R\$ 51.320,00.
- O Programa de Arrendamento Residencial – PAR teve início em 2005, e tem por objetivo incentivar e apoiar os servidores de baixa renda da UFMG e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para aquisição da casa própria. Inscreveram-se 592 servidores da Universidade, sendo que 126 participaram do primeiro sorteio, e 40 casas foram sorteadas.
- O Programa de Reserva de Vagas decorre da implementação das resoluções nº 10/1995 e Complementar nº 07 de 2004 do Conselho Universitário. Estas resoluções prevêem e regulamentam a reserva, pelos cursos de Extensão e Pós-Graduação *lato sensu* na Universidade de, pelo menos, 10% das suas vagas para participação gratuita de candidatos carentes e de servidores da UFMG, com o objetivo de promover sua qualificação profissional e a educação continuada. Nessas condições, entre 2002 e 2005, foram concedidas 169 bolsas, numa média anual de 34 bolsas.

- As Bolsas de Trabalho, programa realizado em parceria com a Fundação Universitária Mendes Pimentel – FUMP, oferece aos alunos mais carentes da universidade cerca de 300 bolsas, com 20 horas de trabalho semanais, para serem desenvolvidas, por um período máximo de dois anos. Iniciado há mais de 20 anos, oferece uma bolsa no valor de R\$ 240,00 mensais, que possibilita aos alunos desenvolverem, em diversos segmentos de atuação da Universidade, atividades administrativas e técnicas relacionadas à sua área de formação acadêmica. No período 2002 a 2005, foram concedidas cerca de 1.200 bolsas, numa média anual de 294, a um custo de R\$ 2.829.050,00.

O clima institucional relacionado às condições de trabalho proporcionadas pela UFMG foi um dos temas tratados nos grupos focais realizados com professores e servidores técnico-administrativos. Sua abordagem se deu a partir de quatro vertentes: carga horária de trabalho, salário, relações interpessoais e estrutura de poder. É preciso ressaltar que os grupos focais foram realizados no meio do segundo semestre de 2005, quando possíveis efeitos positivos resultantes da implantação do plano de cargos e salários dos funcionários ainda não podiam ser percebidos, justificando, de certo modo, ênfases que foram postas no debate desses temas.

A insatisfação com a carga horária de trabalho se fez presente de modo bastante incisivo no debate entre os participantes. Para os docentes, essa carga horária é excessiva, principalmente considerando as atividades que têm que exercer além de ensino, pesquisa e extensão, ou seja, as atividades de administração e o que denominaram de burocracia envolvida na prestação de contas e na avaliação. Os funcionários também destacaram a condição de excesso de trabalho, enfatizando-a sob uma perspectiva distinta. Segundo eles, a Universidade precisaria planejar melhor a alocação de funcionários por setor, porque alguns trabalham muito, enquanto outros, segundo afirmaram, têm pouco o que fazer. Alguns ressalvaram, contudo, que parte do problema do excesso de trabalho consiste na falta de funcionários, sendo que em setores de atendimento ao público ou a alunos, como nos laboratórios, e onde há apenas um funcionário encarregado, esse servidor sofre restrição muito grande na organização de sua vida pessoal, porque o serviço depende intensamente dele. Outro aspecto apontado como causador de insatisfação entre os funcionários reside nas diferenças de compromisso para com a Universidade. Isto é, enquanto há aqueles que têm compromisso com o trabalho e com a Instituição, buscando executar suas tarefas de modo adequado, há outros que não têm o mesmo cuidado nem com o cumprimento do horário de trabalho definido contratualmente.

As insatisfações com relação ao salário se fizeram presentes com mais intensidade entre os docentes, para os quais o nível da remuneração faz com que o docente busque complementar sua renda, exercendo outras atividades, como aulas na especialização paga e outras fontes de pagamento. Nesses casos, além de acréscimo na carga de trabalho, o acúmulo tem impacto sobre a condição dos professores que são contratados em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, fazendo com que essa dedicação exista, na maioria dos casos, apenas formalmente.

As relações interpessoais no trabalho, por sua vez, foram um foco importante dos debates. De modo geral, os docentes declararam-se satisfeitos com as relações mantidas com outros docentes e com funcionários, mas alguns deles destacaram a existência de conflitos, e, em alguns casos, insatisfação com o modo como se faz a divisão de recursos financeiros e de espaço físico. Os funcionários declararam-se satisfeitos com as relações no trabalho, mas

vários deles destacaram seu desagrado com o tipo de tratamento que recebem de alguns professores, os quais exibem atitudes que pretendem indicar sua condição de superioridade frente ao funcionário.

Nessa perspectiva, a maioria dos funcionários que participaram dos grupos focais mostrou-se descontente com a estrutura de poder da Universidade. Afirmam eles que o funcionário está sempre posto em segundo plano, insistindo no fato de que a Universidade não cuida para que haja uma correspondência entre os cargos exercidos e a formação do servidor, ocorrendo muitos casos de desvio de função. Percebem, no entanto, que muitas vezes isso ocorre pela ausência de instrumentos adequados na carreira funcional dos servidores, e pelas dificuldades de contratação para o preenchimento de cargos que ficam vagos. Além disso, quando há concursos, ocorrem casos de pessoas com curso superior que concorrem e são aprovadas para cargos de nível médio. Nessas condições, torna-se difícil para os diretores administrar esse processo, de modo a tornar os servidores mais satisfeitos com as condições de trabalho.

No que concerne às diferentes oportunidades de capacitação que a PRORH oferece aos funcionários, foi destacada a vantagem da flexibilização da carga horária que favorece ao funcionário a participação nos cursos e treinamentos. Mostraram-se, contudo, frustrados pelo fato de essa capacitação não se refletir em aproveitamento adequado pela Instituição. Isto é, consideram que a Universidade não aproveita adequadamente a capacitação que foi proporcionada, dando ao servidor a oportunidade de exercer o que aprendeu.

Há, contudo, um elemento constante nas falas de docentes e servidores: o orgulho de fazer parte e trabalhar na UFMG. Foi destacada a liberdade que ela dá para o exercício das funções, e que isso contribui para que eles se sintam como se a Instituição fosse a sua própria casa, razão pela qual a defendem em qualquer circunstância. Querem, por isso, que ela funcione bem, que seja muito bem-sucedida.

Apreciação

As informações analisadas sobre a política de pessoal da UFMG indicam que a Instituição se apresenta como um local de trabalho valorizado bastante positivamente pelos servidores. Essa valorização se faz tanto pela percepção da relevância institucional que ela tem externamente, como pela diversidade de oportunidades de formação e de participação em projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida que oferece. Nesse particular, alguns aspectos chamam a atenção, de modo mais significativo, como a forte aceleração que foi impressa, no período, à qualificação dos docentes e que possibilitou à Universidade constituir um corpo docente altamente qualificado. Chama a atenção, contudo, o descompasso da área de Saúde em relação às demais. A proporção mais reduzida de doutores nessa área é um indicador da necessidade de, a despeito do crescimento que se verificou nessa titulação e das características próprias da atuação em Saúde, a Universidade exercer papel indutor, visando à ampliação do percentual titulado em proporções similares à das demais áreas. A transparência do processo de alocação de vagas docentes, por sua vez, é um ponto extremamente positivo do processo de gestão de pessoal, embora seja necessário proceder a uma revisão dos parâmetros de qualidade vigentes, para propor a alocação de vagas e para a análise dos relatórios departamentais, em grande parte restrita a aspectos quantitativos.

Com relação aos funcionários técnico-administrativos, é importante que os programas de qualificação oferecidos abranjam todos os setores, dado que eles são direcionados especificamente para aqueles que atuam nas unidades acadêmicas e especiais. Ao mesmo tempo, é urgente promover medidas visando à intensificação da qualificação desses funcionários, para que no curto prazo não seja mais possível encontrar servidores com formação inferior ao ensino fundamental completo.

Como ocorre com todas as instituições que integram o sistema federal de ensino superior, a UFMG se ressentete fortemente da ausência de autonomia administrativa, principalmente no que concerne aos seus reflexos sobre a implantação de políticas acadêmicas. A impossibilidade de repor, de modo automático, as vagas geradas pelas aposentadorias e outros eventos, tanto de docentes quanto de técnico-administrativos, constitui-se num dos entraves para, por exemplo, dar impulso à prioridade da ampliação de vagas no turno da noite, ou promover oferta de vagas em disciplinas optativas suficiente para atender às propostas de flexibilização curricular que são desenhadas. Esta situação acaba induzindo a busca, mesmo que circunstancial, da utilização de procedimentos alternativos para suprir necessidades mais urgentes. A ausência de autonomia administrativa é também responsável, em parte, pelo sentimento expresso pelos funcionários técnico-administrativos, nos grupos focais, de que as oportunidades de capacitação quando concluídas não são aproveitadas adequadamente.

No clima institucional relacionado às condições de trabalho proporcionadas pela UFMG estão refletidos, também, os imperativos da falta de autonomia, indicados pelos registros de insatisfação com a carga horária de trabalho, considerada excessiva e distribuída de forma desequilibrada. Ao mesmo tempo, a manifestação de diferentes graus de compromisso com a Universidade, de parte de servidores docentes e técnico-administrativos, contribui tanto para esse desequilíbrio como para o clima de insatisfação no trabalho. As insatisfações com relação ao salário também são partes do cenário de ausência de autonomia e, junto com o que é considerado como excesso de carga de trabalho, acabam gerando uma situação de dubiedade na relação entre os docentes contratados em regime de dedicação exclusiva, mesmo que seguindo as condições estabelecidas pelas regulamentações próprias da UFMG.

Organização e gestão da Instituição: funcionamento e representatividade dos colegiados, independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação da comunidade universitária nos processos decisórios.

A estrutura organizacional da UFMG, apresentada na Figura 16, está delineada em seu Estatuto, em vigor a partir de 5 de julho de 1999, e compreende dois órgãos de deliberação superior: o Conselho Universitário e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, além de um órgão superior de fiscalização econômico-financeira que é o Conselho de Curadores. A administração superior, por sua vez, é composta pela Reitoria, com seus Órgãos Auxiliares e o Conselho de Diretores. O ensino, a pesquisa e a extensão estão sob a responsabilidade das unidades e dos órgãos suplementares, estando previsto, ainda, um órgão de consulta: o Conselho de Integração Comunitária. Esse conselho, contudo, ainda não foi constituído pela Universidade.

A composição e as normas básicas de funcionamento desses órgãos estão estabelecidas no Estatuto, destacando-se o caráter da representação dos dois órgãos de deliberação superior. Neles, os docentes se fazem presentes na proporção de 70%, os discentes em 1/5 dos docentes, e o corpo técnico-administrativo pode atingir até 15% da representação dos docentes. Tanto no Conselho Universitário quanto no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, à exceção dos Pró-Reitores de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, membros natos do CEPE, todos os membros votantes são eleitos ou indicados pelas Congregações. Isto assegura características democráticas à representação na Instituição.³⁸ Os membros deste Conselho integram câmaras, com competência deliberativa, em matérias relativas à graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão, respectivamente, cabendo recurso ao plenário do CEPE. Os membros do Conselho Universitário, por sua vez, integram três comissões permanentes: orçamento e contas, legislação, e obras.

Registre-se que, apesar do caráter democrático dos órgãos de deliberação superior, os discentes e os membros do corpo técnico e administrativo que participaram nos grupos focais manifestaram insatisfação com os critérios de representatividade dos seus segmentos, não só nos órgãos colegiados, mas, também, em outras circunstâncias da vida da Instituição, considerando haver uma relação de desigualdade que privilegia os docentes. Ao mesmo tempo, foi observado de modo indistinto, entre os segmentos, que haveria falta de participação ou de interesse da comunidade universitária, em geral, pelos assuntos ligados aos processos decisórios da Universidade, ao mesmo tempo em que se consideraram insatisfeitos com o retorno que recebem de seus representantes junto aos órgãos colegiados sobre as decisões que ali são tomadas.

Observaram ainda que, embora a burocracia seja necessária para o funcionamento da Universidade, ela atribui uma lentidão excessiva aos processos, tendo como exemplos a exigência do preenchimento de formulários diversos, e as dificuldades para realizar a matrícula em disciplinas eletivas. Os participantes dos grupos focais consideram, no entanto, que além de ser uma instituição bastante democrática, a UFMG abre espaço para críticas, sugestões e discordâncias.

³⁸ A Figura 16, extraída do Relatório de Gestão da UFMG de 2004 (que pode ser consultado no endereço <http://www.ufmg.br/proplan/>), reproduz a estrutura organizacional real da UFMG. O que está nela representado é coerente com a estrutura delimitada pelo Estatuto.

Os planos de gestão da Universidade Federal de Minas Gerais são elaborados no início de cada reitorado, estabelecendo-se metas a serem atingidas ao longo do mandato e, por vezes, prolongando-se sua execução na gestão do reitor seguinte. Este foi o caso, por exemplo, do Projeto Campus 2000, que visou a acelerar o processo de transferências de unidades acadêmicas do centro da cidade para o Campus Pampulha. Elaborado na gestão 1998-2002, está sendo concluído na gestão empossada para o período 2006-2010. Dado que os reitores são eleitos a partir de um processo de consulta à comunidade, conforme previsto no Estatuto, e os projetos propostos nesses planos são aprovados pelo Conselho Universitário, é possível afirmar que esses planos de gestão correspondem a projetos formulados para a Universidade, e que têm o endosso da comunidade universitária.

Deve ser observado, contudo, que o planejamento não tem sido utilizado de modo corrente na Universidade, quer seja como instrumento para a antecipação de problemas e para definição de soluções, quer seja como instrumento para a projeção de metas e objetivos a serem atingidos no médio e longo prazo. A administração central da UFMG conta com uma Pró-Reitoria de Planejamento, cuja atuação tem se restringido ao tratamento de questões de ordem financeira. Os aspectos financeiros são de grande importância para o funcionamento de uma universidade pública no contexto atual, mas é a complexidade desse mesmo contexto que exige que ela tenha o planejamento como um objetivo importante de sua gestão.

Alguns outros problemas no processo de gestão estão demandando uma apreciação mais cuidadosa da Instituição, tendo em vista seu aperfeiçoamento. Além dos que já foram destacados entre os apontados pelos participantes dos grupos focais, é preciso mencionar, ainda, aqueles que são gerados pela necessidade urgente de estender os horários de funcionamento das bibliotecas setoriais, das seções de ensino e dos colegiados de cursos. Os alunos dos cursos noturnos são os que mais se ressentem da insuficiência desses horários. Este é um problema que não depende apenas de uma atuação mais incisiva da gestão da Universidade, dado que tem a ver diretamente com a falta de autonomia para promover concursos e contratar servidores técnico-administrativos.

É preciso registrar que a concepção conservadora da gestão presente no Estatuto condiz, de certo modo, com a de uma instituição que, tem a trajetória e o porte da UFMG. Esta concepção está presente na exigência dos votos da maioria absoluta do Conselho Universitário para a introdução de mudanças. Se, por um lado, esse critério garante a preservação da Instituição, por outro, gera dificuldades para a implementação mais rápida de experiências novas, aspecto importante do funcionamento dinâmico de uma Universidade que se pretende sintonizada com as necessidades da sociedade moderna.

Ao mesmo tempo, deve-se considerar que o fato de não existir, no Estatuto, um detalhamento de quais são e de como se organizam as unidades acadêmicas, fez com que a Universidade ganhasse em flexibilidade e dinamismo nessas questões. Foi possível, por essa razão, que a Faculdade de Letras implementasse uma experiência de gestão distinta daquela que predomina nas demais unidades e, até mesmo, nas demais universidades, dado que a estrutura departamental foi abolida, sendo suas funções absorvidas por coordenadorias vinculadas à Congregação.³⁹ Esta é uma experiência relativamente recente, e os seus resultados ainda precisam de um pouco mais de tempo para serem adequadamente avaliados. No relatório de auto-avaliação produzido por essa unidade não se encontra nenhum ensaio dessa avaliação. O relatório em questão contempla comentários sobre a distribuição orçamentária e de encargos didáticos, que teria se tornado mais transparente e equitativa, e remete o leitor para o regimento da Faculdade de Letras, onde se encontra apenas a descrição da nova estrutura.

39 Ver < www.lettras.ufmg.br >.

Deve ser registrado, também, que a iniciativa dessa faculdade não chegou a estimular as demais unidades acadêmicas a pôr em prática outras modalidades de organização, indicando que a UFMG como um todo mostra, de certo modo, uma atitude conservadora e de pouca ousadia e criatividade ao lidar com inovações na gestão. Isso é um dado importante, tendo em vista que pelo menos duas unidades registraram nos relatórios de auto-avaliação a necessidade de revisão de sua estrutura organizacional.

Além do que já foi assinalado quanto à representação, o funcionamento dos órgãos colegiados da UFMG se dá de modo relativamente satisfatório, merecendo serem destacadas as características que são impressas à alocação das vagas docentes. Com a constituição da Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD, em 1980, e a posterior regulamentação de seu funcionamento, e vinculação, na condição de convidada, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão quando de sua criação, em 1986, as decisões sobre a alocação de vagas docentes ganharam muito em transparência frente à comunidade acadêmica. Em conseqüência, todas as vagas, sem exceção, são alocadas por meio da análise feita na CPPD, resultando em pareceres que, por sua vez, são disponibilizados para os membros do CEPE e aprovados em reunião desse colegiado superior. Por esse processo fica eliminada qualquer possibilidade de uma decisão privilegiada por parte do Reitor, que, individualmente, pudesse vir a aprovar vagas solicitadas por algum departamento. Ressalte-se que esse comportamento transparente da gestão da instituição se repete também com relação à definição das vagas discentes de cada curso, por ocasião da publicação do edital do vestibular.

A transparência que caracteriza a gestão da UFMG, contudo, não se tem feito presente em um outro processo relacionado ao ingresso dos alunos. No caso do vestibular, a principal via de entrada dos alunos na UFMG, os procedimentos são rigorosamente estabelecidos por meio de edital aprovado pelo CEPE, e pela atuação da COPEVE – Comissão Permanente de Vestibular, visando garantir a justa avaliação do mérito dos candidatos frente a um número reduzido de vagas oferecidas. O mesmo, no entanto, não se pode dizer com relação àqueles que ingressam por transferência e obtenção de novo título, para ocupar as vagas remanescentes da evasão verificada nos cursos de graduação. A seleção se faz por meio de procedimentos regulamentados pela Câmara de Graduação, a partir de resoluções apresentadas pelos colegiados de cursos, inexistindo um procedimento único, comum a todos os cursos, que sirva de instrumento homogeneizador desse processo de ingresso. Tendo em vista a necessária transparência e a tendência de crescimento da demanda por essas vagas, torna-se urgente a institucionalização de mecanismos que confirmem a essa seleção a definição de um padrão de “aluno da UFMG” e não apenas de aluno do curso. Esses candidatos devem ser submetidos, pelo menos, a uma prova comum, mantida a liberdade dos colegiados de fazerem valer, posteriormente, seus critérios definidos em resolução. Torna-se necessário, também, disciplinar alguns critérios que regularão essas resoluções, pela inexistência de regras claras estabelecidas pelo CEPE a esse respeito, dado que as deliberações são fixadas com base apenas em registros de atas.

Alguns problemas se fazem presentes, e devem ser ressaltados, tanto nos colegiados superiores como nos órgãos colegiados das unidades acadêmicas. Entre os mais importantes pode-se destacar o processo de decisão de algumas instâncias, destacando-se, a título de exemplo, aquelas relativas ao pessoal docente. Conforme a prática vigente, as decisões são tomadas com base em pareceres de seus membros, nos quais se verificam dois tipos principais de problemas que resultam em dificuldades para que se forme a necessária jurisprudência.

As análises de relatórios departamentais, por exemplo, em um ano são feitas por um parecerista, o qual se vale do conjunto de critérios definidos pela comissão, e de outros, introduzidos a partir do modo como se dá a sua própria percepção do problema. Se, no ano seguinte, o relatório desse departamento não é analisado pelo mesmo parecerista, torna-se difícil estabelecer uma análise comparativa desses relatórios por um período de tempo maior, podendo ocorrer até mesmo de serem aprovados pareceres conflitantes ou divergentes, inclusive porque parte dos membros da comissão podem ter sido substituídos. Esse tipo de tratamento pode ser constatado, também, com relação à aprovação de resoluções dos colegiados de cursos.

O segundo problema relaciona-se ao fato de que muitas normas e regras estão definidas pela Universidade, mas, em alguns casos, elas estão firmadas apenas em atas. Em consequência, algumas decisões podem ser também contraditórias, porque o que foi acordado consensualmente num determinado momento, principalmente quando ocorre mudança de um número grande de componentes do colegiado, o tema não se tornou objeto de resolução. Por vezes, até mesmo o que está normatizado em resolução não é cumprido. Manuais de procedimentos, a serem repassados aos responsáveis pelos órgãos colegiados quando assumirem os cargos, talvez seja uma solução para essa questão.

Outro problema talvez decorra da relativa lentidão com que se dá o processo de decisão, independentemente da natureza do que está sendo avaliado, julgado ou discutido. Isto é, assuntos urgentes, não necessariamente relevantes para o conjunto da Universidade, como recursos de alunos ou de professores contra decisões por ela tomadas, recebem nos órgãos colegiados, por vezes, tratamento similar ao que é dado a assuntos que exigem uma análise profunda e o amadurecimento para a tomada de decisão que implique mudança substantiva para a vida da Universidade. Por vezes, as prioridades são fixadas, mas o processo de debate se desgasta em consequência da participação democrática que marca o processo de decisão, levando ao excesso de pronunciamentos dos membros dos colegiados, nem sempre enfatizando as questões mais relevantes. Com características mais específicas, esse tipo de questão transpareceu nas manifestações feitas nos grupos focais pelos participantes docentes, discentes e técnico-administrativos, no debate sobre a organização e gestão da UFMG. Eles mostraram-se insatisfeitos com a demora no tempo de resposta para questões apresentadas aos órgãos colegiados, ressaltando o que consideram como excesso de burocracia para o encaminhamento de solicitações ou demandas, e a dificuldade para a obtenção de informações sobre procedimentos administrativos.

A expectativa de que, com um maior grau de consciência sobre os direitos de cidadania ocorra um aumento do volume de recursos aos órgãos colegiados, sugere que, a persistir essa característica da gestão da Universidade, o problema tenderá a se tornar crítico em futuro próximo. A conjugação de um volume de recursos, que hoje já é elevado, com um processo de tomada de decisão consensuado e lento, tem consequência ainda mais grave, que é a menor disponibilidade dos membros dos órgãos colegiados para se dedicarem ao estudo de temas de relevância institucional, e que podem contribuir para a produção de reflexões mais substantivas para o planejamento e aperfeiçoamento da UFMG. Esta é, sem dúvida, uma área para a qual é preciso encontrar soluções, de forma a instaurar um processo de gestão que, no curto prazo, possibilite que a Universidade alcance patamares mais elevados de excelência e relevância.

A aprovação pelo CEPE, em 2001, da proposta de flexibilização curricular, denominada Diretrizes para os Currículos de Graduação da UFMG, tem como um dos elementos centrais a oferta de formações complementares para os alunos,

além daquela formação ministrada pelo núcleo básico que caracteriza o curso, e que apresenta aspectos relevantes para a gestão acadêmica. Resultado de um amplo processo de discussão iniciado na Câmara de Graduação, em 1997, e estendida para os colegiados de curso em momentos diversificados, e para a comunidade universitária em geral, a decisão daquele órgão de deliberação superior proporcionou a oportunidade para que, com sua adoção, os cursos de graduação se tornassem mais abertos, atraentes e dinâmicos. A existência dessa proposta conferiu à gestão da graduação características inovadoras, as quais, por sua vez, passaram a exigir a formulação de instrumentos adequados para viabilizar seu correto funcionamento. No documento que foi aprovado pelo CEPE, foi registrada a necessidade de serem atendidos cinco requisitos para a implementação adequada da proposta. Um deles diz respeito exatamente à implementação de um novo sistema para a gestão e o acompanhamento da oferta de vagas nas disciplinas, de modo a garantir a execução dos múltiplos percursos curriculares. Infelizmente, essa demanda enfrenta um gargalo, que reside na gestão do sistema acadêmico na Universidade, dadas as dificuldades que ainda não estão superadas para a implementação de um registro e controle acadêmico adequados.

Essas dificuldades têm se associado àquelas relacionadas à não ampliação da oferta de vagas em disciplinas, em razão da insuficiência das vagas docentes, o que se torna problemático no caso da procura pelos alunos de matrícula em disciplinas eletivas, as quais assumiram grande importância nessa estrutura curricular, garantindo a possibilidade de realização dos percursos curriculares pretendidos. Ainda um terceiro tipo de dificuldade nesse campo diz respeito à lentidão de alguns colegiados no que concerne à implementação de propostas curriculares sintonizadas com o projeto que foi aprovado pelo CEPE para a Universidade. Essa conjugação de problemas pode, de certa forma, colocar em risco o pleno êxito do projeto curricular da Instituição.

Outro aspecto a considerar quanto à gestão acadêmica é a existência de uma hierarquia não declarada de instâncias, quando se observa a relação entre departamentos e colegiados. Por um lado, em alguns casos os colegiados de graduação convivem com uma relação de relativa subordinação a departamentos, enquanto os colegiados de pós-graduação, em consequência da distinção existente entre as ênfases que as atividades de ensino e pesquisa⁴⁰ adquiriram na história da educação superior brasileira, são percebidos como sendo mais importantes do que os de graduação. Ressalte-se que há, nesse caso, um componente de grande destaque que contribui para esta situação, relacionado à administração de recursos financeiros. Enquanto os coordenadores dos colegiados de pós-graduação são ordenadores de despesas, o que lhes garante, também, maior autonomia para tomar decisões, tal possibilidade não está facultada aos coordenadores dos cursos de graduação.

Apreciação

É preciso considerar pelo menos dois aspectos. Em primeiro lugar, parte dos problemas aqui relacionados é inerente à condição de instituição pública federal que caracteriza a UFMG, e que pode resultar tanto em aspectos positivos quanto negativos para a gestão institucional. É típica do funcionamento da burocracia pública a presença de uma hierarquia que atua de modo mais frouxo, em que, à exceção de ocorrências mais graves, o não cumprimento de determinadas solicitações ou o não atendimento a convocações não se configuram

⁴⁰ A ênfase na pesquisa e os benefícios atribuídos ao exercício dessa função na Universidade foram aspectos ressaltados de modo bastante destacado pelos participantes dos grupos focais, fato percebido e expresso tanto pelos docentes, como pelos discentes e servidores técnico-administrativos.

em motivo suficiente e imediato para a aplicação de punições. No caso de uma instituição universitária, isso se reverte numa maior tolerância para com esse tipo de situação, que, se por um lado resulta num ambiente em que a criação é permanentemente estimulada, por outro, gera dificuldades de várias ordens no que concerne ao cumprimento de prioridades estabelecidas coletivamente. Numa instituição privada, algumas dessas questões se resolvem pela demissão do docente ou do funcionário, situação que não se faz presente numa instituição pública. De todo modo, há normas a serem cumpridas, e isso deve ser assegurado para o bom funcionamento da Instituição.

Em segundo lugar, parte das possibilidades para que a gestão de uma universidade pública seja bem-sucedida estão relacionadas à “boa vontade” encontrada por aqueles que estão no governo do estado em um determinado período. O fato, por exemplo, de que os servidores técnico-administrativos possam contar com uma nova carreira, com os benefícios que ela pode trazer para a sua satisfação no trabalho, não se deve à Universidade, mas à disposição de negociação do governo federal. Algo semelhante pode ser dito das condições bastante favoráveis vividas pela UFMG em período recente, em relação a uma maior flexibilidade na gestão de recursos financeiros e na melhoria da infraestrutura. Ou seja, muito contribui para a boa qualidade da gestão de uma instituição federal de ensino superior o fato de que ela se situe num cenário em que a educação superior pública se configure como política de estado e não apenas de governos. Entre outros benefícios, disso resultaria um maior respeito à sua autonomia, e a possibilidade de consolidação de projetos e planejamentos.

Infra-estrutura física: ensino e pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

Espaço físico

A UFMG ocupa uma área total de 8.775.949 m², sendo 583.375 m² de área construída, distribuída em três campi universitários – Campus Pampulha, Campus Saúde e Campus Regional de Montes Claros, contando com 19 unidades acadêmicas e três unidades especiais. O Campus Pampulha, criado na década de 1940, passou a ser ocupado pela comunidade universitária a partir da década de 1960, nele localizando-se, atualmente, 12 unidades acadêmicas, uma unidade especial – o Centro Pedagógico, que compreende a Escola de Ensino Fundamental e o Colégio Técnico –, e as unidades da administração central da Universidade.

Em Belo Horizonte localiza-se também o Campus Saúde, onde estão situadas a Faculdade de Medicina, a Escola de Enfermagem e uma unidade especial, o Hospital das Clínicas, este constituído por um prédio principal e sete ambulatorios. Além das unidades localizadas nos campi Pampulha e Saúde, a UFMG possui as Escolas de Engenharia e Arquitetura e as Faculdades de Direito e Ciências Econômicas, localizadas na região central da cidade. A Universidade tem também órgãos localizados fora dos dois campi principais: o Centro Cultural UFMG, o Conservatório UFMG, ambos instalados no centro da cidade, o Museu de História Natural e Jardim Botânico, localizado no bairro Horto, e o Teatro Universitário, localizado no bairro Santo Antônio. No Campus Regional de Montes Claros está situado o Núcleo de Ciências Agrárias.

Recentemente, foram concluídos 19.800 m² de obras, com a ampliação do prédio da Escola de Enfermagem, a construção da nova sede do Centro de Musicalização Infantil, do novo conjunto residencial da moradia universitária, da Biblioteca Comunitária e Universitária do Campus Regional de Montes Claros, e dos laboratórios de Aquacultura, Calorimetria e Metabolismo Animal da Escola de Veterinária. Importantes reformas e adequações também têm sido realizadas em várias instalações, como a reforma do prédio principal da Faculdade de Educação, a expansão do Hospital Veterinário, a recuperação do “Palacinho” do Museu de História Natural e Jardim Botânico, e de unidades do Hospital das Clínicas.

O Quadro 9 apresenta uma descrição da estrutura física dos campi e unidades isoladas da UFMG.

QUADRO 9
Estrutura física da UFMG

Utilização	Campus Pampulha	Campus Saúde	Campus Regional de Montes Claros	Total
<i>Prédios administrativos (m²)</i>				
Área de ocupação	10.920		1.023	11.943
Área construída	30.984		2.092	33.076
<i>Prédios escolares/laboratórios (m²)</i>				
Área de ocupação	131.446	17.381	65.978	214.805
Área Construída	309.326	94.835	112.649	516.810
<i>Prédios de serviços (m²)</i>				
Área de ocupação	22.488	2.339	2.509	27.336
Área construída	246.488	3.144	4.060	33.489
Total (m²)				
Área de ocupação	164.854	19.720	69.510	254.084
Área construída	366.595	97.979	118.801	583.375
Área total do terreno (m²)	3.340.000	60.000	5.375.949	8.775.949

Fonte: Departamento de Planejamento Físico e Obras - março/2006

Projeto Campus 2000

Concebido em 1998 e implementado a partir de 2002, o Projeto Campus 2000 tem dois objetivos: promover a integração da maioria das unidades da UFMG no espaço comum da cidade universitária, no Campus Pampulha, e introduzir melhorias na infra-estrutura de várias unidades. Entre 2002 e 2005, o projeto construiu novas ou ampliou as instalações de cinco unidades acadêmicas no Campus Pampulha: Faculdade de Farmácia, os Departamentos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, e os anexos do Departamento de Química, da Faculdade de Educação e do Instituto de Geociências, totalizando 35.788 m² de área construída. Outras edificações estão sendo executadas, para instalar a Faculdade de Ciências Econômicas e a Escola de Engenharia. No total, esse conjunto de prédios representará um acréscimo de 108.794 m² de área construída.

Infra-estrutura das unidades acadêmicas e administrativas

Campus Pampulha – Área de Artes

Compreende a Escola de Belas Artes e a Escola de Música, e as edificações somam 13.186 m². Inaugurado em 1970, o prédio da Escola de Belas Artes encontra-se em obras para adequação do espaço para as aulas do Curso de Artes Cênicas. Faz-se necessária, ainda, a adaptação das instalações físicas para abrigar novos laboratórios e o Centro de Restauração e Conservação – CECOR, ampliar o setor de gravura e elaborar projeto para construção de salas para a pós-graduação.

O prédio da Escola de Música, inaugurado em 1997, está adequado às necessidades do ensino e da pesquisa, necessitando apenas de intervenções para o tratamento acústico e algumas reformulações dos espaços. Para as atividades de extensão, foi construído um anexo, para sediar o Centro de Musicalização Infantil.

Campus Pampulha – Área de Ciências Biomédicas

A área das edificações soma 124.481 m². Fazem parte desse grupo: o Instituto de Ciências Biológicas, a Faculdade de Farmácia, a Faculdade de Odontologia, a Escola de Veterinária, o Hospital Veterinário, e a Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Nesse conjunto, o prédio que se encontra em piores condições é o do Instituto de Ciências Biológicas.

Inaugurado em 1980, as instalações do Instituto de Ciências Biológicas necessitam de reforma geral e manutenção corretiva, além de reformulação e reorganização dos espaços, de salas de aula, administração, laboratórios e auditórios. Os dutos das instalações hidráulicas e elétricas se encontram em estado avançado de deterioração, e é necessária a implantação de um sistema de proteção contra descargas atmosféricas e incêndios. Os espaços físicos também precisam ser ampliados, incluindo instalações adequadas para o Biotério e as Coleções Taxonômicas. Segundo consta do relatório de auto-avaliação da unidade, essas coleções estão armazenadas em condições precárias de conservação, em local impróprio, e mal-acondicionadas. A desorganização e a dificuldade de acesso resultantes geram subutilização e duplicação desnecessária de esforços, além de desvalorização do acervo.

O prédio da Faculdade de Farmácia, inaugurado em 2004, encontra-se em boas condições de funcionamento. Aguarda-se a conclusão da biblioteca e do auditório.

As instalações da Faculdade de Odontologia, concluídas em 1999, encontram-se em excelentes condições em termos da adequação dos espaços. Para melhorar o conforto térmico, introduziu-se a exaustão eólica nas clínicas e no pátio coberto, e aguarda-se a execução do mesmo projeto na biblioteca, bem como a finalização do auditório.

A Escola de Veterinária e o Hospital Veterinário, construídos em 1974, estão com laboratórios, salas de aula e de apoio passando por processo de atualização. Visando contemplar as recentes demandas de ensino e pesquisa, foram construídos novos anexos: o Laboratório de Calorimetria e de Metabolismo Animal, e o Laboratório de Aquacultura. Foram também ampliados e reformados

os laboratórios de Análise do Leite, de Bacteriologia e Viroses, e a Clínica de Pequenos Animais. Nas reformas, adaptações e manutenção foram contempladas também as salas de aula e de seminários, a biblioteca, e os espaços administrativos e de apoio. As fachadas e brises necessitam de recuperação, a área de estacionamento deve ser ampliada, com instalação de sistema de segurança, as baias externas de confinamento de animais de grande porte precisam ser organizadas, bem como é necessário construir novos vestiários para os funcionários terceirizados. Identifica-se, ainda, a necessidade de reforma geral na subestação de energia elétrica e a instalação de sistema de proteção contra descargas atmosféricas.

O prédio da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional foi construído em 1975 e ampliado em 1997, com a construção do Centro de Excelência. Os Departamentos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional foram instalados em novas dependências, em 2005. As instalações da escola são condizentes com suas atividades acadêmicas, necessitando de manutenção corretiva na estrutura, pintura das fachadas e esquadrias, e reformulação de espaços em função de novas demandas. As instalações elétricas do prédio mais antigo estão ultrapassadas em relação à tecnologia e normas atuais. Recentemente, foram construídos novos espaços para ensino e pesquisa, como a quadra poliesportiva coberta e a pista de atletismo, e instalado aquecimento solar na piscina. É necessário construir um ginásio apropriado para treinamento de tae-kwon-do, judô, esgrima e levantamento de peso, e um espaço para a atividade extensionista do Projeto Guanabara.

Campus Pampulha – Área de Ciências Exatas e da Terra

A área de edificações soma 82.826 m², e compreende o Instituto de Ciências Exatas, o Instituto de Geociências e a Escola de Engenharia.

O conjunto do Instituto de Ciências Exatas foi inaugurado em 1970 e ampliado em 1992, e apresenta-se em boas condições de conservação, necessitando de adaptações para atender a novas demandas, entre elas a inserção de um elevador. Devido à expansão de suas atividades, principalmente de pesquisa, o Departamento de Química recebeu, em 2005, novas instalações para laboratórios. O Departamento de Física foi contemplado recentemente com novas instalações para os gabinetes dos professores, melhoria e ampliação das redes de água fria nos laboratórios, e revisão do sistema de ar condicionado.

O prédio do Instituto de Geociências, construído em 1982, necessita de manutenção geral, reorganização e adequação de alguns espaços. Em 2005, recebeu um anexo para salas de aulas, mas algumas providências referentes à acessibilidade de portadores de necessidades especiais não puderam ser executadas por falta de recursos.

As instalações parciais da Escola de Engenharia no Campus Pampulha receberam adaptações e manutenção necessárias para atender às atividades de ensino e pesquisa. Além da construção do prédio novo, todo o complexo da Escola de Engenharia instalado nesse campus está sendo remanejado, recuperado ou em construção de novos espaços físicos.

Campus Pampulha – Área de Ciências Humanas e Sociais

A área de edificações soma 54.808 m², incluindo a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, a Faculdade de Letras, a Faculdade de Educação e a Escola de Ciência da Informação.

O prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas foi inaugurado em 1991, tendo passado por algumas ações de reorganização, como a ampliação da biblioteca, em 2003. Encontra-se em andamento a obra do Centro de Apoio ao Deficiente Visual, assim como a reforma e a ampliação do Laboratório de Arqueologia. Há necessidade de manutenção das fachadas e de recuperação da estrutura em concreto aparente.

O prédio da Faculdade de Letras, inaugurado em 1981, passou, recentemente, por algumas reformulações espaciais, em função da estrutura organizacional da Unidade, que aboliu os departamentos. A área da biblioteca foi ampliada e reorganizada. Fachadas, brises e esquadrias necessitam de manutenção geral.

As instalações da Faculdade de Educação, criada em 1968, foram inicialmente construídas, em 1958, para abrigar o Colégio Universitário, tendo sofrido já inúmeras reformas e adaptações. Em 1993, foi concluído um bloco de dois pavimentos para abrigar salas de aula, e, em 2003, recebeu um acréscimo significativo com a construção de anexo com quatro andares, para salas de aula, auditório e espaço administrativo que atende bem às suas demandas. A ala destinada aos gabinetes dos professores também foi reformada.

O prédio da Escola de Ciência da Informação, inaugurado em 1990, apresenta espaços condizentes com suas atividades. Algumas interferências foram necessárias, como a reformulação da biblioteca e do auditório, adequação do espaço físico para abrigar o novo carro-biblioteca e instalação de equipamentos para ensino e pesquisa. O prédio necessita, ainda, da instalação de novos alimentadores de energia elétrica.

Campus Pampulha – Educação básica

A área das edificações soma 16.679 m², incluindo a Escola Fundamental e o Colégio Técnico.

A construção do espaço físico da Escola Fundamental data de 1972, e encontra-se em estado degradado, necessitando de reforma geral, para manutenção do edifício e reorganização dos espaços, visando a adequação às novas demandas pedagógicas. A edificação possui instalações elétricas ultrapassadas, que não atendem à tecnologia em uso e às normas técnicas atuais.

O prédio do Colégio Técnico, construído em 1970, foi submetido a uma reforma geral no início dos anos 1990, para recuperação e reorganização dos espaços internos. Nessa ocasião, os laboratórios e oficinas foram atualizados e adaptados às normas vigentes de segurança, o auditório recebeu melhorias, e as salas de aula e de apoio administrativo foram recuperadas. Em 2004, a cobertura foi reconstruída.

Campus Pampulha – Administração

As edificações destinadas à administração da Universidade compreendem 10.091 m². Compõem esse grupo as Unidades Administrativas I, II e III, o Departamento de Planejamento Físico e Obras, o Departamento de Serviços Gerais, e a Imprensa Universitária.

A Unidade Administrativa I, inaugurada em 1963, é prédio tombado pela Prefeitura de Belo Horizonte. Abriga espaços da Administração Central, como o Gabinete do Reitor e os escritórios das Pró-Reitorias, Diretorias, e da Procuradoria Geral, além do Departamento de Registro e Controle Acadêmico, e da Comissão Permanente do Vestibular. Tem passado por várias reformas, adaptações e remanejamentos dos espaços para atender às exigências próprias de cada administração da Reitoria. A edificação recebe manutenção constante e, recentemente, foram executadas melhorias no espaço físico do Centro de Computação, e em área destinada a receber as instalações da TV UFMG.

A Unidade Administrativa II abriga atualmente a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP e o Serviço de Atenção à Saúde dos Trabalhadores – SAST da UFMG. A edificação foi inaugurada em 1977 e, recentemente foi restaurado o painel artístico da fachada, de autoria da artista plástica Yara Tupynambá. O edifício está sendo adaptado para receber, entre outros órgãos, a sede administrativa do Parque Tecnológico BH-Tec, estando em execução obras de ampliação e remanejamento do espaço físico da FUNDEP.

A Unidade Administrativa III, construída em 1987, se encontra em boas condições físicas. O prédio abriga o Departamento de Administração de Pessoal, o Centro de Apoio à Educação a Distância, e parte do Projeto Manuelzão. As instalações do Departamento de Planejamento Físico e Obras, do Departamento de Serviços Gerais, e da Imprensa Universitária encontram-se em condições físicas adequadas para suas atividades. Por sua vez, o Centro de Desenvolvimento em Comunicação – CEDECOM, a Coordenadoria de Assuntos Comunitários e a Editora UFMG estão instalados na ala direita da Biblioteca Universitária.

Campus Pampulha – Serviços de apoio

A área das edificações soma 16.075 m², compreendendo o Centro de Desenvolvimento da Criança, o Restaurante Setorial II, a Praça de Serviços e a Associação dos Servidores da Universidade Federal de Minas Gerais – ASSUFEMG.

O prédio do Centro de Desenvolvimento da Criança foi inaugurado em 1987, atuando como creche para as crianças das comunidades universitária e externa. A edificação ainda não recebeu nenhuma manutenção de porte relevante, sendo necessários alguns reparos.

O prédio do Restaurante Setorial II, construído em 1978, possui espaço condizente com sua função. Em 1989, passou por grande reforma. A transferência da Faculdade de Ciências Econômicas e da Escola de Engenharia para o Campus Pampulha exigirá a realização de intervenções, visando otimizar a ampliação da demanda.

A Praça de Serviços foi construída em 1992. Edificação de excelente padrão construtivo abriga três bancos, dois restaurantes, a Caixa de Assistência à Saúde da UFMG – CASU, farmácia, papelaria, copiadora, livraria da Editora UFMG, agência dos Correios, etc. Nesse conjunto, as instalações sanitárias públicas necessitam de manutenção.

A sede da ASSUFEMG está parcialmente abrigada em dois galpões, construídos em 1956 e adaptados para diversas atividades. O espaço físico é modesto e está reformado.

Edificações localizadas nas proximidades do Campus Pampulha

A Moradia Universitária constitui-se de dois conjuntos de edificações: o primeiro, inaugurado em 2001, e o segundo, em 2006, localizados, ambos, em bairro vizinho ao Campus Pampulha, não necessitando, ainda, de obras.

O Centro Esportivo Universitário, espaço dedicado ao lazer dos alunos, professores, funcionários e suas famílias, localiza-se numa área de 25.780 m² próxima ao Campus Pampulha. As quadras de peteca e vôlei estão sendo pintadas, a quadra de futebol está sendo reformada e deverá ser construído, em breve, um novo campo de futebol. Há necessidade de um novo espaço para instalar a academia de ginástica.

Campus Saúde

O Campus Saúde compreende uma área de 60 mil m², na qual estão incluídas a Faculdade de Medicina, a Escola de Enfermagem, e o Hospital das Clínicas.

Entre as unidades acadêmicas desse campus, o prédio da Faculdade de Medicina é o que se encontra em piores condições de conservação. A edificação foi construída em três momentos históricos diferentes, o que lhe deu características estilísticas diversas, e encontra-se, hoje, com sérios problemas de conservação das fachadas e esquadrias. O prédio da Escola de Enfermagem vem sofrendo intervenções para construção de um anexo (bloco sul) e para fazer adaptações no bloco principal (bloco norte).

O pavimento térreo da biblioteca do campus, a Biblioteca Baeta Viana, recebeu, recentemente, reforma dos sanitários, troca do forro, iluminação nova, pintura, recuperação do piso e construção de uma sala para inclusão digital. Há necessidade, ainda, de reforma nos demais pavimentos, com adaptação de sanitários às normas de acessibilidade, melhoria do índice luminotécnico, troca do forro acústico e construção de mais um pavimento para atender à crescente demanda.

A edificação que abriga o restaurante universitário e o Diretório Acadêmico de Medicina apresenta vazamentos que comprometem a integridade e higiene dos alimentos servidos no restaurante. O depósito final de resíduos do Campus Saúde encontra-se mal dimensionado e fora dos padrões estipulados pelo Serviço de Limpeza Urbana. Obras de construção de um novo depósito, dentro das normas de assepsia e controle de infecções, já estão em andamento. Há ainda salas e casas alugadas nos arredores do Campus, ocupadas pela Residência Médica, e pelas instalações do Núcleo de Pesquisa e Apoio ao Diagnóstico.

O Anexo Hospital Borges da Costa é uma edificação histórica de 1922, e foi reformado recentemente, sendo preservadas as características arquitetônicas da fachada original. O prédio está adaptado para as áreas de Oncologia, Hematologia, Cirurgia Ambulatorial e Saúde Mental. As redes de abastecimento e distribuição de energia elétrica bem como a de dados e telefonia são novas. A cobertura foi recuperada e reformada, e os espaços internos receberam padrão de acabamento de qualidade e assepsia de alto nível. Algumas etapas da obra faltam ser concluídas, como a adaptação de salas em consultórios.

O sistema de iluminação externa do campus foi executado, de forma provisória, em meados de 1992, e necessita de reformulação urgente, estando prevista a implantação de nova infra-estrutura para maior adequação dos níveis de conforto e segurança.

Todas as escadas das unidades do Campus Saúde sofreram interferências e se encontram atualmente adaptadas às normas de prevenção e combate a incêndios. Os equipamentos necessários foram instalados e recebem manutenção periódica.

Unidades fora dos campi

Localizadas na área central de Belo Horizonte estão as Faculdade de Direito, e de Ciências Econômicas, as Escolas de Engenharia, e de Arquitetura, o Centro Cultural UFMG, e o Teatro Universitário. O Museu de História Natural e Jardim Botânico está localizado no bairro Horto.

A Faculdade de Direito situa-se na Praça Afonso Arinos, em uma área construída de 12.402 m². A portaria principal foi reformada em meados de 2004, recebendo balcão e pontos para instalação de catracas eletrônicas, além de academia de esportes para alunos e funcionários, vestiários acessíveis e novas esquadrias nas fachadas do nível térreo e do segundo pavimento. A biblioteca foi também reformada e ampliada, com instalação de detectores contra furtos de livros, e melhoria da iluminação.

O prédio da Faculdade de Ciências Econômicas, até que se concluam as obras da nova sede no Campus Pampulha, vem sendo submetido a pequenos procedimentos de manutenção e correção, tais como, adaptação de sanitários às normas de acessibilidade, instalação de corrimãos nas escadas, e correções em vazamentos.

As edificações que compreendem o complexo da Escola de Engenharia incluem os prédios Arthur Guimarães e Álvaro da Silveira, o Diretório Acadêmico e a biblioteca. Como a escola também será transferida para o Campus Pampulha, os serviços de manutenção têm sido realizados apenas de forma paliativa. Mesmo assim, algumas obras importantes estão sendo implementadas, como a construção de um sanitário para pessoas portadoras de necessidades especiais, instalação de rampa de acesso e execução do poço de elevador em um dos prédios.

A Escola de Arquitetura está instalada em prédio construído em estilo moderno, possuindo vários blocos integrados por passarelas, rampas, varandas e escadas. A rede hidro-sanitária foi reformada em 1999, mas as instalações elétricas estão obsoletas. A praça em frente à escola encontra-se em reforma para melhorias no paisagismo, recuperação do desenho original dos jardins e do espelho d'água. O paisagismo interno também será recuperado.

O Centro Cultural UFMG está instalado em prédio anteriormente ocupado pela Escola de Engenharia, construção que integra o Patrimônio Histórico Estadual. Foi reformado recentemente, com modernização das instalações do auditório, das salas de exposições e do hall central, bem como adequação dos espaços aos projetos que ali são executados, entre eles a instalação de telecentro de acesso fácil à internet e de uma gráfica para o projeto Memória Gráfica. Foram feitas modificações nas instalações elétricas e hidráulicas e na rede de dados. Os sanitários do andar térreo estão de acordo com as normas de acessibilidade. É preciso recuperar a estrutura bastante deteriorada da cobertura, melhorar as instalações elétricas, reformar a fachada, de características estilístico-ornamentais valiosas. O acesso ao segundo pavimento, que somente pode ser feito por escada, demanda a instalação de plataforma para pessoas com dificuldades de locomoção.

O prédio ocupado pelo Teatro Universitário, situado na região central de Belo Horizonte, não se encontra em bom estado de conservação, não tendo recebido nenhum investimento, pois a nova sede, que o abrigará junto ao curso de Teatro, está sendo construída no Campus Pampulha, anexa à Escola de Belas Artes.

O Museu de História Natural e Jardim Botânico possui 575 quilômetros quadrados de área verde e é um importante espaço para atividades de lazer, exposições culturais e científicas, sendo freqüentemente utilizado para projetos de pesquisa e extensão. Nele se encontram instalados o Presépio do Pípiripau, importante projeto cultural da cidade, o prédio do "Palacinho" recentemente recuperado, a Casa da Arqueologia, galpões de exposição de Paleontologia e Mineralogia, um observatório astronômico, áreas destinadas a cursos de ciências básicas, o edifício da administração central e a biblioteca. Projetos de manutenção nas áreas verdes têm sido executados, bem como reforma das edificações e manutenção da rede elétrica. Estão em andamento projetos para reforma das estufas, melhoramento da área de ervas medicinais, e construção de uma nova edificação para abrigar o Presépio do Pípiripau.

Campus Regional de Montes Claros

O campus da UFMG em Montes Claros é uma fazenda-escola, com área de 232,32 hectares, localizada a sete quilômetros do centro da cidade, ao norte do estado de Minas Gerais. Junto com os cursos superiores, funciona o Colégio Agrícola Antônio Versiani Athayde, criado em abril de 1964 e incorporado ao patrimônio da Universidade em 1968.

As instalações do Campus Regional de Montes Claros contam com um prédio principal e oito anexos, ocupados pela administração geral e acadêmica, salas de aula, biblioteca, oficina de manutenção, refeitório, cantina, sala para docentes, laboratórios, galpão de anatomia, instalações sanitárias, apartamentos para visitantes e moradia acadêmica. As edificações existentes, de acabamento modesto, requerem manutenção freqüente.

As instalações acadêmicas e administrativas são pequenas e necessitam de serviços gerais de conservação. Há um auditório com capacidade para até 115 pessoas que apresenta razoável conforto, mas possui grandes limitações de conservação e qualidade dos serviços de som, acústica e projeção de imagens. Os sanitários são limpos e têm manutenção regular.

Os laboratórios necessitam de serviços de conservação e pintura, parte deles possuem os equipamentos necessários para ensino, pesquisa e extensão, e vários precisam de atualização tecnológica, bem como de serviços de conservação e manutenção. Além de diversos laboratórios que precisam ser criados, entre os já existentes há alguns que possuem apenas o espaço físico preparado, estando, ainda, sem os equipamentos, enquanto outros funcionam em espaço limitado e com poucos equipamentos. O Laboratório de Informática, com capacidade para 20 alunos, e 15 computadores ligados em rede, é insuficiente para as necessidades do corpo docente e discente do campus. Investimentos estão sendo feitos na estrutura física do campus, para proporcionar melhorias, como a construção de laboratórios, pavilhão de aulas e nova biblioteca, esta última inaugurada em 2006, enquanto a antiga sede da biblioteca está sendo adaptada para abrigar atividades de educação a distância.

A Fundação Mendes Pimentel assumiu, recentemente, a gestão do restaurante universitário do campus, reformando as instalações e adequando-as às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. A fundação instalou também a Moradia Estudantil no edifício do antigo alojamento, que é pequeno e com limitadas condições de conforto, estando em planejamento a construção de uma nova moradia no campus.

As constantes invasões e furtos que ocorrem no território do campus demandam urgentemente a implantação de sistema de proteção. Também se fazem necessários maiores cuidados na vigilância, manutenção e conservação das instalações zootécnicas, e recuperação de cercas periféricas e divisionais.

Unidades da UFMG em outras localidades

A UFMG possui duas fazendas, ambas ligadas à Escola de Veterinária e localizadas em municípios próximos a Belo Horizonte. A Fazenda Experimental Prof. Hélio Barbosa, localizada em Igarapé, tem 245 hectares e atende às atividades da escola de ensino, pesquisa e extensão. Produz leite, ovos, carne de coelho, de codorna e suína, e há projeto para reativar a produção de mel e de peixes. À exceção da área de avicultura, cujas instalações são mais recentes, as demais instalações físicas têm mais de 30 anos, e requerem manutenção geral e adequação aos projetos que ali são realizados, de modo a eliminar as limitações existentes em relação à qualidade de seu funcionamento e produção. A manutenção de equipamentos agrícolas é feita regularmente, mas muitas máquinas e implementos estão em estado de conservação precário.

A Fazenda Modelo de Pedro Leopoldo, localizada na cidade do mesmo nome e hoje denominada Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão, abrange 452 hectares, mas, devido às condições topográficas, apenas 200 hectares podem ser utilizados. A fazenda pertence ainda ao Ministério da Agricultura, estando em fase de negociação a transferência da posse para a UFMG. Atualmente, ali se produz apenas leite de gado bovino, seguindo o método de auto-sustentação. As edificações da fazenda encontram-se em estado de conservação precário, com laboratórios desativados, e máquinas e equipamentos agrícolas necessitando de manutenção ou reposição. Está em elaboração pela Escola de Veterinária um plano para revitalização e reestruturação do uso da Fazenda. A proposta envolve, entre outros aspectos, reforma das edificações, adequação dos laboratórios, e ampliação do uso por meio da diversificação da criação, estímulo ao uso pelos professores, ampliação das pesquisas com outras unidades da UFMG, interação com os produtores locais, abertura do espaço para a comunidade local, e realização de atividades de formação profissional em áreas diversas.

O Centro de Referência em Cartografia Histórica – Casa da Glória, localizado em Diamantina, está instalado em edifício de grande valor histórico e artístico, tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. Conta com salas de aulas, de apoio e dormitórios, e atende às atividades de ensino, pesquisa e extensão de várias áreas da UFMG. Na década de 1980, o espaço foi restaurado, respeitando a técnica construtiva em estrutura de madeira que remonta ao Império, cuja manutenção é especializada e deve ser feita de modo permanente.

O Observatório Astronômico Frei Rosário, localizado na Serra da Piedade, atende às atividades extensionistas e de pesquisa da área de astronomia. Suas instalações são modestas, mas permitem o desenvolvimento das atividades que ali são realizadas.

Áreas verdes e meio ambiente

O Campus Pampulha possui uma grande área verde, abarcando dois milhões de metros quadrados de vegetação nativa preservada, 500 mil metros quadrados de gramados, além de milhares de espécies arbóreas que foram plantadas, totalizando 3.340.000,00 m². Um programa sistemático de recuperação da arborização viária e dos fragmentos florestais nativos é executado, mediante plantios de enriquecimento e adensamento dos bosques nativos, totalizando, nos últimos anos, mais de 5 mil árvores.

Integra esse patrimônio ambiental a Estação Ecológica da UFMG, uma das poucas reservas de preservação do país localizada dentro de um campus universitário, numa área de aproximadamente 700 mil m². Unidade urbana de conservação, é caracterizada por rica diversidade de flora e fauna, com várias espécies de mamíferos, anfíbios, répteis e aves, além de espécies vegetais nativas e exóticas. Nesse território de grande valor ecológico, são desenvolvidas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Também fazem parte do patrimônio de áreas verdes da UFMG, o Museu de História Natural e Jardim Botânico, e o Centro Esportivo Universitário. No Campus Pampulha, a Universidade mantém ainda, um horto florestal para produção de mudas de mais de 150 espécies arbóreas e 270 ornamentais, utilizadas no paisagismo e arborização da UFMG.

O último inventário da arborização viária do campus foi realizado em 1997, necessitando ser atualizado e ampliado, para que dele possam ser extraídas informações para a manutenção e divulgação do patrimônio das espécies vegetais. A UFMG investe na qualidade do meio ambiente e na manutenção desse patrimônio verde, por meio do plantio de mudas, serviços de poda, coleta de sementes, disposição de resíduos sólidos, desinsetização e controle de pragas dos gramados e jardins dos campi e unidades.

Os serviços de manutenção, conservação e ampliação de aceiros têm proporcionado a redução e a eliminação da ocorrência de focos de incêndios. A construção de uma torre de observação para monitoramento das áreas verdes, em comunicação com o serviço de combate a incêndios, poderia reduzir o tempo gasto entre a detecção do fogo e o seu controle, reduzindo as possibilidades de danos ao patrimônio ambiental.

Um grave problema de infra-estrutura do Campus Pampulha está sendo solucionado com o termo de cooperação firmado entre a COPASA, empresa de saneamento e abastecimento de água do estado de Minas Gerais, e a UFMG. Cerca de 60% do abastecimento de água potável do campus é fornecido por essa empresa, e o restante é proveniente de poços artesianos. Como as redes existentes não são suficientes para atender à demanda, ocorre falta de água em alguns edifícios. O termo de cooperação assinado compreende a execução de um programa de obras, visando harmonizar o projeto de expansão do Campus Pampulha com o atendimento das necessidades ambientais. Está sendo implantado novo sistema de captação e distribuição de água e será construído um interceptor de esgoto, possibilitando fazer o controle dos resíduos líquidos e sólidos gerados por todas as unidades do campus, contribuindo para reduzir a poluição do Córrego do Engenho e, conseqüentemente, para a despoluição do Rio das Velhas. Essa medida pressupõe, também, uma mudança de atitude de cientistas e pesquisadores quanto ao descarte de resíduos sólidos nos laboratórios, os quais, separados e identificados, serão transportados para um entreposto construído no campus, e incinerados por empresas especializadas.

Problema ainda a ser resolvido é o das enchentes que ocorrem no Campus Pampulha, decorrente da canalização insuficiente do Córrego do Engenho em relação ao volume de água pluvial recebida. Foi concluído projeto para uma lagoa de retenção para conter o excesso de águas pluviais. Pelo seu elevado custo, a execução do mesmo depende da obtenção de recursos internacionais que estão sendo negociados em conjunto com a Prefeitura de Belo Horizonte.

Gestão de resíduos

No Campus Pampulha estão instalados 22 depósitos de lixo, construídos para abrigar temporariamente os resíduos comuns, coletados três vezes por semana pelo Serviço de Limpeza Urbana – SLU. Trabalhos de suporte também foram executados, como a pesagem de lixo, visando à elaboração de um programa de gestão e disposição correta de resíduos. Algumas unidades do campus deram início a um programa piloto de coleta seletiva. A Tabela 38 apresenta levantamento do volume diário de resíduos gerados, o que demonstra a dimensão desse processo de gestão.

TABELA 38

Levantamento quali/quantitativo dos resíduos gerados nas unidades acadêmicas da UFMG, média diária em kg, ano de 2005. *

Tipo de resíduo	Total diário	Média diária por Unidade	Percentual por tipo de resíduo
Restos de alimentos	677,5	48,4	50,95
Limpeza de jardim	48,3	3,4	3,63
Papel	132	9,5	9,93
Papelão	47,4	3,4	3,57
Plástico	113,6	8,1	8,54
Metal	10,4	0,7	0,78
Vidro	35,1	2,5	2,64
Embalagem Tetrapak	17,2	1,2	1,30
Isopor	1,9	0,1	0,14
Lixo banheiro	166,0	11,9	12,48
Papel não reciclável	19,3	1,4	1,45
Perigosos	0,7	0,1	0,05
Construção	0,4	0,0	0,03
Serviços de saúde	6,1	0,4	0,46
Outros	53,9	3,8	4,05
Total	1.329,6	95,0	100,0

*Dados colhidos em períodos variados do ano para cada unidade acadêmica.

Fonte: Departamento de Serviços Gerais

Há um contêiner específico para as lâmpadas fluorescentes, até que sejam removidas para local adequado. Norma técnica sobre a coleta e a descontaminação desse tipo de lâmpadas deverá ser implementada em breve.

Com relação aos resíduos químicos, foi feito levantamento dos passivos químicos abrigados nas diversas unidades, e solicitado orçamento junto a fornecedores para destinação final. Roteiro de visita técnica para diagnóstico dos resíduos químicos gerados nos laboratórios da UFMG foi aplicado, e foram adquiridos kits de EPIs para utilização nos laboratórios das unidades, e etiquetas para identificação desses resíduos. Lixeiras apropriadas foram instaladas, e se encontram em fase de teste, estando pronto também o projeto de um entreposto para a coleta de resíduos químicos.

A implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS, já produziu os seguintes resultados: acompanhamento, junto à SLU e à Vigilância Sanitária, do andamento do plano elaborado para o Campus Pampulha; proposição de projeto de alteração de módulos de lixo para abrigar resíduos infectantes; contratação de empresa licenciada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente para incineração de resíduos quimioterápicos, antineoplásicos e de anatomia patológica gerados no Campus Saúde, inclusive seus passivos;⁴¹ aquisição de 17 contêineres de lixo para o Campus Saúde, 10 para o Campus Pampulha; desativação das caçambas utilizadas para o acondicionamento temporário dos resíduos nos campi Pampulha e Saúde; e início do levantamento quali/quantitativo da geração de resíduos nos laboratórios instalados no Campus Saúde. Esse Plano prevê, ainda, a construção de um modelo de lixeiras a serem instaladas nas salas de aula e nas áreas comuns do Campus Pampulha.

O programa de compostagem, que aproveita e direciona corretamente o reuso de resíduos das áreas verdes, encontra-se implantado em fase experimental. Esse serviço é executado em parceria com o Departamento de Engenharia Sanitária da Escola de Engenharia e necessita, para o funcionamento rotineiro, de maquinário específico e mão-de-obra especializada. Com relação ao tratamento a ser dado aos resíduos de construção civil, foi elaborado o Projeto Canteiro Vivo, em implementação.

Conservação e manutenção

A manutenção e conservação das instalações prediais são de responsabilidade da Divisão de Manutenção da UFMG, que vem realizando apenas manutenção corretiva, a partir das solicitações dos usuários e de avaliações técnicas, já que não há mão-de-obra nem recursos disponíveis para executar serviços de ordem preventiva. Por essa mesma razão, não existem políticas definidas e/ou implementadas, a médio e longo prazo, para a execução de tais serviços.

A grande maioria dos serviços é atendida e custeada por firmas contratadas pelos próprios usuários, dado que a verba do Departamento de Planejamento Físico e Obras (DPFO) não é suficiente para isso, nem sua equipe é devidamente especializada e qualificada para realizá-los. O serviço de manutenção e recarga de extintores de incêndio é terceirizado, e também é afetado pela falta de pessoal especializado para fiscalizar a entrega do serviço.

De um modo geral, é necessário qualificar melhor os funcionários desse setor por meio de cursos de capacitação, atualização e do incentivo à participação em feiras. O gerenciamento dos contratos de manutenção, compra e instalação, por sua vez, funciona satisfatoriamente. O serviço de limpeza, tanto do interior das edificações, assim como das áreas externas comuns, é executado por mão-de-obra terceirizada, e está funcionando de maneira satisfatória.

Transporte

As informações deste item são restritas ao Campus Pampulha, onde é maior o volume de circulação de pessoas. O Campus Saúde, localizado na região hospitalar, é muito bem servido por linhas de ônibus, o mesmo ocorrendo com as outras unidades localizadas fora dos campi. No caso do Campus Regional de Montes Claros, essa questão não representa problema, uma vez que nada foi salientado no seu plano de desenvolvimento institucional, elaborado em maio de 2004.

⁴¹ Volume já incinerado: 2.500 kg.

O Campus Pampulha é provido de três linhas de ônibus de transporte público que adentram o território universitário com frequência considerada adequada, até mesmo nos horários de pico. Parte do acesso se faz também por linhas de ônibus externas, que circulam nas avenidas limítrofes. Os deslocamentos entre as unidades acadêmicas, administrativas, de apoio e o acesso às avenidas vizinhas, completam-se com serviço gratuito feito por ônibus próprio da UFMG.

As unidades dispõem de estacionamentos, e há vagas ao longo das vias internas para as pessoas que transitam pelo campus em automóveis próprios. Apenas a região central do campus, que é muito populosa, apresenta, nos horários de pico, problemas com relação ao estacionamento nas áreas próximas às edificações, mas é possível estacionar numa distância entre dois e quatro quarteirões do destino. A proximidade do término das obras da Escola de Engenharia e da Faculdade de Ciências Econômicas gera a expectativa de que tanto o trânsito local, quanto o estacionamento se tornem mais problemáticos, já estando em planejamento o seu equacionamento.

O transporte institucional é realizado por meio de uma frota de 214 veículos, baseados no Campus Pampulha. Esse serviço é realizado por 60 pessoas, sendo que 82% delas pertencem ao quadro de funcionários da Universidade, e o restante, terceirizado. O transporte institucional contempla tanto deslocamentos no campus, na cidade, quanto viagens de trabalho. Incluem-se nesse serviço as viagens coletivas, destinadas à realização das aulas de campo e para a participação de estudantes em eventos acadêmicos. Para tanto, são utilizados ônibus que pertencem a unidades ou a projetos acadêmicos. Para o atendimento a esses veículos, a UFMG conta com oficina mecânica e um posto para abastecimento e lavagem.

Alimentação

Há restaurantes e cantinas no Campus Pampulha e estas últimas, quando localizadas em unidades maiores, oferecem também refeições. Parte desse serviço – um restaurante no Campus Pampulha, um no Campus Saúde, um na Faculdade de Direito, um na Faculdade de Engenharia e outro no Campus Regional de Montes Claros – está sob a responsabilidade da Fundação Mendes Pimentel (FUMP), oferecendo refeições a baixo custo para a comunidade universitária, e subsidiada para estudantes com dificuldades socioeconômicas. Durante a semana os restaurantes e cantinas oferecem almoço, e no Campus Saúde isso ocorre também aos sábados e domingos. Nos restaurantes do Campus Pampulha e da Faculdade de Direito é oferecido jantar. Vinte restaurantes e cantinas funcionam por meio de serviço terceirizado, que é contratado e fiscalizado pelo Departamento de Serviços Gerais – DSG. Para tanto, o Departamento estabelece normas e orientações em contrato, sendo a inspeção realizada conforme lista de mais de 60 itens. O DSG gerencia 20 estabelecimentos na UFMG localizados em várias unidades acadêmicas, além dos que funcionam em outras unidades como no Conservatório UFMG, no Centro Esportivo Universitário, na Biblioteca Universitária, na Praça de Serviços e na Unidade Administrativa III. Os espaços físicos dessas áreas são projetados e executados conforme as normas do Ministério da Saúde. A fiscalização desses espaços segue normas estabelecidas nos contratos, cuja parte técnica é embasada na resolução RDC nº 216, de 15/9/2004, que instituiu o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação e Portaria nº 1.428, de 26/11/93, que estabelece o Manual de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, ambas do Ministério da Saúde.

Segurança

O aumento da violência na cidade de Belo Horizonte tem afetado também os campi e unidades da UFMG. A Universidade tem buscado ampliar a segurança, com aplicação de várias medidas, visando garantir o bem-estar da comunidade universitária e a proteger o patrimônio. Além da modernização das câmeras instaladas nas portarias de entrada, que permanentemente registram o movimento de veículos no Campus Pampulha, foi contratada uma empresa de vigilância, o que proporciona mais segurança à comunidade universitária e, sobretudo, maior tranquilidade para aqueles que trabalham e estudam no período noturno. Em situações emergenciais, uma linha telefônica está disponível para solicitar o acompanhamento de vigilantes até os estacionamentos e pontos de parada de ônibus. As medidas de segurança se estendem ao Campus Saúde.

Acessibilidade

Os espaços físicos das unidades da UFMG vêm sendo progressivamente adaptados, para atenderem à presença de pessoas portadoras de necessidades especiais. Nenhuma unidade, entretanto, atende ainda plenamente à Norma Brasileira da ABNT – NBR – 9050, que dispõe sobre a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 40% das edificações ainda não possuem instalações sanitárias adequadas, e a distância a ser percorrida nas vias de acesso às unidades é maior do que a permitida pelas normas. Embora quase todas as edificações acadêmicas, administrativas e de recreação – com exceção da Faculdade de Odontologia, Departamento de Física, Restaurante Setorial II e o Departamento de Serviços Gerais – sejam equipadas com elevadores e/ou rampas de acesso, em várias unidades do Campus Pampulha falta ainda a implantação de alguns elementos complementares, como barras de apoio nos elevadores, maçanetas de alavanca e bebedouros acessíveis. Foi elaborado um mapeamento detalhado no campus, discriminando todos os equipamentos existentes e especificando quais os que devem ser instalados. Conforme a disponibilidade de recursos e a programação da manutenção predial e das áreas externas, os espaços das unidades da UFMG estão sendo devidamente adequados às necessidades especiais de usuários. Os prédios entregues mais recentemente já foram construídos com todos os requisitos exigidos pelas normas técnicas para a acessibilidade.

As áreas externas e internas do Campus Saúde, por sua vez, têm recebido atenção cuidadosa da Universidade, devido à circulação de um elevado índice de pessoas portadoras de necessidades especiais. Em 2005, a calçada externa foi reformada pela Prefeitura de Belo Horizonte, com adoção do piso tátil em toda a sua extensão.

Dentro do Campus Saúde, o estacionamento foi reformado em 2003, introduzindo-se melhorias consideráveis em relação à mobilidade na região. As vagas foram delimitadas e dimensionadas de modo a se adequarem aos veículos de pessoas portadoras de necessidades especiais. Outra obra que melhorou bastante a acessibilidade ao Campus Saúde foi a construção, em 2004, da portaria central e seu entorno, ocasião em que foram também alargados os passeios de entrada e instalados corrimãos metálicos, de acordo com as normas vigentes.

Ainda há muito a ser realizado quanto ao acesso a esse Campus. Há trechos que possuem calçamento poliédrico, de difícil mobilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais, e tanto o piso de concreto como o asfalto estão deteriorados.

Entre as unidades acadêmicas do Campus Saúde, o prédio da Faculdade de Medicina tem a portaria localizada no primeiro andar, e a acessibilidade se faz por meio de catracas eletrônicas e de cancela para portadores de necessidades especiais. O trânsito entre os 10 andares se faz por meio de escadas, dois elevadores sociais e um de serviço, adaptados segundo as normas de acesso, e de prevenção e combate a incêndios.

O prédio da Escola de Enfermagem vem sofrendo intervenções. Nessa reforma, a acessibilidade nos dois blocos é assegurada por meio de uma portaria principal instalada ao nível do passeio, de passarelas que estabelecem a comunicação entre os blocos, além da instalação de elevadores, sanitários e bebedouros adequados.

Com relação às demais edificações do Campus Saúde, a acessibilidade está, de modo geral, garantida. No Hospital das Clínicas, a portaria principal fica no nível da calçada pública e o controle de entrada conta com cancelas para entrada de pacientes. Acessado o nível térreo do HC, todos os pavimentos se intercomunicam por meio de 10 elevadores: três para o público, dois para carga, dois destinados ao transporte de pacientes, um ao transporte de alimentos, um ao transporte de material sujo, e outro para o transporte de material limpo. Há necessidade de mais um elevador de carga, sendo necessário, também, a instalação de barras de apoio em todos os elevadores. O número de sanitários e bebedouros é satisfatório, e eles se encontram em condições de pleno acesso. As obras de reformas e ampliação no hospital tendem a ser mais onerosas, devido ao padrão de acabamento necessário para a edificação, e às máquinas de ar condicionado, cujos filtros e pressões são específicas.

Os anexos do HC ficam distribuídos pelo campus e são, em sua maioria, acessíveis pela calçada pública. O acesso ao Anexo de Dermatologia é feito através de rampa ligando o nível do passeio até a portaria. A locomoção em seus dois pavimentos é feita por meio de escadas, de acordo com as normas de prevenção e combate a incêndios. Há necessidade de uma plataforma e da adaptação de um sanitário para pessoas portadoras de necessidades especiais. É preciso adaptar também o Centro Cirúrgico desse Anexo às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como criar espaços corretos de espera, que hoje se faz nos corredores.

A acessibilidade ao Anexo Carlos Chagas (Ambulatório de Ginecologia) é precária, pois a portaria é ligada ao passeio por escada, e os consultórios se encontram ainda a oito degraus da portaria. Várias propostas de melhoria do acesso por meio de construção de rampa e instalação de plataforma vertical foram feitas, mas nenhuma foi ainda consolidada em função dos altos custos e da grande interferência em consultórios e áreas de espera do edifício. Os sanitários também não estão adaptados a pessoas com necessidades especiais. A edificação é antiga e necessita de reparos nas redes elétrica e hidráulica, além de reformas para atender à crescente demanda por consultórios e salas de espera.

O Anexo Hospital Bias Fortes atende a várias especialidades como Pediatria, Fisioterapia, Saúde do Trabalhador, Terapia Ocupacional e Geriatria. O acesso à edificação é feito por meio de rampa que garante a mobilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais. Falta, no entanto, instalar corrimãos e delimitar o espaço de pedestres, separando-o do espaço destinado para as ambulâncias. O acesso aos andares é realizado por meio de dois elevadores de uso geral, à exceção do sétimo pavimento, acessível somente pela escada, o que se constitui num entrave para o funcionamento da edificação como um todo. Há espaço para a instalação de outro elevador, que supriria a demanda

crescente e atenderia também ao sétimo andar, mas ainda faltam recursos para execução dessa obra. É necessário adaptar vários sanitários para garantir a acessibilidade, e faltam, em todos os andares, salas de espera adequadas. Vários consultórios e salas de exame apresentam acabamentos incorretos, segundo o que estabelece a legislação.

O Anexo Ambulatório Orestes Diniz é ligado ao Hospital Bias Fortes por meio de rampa, e tem acesso por portaria independente e voltada para a calçada. Esse anexo não apresenta problemas de acessibilidade e, atualmente, encontra-se cedido à rede pública municipal, como centro de referência para o tratamento de AIDS.

O Anexo Ambulatório São Vicente de Paulo, especializado em atendimento pediátrico, apresenta os mesmos problemas observados no Anexo Carlos Chagas. Porém, as obras de reforma e ampliação do prédio já têm data marcada para início, estando os projetos finalizados e, os recursos, alocados.

O Anexo Hospital São Geraldo (Clínica de Olhos) possui portaria no nível do calçamento. A sala de espera e o elevador são pequenos, e a escada é inadequada. Esse edifício funciona em dois blocos não interligados, gerando diversos problemas de logística, controle e funcionamento. Os sanitários não são adequados a portadores de necessidades especiais, e os banheiros das enfermarias necessitam de reformas. Há previsão para a colocação de mais um elevador, com capacidade para também transportar macas, o que deverá resolver parte do problema de acessibilidade do edifício. Estão sendo desenvolvidos estudos relativos à ampliação do anexo, criando uma portaria central que atenda aos dois blocos, uma sala de espera maior e mais confortável, com sanitários adequados, e a interligação dos blocos através de passarelas.

O Anexo Hospital Borges da Costa foi reformado recentemente e encontra-se em condições satisfatórias de acessibilidade e com os sanitários adaptados corretamente. É uma edificação histórica, de 1922, e passou recentemente por obras de reforma, revitalização e reparos, sendo preservadas as características arquitetônicas da fachada original. O prédio está adaptado para as áreas de Oncologia, Hematologia, Cirurgia Ambulatorial e Saúde Mental. As redes de abastecimento e distribuição de energia elétrica, bem como a de dados e telefonia são novas. A cobertura foi recuperada e reformada, e os espaços internos receberam padrão de acabamento de alto nível de qualidade e assepsia. Algumas etapas da obra faltam ser concluídas, entre elas a adaptação de salas em consultórios.

No Campus Regional de Montes Claros, o PDI elaborado em 2004 registrava que as instalações sanitárias não oferecem acesso e condições de uso adequadas aos portadores de necessidades especiais. Do mesmo modo, a biblioteca não tem acesso adequado para estudantes nessas condições.

Bibliotecas

O Sistema de Bibliotecas da UFMG está distribuído por 28 pontos nos campi e nas unidades, acadêmicas e especiais. Fazem parte do sistema a Biblioteca Universitária (que atende ao ciclo básico das áreas de ciências exatas e biológicas, e é responsável pela coordenação do sistema), duas bibliotecas na área de artes, seis na de ciências biomédicas, seis na de ciências exatas e tecnológicas, sete na de Ciências Humanas e Sociais, e cinco em unidades especiais

e de extensão. O prédio da Biblioteca Universitária, localizado no Campus Pampulha, está recebendo adaptações internas, visando contemplar as novas demandas de armazenamento e divulgação de dados, bem como dar cumprimento às normas técnicas. Em 2005, eram 60.642 os usuários inscritos no sistema de bibliotecas, entre professores, estudantes de graduação e pós-graduação e servidores. Segundo consta da versão preliminar da publicação *Primeira etapa do estudo do acervo do Sistema de Bibliotecas da UFMG*, o acervo geral é de 724.925 títulos, entre livros, teses, periódicos e materiais especiais, como fitas, mapas e globos. Os periódicos impressos abrangiam 376 títulos em 2005, devendo ser considerados também os títulos com textos completos acessados pelo Portal da CAPES, e outras 105 bases de dados referenciais. Os Quadros 10 e 11, a seguir, mostram a evolução do acervo bibliográfico e de periódicos nacionais adquiridos pela Biblioteca Universitária, no período 2002 a 2005.

QUADRO 10

Aquisição de acervo bibliográfico pela Biblioteca Universitária – 2002-2005

Ano	Inclusão de acervo (quantidade)	Total do acervo bibliográfico
2002	-	650.139
2003	29.273	679.412
2004	27.595	707.007
2005	21.035	728.042

Fonte: Sistema de Bibliotecas da UFMG

QUADRO 11

Aquisição de periódicos nacionais pela Biblioteca Universitária – 2002-2005

Aquisição de periódicos nacionais	Quantidade de exemplares adquiridos	Doações
2002	330	11
2003	356	10
2004	267	9
2005	229	8

Fonte: Sistema de Bibliotecas da UFMG

Esses dados mostram que ocorreu, no período, diminuição progressiva do ingresso de livros e periódicos na Universidade, o que pode ser atribuído às dificuldades financeiras por que passam as universidades federais. Além das restrições para manter o acervo atualizado, a comparação entre o acervo bibliográfico de cada unidade e o número de alunos matriculados nos cursos por ela oferecidos, feita no Quadro 12, permite observar uma distribuição não equilibrada, conforme explicitado a seguir:

QUADRO 12

Proporção entre acervo bibliográfico e alunos, por unidade acadêmica, em 2004

Unidades	Cursos oferecidos	Total de alunos	Acervo/exemplares	Exemplares/aluno
Arquitetura	1	660	25.766	39,0
Belas Artes	2	723	11.641	16,1
Campus Saúde	4	3.619	28.526	7,8
ECl	1	830	13.953	16,8
ICB	1	876	30.923	35,3
FACE	3	1.904	58.329	30,6
ICEx	8	2.862	46.191	16,0
Direito	1	2.390	52.194	21,8
Educação	1	936	48.556	51,8
EEFFTO	3	1.513	17.087	11,3
Engenharia	8	5.560	33.991	6,1
FAFICH	5	3.149	94.497	30,0
Farmácia	1	954	12.217	12,8
IGC	3	1.193	19.142	16,0
Letras	1	2.018	80.693	39,9
Música	1	362	20.834	57,5
NCA	2	379	8.298	11,8
Odontologia	1	745	8.794	11,8
Veterinária	1	800	20.286	25,3
Total	48	31.473	631.918	20,1

Obs.: No total de alunos foram considerados apenas aqueles matriculados nas unidades de origem.

Fonte: Sistema de Bibliotecas da UFMG

As médias de exemplares por aluno das bibliotecas das unidades do Campus Saúde e da Escola de Engenharia – 7,8 e 6,1 respectivamente – são as mais baixas em relação às demais, indicando necessidade urgente de complementação. Além dessas duas, a situação das bibliotecas das Escolas de Odontologia e de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, da Faculdade de Farmácia, e do Núcleo de Ciências Agrárias, também não é satisfatória. No caso específico do Campus Regional de Montes Claros, o novo prédio da Biblioteca Comunitária-Universitária, inaugurado no início de 2006, atende aos usuários dos seus cursos superiores e aos estudantes do curso profissionalizante de nível médio, além dos alunos do ensino fundamental e médio, professores e funcionários técnico-administrativos, profissionais liberais, e instituições ligadas ao setor agropecuário, entre outros. A biblioteca possui um acervo de livros de 6.600 exemplares e 3.500 títulos, e a coleção de periódicos é de 580 títulos e 10 mil exemplares, acervo que é considerado insuficiente e desatualizado para os cursos ali oferecidos.

Em consequência, as obras mais utilizadas apresentam fila de reserva extensa, principalmente as da área biomédica, o que leva o usuário a desistir da reserva, em função do tempo necessário de preparação para provas e trabalhos. Deve ser ressaltado que a coleta de dados para o estudo mencionado tornou possível perceber que parte significativa do acervo não havia tido solicitação de empréstimo nos últimos dois anos. Isso indica ser o material efetivamente utilizado em menor quantidade do que o registrado no quadro, sendo as médias de exemplares por aluno ainda menores.

A política de aquisição do Sistema de Bibliotecas encontra-se atualmente associada ao planejamento orçamentário da Pró-Reitoria de Graduação, que lança editais para esse fim, com recursos do Fundo FUNDEP. O objetivo é conseguir repor e ampliar o acervo bibliográfico dos cursos de graduação da UFMG, atingindo, no curto prazo, o patamar mínimo de livros exigidos pelo Ministério da Educação para esses cursos e, no longo prazo, alcançando patamar de sustentabilidade. Encontra-se ainda em análise a implantação de nova modalidade de compra, que mescla documentos impressos e virtuais, o que vai proporcionar solução para o espaço, e garantir atualização mais rápida do acervo.

Apesar das dificuldades financeiras apontadas, a Instituição tem investido na recuperação, proteção e segurança de seu patrimônio bibliográfico, tendo em vista que o Sistema de Bibliotecas é responsável pela guarda de um dos maiores acervos públicos do estado. Em 2004, foram realizadas e concluídas obras de recuperação do telhado da Biblioteca Universitária, reforma essencial para a segurança do patrimônio, financiada com recursos provenientes do Fundo de Infra-Estrutura (CT-Infra) da Finep.

Em 2005, o acervo das bibliotecas da UFMG começou a ser protegido eletronicamente contra furto, em consequência da realização do primeiro inventário do conjunto do sistema, em 2002, ocasião em que foi constatada a ausência de 36 mil livros. A partir daí, buscou-se implementar medidas de segurança mais eficazes, como a instalação de portais de segurança nas bibliotecas e a utilização de fitas magnéticas transparentes nos livros. O Sistema de Bibliotecas tem investido, também, em campanhas de recuperação e de preservação do acervo da UFMG, tendo sido realizadas, em 2005, mostras itinerantes das obras recuperadas, buscando conscientizar a comunidade da necessidade do uso responsável das bibliotecas.

O acervo de obras raras começou a ser catalogado em meados de 2005, tendo sido registrados 855 títulos. Também se encontra em fase de implementação a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, o que tornará possível o acesso à produção dos programas de pós-graduação da UFMG pelas comunidades interna e externa.

Em 2003, foi inaugurado na Biblioteca Universitária o espaço museográfico do Acervo dos Escritores Mineiros. Pioneiro no país, o espaço dá um tratamento especial às bibliotecas pessoais que foram doadas pelos familiares dos escritores Murilo Rubião, Abgar Renault, Henriqueta Lisboa, Oswaldo França Júnior e Cyro dos Anjos.

O programa de visitas de escolas públicas de ensino fundamental e médio às exposições realizadas no saguão da Biblioteca Universitária, seguidas de oficinas, narração de histórias e confecção de pequenos livros, se constitui em um passo importante para a abertura ao público em geral. Nesse sentido, em 2005, as diversas exposições foram vistas por mais de duas mil pessoas.

Também em 2005, teve início o gerenciamento da base de dados bibliográficos da UFMG por meio do *software* Pergamum, desenvolvido pela Divisão de Processamento de Dados da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. A adoção desse *software* nacional representou economia significativa na atualização e licenciamento. O Pergamum, além de contemplar as principais funções da biblioteca, funciona de forma integrada e permite maior conhecimento e precisão na utilização do acervo.

O horário de funcionamento das bibliotecas do Sistema, contudo, é um aspecto problemático, quando se considera o funcionamento dos cursos noturnos. Tendo em vista a implementação adequada da política de priorização dos cursos noturnos como mecanismo de promoção da inclusão social dos estudantes, as bibliotecas das unidades precisam funcionar de segunda a sexta-feira até às 22 horas, e, aos sábados, das 8h às 15 horas. Apenas as bibliotecas das Escolas de Arquitetura e de Ciência da Informação, da Faculdade de Ciências Econômicas e do Núcleo de Ciências Agrárias funcionam nesse horário durante a semana. Aos sábados, as bibliotecas do Campus Saúde, do Núcleo de Ciências Agrárias, e das Faculdades de Arquitetura, Ciências Econômicas e Educação têm horários variados, funcionando até 12 e 13 horas. Deve ser ressaltado, contudo, que a Escola de Arquitetura, as unidades do Campus Saúde e o NCA não oferecem cursos noturnos. O horário de fechamento da maioria das demais bibliotecas é por volta de 21h30min. A razão principal para esse descompasso se prende ao fato de que a Universidade não dispõe de pessoal técnico-administrativo em proporção adequada. À medida que vai sendo autorizada a realização de concursos públicos para essa carreira, a UFMG tem buscado priorizar também a contratação de bibliotecários, mas isso ainda não tem sido suficiente para resolver o problema. Ainda uma outra questão ligada ao funcionamento dos cursos noturnos reside na necessidade de proporcionar maiores condições de segurança, e de adequar o acesso a determinados serviços, como a cantina, os serviços gerais e o transporte.

Informática, telefonia e rede de dados

Na UFMG, laboratórios e centros de pesquisa, gabinetes dos professores, bibliotecas e espaços administrativos e de apoio são providos de computadores e de acesso gratuito à internet. Além disso, os alunos de graduação e de pós-graduação dispõem de espaços específicos, de acesso livre, destinados para a utilização desses recursos. Essa distribuição, contudo, não é equilibrada, havendo unidades em que os computadores não estão disponíveis em quantidade suficiente para professores e estudantes. As Tabelas 39 a 41 apresentam um demonstrativo dos microcomputadores existentes na Universidade, conforme o uso e acesso à internet.

TABELA 39

Rede de computadores da UFMG conforme uso – 2001-2004.

Ano	Acadêmico	Administrativo	Total	% Acadêmico
2001	4.200	2.044	6.244	66%
2002	5.880	2.760	8.640	68%
2003	6.467	3.035	9.502	68%
2004	6.599	3.395	9.994	67%

Fonte: Censo da Educação Superior da UFMG

TABELA 40

Rede de computadores da UFMG conforme acesso à internet – 2001-2004.

Ano	Total	Internet	% Internet
2001	6.244	5.473	87,7
2002	8.640	7.869	91,0
2003	9.502	8.664	91,2
2004	9.994	9.954	99,6

Fonte: Censo da Educação Superior da UFMG

TABELA 41

Rede de computadores da UFMG, acréscimo anual, por tipo – 2001-2004.

Ano	Acréscimo acadêmico	Acréscimo administrativo	Acréscimo internet
2001	-	-	-
2002	1,40	1,35	1,44
2003	1,10	1,10	1,10
2004	1,02	1,12	1,15
2001/2004	1,57	1,66	1,82

Fonte: Censo da Educação Superior da UFMG

Os dados das tabelas mostram que a UFMG dispõe de uma rede de computadores de grandes dimensões, estando a maior parte dela reservada para uso acadêmico, tendo ocorrido uma evolução importante no período no que concerne ao acesso à internet, dado que, em 2004, praticamente toda a rede estava conectada. Considerando a evolução ano a ano, verifica-se que o investimento foi maior de 2001 para 2002. Além disso, embora o crescimento para os usos acadêmico e administrativo tenha sido superior à metade do existente em 2001, o acréscimo mais significativo que se verificou entre 2001 e 2004 se deu no acesso à internet, denotando a preocupação da UFMG em disponibilizar o acesso à rede para a realização de suas atividades.

Visando promover a integração entre professores, alunos e funcionários foi criado o Sistema Grude, ferramenta eletrônica que envolve cerca de 35 mil pessoas, garantindo segurança e rapidez no armazenamento e troca de informações, além de fornecer a todos um endereço eletrônico e uma ferramenta de comunicação pela internet. A implantação do projeto teve início em 2001, com experiências-piloto na Escola de Ciência da Informação, e estendida, posteriormente, para toda a Universidade. Para tanto, foi necessário promover formação e treinamento de uma equipe para desenvolver o sistema, compra de *hardware* específico, instalação e configuração de *software*, criação de conexões com bancos de dados já existentes na Universidade e desenvolvimento de material didático para cursos.

Em decorrência desse trabalho, a UFMG passou a contar com uma base para uso de ferramentas de compartilhamento de documentos, e de coordenação e controle de agendas e tarefas. As ferramentas de comunicação disponibilizadas contribuíram para integrar departamentos e unidades acadêmicas, facilitando a realização de projetos interdisciplinares. O sistema permite a todos terem suas próprias páginas na rede, com informações pessoais e de trabalho, marcar reuniões, bem como criação de intranets, que viabilizam o acesso rápido a atas, resoluções, artigos, além de oferecer condições para a realização de discussões organizadas, proporcionando oportunidade para uma gestão mais eficiente e transparente. O acesso à intranet é aberto a todos os que têm acesso à internet, a partir das senhas distribuídas conforme a especificidade de cada serviço e o perfil dos usuários. O Sistema Grude permite, ainda, disponibilizar

conteúdos para a criação de cursos a distância, bem como a interação em tempo real, por meio de aulas e conferências. A existência da plataforma Grude tornou viável a implantação, na UFMG, de projetos de alto impacto, como o Tele-Medicina e o Quem Sabe, além do Projeto Financiar, da FUNDEP. Essa plataforma Grude serviu de base, ainda, para a implantação do PINGIFES, sistema nacional de coleta de dados das IFES, patrocinado pelo MEC.

Atualmente, a comunicação de dados está sendo efetuada através da Rede GIGA, implantada, no início de 2006, com recursos captados junto à Finep. Além das unidades dos campi Pampulha e Saúde, as escolas de Arquitetura e de Engenharia, o Conservatório UFMG e as faculdades de Ciências Econômicas e de Direito são beneficiárias da rede, que aumentou a velocidade de comunicação em até 100 vezes. Essa rede tornou também mais segura a comunicação entre computadores, uniformizando a capacidade de conexão de todas as unidades acadêmicas, e permitindo o fluxo de grandes arquivos e a recepção de videoconferências. Seus benefícios se estendem aos usuários do sistema público de saúde, por meio de teleconferência, proporcionando troca de informações entre os profissionais dos postos de saúde e as equipes do Hospital das Clínicas, integrados, desde 2004, pelo projeto BH-Telemed.

Outro benefício do investimento na Rede Giga reside na sua contribuição para a redução de custos, e o aumento de eficiência do sistema de telefonia da UFMG, resultando em redução dos custos e no aumento do poder de negociação entre a Universidade e as prestadoras dos serviços telefônicos.

A UFMG é, ainda, o ponto de presença, em Minas Gerais, da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP, criada em 1989, e gerida pelos ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia. Em 2005, a capacidade dessa Rede foi aumentada para 10 Gbps. Ela possibilita o acesso à internet de alta velocidade para cerca de 240 instituições de ensino superior e de pesquisa do país, e para as agências do MEC e do MCT.

A UFMG não tem, no momento, uma política de expansão do sistema de informática claramente definida. Anualmente, verifica-se o que precisa ser atualizado na infra-estrutura, inserindo-se essa previsão na proposta de orçamento. O que está em andamento é uma política de estímulo à adoção de *softwares* livres para estações de trabalho e servidores, mas ainda não foram estabelecidas metas para vencer as dificuldades dos usuários, visando ao abandono dos *softwares* pagos e a migração para os livres.

A infra-estrutura conforme a percepção dos usuários

No estudo dos grupos focais promovido pela comissão de avaliação as críticas mais acentuadas feitas pelos participantes, em especial pelos docentes, se referiam à infra-estrutura, ressaltando espaço físico insuficiente, escassez de materiais e equipamentos desatualizados. Essas características estariam resultando em prejuízos para uma produção acadêmica mais avançada.

Parte do problema vem sendo sanado por meio das atividades de prestação de serviços, como cursos de especialização e realização de projetos de interesse de instituições privadas, que possibilitam adquirir equipamentos e materiais sem depender do orçamento da Universidade. Essa situação, contudo, é objeto de questionamento dos docentes, ao considerar que, gerada por restrições do financiamento do governo federal, ela, de certa forma, leva a um desvirtuamento das funções da Instituição.

Foram relatadas por funcionários experiências de situações de risco, que demandam manutenção corretiva permanente, como em elevadores e sistemas elétricos. Professores e alunos também manifestaram preocupação com relação ao funcionamento adequado do Campus Pampulha, quando os prédios da Escola de Engenharia e da Faculdade de Ciências Econômicas estiverem em pleno funcionamento, em especial com relação aos restaurantes e às complicações decorrentes do acréscimo de volume no trânsito e na demanda de estacionamento. Os discentes acentuaram, de modo particular, as deficiências existentes com relação ao acesso a computadores, número de equipamentos disponíveis para uso no ensino e recursos bibliográficos disponíveis. No caso das bibliotecas, foram ainda salientadas as restrições impostas pelos horários e dias de funcionamento, e os funcionários observaram que a instabilidade na rede informatizada ocasiona paralisação em todo o sistema, prejudicando o funcionamento.

Foram salientados também aspectos positivos dessa percepção. Não passaram despercebidos para os participantes dos grupos focais os investimentos que a Universidade tem feito, em período mais recente, para a melhoria nesses aspectos da sua infra-estrutura, reconhecendo as dificuldades enfrentadas para atingir condições de funcionamento mais próximas das ideais. Do mesmo modo, o cuidado com o meio ambiente, e a localização do campus foram valorizadas de forma particular, por proporcionarem boas condições de trabalho e estudo.

O questionário respondido pelos estudantes que fizeram o ENADE, em 2004, contém também algumas questões relativas à infra-estrutura. Um resumo das respostas mais frequentes encontra-se na Tabela 42.

TABELA 42

Médias da avaliação de alguns itens da infra-estrutura da UFMG, feita pelos estudantes da UFMG que fizeram o ENADE em 2004.

Item avaliado	Média das respostas	
	Ingressantes	Concluintes
A adequação do espaço pedagógico das aulas práticas ao número de estudantes	52,6	54,6
As condições das instalações físicas	46,1	43,3
A adequação do material de consumo das aulas práticas ao número de estudantes	43,8	40,2
A adequação dos equipamentos disponíveis nas aulas práticas ao número de estudantes	39,6	40,2

Fonte: Relatórios por curso da UFMG, do ENADE 2004

As médias das respostas indicam, inicialmente, não haver distinção nas avaliações feitas por ingressantes e concluintes que fizeram parte da amostra, nem entre os itens analisados. Um pouco mais da metade dos estudantes considera que o espaço para as aulas práticas é adequado na sua maior parte, sendo que um percentual, cerca de 30% inferior a este, manifestou a mesma opinião com relação ao material de consumo e aos equipamentos disponíveis para as aulas práticas. As condições das instalações físicas foram um pouco melhor avaliadas do que os dois itens anteriores, em relação ao primeiro, sendo consideradas por quase a metade dos estudantes como amplas, arejadas, bem iluminadas e com mobiliário adequado. Deve ser lembrado que o ENADE 2004 avaliou o desempenho dos estudantes da área de Saúde, o que significa que os concluintes já haviam cursado e os ingressantes ainda estavam cursando disciplinas no Instituto de Ciências Biológicas. Isso ajuda a compreender o fato de não ter havido uma avaliação mais fortemente positiva para nenhum dos itens nessa parte do questionário.

Apreciação

Tendo em vista o projeto que a UFMG vem desenvolvendo no sentido de reunir suas unidades dentro de campi, e as ampliações feitas nas unidades neles existentes, pode-se afirmar que a sua infra-estrutura, salvo algumas exceções, está funcionando em condições bastante satisfatórias para o cumprimento de suas atribuições. Algumas unidades encontram-se bastante saturadas, caso mais expressivo do Instituto de Ciências Biológicas, e há unidades e órgãos cujos espaços não são muito adequados. A despeito das limitações decorrentes de sua posição no sistema federal, contudo, a Universidade tem feito um investimento significativo no sentido de ir, paulatinamente, aprimorando suas condições de funcionamento.

Algumas adequações visando ao aprimoramento são bastante onerosas, como é o caso do Hospital das Clínicas com seus anexos, devido ao padrão de acabamento necessário a esse tipo de edificação, e às máquinas de ar condicionado, cujos filtros e pressões são específicos para o tipo de utilização. No caso do Campus Regional de Montes Claros, o que mais se destaca é a necessidade de laboratórios mais bem equipados, atualizados, e, até mesmo, criados. No conjunto da Universidade, há problemas com relação à disponibilidade de equipamentos de informática em número e qualidade suficientes, bem como em relação à atualização e à adequação numérica do acervo bibliográfico.

Há indicações suficientes, contudo, de que a Instituição tem estado atenta para as deficiências existentes, e de que vem buscando alternativas para equacioná-las. As políticas apresentadas, voltadas para a conservação, atualização, segurança, estímulo à utilização, preservação do meio ambiente, e promoção da acessibilidade, permitem perceber o esforço que vem sendo feito nessas direções, mesmo tendo em vista as restrições orçamentárias. É ainda muito elevado o percentual das instalações sanitárias não adaptadas para pessoas com deficiências.

É provável que essas políticas não estejam chegando de forma adequada e a tempo para toda a comunidade, considerando algumas das críticas feitas nos grupos focais. O desequilíbrio, que caracteriza a distribuição dos elementos infra-estruturais na Universidade, também contribui para gerar insatisfação mais acentuada em algumas unidades ou segmentos. Esta situação cria um ambiente favorável para que aqueles dentro da comunidade que se autovalorizam de modo excessivo venham a atribuir mais a si próprios do que à sua vinculação a uma instituição como a UFMG, o fato de terem podido obter recursos de agências financiadoras para desenvolver pesquisas em condições consideradas como mais adequadas.

Planejamento e avaliação: processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.

A trajetória de atuação da UFMG é marcada por práticas de avaliação aplicadas a diversos dos seus segmentos. Algumas delas já se instalaram de modo permanente, enquanto outras são instituídas visando proporcionar respostas a demandas eventuais da gestão universitária.

Entre as práticas permanentes de avaliação, destacam-se os diversos procedimentos voltados para o acompanhamento e a avaliação do desempenho docente, desde os critérios para seleção nos concursos públicos, para avaliação de servidores docentes e técnico-administrativos que se encontram em estágios probatórios, para aprovação e renovação da dedicação exclusiva, e para avaliação anual das atividades docentes. Aspectos parciais desse desempenho têm sido objeto de estudos mais específicos por parte da Comissão Permanente de Pessoal Docente, principalmente aqueles relacionados à produção de conhecimento. Do mesmo modo, a avaliação está presente nos relatórios anuais dos departamentos, produzidos com base nos relatórios anuais dos docentes. Os primeiros contribuem para o planejamento de objetivos e metas dos departamentos e das unidades acadêmicas, e se constituem em peças fundamentais no processo de alocação de vagas docentes.

A avaliação do ensino de graduação, por sua vez, teve início a partir da integração da UFMG ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB, na década de 1990. Entre as atividades que vêm sendo realizadas, destaca-se a avaliação semestral, feita pelos alunos, das atividades acadêmicas/disciplinas cursadas, e dos docentes que as ministraram. Essa integração ao PAIUB resultou também na realização de um processo de avaliação interna do ensino de graduação, envolvendo a produção de dados sobre diversos aspectos, seguida por um diagnóstico. Concluída essa etapa, foi realizada a avaliação externa de 37 cursos de graduação, excluídos desse processo apenas os cursos que ainda não ofereciam a formação curricular completa. Os relatórios produzidos pelas comissões de avaliação externa foram analisados posteriormente pela Comissão de Avaliação do Ensino de Graduação, ocasião em que também foi avaliada a qualidade do trabalho realizado pelas comissões externas. As críticas e recomendações apresentadas pelas comissões de avaliação externa foram discutidas com as diversas instâncias responsáveis nas unidades, estabelecendo-se metas para solucionar os problemas identificados.

Além disso, como já registrado em outras dimensões analisadas neste relatório, a UFMG está integrada aos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação. Todos os cursos de pós-graduação se submetem ao processo de avaliação da CAPES. Na vigência do Exame Nacional de Cursos, 23 cursos de graduação dele participaram e, parte deles, da Avaliação das Condições de Ensino. A partir de 2004, a UFMG integrou-se ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, tendo instituído sua Comissão Própria de Avaliação nesse mesmo ano, dando início à auto-avaliação institucional. Da primeira edição do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, participaram, em 2004 e 2005, alunos de 31 cursos. Aguardam-se as avaliações externas, institucional e de cursos, conforme cronogramas a serem estabelecidos pelo INEP.

Entre os procedimentos avaliativos que decorrem de demandas específicas voltadas para o aperfeiçoamento da gestão universitária, foi realizada avaliação do Programa de Apoio à Pesquisa dos Recém-Doutores, mantido, desde 1999, com recursos do Fundo FUNDEP. Esse programa está proporcionando um diferencial acadêmico favorável aos contemplados em relação aos não contemplados,

possibilitando-lhes maior acesso a bolsas de produtividade do CNPq, e elevação do índice de publicação em veículos nacionais e estrangeiros. Para seu aperfeiçoamento, foi indicada a necessidade de dotar maior volume de recursos ao programa, abranger maior quantidade de docentes, e atribuir bolsas de iniciação científica aos recém-doutores apoiados, bem como a introdução de melhorias no processo de gestão do programa.

Na segunda metade da década de 1990, com recursos do Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico, foi realizada pesquisa para avaliação da evasão nos cursos de graduação. Foram analisados 13 cursos de três áreas do conhecimento, ficando evidenciado, entre outros aspectos, uma forte vinculação entre a reprovação nos períodos iniciais dos cursos e a evasão. Os resultados recomendaram a adoção de ações corretivas, como a promoção de alterações curriculares.

Nessa mesma época, foi constituída comissão especial do CEPE, com o objetivo de produzir estudos sobre os ensinamentos fundamental, médio e técnico oferecidos pela UFMG. A comissão realizou estudo sobre os projetos institucionais das escolas que oferecem esse ensino, sendo apresentada uma proposta de reestruturação, tendo a Universidade dado início à formulação de uma política para a oferta dessas modalidades da educação básica, envolvendo aspectos pedagógicos, administrativos, e de política acadêmica. Essa política se encontra em fase de aprovação e implantação.

No final da década de 1980, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação promoveu a realização de avaliação interna e externa da pós-graduação *stricto sensu*. Identificados alguns pontos de estrangulamento, foi indicada a necessidade de adoção de ações a serem desenvolvidas pelos departamentos e colegiados de curso, e destacada a necessidade da promoção de investimento mais consistente da Universidade na infra-estrutura dos cursos, bem como na produção de mecanismos destinados a ampliar seu impacto fora do estado de Minas Gerais. Essa avaliação constituiu-se em instrumento importante para o desenvolvimento da pós-graduação na UFMG, observando-se, na década de 1990, crescimento da ordem de 70% dos cursos de mestrado, e de duas vezes e meia para os de doutorado, e melhoria nos conceitos obtidos na avaliação da CAPES de 2004. Em 2005 e 2006, todos os programas foram submetidos à avaliação interna pela Pró-Reitoria, sendo estabelecidas metas a serem atingidas até 2010. Em 2003, foi realizado o "Diagnóstico da pós-graduação *lato sensu* – especialização", com o objetivo de avaliar suas dimensões na Universidade, identificar tendências de expansão dessa modalidade, as características do seu financiamento, e a relação que mantém com a pós-graduação *stricto sensu*.

A partir de 2002, a Pró-Reitoria de Extensão deu início à avaliação do Programa de Bolsas de Extensão. Além de contribuir para o aperfeiçoamento dos procedimentos utilizados para a concessão de bolsas, essa avaliação abrange também ações apoiadas pelo programa, de modo a viabilizar a articulação entre a extensão, o ensino e a pesquisa, em diferentes áreas do conhecimento.

Em 2003, a Pró-Reitoria de Pesquisa promoveu a realização de um estudo que abrangeu 26 periódicos editados por unidades acadêmicas, programas de pós-graduação e núcleos de pesquisa da Universidade, visando aprimorar sua qualidade como veículos de comunicação científica, e analisar seu processo de gestão. Alguns periódicos foram extintos, e foi lançado um Programa de Auxílio para a Editoração de Periódicos Científicos, destinado a promover a melhoria da qualidade das publicações, e a dar maior visibilidade às publicações mantidas e editadas por unidades acadêmicas.

Uma linha sistemática de estudos sobre o exercício profissional dos graduados dos cursos de graduação teve início em 2001, com a realização de um estudo dos egressos dos cursos de Engenharia. Nele é considerada a inserção no mercado de trabalho, a apreciação do egresso sobre o papel do curso para o seu desempenho profissional, e a apreciação sobre o curso realizado. Na seqüência desse estudo, estão sendo analisados egressos graduados nos cursos de Medicina, Direito, Geografia, Ciências Biológicas e Ciências Sociais, o que permitirá conhecer a situação dos formados em cursos tradicionais das grandes áreas do conhecimento, bem como a dos cursos que oferecem as habilitações de licenciatura e bacharelado, e de turnos diurno e noturno. A seguir, terá início a avaliação de todos os demais cursos que têm turmas formadas a partir de 1980.

Como pode ser verificado, o papel da avaliação para a tomada de decisões é valorizado na UFMG, sendo conduzidos, atualmente, também estudos sobre as questões relacionadas à inclusão social na Universidade, tendo em vista a necessidade de que a Instituição desempenhe papel de relevo na ampliação do acesso aos seus cursos de estudantes provenientes de camadas mais pobres da população. Estão sendo realizados também estudos destinados a caracterizar o perfil do corpo discente, destacando-se o censo socioeconômico e étnico, em andamento, e que são instrumentos importantes tanto para a definição de medidas acadêmicas, como de medidas para a promoção da inclusão social.

Uma resultante desse conjunto diversificado de ações se traduz no volume substancial de dados disponíveis sobre diversos aspectos da atuação da Universidade, e nas diversas medidas que já foram tomadas, visando ao aprimoramento das suas ações. A auto-avaliação institucional, iniciada em 2005, se constitui em momento importante para uma apreciação integrada desses dados.

O planejamento sistemático da atuação da UFMG integrado à avaliação, contudo, pode ser considerado ainda incipiente, quando se considera o conjunto da Instituição. As relações que se estabelecem entre a auto-avaliação e o planejamento são localizadas, e visam a equacionar problemas específicos ou planejar a condução de alguns de seus segmentos, como é o caso da pós-graduação. A formulação do primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional, com a definição das metas inerentes, poderá representar uma oportunidade para que os mecanismos de avaliação adquiram novas características, e possam vir a se articular de forma mais sistemática ao planejamento global.

Ainda uma questão importante a ser mencionada diz respeito à necessidade de se insistir na disseminação de uma cultura que valorize a avaliação e o planejamento na Universidade. A demanda que foi feita às unidades e órgãos para que procedessem à sua auto-avaliação, tendo por base as dimensões constantes do roteiro do SINAES, não foi atendida por todos. Ainda que os relatórios apresentados componham um conjunto de documentos em geral substanciais, neles predomina o enfoque expositivo, com sacrifício da necessária postura crítica sobre o trabalho desenvolvido. Foi de certa forma surpreendente perceber, por exemplo, que poucos dos relatórios focalizaram objetivamente as dificuldades vivenciadas, em razão das restrições de recursos orçamentários e de pessoal no período recente analisado, aspectos que estão relacionados de modo direto à problemática da autonomia de gestão universitária. Por sua vez, a parcimônia com que foram apresentadas contribuições pelas unidades e órgãos, para a elaboração do PDI e do Projeto Pedagógico Institucional, reforça a importância do estabelecimento de uma maior ênfase em ambos os aspectos, a auto-avaliação e o planejamento, no interior da Universidade.

Esta primeira experiência de auto-avaliação institucional tem potencial para contribuir na definição de rumos para a Universidade, e necessita ser incorporada como atividade permanente da UFMG. Para isso, uma ação importante que precisa ser desenvolvida pela CPA consiste na revisão do projeto de auto-avaliação inicialmente formulado, para poder estabelecer com clareza qual o desenho que foi finalmente concretizado.

Políticas de atendimento a estudantes e egressos.

a) Políticas de atendimento aos estudantes

Os estudantes têm oportunidade de participar de diversas atividades na Universidade Federal de Minas Gerais. Seus direitos e deveres estão regulamentados pelo Estatuto e Regimento, estando prevista sua participação nos órgãos de deliberação superior. Também está regulamentado o funcionamento do Diretório Central dos Estudantes, dos Diretórios Acadêmicos das unidades, e dos grêmios e centros de estudos existentes em alguns cursos. Atividades sociais e culturais são realizadas por eles e também por instâncias da Universidade, como a Diretoria de Ação Cultural e a Fundação Mendes Pimentel.

Acesso à Universidade

O processo vestibular na Universidade Federal de Minas Gerais tem sido objeto de permanente análise e debate, no que concerne à sua adequação aos sistemas de educação básica, e à atualização dos requisitos destinados a garantir as condições de segurança na sua realização, considerando o elevado número de candidatos que a ele concorrem.⁴² Mais recentemente, o aumento da demanda por vagas no ensino superior brasileiro, e a diferenciação presente na composição dessa demanda têm estado presentes com maior frequência nesse debate.⁴³

Dentro da sua política para a democratização do acesso aos cursos de graduação, a UFMG conduz, desde 1971, um programa de isenção da taxa de inscrição no vestibular. Quatro critérios são considerados para a concessão dessa isenção: o tipo de escola de ensino médio frequentada pelo candidato – pública ou privada –, o grau de escolaridade do provedor da família, a posse de bens móveis e imóveis, e a renda mensal per capita do grupo familiar. A partir do vestibular de 2005, além da isenção do valor total da taxa, foi introduzida a isenção parcial, correspondente à metade desse valor.

42 Ver Quadro 1 no item “Políticas para a graduação, a pesquisa, a extensão e a pós-graduação”.

43 Análises sobre a demanda aos vestibulares da UFMG podem ser encontradas em PEIXOTO, M. C. L.; BRAGA, M. M.; BOGUTCHI, T. F. Tendências da demanda pelo ensino superior: estudo de caso da UFMG. *Cadernos de Pesquisa da F. Carlos Chagas*, São Paulo, n. 113, p. 129-152, 2001.; PEIXOTO, Maria do Carmo L.; BRAGA, Mauro M. Demanda pelo ensino superior no Brasil: o caso da UFMG. *Educação & Linguagem*, São Bernardo do Campo, n. 10, p. 124-129, 2004.

O programa contempla tanto estudantes da escola pública como da particular, desde que cursada com bolsa integral. A média anual de inscrições nesse programa foi de 33 mil para os vestibulares de 2003 a 2006, e a de isenções anuais concedidas, de 18 mil. A Tabela 43 compara as isenções concedidas nos vestibulares desse período, com o número total de candidatos inscritos no vestibular e dos candidatos isentos que se inscreveram.

TABELA 43

Programa de isenção da taxa do vestibular da UFMG – seleção para ingresso nos anos de 2003 a 2006.

Ano	Candidatos inscritos	Isenções concedidas	Isentos inscritos	% de isentos inscritos em relação ao total de candidatos
2003	78.312	24.125	20.867	26,6
2004	71.670	11.369	9.806	13,7
2005	73.730	18.561	14.104	19,1
2006	67.864	18.958	14.891	21,2

Fonte: Programa de Isenção do Vestibular da UFMG

O número, total e relativo, de isenções concedidas apresentou grande variação entre 2003 e 2005 e, excetuado o ano de 2004, a proporção de estudantes beneficiados pelo programa aproxima-se ou supera 20%. Por razões ainda não suficientemente exploradas, uma média de 18% de isentos acabam por não efetivar a inscrição. Diversos motivos poderiam ser apresentados para explicar esse comportamento, como o beneficiado não se sentir suficientemente preparado para disputar a vaga na UFMG; ter sido reprovado na terceira série do ensino médio; ou, ainda, a opção do estudante por concorrer em outra instituição pública.⁴⁴

44 À primeira vista, a criação do ProUni em 2005, pela Lei 11.096, não pode ser responsabilizada por essa não inscrição, porque, para a seleção do ano de 2006, a redução no percentual de isentos não inscritos deveria ter sido mais elevada.

A diversificação na composição da demanda e sua relação com as dificuldades existentes para a ampliação da oferta de vagas numa instituição federal são temas presentes na definição das políticas de acesso da UFMG. Em fevereiro de 2003, a partir da análise sobre a composição socioeconômica e étnica dos candidatos e dos aprovados no vestibular, apresentada aos órgãos de deliberação superior da Universidade, o Conselho Universitário definiu como prioridade para sua política de democratização do acesso a ampliação de vagas e a abertura de cursos no turno noturno. Diversas iniciativas foram tomadas pela direção da Universidade,⁴⁵ tendo em vista atingir esse objetivo, visando principalmente os cursos com maior demanda de vagas no vestibular. O resultado obtido está apresentado na Tabela 44, que traz a distribuição de vagas relativa aos vestibulares realizados a partir de 2001, para ingresso nos anos de 2002 a 2006.

TABELA 44

Vagas oferecidas, distribuição por turnos e relação candidato/vaga – 2002-2006.

Vestibulares	Vagas	Vagas diurnas	Vagas noturnas	Candidato/vaga
2002	4.422	83,7%	16,3%	19,21
2003	4.422	83,7%	16,3%	17,71
2004	4.594	79,1%	20,9%	15,38
2005	4.674	78,6%	21,4%	15,77
2006	4.674	78,6%	21,4%	14,21

Fonte: Editais dos vestibulares de 2002/2006

A restrita abrangência alcançada pela expansão de vagas noturnas nesse período, contudo, indica o grau de dificuldade enfrentada pela UFMG para a implementação dessa política. Devem ser consideradas, nesse caso, tanto a falta de envolvimento efetivo com essa proposta por parte de alguns docentes, como as justificadas dúvidas de outros quanto à pertinência de assumir o compromisso de criar um curso ou ampliar vagas, sem a garantia de poder atender a esse compromisso com a qualidade necessária.⁴⁶ Essas dúvidas se devem à necessidade da definição de vagas docentes para cobrir as demandas resultantes das novas vagas discentes; à carência de servidores técnico-administrativos para dar suporte às atividades acadêmicas no turno noturno, incluindo atendimento nas sessões de ensino, colegiado de curso e bibliotecas. Além disso, apesar do acentuado investimento da Universidade em anos recentes na segurança, os dirigentes de unidades se preocupam ainda com esse item; e disponibilização de cantina, serviços gerais e transporte.

Uma reavaliação dessa prioridade precisa ser feita pelos órgãos de deliberação superior, para decidir se se pretende dar consequência à decisão tomada anteriormente em dimensões adequadas. Caso positivo, deverão ser estabelecidas as metas para prosseguir nesse caminho, e demandadas ao Ministério da Educação as condições necessárias para sua implementação.

45 Entre elas, a criação de uma Assessoria Especial de Estudos para a Implantação de Cursos Noturnos, e gestões feitas junto ao Ministério da Educação.

46 Uma primeira avaliação dessa questão encontra-se em BRAGA, M. M.; PEIXOTO, M. C. L. *Resultados da política de expansão de vagas no turno noturno como estratégia de inclusão social adotada pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Brasil*. Trabalho apresentado no V Congresso Internacional de Educación Superior, Havana, Cuba, 13 a 16 de fevereiro de 2006.

No conjunto de suas políticas para o acesso, a UFMG aprovou o estabelecimento de formas de ingresso que não vestibular, o que possibilita aproveitar as vagas remanescentes da evasão, e obter maior eficiência nas taxas de conclusão de cursos. Assim, estudantes que ingressaram por vestibular e que não se encontram satisfeitos com a escolha feita podem se candidatar a vagas remanescentes de outros cursos. Essas vagas são, ainda, repartidas entre os candidatos a transferência e a obtenção de novo título. A efetividade dessa medida da Universidade é revelada pela evolução dos parâmetros utilizados pelo Tribunal de Contas da União para estabelecer os indicadores do desempenho das IFES, quanto aos índices de diplomação e de dedicação horária média do corpo discente, sintetizados no Quadro 13, a seguir.

QUADRO 13

Evolução dos indicadores de desempenho da UFMG – 2002-2005

Indicadores	2002	2003	2004	2005
Taxa de sucesso da graduação	0,94	0,94	0,94	0,91
Grau de participação estudantil	0,96	0,96	0,98	0,94
Relação aluno/professor	14,44	14,66	14,34	14,37
Relação aluno/funcionário	5,87	6,07	6,24	6,15

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento

Como é possível observar, a UFMG apresenta desempenho muito regular quanto a esses dois aspectos. O aproveitamento das vagas remanescentes tem resultado numa taxa de conclusão de cursos de graduação bastante elevada ao longo do período. Observa-se, ainda que a dedicação horária média do corpo discente aos cursos também é bastante elevada. Além disso, como já foi observado quando da análise das políticas de pessoal, a relação aluno/professor intensificou-se no período, indicando um progressivo aumento de encargos docentes entre 2002 e 2005. A relação aluno/funcionário, por sua vez, ampliou-se progressivamente, em consequência da reposição das perdas do período anterior, tornando-se mais regular a partir do ano de 2002.

Permanência na Universidade

Políticas voltadas para a permanência dos estudantes na Universidade vêm sendo conduzidas desde os primórdios da criação da Instituição. Em 1932, foi constituída a Associação Universitária Mineira que, em gestão conjunta de professores e estudantes, se encarregava da concessão da isenção das mensalidades dos cursos. Modernamente, essa iniciativa é conduzida pela Fundação Universitária Mendes Pimentel – FUMP, financiada pela contribuição semestral feita ao fundo de bolsas por todos os estudantes, por ocasião da matrícula, e pelos recursos que restam da realização do vestibular. Além de isentar dessa contribuição os que dela necessitam, a FUMP concede, entre outros, auxílio alimentação, bolsa de trabalho, moradia, programas de atenção à saúde, apoio à inclusão digital, apoio a intercâmbio internacional, participação em eventos, e programas culturais. É dessa forma, sem a participação de recursos do governo federal e estimulando a participação solidária de todos, que essa política tem permitido desenvolver um conjunto de mecanismos destinados a garantir a permanência e a conclusão dos cursos por parte de estudantes de condição socioeconômica desprivilegiada. A vinculação dessa contribuição à matrícula, contudo, recentemente, tem sido objeto de questionamento por parte de segmentos do corpo discente.

Tanto o acesso aos cursos de graduação como a permanência dos estudantes nos cursos têm sido objeto de estudos constantes na Universidade. Na década de 1990, tiveram início estudos sobre a demanda e a evasão na graduação, os quais têm sido publicados e/ou apresentados em eventos diversos.⁴⁷ Mais recentemente, teve início a realização de um censo socioeconômico e étnico dos estudantes de graduação, cuja primeira parte encontra-se publicada pela Editora UFMG.⁴⁸ Nota-se, no entanto, a necessidade de estruturar um setor dentro da Universidade que tenha competência para realizar esses estudos, de modo institucional e continuado. A constituição, em dezembro de 2003, de um Centro de Estudos de Políticas Públicas e Educação Superior – CESPE enfrenta dificuldades para sua viabilização. Seus membros não dispõem de tempo de dedicação a esse centro na medida necessária para desenvolver as atividades a contento, colocando em dúvida a permanência desse órgão na Instituição.

b) Egressos

Estudos voltados para o acompanhamento e análise da inserção profissional de egressos estão em desenvolvimento. Uma primeira etapa foi realizada para os cursos de Engenharia, seguida de uma segunda etapa, que envolveu os cursos de Medicina, Direito, Ciências Biológicas, Ciências Sociais e Geografia. Construiu-se, dessa forma, um modelo de análise envolvendo os diversos tipos de cursos oferecidos pela Universidade – licenciatura, bacharelado, diurno, noturno, grandes e pequenos números de concluintes – o que irá permitir dar início à terceira fase, quando todos os cursos que têm concluintes a partir de 1980 terão sido analisados. A análise da primeira etapa já foi concluída, estando em vias de ser publicada, e a segunda etapa encontra-se em fase de conclusão. Esses estudos são restritos aos egressos dos cursos de graduação, não envolvendo a coleta de opiniões dos seus empregadores. Não há, ainda, o desenho de um projeto para o estudo dos egressos dos cursos de pós-graduação.

Todos esses estudos têm contribuído para alimentar a formulação de políticas educacionais na Universidade. Deve ser ressaltado que eles têm estado ainda concentrados no ensino de graduação, não havendo estudos mais sistemáticos sendo realizados sobre os estudantes de pós-graduação.

47 Destacam-se entre eles: BRAGA, Mauro M.; PEIXOTO, Maria do Carmo L.; BOGUTCHI, T. F. A evasão no ensino superior brasileiro: o caso da UFMG. *Revista Avaliação*, Campinas, v. 8, n. 3, p. 161-189, 2003; BRAGA, Mauro M.; PEIXOTO, Maria do Carmo L.; BOGUTCHI, Tânia F. Tendências da demanda pelo ensino superior brasileiro, estudo de caso da UFMG. *Cadernos de Pesquisa*, n. 113, jul. 2001; ARAÚJO, Antônio E. A.; PEIXOTO, Maria do Carmo L.; BRAGA, Mauro M.; FENATI, Ricardo. Cursos noturnos: uma alternativa para a inclusão social no ensino superior brasileiro. In: PEIXOTO, Maria do Carmo L. *Universidade e democracia, experiências e alternativas para a ampliação do acesso à universidade pública brasileira*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004. p. 173-196; GAZZOLA, Ana Lúcia; PEIXOTO, Maria do Carmo L.; BRAGA, Mauro M. *Perfil socioeconômico e racial dos estudantes admitidos na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Brasil, em 2003*. Trabalho apresentado no Congresso Internacional Universidad, 2004, Havana, Cuba, fev. 2004; PEIXOTO, Maria do Carmo L.; BRAGA, Mauro M. Demanda pelo ensino superior no Brasil: o caso da UFMG. *Educação & Linguagem*, São Bernardo do Campo, n. 10, p. 124-129, 2004.

48 BRAGA, Mauro M.; PEIXOTO, Maria do Carmo L. *Censo socioeconômico e étnico dos estudantes de graduação da UFMG*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

A participação dos egressos na vida da instituição conta com um mecanismo específico, consubstanciado no Programa Sempre UFMG, cujo objetivo é estreitar o relacionamento entre a Universidade e seus ex-alunos, atuando como um elo constante. O programa desenvolve ações de aproximação com os ex-alunos, para compartilhar informações, dividir preocupações e receber sugestões, criando laços de solidariedade e oportunidades de aperfeiçoamento profissional e cultural. Por intermédio do Programa Sempre UFMG é também promovido o evento "Ex-Alunos UFMG - Destaque", por meio do qual são homenageados, com a Medalha de Honra UFMG, os seus ex-alunos que tenham se destacado por realizações em prol da sociedade nos mais variados campos de atuação. Os homenageados são indicados pelas unidades acadêmicas e pelo Reitor, ocorrendo a premiação a cada dois anos. Além disso, algumas unidades, como as Escolas de Engenharia e Veterinária, e a Faculdade de Medicina, contam com associações próprias de ex-alunos, para as quais desenvolvem atividades específicas.

Apreciação

A UFMG conta com algumas medidas, ainda que de caráter restrito, destinadas a assegurar o acesso a estudantes carentes. Sua atuação mais efetiva e ampliada se situa na esfera da garantia da permanência desses estudantes, na qual a FUMP tem participação acentuada. As questões relacionadas às políticas de acesso carecem, portanto, de um olhar mais atento e de maior disposição política da instituição, tendo em vista as demandas da sociedade pela promoção de maior inclusão social na educação superior. Ressalta, aqui, a necessidade de avaliação cuidadosa da utilização do Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM, como instrumento dessas políticas, ponderando suas virtudes e problemas, tendo em vista uma possível tomada de decisão da UFMG quanto a esse tema.

A abordagem abrangente das questões relacionadas aos egressos dos cursos de graduação, por sua vez, assume caráter que pode ser considerado pioneiro entre as universidades federais brasileiras. Dada a tradição de quase 40 anos de investimento intenso e de alta qualidade na pós-graduação, a formulação de programas de estudos destinados a proceder a um acompanhamento dos egressos desses cursos converte-se em medida de caráter urgente.

Sustentabilidade financeira: significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Sustentabilidade financeira da Instituição e políticas de captação e alocação de recursos

Como uma das instituições federais de ensino superior, a UFMG recebe recursos do Tesouro Nacional. Conta, também, com recursos diretamente arrecadados – incluindo receitas com bens imóveis, serviços hospitalares, serviços de estudos e pesquisas e transferências, e restituições de convênios, entre outros –, além de recursos de outras fontes, incluindo o Sistema Único de Saúde – SUS, o Fundo Nacional de Saúde – FNS e diferentes outros órgãos federais e não federais.⁴⁹

A Tabela 45 mostra a evolução da despesa realizada pela UFMG entre 2002 e 2005, podendo ser observado um aumento, no período, de 23%, crescimento que inicia em 2003.

TABELA 45

Evolução da despesa realizada (2002 a 2005) por grupos de elementos de gasto em valores reais (corrigidos pelo IGPD – Dez. 2005 = 1,00).

Elementos de gasto	2002	2003	2004	2005
Pessoal e Encargos	445.434.804	431.327.688	461.145.714	466.452.739
Pessoal/Desp. de exercício anterior	9.541.481	13.840.963	16.757.306	13.840.478
Sentenças judiciais	32.805.312	20.783.550	18.101.962	19.698.693
Número de Professores	2.426	2.331	2.397	2.387
Número de Funcionários	4.048	4.142	3.909	4.412
OCC – Total	172.649.345	177.083.939	198.411.410	275.064.688
OCC – Tesouro	41.207.606	39.477.838	43.812.348	53.072.431
OCC – Tesouro/Obras	0	0	15.889.395	31.443.605
OCC – Tesouro/Benefícios	13.752.888	14.541.079	16.482.979	17.399.526
OCC – Recursos próprios	21.568.666	31.742.582	24.307.759	31.505.405
OCC – Outras fontes	96.120.185	91.322.439	97.918.929	141.643.721
Total	627.625.630	622.252.589	676.314.431	775.056.868
Complementação de custeio/ SESu (inclusa na linha de OCC – Tesouro)	5.300.785	5.358.339	6.294.149	3.503.828

Fonte: PROPLAN - Coordenação de Orçamento

Os gastos com pessoal, incluindo as despesas de exercício anterior e sentenças judiciais, sob a responsabilidade do Tesouro, representam cerca de 73% do total. Em valores absolutos, esses gastos permaneceram relativamente constantes, tendo aumentado em 3% de 2002 a 2005, sendo que quando se considera apenas o item “Pessoal e Encargos”, o aumento atinge cerca de 5%. Em relação ao total dos recursos da UFMG, contudo, a participação dos gastos com pessoal sofreu redução, passando de 78%, em 2002, para 65% do total,

⁴⁹ Os recursos provenientes de outras fontes além do Tesouro Nacional estão discriminados na Tabela 45, no item “OCC – Outras fontes”.

em 2005. Por sua vez, o custo-aluno na UFMG, mesmo incluindo o custo do hospital universitário, esteve, em 2004 e 2005, por volta de R\$ 8.500,00, o que pode ser considerado compatível com o esperado para uma Instituição que desempenha, de forma intensa e diversificada, suas funções acadêmicas.

A Figura 17 mostra a participação das diferentes fontes (Tesouro, recursos próprios e outras) nas despesas de capital e custeio (OCC).

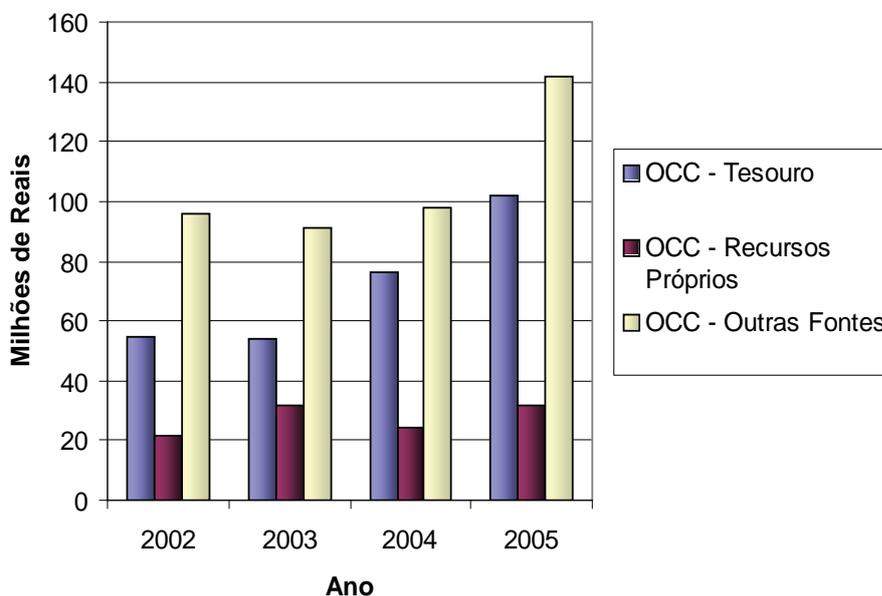


Figura 17 – Participação das diferentes fontes nos gastos de custeio e capital da UFMG
Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento

No período de 2002 a 2005, houve uma expansão dos gastos cobertos com recursos recebidos do Tesouro e de outras fontes, enquanto que os associados aos recursos próprios pouco se alteraram. Observa-se, contudo, que o aumento dos recursos do Tesouro decorreu, em uma parcela importante, da entrada de valores para obras, como mostrado na Tabela 45. A participação relativa de cada fonte nos gastos de custeio e capital da UFMG, em 2005, sem considerar aqueles recursos, foi composta por 29% de recursos do Tesouro, 13% de recursos próprios, e 58% de outras fontes. Na composição desta última, incluem-se convênios com órgãos não federais, federais e com o Fundo Nacional de Saúde/Sistema Único de Saúde, sendo que, em 2005, a contribuição dessas fontes para os gastos ligados à "OCC – Outras fontes" foi de 9%, 43% e 48%, respectivamente, o que permite perceber a importância dos órgãos federais para a sustentabilidade financeira da UFMG.

Dados da Pró-Reitoria de Planejamento da UFMG indicam que, em 2004, os principais convênios com órgãos federais tinham como concedentes a CAPES e a SESu, e, como unidades gestoras, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, a Pró-Reitoria de Planejamento e o Hospital das Clínicas. Esses dados indicam também que nesse ano os principais convênios com órgãos não federais tinham como concedentes a FAPEMIG, e a Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais e, como unidades gestoras, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, a Pró-Reitoria de Pesquisa, as Escolas de Medicina e de Enfermagem e o Hospital das Clínicas. Esses registros indicam a importância da pesquisa, da pós-graduação, e da área de Saúde para a captação dos recursos de outras fontes, que não o Tesouro.

Entre os aspectos problemáticos com relação à sustentabilidade financeira deve ser destacada a imprevisibilidade que paira sobre a realização do orçamento do Tesouro, característica presente em todas as instituições federais

de ensino superior. Entre a aprovação do orçamento e a possibilidade de que ele possa ser executado, registram-se intervalos de tempo que, em certos períodos, podem chegar a comprometer a execução das atividades da Instituição. Esse fato só não se converte em incapacidade de pagamento de salários de docentes e técnico-administrativos porque a ausência de autonomia de gestão financeira e administrativa retirou os recursos para essa atividade da alçada da Universidade. Este é, sem dúvida, um dos problemas mais complexos com que lidam os gestores das universidades federais. Informações constantes dos relatórios de auto-avaliação de algumas unidades acadêmicas, como Odontologia, Farmácia, Educação e Veterinária, dão conta de que tem sido necessário recorrer a fontes externas de financiamento para assegurar o funcionamento de atividades relativas ao ensino de graduação. É este o destino que tem sido dados aos recursos provenientes da cobrança de taxas dos cursos de extensão e especialização, e de atividades administradas por fundações de apoio.

Um caso especial nesse aspecto diz respeito ao Hospital das Clínicas. A política de financiamento adotada para os hospitais públicos universitários – HUs não tem sido eficiente para disponibilizar os recursos financeiros necessários à garantia do funcionamento destas instituições em sua capacidade plena. O custeio dos HUs deixaram de ser de responsabilidade do Ministério da Educação, passando a ser feito por meio dos repasses do Serviço Único de Saúde, através da prestação de serviços. Assim sendo, o faturamento mensal do HC/UFMG resultante da prestação de serviços para o SUS, planos de saúde, e particulares, é totalmente destinado às suas despesas de custeio, compreendendo o pagamento dos funcionários contratados, de despesas com água, luz e telefone, e a compra de medicamentos e material médico-hospitalar. Os recursos necessários para investimento na melhoria da infra-estrutura de ensino, pesquisa e de atendimento, precisam ser captados externamente. Para tanto, um trabalho conjunto tem sido realizado pela diretoria do HC, a Pró-Reitoria de Planejamento, e a Coordenadoria de Cooperação Institucional, para conseguir manter e fomentar a política de investimentos da UFMG nesta Instituição. Duas formas principais de captação de verbas para investimento no hospital têm sido utilizadas: emendas parlamentares e convênios específicos com o Fundo Nacional de Saúde e fundações, como a do Banco do Brasil. No caso das emendas, o aporte de verbas tem sido possível através de projetos de captação de recursos aprovados durante a votação do orçamento da União pelo Congresso Nacional, sendo um exemplo disso a restauração e reforma do Hospital Borges da Costa.

Políticas de aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão

Entre as políticas da UFMG para a aplicação de recursos em programas de ensino, pesquisa e extensão, se destaca o fundo de apoio acadêmico da FUNDEP, por meio da aplicação de 70% do seu resultado operacional líquido. Os projetos são aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, para serem executados no ano seguinte ao da aprovação.⁵⁰ O Quadro 14 apresenta a discriminação dos valores anuais aplicados por meio desse fundo.

QUADRO 14

Evolução dos recursos do Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico – 2001-2005

Ano	Valores em reais
2001	1.831.277
2002	1.904.059
2003	1.233.930
2004	1.280.000
Total	6.249.266

Fonte: Atas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

O Fundo FUNDEP torna possível estabelecer e executar prioridades institucionais para a execução de projetos, independentemente de financiamento do governo federal ou das agências de fomento. Mesmo considerando a redução que esses recursos sofreram entre 2002 e 2003, espera-se que a ligeira elevação ocorrida em 2004 possa se converter em tendência de crescimento. A média de recursos aplicados no período foi de R\$ 1.562.317,00.

Outro aspecto importante dessa política diz respeito à atuação da UFMG em relação à participação nos editais dos fundos setoriais. Como já destacado no item sobre a política para o ensino de pós-graduação, a Universidade tem buscado priorizar projetos institucionais em lugar dos individuais ou de grupos de pesquisa. Isso tem permitido equacionar problemas de infra-estrutura de pesquisa que afetam a uma ou a várias unidades acadêmicas, ou atender a necessidades inter ou multidisciplinares de pesquisadores, como foi o caso da criação do Centro de Microscopia.

⁵⁰ Detalhamento dos projetos aprovados no período 2001 a 2004 encontra-se na dimensão "Outras dimensões relevantes".

A demonstração do volume de recursos para pesquisa recebidos pela UFMG para a pesquisa, por intermédio de agências de fomento e outros órgãos financiadores, permite perceber um pouco melhor a observação feita anteriormente sobre a importância dessa atividade para a captação dos recursos de outras fontes que não o Tesouro. A Tabela 46 apresenta a evolução desses recursos no período 2002-2005.

TABELA 46

Recursos recebidos para a pesquisa da UFMG – 2002-2005.

Ano	Valores correntes em reais	Valores em reais a preços de 2005	Valores em dólares
2002	34.280.015	45.444.097	11.994.827
2003	16.716.797	19.010.932	5.520.663
2004	33.293.849	35.188.397	11.961.088
2005	37.508.381	37.508.381	16.495.834

Fonte: FUNDEP – Relatório Anual de Atividades 2005

O ano de 2003 foi particularmente desfavorável para a UFMG, implicando queda superior a 40% nesses recursos, valor recuperado em patamar um pouco superior já no ano seguinte. Desse modo, o acréscimo de recursos, no período, foi da ordem de 60%. A Tabela 47 apresenta um demonstrativo dos recursos captados para pesquisa das principais agências de fomento do país.⁵¹

TABELA 47

Principais fontes de recursos para pesquisa recebidos pela UFMG (em US\$) – 2002-2005.

Ano	Total	FAPEMIG	FINEP	CNPq	CAPES
2002	8.329.025	22%	42%	16%	20%
2003	4.072.951	24%	17%	29%	31%
2004	8.110.073	31%	44%	8%	16%
2005	9.690.570	55%	22%	5%	2%

Fonte: FUNDEP – Relatório Anual de Atividades 2005

⁵¹ Como se trata de informações extraídas de relatório da FUNDEP, responsável pela gestão desses recursos, eles se referem a valores que efetivamente chegaram a ser executados, e não a recursos aprovados para projetos.

Como se observa, os recursos captados por intermédio da FAPEMIG, além da tendência constante de crescimento, são os que apresentam maior estabilidade. O acesso às demais agências apresentou oscilações bruscas, para mais e para menos, tendo fechado o período em condições bastante insatisfatórias. Enquanto os recursos recebidos da agência de fomento do estado cresceram uma vez e meia no período, aqueles recebidos por parte da FINEP decresceram um pouco mais da metade, os do CNPq atingiram 31% do recebido em 2002, e os da CAPES, 10%. Mesmo assim, a participação desses agentes no financiamento da pesquisa na UFMG, no período analisado, foi bastante significativo em relação aos demais, como mostra a Tabela 48.

TABELA 48

Recursos recebidos dos maiores financiadores da pesquisa, em relação ao total recebido (em US\$) – 2002-2005.

Ano	Total de recursos para pesquisa (em US\$)	FAPEMIG, FINEP, CNPq e CAPES (em US\$)	FAPEMIG, FINEP, CNPq e CAPES/ Total pesquisa
2002	11.994.827	8.329.025	69%
2003	5.520.663	4.072.951	74%
2004	11.961.088	8.110.073	68%
2005	16.495.834	9.690.570	59%

Fonte: FUNDEP – Relatório Anual de atividades 2005

A redução verificada nos percentuais após o ano de 2003 indica que, principalmente no último ano do período, ocorreu uma diversificação maior na captação de recursos para pesquisa. De todo modo, a média de recursos públicos captados pela UFMG para a atividade de pesquisa, no que concerne apenas a essas quatro agências, correspondeu a 67,5% do total.

Apreciação

A questão da sustentabilidade financeira é um dos aspectos mais delicados da gestão das universidades federais, em consequência da ausência de uma regulação que assegure a elas autonomia de gestão financeira em condições adequadas às funções exercidas. Essa situação não é diferente na UFMG. A convivência com situações de contingenciamento de parcelas devidas pela União é parte integrante desse contexto. A insuficiência de recursos produz efeitos perversos, dificultando a formulação de uma política de investimentos que assegure a melhoria de qualidade de serviços prestados, por exemplo, pelo hospital universitário.

Essa imprevisibilidade, que caracteriza a realização do orçamento do Tesouro das IFES e a ausência de autonomia de gestão, torna ainda mais complexa a condução da vida de uma universidade federal. Foi numa condição como essa que, em 2003, pela primeira vez na sua história, a UFMG apresentou dívidas com seus fornecedores. Para solucionar esse problema, a Instituição teve que utilizar mecanismos de contenção de custos, acordados com os diretores de unidades e tornados públicos para a comunidade universitária e a sociedade mineira. É importante enfatizar ser este um dos aspectos mais complexos com que lidam os gestores das universidades federais.

Outras dimensões relevantes da atuação da UFMG.

Cultura

No mundo contemporâneo, as atividades culturais e artísticas adquiriram relevância, dadas as suas características essenciais ao refinamento do humanismo e ao aperfeiçoamento da formação profissional. Nesse sentido, o desenvolvimento continuado desse tipo de ações é inerente à realização da missão da UFMG. Essas ações, até 2002, vinham sendo conduzidas sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão. Com o objetivo de estimular e dar maior suporte às atividades desenvolvidas pela Universidade nas áreas cultural e artística, reconhecidas como produtoras de formas especiais de expressão, aquisição e repasse de conhecimento, foi criada naquele ano a Diretoria de Ação Cultural – DAC, subordinada à Reitoria.

Responsável pela coordenação da execução do Programa de Ação Cultural da UFMG, sua criação proporcionou maior autonomia a essas ações, compreendendo projetos e iniciativas produzidas, realizadas ou apoiadas pela Diretoria, ou em parceria com unidades acadêmicas ou outros órgãos da administração central. Essas ações são destinadas aos públicos interno e externo, incluindo mostras, seminários, apresentações artísticas e uma variada gama de eventos culturais, comemorativos ou institucionais. Essas ações compreendem, ainda, a articulação da UFMG com outras universidades e órgãos de educação e cultura, com o governo federal, do estado e de prefeituras.

Dentro dessa perspectiva, a UFMG desenvolve diversas ordens de atividades na área cultural. No Campus Pampulha, já em sua sexta edição, realiza-se o Domingo no Campus. Este projeto foi responsável, em 2005, por 18 eventos cênico-musicais, 60 espaços de ciência, 60 oficinas de arte, além de 123 atividades lúdicas e recreativas, realizadas pela DAC, em parceria com a Coordenadoria de Assuntos Comunitários, a UFMG Jovem e a FUNDEP. O público participante dessas seis edições é estimado em nove mil pessoas.

O Centro Cultural UFMG, localizado no hipercentro de Belo Horizonte, é uma das unidades de extensão da Universidade. Até 2005, suas ações haviam atingido um público estimado em seis mil pessoas. Nesse Centro, a produção cultural se dá por meio da troca de experiências, da expressão e da reflexão sobre a vida social, e do debate sobre o cotidiano, a educação, as questões urbanas e os direitos do cidadão. Tem sua atuação voltada para o apoio a programas destinados à população carente que frequenta a região, em especial, jovens em situação de risco, e trabalha a cultura como instrumento de cidadania e transformação social. O Centro Cultural se caracteriza como um lugar onde as atividades acadêmicas estabeleceram um forte elo com os diversos segmentos da sociedade, em especial com as populações excluídas do terreno dos direitos. Nele, são desenvolvidas atividades em parceria com unidades da UFMG, destacando-se o Programa Cidadania Cultural, eixo orientador de todas as suas atividades, compreendendo projetos de inserção social e produção cultural, como o que é voltado para a formação de agentes culturais juvenis para fomentarem ações culturais nas suas comunidades.

O Centro Cultural abriga também o projeto interdisciplinar Rede.lê – Rede de Inclusão e Letramento Digital, que se realiza a partir de 18 telecentros instalados em escolas públicas, organizações não-governamentais, comunidades de tribos indígenas e remanescentes de quilombos, além de centros culturais da periferia de Belo Horizonte e do interior do estado. Abriga, ainda, outros dois

grandes programas: o Laboratório de Imagem e Som, voltado para o tratamento de temas urbanos a partir de registros audiovisuais, e o Programa Cultura em Movimento, ligado às artes plásticas, cênicas e visuais, por meio da promoção de cursos a preços acessíveis, montagem de exposições dos alunos, etc. Realiza, ainda, em conjunto com a DAC, ações de curadoria e de apoio à produção e promoção de mostras de artes plásticas e eventos cênico-musicais, como o Projeto Sexta Doze e Trinta, realizado nos mesmos moldes do Quarta Doze e Trinta, que é voltado para o público que frequenta o Campus Pampulha.

O Conservatório UFMG foi inaugurado em agosto de 2000, após ampla reforma e restauração do prédio, que abrigou durante mais de 30 anos a Escola de Música da Universidade Federal de Minas Gerais. Localizado na região central da cidade, o prédio teve as características originais de sua construção totalmente recuperadas. Além de manter estreito vínculo com a área de Música, o espaço serve de palco para outras formas de manifestações culturais, abrigando duas galerias de exposições, auditórios, salas de aulas e pátio interno para eventos, e a Sala de Recitais. Em 2001, foi inaugurado prédio anexo, com praça coberta, livraria e espaço para instalação de um restaurante. Essa infra-estrutura permite a realização de eventos variados, como congressos, cursos, seminários, reuniões, lançamentos de livros e apresentações artísticas e culturais. Órgão ligado à Reitoria da UFMG, o Conservatório teve sua restauração custeada pela FUNDEP, responsável, ainda, pela manutenção de duas das suas séries de concertos atuais. Respeitando suas origens ligadas à música, o Conservatório UFMG tem como carro-chefe de sua programação os concertos de música clássica. Através deles, investe em um dos seus principais objetivos, que é a formação de público, oferecendo programação variada e de alto nível a preços populares. Além das duas séries de concertos (semanal e mensal), que trazem a Belo Horizonte artistas brasileiros e estrangeiros de reconhecimento internacional, dentro da orientação de oferecer lazer cultural acessível e de qualidade, realiza o Projeto Quarta Cultural – programação semanal com entrada franca. Esse Projeto contribui para materializar outros dois objetivos do Conservatório UFMG: a difusão de produções culturais de qualidade, sejam elas no campo da música erudita ou popular, do teatro, da dança ou da literatura, e o incentivo a artistas em início de carreira. O Conservatório convive com o problema resultante da realização de duas atividades com alto grau de incompatibilidade: as aulas e os espetáculos, dada a contraposição entre o silêncio demandado por uma e o ruído produzido pela outra, resultando num conflito que, muitas vezes, gera ociosidade na utilização dos espaços.

Em parceria com o Programa Pólo de Integração UFMG no Vale do Jequitinhonha, foram realizados, no Campus Pampulha, seis eventos da Feira de Artesanato do Vale do Jequitinhonha, envolvendo cerca de 70 artesãos, projeto que, além de seu caráter de relevância social e cultural, contribui para a comercialização de peças do artesanato local. Ainda nesse campus, é realizado o projeto Quarta Doze e Trinta, que oferece espetáculos artísticos profissionais variados. Esse projeto, já consolidado como ação de referência na Universidade, promoveu, no período 2002 a 2005, 128 eventos cênico-musicais, com público estimado em 16 mil pessoas. Em consequência dos bons resultados alcançados, foi criado, para o público que frequenta o Centro Cultural UFMG, o já mencionado Projeto Sexta Doze e Trinta, seguindo orientações similares.

No nível regional, a Universidade retomou as Jornadas Culturais da UFMG, projeto que estava paralisado há alguns anos, compreendendo ações culturais e de interação, realizadas por meio de cursos, mostras, oficinas e palestras ministradas por professores e alunos, com ênfase na arte-educação. Entre 2002 e 2005, foram realizadas cinco jornadas, com duração de uma semana. Elas atendem a demandas locais, identificando valores, vocações e produções de comunidades de cidades do interior.

Em fase de implantação, encontra-se o Projeto Cipó. Esse projeto prevê a realização de 10 jornadas culturais em municípios de localização estratégica da região abrangida pela Serra do Cipó, área de grande potencial para a promoção do turismo ecológico, rural e de aventura, e de grande importância para a preservação ambiental no estado, por seus recursos naturais diversificados.

Ainda no nível regional, estão sendo preparadas ações de promoção cultural ligadas à Fundação Rodrigo Melo Franco de Andrade,⁵² à qual estão vinculados vários imóveis de valor histórico, arquitetônico e cultural em Tiradentes. Em conjunto com o Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis – CECOR, da Escola de Belas Artes, essas ações envolvem o levantamento do acervo histórico e artístico, e preparação de mostra expositiva.

Em 2003, foi criado o Espaço Expositivo da Reitoria como espaço permanente para a realização de mostras de artes visuais ou de mídias contemporâneas, tendo sido realizadas 16 exposições. Entre outras, destacam-se as de Amilcar de Castro, Franz Krajcberg, Liberdade Essa Palavra, A Criação e a Pesquisa na Arte Contemporânea – Eustáquio Neves, e Trajetórias – mostra do Programa Pólo de Integração da UFMG com o Vale do Jequitinhonha, com público estimado, no total, em 48 mil visitantes.

Criado em 1967 por professores da Escola de Belas Artes da UFMG e Fundação de Educação Artística de Belo Horizonte, o Festival de Inverno da UFMG consolidou-se como um dos maiores programas de extensão universitária da área artístico-cultural do país. Em suas 33 edições anuais, que ocorrem no mês de julho, o Festival foi realizado em Ouro Preto, São João Del-Rei, Poços de Caldas e Belo Horizonte. Sediado a partir do ano 2000 em Diamantina, destina-se a estudantes e professores, artistas e profissionais de diversas áreas. Mantém sua proposta inicial como espaço para aprofundamento, experimentação e pesquisa de novas linguagens artísticas, inclusive aquelas que trabalham com recursos avançados de tecnologia vinculados à arte. Suas atividades são destinadas a profissionais liberais das áreas de Artes e Letras, professores, estudantes e crianças e adolescentes, contemplando as áreas de Artes Cênicas (dança e música), Artes Plásticas, Artes Visuais (cinema, fotografia e vídeo), Literatura, Música e Projetos Especiais. Cada uma das áreas é composta por oficinas de iniciação e de atualização. Paralelamente, é oferecida uma agenda de eventos ao público. Entre 2002 e 2005, participaram das 180 oficinas e 16 seminários que foram oferecidos pelo Festival cerca de 5.200 alunos, além de 80 mil visitantes e espectadores, e, ao longo de sua história, mais de 61 mil pessoas já participaram de suas oficinas e cursos.

Os alunos do Festival de Inverno originam-se da área metropolitana de Belo Horizonte (44%), interior de Minas Gerais (23,5%), outros estados (28,2%) e outros países (2,3%). A maioria tem curso superior e procura no Festival seu aprimoramento profissional. Somando-se ao número de alunos os espectadores dos eventos oferecidos, como shows e exposições, em suas 33 edições, o público atingiu quase um milhão de pessoas. Com o objetivo de promover a inclusão de seus alunos em todos os tipos de atividades desenvolvidas pela Universidade, em 2003 foi instituído um programa de bolsas para alunos carentes interessados em participar do Festival de Inverno, tendo, até 2005, sido concedidas 300 bolsas. O Festival é viabilizado financeiramente graças a parcerias mantidas entre a UFMG e instituições públicas e privadas.

⁵² Conforme mencionado na análise sobre a extensão, a Fundação Rodrigo Melo Franco de Andrade é uma das fundações vinculadas à UFMG.

A presença de alunos na área de cultura tem sido incentivada, como demonstra a avaliação do programa de bolsas da extensão conduzido pela PROEX, com impactos variados na formação dos estudantes. Desde o ano de 2002, cerca de 130 bolsas de extensão foram concedidas para alunos de graduação nas áreas de produção cultural, *web design*, criação gráfica e assessoria de imprensa.

Pode-se afirmar que a iniciativa da UFMG ao criar a Diretoria de Ação Cultural representou um passo importante no sentido de preparar-se adequadamente, nos planos administrativo e gerencial, para o fomento das atividades culturais, conferindo, ao mesmo tempo, peso institucional e liberdade programática e de gestão a esta ação. A importância que essas atividades adquiriram na Universidade a partir daí requer a implementação de uma sistemática de planejamento e de avaliação mais adequada da contribuição das ações culturais para o ensino e a pesquisa, assegurando a possibilidade de obter o salto de qualidade que esta área demanda.

Uma repercussão do significado dessa atuação da UFMG pode ser encontrada nos postos institucionais que ela ocupou ou ocupa. Entre eles, destacam-se a presidência do Fórum Permanente dos Coordenadores dos Festivais Culturais de Minas Gerais, a representação no Conselho de Cultura do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Federais de Ensino Superior, e a representação no Comitê de Cultura da Associação de Universidades do Grupo Montevideo, integrado por 18 universidades latino-americanas.

A Editora UFMG desempenha papel relevante na divulgação da imagem da Universidade. Reconhecida, pela própria sociedade, e pelo público que frequenta os principais eventos científicos e editoriais do Brasil e do Exterior, como representante da Universidade, o estande montado por ela em diversas ocasiões recebe a visita de ex-alunos nos mais variados pontos do país. Esse fato ressalta sua identificação com a Universidade onde se formaram, e contribui para o fortalecimento da imagem institucional. Além disso, o próprio livro é um forte divulgador do nome da UFMG, uma vez que ele está contido na marca da Editora.

Com uma tiragem média de 1.500 exemplares e cerca de 400 títulos em catálogo, esses livros estão disponíveis em todo o território nacional, seja na cadeia varejista de livrarias do país, sobretudo nas cidades de maior porte, seja nas livrarias universitárias. As publicações da Editora seguem uma estratégia multidisciplinar na definição das coleções. Quatro delas são voltadas para o suporte ao processo de ensino-aprendizagem, outras têm caráter ensaístico ou de divulgação de pesquisas, além de publicações que nascem do acordo entre linhas de ação das atividades de extensão da UFMG.

Entre as publicações voltadas para o ensino, uma teve edição nos Estados Unidos, e estão em negociação outras seis, a serem publicados na Alemanha, Espanha e Argentina. As publicações da Editora UFMG divulgam, assim, o conhecimento que a Universidade produz, ressaltando-se que, entre 2001 e 2005, 47% dos 212 títulos novos foram de autores da Universidade, e atuam como efetivos canais de diálogo com a sociedade. Promovem, também, intercâmbio entre a produção local, nacional e internacional, favorecendo a troca de idéias e o debate, vitais para uma instituição universitária, e contribuindo com o desenvolvimento regional e nacional. A Editora contribui, ainda, para a formação dos alunos, ao receber estagiários de graduação de Letras, Comunicação Social, Belas Artes e Administração.

Conforme registrado no seu relatório de auto-avaliação, a Editora UFMG tem feito, a partir de meados da década de 1990, uma apuração assistemática da centimetragem alcançada na mídia impressa. Os resultados dessa medição no período 1996 a 2005 indicam que houve um incremento constante da presença da Editora na mídia, mais intensificado ainda entre 2002 e 2005.

Consta ainda do relatório o registro de que, a partir de 2007, a Editora terá condições de passar a gerar as receitas necessárias à sua sustentabilidade financeira. Destaca, contudo, que a falta de um modelo de definição jurídica, de recursos humanos, de infra-estrutura física e de equipamentos tem interferido no desenvolvimento das suas atividades. Tal interferência diz respeito a questões como a dificuldade para harmonizar as exigências de uma editora com a estrutura organizacional de uma universidade pública, que, entre outros aspectos, obriga à contratação de acordo com o que regula a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; inexistência dos perfis profissionais demandados por uma editora no quadro de carreiras da Universidade – marketing, produtores gráficos, especialistas em logística, gerentes, vendedores –, e melhor adequação do espaço físico – iluminação, metragem e ventilação –, principalmente no que concerne à estocagem dos livros.

Hospital das Clínicas

O Hospital das Clínicas – HC é a maior atividade de extensão da Universidade, braço que alcança a comunidade através da assistência médica hospitalar realizada por docentes e alunos, e coloca sua capacidade e conhecimento a serviço da saúde da população e das políticas de saúde que o estado implementa em conjunto com a UFMG. Os dados relativos aos atendimentos nos anos de 2003 e 2005 constam da Tabela 49.

TABELA 49

Números da assistência prestada pelo Hospital das Clínicas – anos 2003 e 2005.

Itens	2003	2005
Número de leitos	436	450
Atendimento ambulatorial	360.000	306.284
Atendimentos de urgência	40.800	48.057
Internações	30.000	17.620
Exames laboratoriais	990.000	1.152.934
População atendida	391.200	323.904

Fonte: Números da UFMG 2003 e 2005

Com 91% dos recursos provenientes do Sistema Único de Saúde e 9% de outros convênios ou particulares, seu atendimento ambulatorial saltou de 223 mil pacientes em 2001, para 306 mil em 2004, e o número de internações saltou de 15.500 para cerca de 17.700 no mesmo período.

Como hospital de ensino, conta com a participação de 500 docentes, orientando cerca de 2 mil alunos, por ano, de nove cursos de graduação: Medicina, Enfermagem, Farmácia, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Psicologia, Nutrição, Fonoaudiologia e Odontologia. A Tabela 50 mostra a distribuição dos alunos no ano de 2004, podendo ser observado que, além da presença dos alunos do curso de Medicina, importando em 64% do total, destacam-se os alunos dos cursos de Enfermagem, com 15%, e de Fonoaudiologia, com 10%. Alunos de outras áreas que não a da Saúde, como Belas Artes e Engenharia, também desenvolvem atividades no HC.

TABELA 50

Alunos de graduação no Hospital das Clínicas, por curso – ano de 2004.

Curso	Total no ano
Fonoaudiologia	300
Enfermagem	465
Farmácia	70
Nutrição – UFMG	64
Nutrição – UFOP	9
Terapia Ocupacional	32
Fisioterapia	78
Psicologia	66
Medicina	1.949
Total	3.033

Fonte: Relatório de Auto-Avaliação do Hospital das Clínicas

O HC oferece 37 programas de residência médica, recebendo cerca de 250 médicos residentes ao ano, desenvolvendo, cada qual, carga horária de, aproximadamente, 3 mil horas. Alunos de cursos de especialização em diversas áreas médicas e de enfermagem, e de cursos técnicos de nível médio de enfermagem e patologia clínica também desenvolvem atividades de ensino-aprendizagem no Hospital. Esta unidade especial recebe, também, alunos de mestrado e doutorado em diversas áreas clínicas.

O relatório de auto-avaliação do HC registra como problema os encargos docentes, considerados como muito elevados e insuficientes, tendo em vista o atendimento de qualidade que é prestado, e a crescente complexidade que a sociedade dele demanda. Nesse relatório está também registrado que a organização atual do trabalho docente na área da saúde, tanto no ensino de graduação quanto na residência médica, não incorpora toda a complexidade do ato docente-assistencial, pela sua dupla responsabilidade de cuidar e ensinar com competência e ética. Isto porque a responsabilidade final pelos atos assistenciais constitui encargo docente não reconhecido pelas formas habituais de avaliação acadêmica, que privilegiam o ato isolado de ensino.

O Hospital das Clínicas sedia pesquisas dos alunos dos cursos de especialização, mestrado e doutorado, sendo ele próprio importante centro de pesquisas. De 1998 a maio de 2004, foram registrados na sua Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão, 507 projetos de pesquisa, assim distribuídos: 57% da Faculdade de Medicina, 7% da Escola de Enfermagem, 15% de outras unidades universitárias e 24% do próprio HC, envolvendo 348 docentes e 108 alunos.

Em 2005, tiveram início testes de vacina contra o melanoma e os cânceres de próstata e de rins. Elaborada a partir do tumor do próprio paciente e de células do seu sistema imunológico, resulta de pesquisa multidisciplinar ali desenvolvida. O Hospital é o maior transplantador de órgãos do estado, tendo sido pioneiro em Minas Gerais ao realizar o primeiro transplante de pulmão e o primeiro transplante de fígado inter-vivos em adultos. Em 2006, passará a contar com um aparelho de ressonância magnética obtido com recursos do Ministério da Saúde, transformando-se na única unidade pública de saúde do estado a oferecer esse atendimento.

Em 2002, com recursos doados por uma instituição privada dirigida por um ex-aluno da UFMG, foi inaugurado o Instituto Alfa de Gastroenterologia, que é o mais bem equipado da América Latina na área. Sua criação implicou ampliação significativa do número das consultas e cirurgias gástricas.

O Hospital das Clínicas está interligado a 14 Unidades Básicas de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, por meio do Serviço de Informação em Rede, o BH-Telemed. Esse serviço, voltado para as equipes do Programa Saúde da Família, possibilita que o HC preste consultoria a distância para casos de baixa complexidade de 19 especialidades e nove subespecialidades, apontando, em tempo real, qual a melhor terapêutica a ser aplicada ao paciente. Até 2007, com recursos do Ministério da Saúde, esse serviço cobrirá toda a rede pública de saúde da capital. O HC integra também o Projeto Minas Telecárdio, consórcio que envolve a UFMG, as Universidades Federais de Uberlândia, de Juiz de Fora, e do Triângulo Mineiro, e a Universidade Estadual de Montes Claros. Esse projeto oferece atendimento cardiológico a pacientes do interior, sem que eles precisem se deslocar até Belo Horizonte e a outras cidades-pólo do estado, resultando em rapidez no diagnóstico, e redução do número de pessoas nos hospitais de média e alta complexidade.

Os Fundos FUNDEP

A Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP foi instituída em 1975 com a missão de dar apoio à gestão de projetos de pesquisa desenvolvidos na UFMG. Nos 30 anos de existência, sua atuação expandiu-se, juntamente com o crescimento da Universidade. Atualmente, a FUNDEP gerencia mais de mil projetos de pesquisa, extensão, ensino, prestação de serviços e desenvolvimento institucional, constituindo-se numa interface fundamental entre a UFMG e a sociedade.

O Conselho Curador deliberou que 70% do resultado operacional líquido da FUNDEP seja revertido em programas de incentivo à pesquisa e apoio acadêmico à UFMG. Para isto, foram constituídos o Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico e o Fundo FUNDEP de Apoio Institucional.

O Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico foi instituído em 1986, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento da pesquisa, ensino e extensão da UFMG, em áreas pouco fomentadas pelo apoio governamental ou de interesse estratégico da Universidade. Esse fundo corresponde a 30% do resultado operacional líquido anual da FUNDEP. No período 2000 a 2004, como mostra o Quadro 15, foram aplicados quase 10 milhões de reais na UFMG, dos recursos do Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico.

Quadro 15

Recursos do Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico – 2000-2004

Ano	Valores em Reais*
2000	2.533.346,04
2001	2.376.378,71
2002	2.034.152,79
2003	1.372.716,63
2004	1.276.880,00
Total	9.593.474,17

*a preços de 2004

Fonte: Atas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

A utilização dos recursos que compõem o Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico é decidida, anualmente, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Entre as aplicações aprovadas encontra-se a aquisição de equipamentos e a realização de obras destinadas a ampliar a capacidade da UFMG na formação de graduados, e no suporte da infra-estrutura de pesquisa e de pós-graduação. Esse apoio foi essencial para a consolidação de cursos novos, como Fonoaudiologia, Agronomia, Artes Cênicas, Engenharia de Controle e Automação, Matemática Computacional, Ciências Atuariais e Turismo, e para aqueles que tiveram vagas ampliadas no turno noturno. O apoio à implantação e consolidação de cursos de pós-graduação destina-se àqueles que demandam recursos para atingir um patamar consolidado, visando a que alcancem melhor classificação na avaliação da CAPES.

Outra modalidade de utilização dos recursos desse fundo aprovada pelo CEPE é destinada ao incentivo à produção de material didático para o ensino de graduação. Seu objetivo é dar visibilidade à produção didática dos professores da Universidade, por meio da publicação desses livros pela Editora UFMG. Visa,

também, ao estímulo para que os professores sistematizem e qualifiquem o material didático que é utilizado como apoio às aulas. Dessa forma, essa produção, que tem como referência a competência instalada na UFMG, será disponibilizada para outras instituições.

Os recursos têm sido aplicados também no programa de apoio à propriedade intelectual, cujos objetivos são manter e aumentar o número de patentes de inovações produzidas na Universidade, e estimular o licenciamento das patentes existentes, captando novos recursos a serem investidos nesse sistema. Com eles também foi criado um fundo para internacionalização, com os objetivos de apoiar convênios que envolvam docentes da UFMG com planos de trabalho com instituições estrangeiras, incentivar o desenvolvimento de projetos internacionais institucionalizados que tenham impacto diferenciador e multiplicador na graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão. Visa também apoiar grupos que participam de redes e consórcios de universidades conveniadas, incentivar a criação de grupos de pesquisa internacionais, temáticos ou multidisciplinares, e a apoiar projetos nas áreas prioritárias da política de internacionalização da UFMG: a América Latina e os países de língua portuguesa.

Além dessas modalidades de apoio, os recursos do Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico auxiliaram na atualização e diversificação dos títulos do acervo bibliográfico. Atuaram também na composição de um fundo para auxiliar a publicação de artigos de pesquisadores da UFMG em periódicos de impacto, de modo a possibilitar maior inserção da Universidade na comunidade científica internacional.

Os Quadros 16 a 19, a seguir, demonstram a evolução das aplicações do Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico no período 2001-2004, em valores correspondentes ao ano de sua aprovação.

QUADRO 16

Aplicação dos recursos do Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico – 2001

Projeto	Cursos	Valor (R\$)
Apoio a cursos de graduação	Fonoaudiologia	125.000
	Agronomia	230.000
	Artes Cênicas/Teatro Universitário	200.000
	Turismo	100.000
Apoio à Instalação do Curso de Odontologia		176.277
Centro de Musicalização Infantil		200.000
Observatório Astronômico		100.000
Edital de Projetos de Pesquisa		200.000
Programa de Apoio a Recém-Doutores		250.000
Apoio a Cursos de Pós-Graduação Conceitos 4 e 5		250.000
Total		1.831.277

Fonte: Atas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

QUADRO 17

Aplicação dos recursos do Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico – 2002

Projeto	Valor (R\$)
Apoio a Publicações Internacionais Indexadas	50.000
Rede de Museus, Centros e Espaços de Ciência e Tecnologia na UFMG	250.000
Biblioteca Comunitária no NCA	82.881
Programas de Pós-Graduação Conceito 3	100.000
Programa Professor Sênior	123.567
Programa de Auxílio a Projetos Estruturantes	200.000
Programa de Apoio a Recém-Doutores	250.000
Produção de Programas de TV	97.611
Programa de Internacionalização da UFMG	50.000
Ampliação do Acervo Bibliográfico	250.000
Incentivo à Produção de Material Didático para o Ensino de Graduação	200.000
Equipamentos e Auxílio-Instalação para Novos Cursos	250.000
Total	1.904.059

Fonte: Atas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

QUADRO 18

Aplicação dos recursos do Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico – 2003

Projeto	Valor (R\$)
Implantação e Consolidação de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	250.000
Programa de Apoio a Recém-Doutores	300.000
Produção de Material Didático para a Graduação	150.000
Propriedade Intelectual (registros e patentes, nacionais e internacionais)	236.930
Estruturas de Produção Televisiva e Radiofônica na UFMG	167.000
Fundo para Internacionalização	30.000
Programa para Auxílio para publicação de Periódicos Científicos na UFMG	100.000
Total	1.233.930

Fonte: Atas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

QUADRO 19

Aplicação dos recursos do Fundo FUNDEP de Apoio Acadêmico – 2004

Projeto	Valor (R\$)
Implantação e Consolidação de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	250.000
Programa de Apoio a Recém-Doutores	300.000
Propriedade Intelectual (manutenção de patentes)	150.000
Consolidação do Acervo de Arqueologia (ação estruturante)	150.000
Acervo Bibliográfico	250.000
Fundo para Internacionalização	30.000
Auxílio para Publicação de Periódicos Científicos na UFMG	100.000
Total	1.280.000

Fonte: Atas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

O Fundo FUNDEP de Apoio ao Desenvolvimento Institucional foi criado em 2000, disponibilizando, em caráter permanente, 40% do resultado operacional líquido anual daquela fundação para ações da Universidade que atendam às necessidades de obras civis de infra-estrutura e edificações, voltadas prioritariamente para a pesquisa. Nos primeiros oito anos, o Conselho Curador determinou que todo o volume de recursos arrecadado fosse destinado a obras voltadas para o desenvolvimento do Campus Pampulha.

QUADRO 20

Evolução dos recursos do Fundo FUNDEP de Apoio Institucional – 2000-2004

Ano	Valores em Reais (a preço de 2004)
2000	3.377.792,68
2001	3.168.505,88
2002	2.712.204,13
2003	1.770.507,91
2004	1.702.507,00
Total	12.731.517,60

Fonte: FUNDEP – Relatório Anual de Atividades 2005

Conforme mostra a evolução do Quadro 20, desde a sua criação até o ano de 2004, o Fundo FUNDEP de Apoio Institucional destinou cerca de 13 milhões de reais para a UFMG.

Educação básica e profissional

A atuação da UFMG na área da educação básica e profissional teve início em 1948, quando foi criado o Ginásio de Aplicação, vinculado à Faculdade de Filosofia, posteriormente denominado Colégio de Aplicação, voltado para a formação do que hoje é chamado de ensino fundamental. Em 1952 foi criado o Teatro Universitário, destinado à formação de atores em nível médio. Em 1967, foi criado o Colégio Técnico, em razão de convênio firmado entre o Brasil e o Reino Unido, para a formação de técnicos de nível médio. A esse Colégio foi agregado o Colégio Agrícola do Núcleo de Ciências Agrárias de Montes Claros, incorporado à UFMG em 1968. Em 1986, sob a denominação de Centro Pedagógico, foram englobados o Colégio de Aplicação, agora denominado de Escola Fundamental, e o Colégio Técnico, oferecendo cursos nos níveis fundamental, médio e técnico.⁵³

Esses cursos envolvem cerca de 180 docentes, sendo que na Escola Fundamental e no Colégio Técnico registra-se um índice elevado de professores substitutos, situação que é mais grave no primeiro caso, quando eles corresponderam, em média, a 50% do total no período 2003 e 2005. No Colégio Técnico, essa proporção foi de 32% no mesmo período. Essa situação se deve à posição da área na Universidade, objeto de análise no final da década de 1990, conforme determinado pelo CEPE, para avaliar a pertinência da concessão de vagas docentes na carreira de 1º e 2º graus. Resultaram desse estudo propostas de reorganização da área nos níveis pedagógico e administrativo, estando a decisão final ainda em debate no âmbito do Conselho Universitário.

Uma exposição da distribuição das matrículas e conclusões na educação básica da UFMG encontra-se na Tabela 51.

TABELA 51

Matrículas e conclusões nos cursos da educação básica e profissional da UFMG – 2003-2005.

Tipos de cursos	2003	2004	2005
<i>Ensino fundamental</i>			
Matrículas	661	682	669
Conclusões	59	83	72
<i>Técnico e médio concomitante</i>			
Matrículas	537	522	504
Conclusões	145	155	119
<i>Teatro nível médio</i>			
Matrículas	49	50	51
Conclusões	12	12	13
<i>Técnico agrícola</i>			
Matrículas	42	52	52
Conclusões	9	12	12

Fonte: Seções de Ensino

⁵³ Informações extraídas de PEIXOTO, Maria do Carmo L. *et al. Educação básica e profissional na UFMG, diagnóstico e perspectivas*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1999.

A Escola Fundamental oferece 90 vagas anuais, ocupadas por meio de sorteio. O Colégio Técnico oferece o curso técnico concomitante com o médio, com 108 vagas anuais oferecidas em concurso, divididas em proporções iguais para alunos que fizeram o ensino fundamental em escolas públicas, de forma mista em escolas públicas e particulares, e em escolas particulares. Além disso, o Colégio reserva, anualmente, 90 vagas para os alunos que concluíram o curso na Escola Fundamental, totalizando a entrada de 198 alunos por ano para os cursos médio e técnico de nível médio concomitante. No caso de o número de concluintes da Escola Fundamental ter sido menor do que o que foi reservado, as vagas restantes são somadas às 108, para serem oferecidas em concurso. O Teatro Universitário oferece 20 vagas anuais para o curso de nível médio, e o Núcleo de Ciências Agrárias oferece 40 vagas anuais para o curso de Técnico Agrícola.

Museus

Em 2001, a UFMG criou a Rede de Museus e Espaços de Ciências e Tecnologias, que agregou o conjunto de instituições existentes voltadas para essa área. A criação dessa rede teve por objetivos somar esforços, otimizar recursos, buscar soluções para problemas comuns, definir estratégias e planejar ações conjuntas, ampliar o intercâmbio com o público e agir de forma solidária, preservando a identidade, as características e a missão de cada espaço componente.

A Rede de Museus e Espaços de Ciências e Tecnologias da UFMG congrega atualmente oito espaços de ciências e tecnologias, situados em vários setores da região metropolitana de Belo Horizonte. São eles:

- Centro de Memória da Engenharia e Centro de Memória da Medicina – Esses centros guardam a memória dos cursos e de profissionais que contribuíram para o desenvolvimento de suas respectivas áreas de atuação. Possuem acervos documentais, bibliográficos e tridimensionais, que revelam a memória científica da Engenharia e da Medicina na UFMG, em Minas Gerais e no Brasil;
- Centro de Referência em Cartografia Histórica – guarda rico acervo cartográfico voltado para o Brasil Colônia;
- Estação Ecológica – conta com ampla área verde, disponível para pesquisas e atividades de educação ambiental;
- Laboratório de História e Educação em Saúde – desenvolve ações itinerantes de educação em saúde, atuando em escolas, comunidades e eventos;
- Museu de Ciências Morfológicas – com acervo voltado para o organismo humano e sua estrutura morfofisiológica. Desenvolve trabalho de educação para a saúde e preservação da vida com qualidade, mantendo, ainda, estreito intercâmbio com escolas de ensino fundamental e médio, e desenvolvendo trabalho de inclusão social e de pessoas com necessidades especiais de aprendizado, especialmente os deficientes visuais;
- Museu de História Natural e Jardim Botânico – abriga rico acervo museológico e de pesquisa, especialmente representado por coleções de arqueologia, paleontologia, zoologia, arte popular, como o centenário Presépio do Pipiripau, dentre outras. Sua ampla área verde é utilizada no desenvolvimento de atividades de educação ambiental.
- Observatório Astronômico Frei Rosário – oferece ao público a oportunidade de conhecer a astronomia através de diferentes atividades, como palestras, aulas com projeções de imagens astronômicas e identificação de corpos celestes. Dispõe também de um planetário móvel que possibilita realizar atividades itinerantes.

Dentre os resultados alcançados com a criação da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Tecnologias, destaca-se o maior aporte de recursos, obtidos por meio do Fundo FUNDEP, e aplicados principalmente na melhoria da infra-estrutura dos espaços que integram a Rede. Posteriormente, a captação de recursos através de projetos ampliou o número de parceiros, incluindo CNPq, BNDES, FAPEMIG, MCT, IPHAN, o que permitiu o crescimento individual dos espaços, bem como a consolidação da rede, em consonância com a política nacional de museus.

As pesquisas desenvolvidas nos espaços de ciências ganharam maior visibilidade a partir da realização de programas mais efetivos de divulgação científica e popularização da ciência. Ao mesmo tempo, as ações educativas e de inclusão social foram ampliadas, e alguns projetos ganharam dimensão internacional. Além do aumento significativo e da diversificação do público atendido, o trabalho expográfico itinerante desses museus tem possibilitado a ampliação do contato entre a UFMG e a sociedade.

Apreciação

A atuação da UFMG tem sido bastante intensa e diversificada na área da cultura, mesclando-se com ações mais diretamente relacionadas à extensão e, ao mesmo tempo, adquirindo autonomia em relação a elas. São atividades voltadas para públicos diversos, indo do erudito ao popular, e nos vários campos das artes e manifestações populares. Em termos quantitativos, o que tem sido realizado é significativo, considerando-se a diversidade de projetos e ações executadas, o público atingido, a participação de alunos, a abrangência e variedade dos campos do conhecimento e dos fazeres culturais e artísticos envolvidos. Como parte da concretização das ações de responsabilidade social da UFMG, contudo, é necessário aprimorar a identificação das demandas do entorno social, e das alternativas de atendimento. Isto possibilitará maior eficácia da atuação nessa área, no que se refere à promoção da integração entre universidade e sociedade, principalmente tendo em vista aquelas populações mais desprovidas de recursos econômicos e do acesso a bens e serviços culturais. Bons exemplos do que a Universidade pode fazer nessa direção, são as Jornadas Culturais, as ações desenvolvidas no Vale do Jequitinhonha e as atividades que estão sendo planejadas para a região da Serra do Cipó.

Nesse sentido, devem ser destacadas, de modo especial, as ações nas áreas acadêmicas voltadas para as profissões fora dos setores artístico e cultural, considerando-se a educação e a cultura como dois braços de uma responsabilidade social que não é paternalista ou filantrópica, mas propiciadora de consciência transformadora e de inclusão social. A explicitação desses conceitos e objetivos, nos conteúdos programáticos e temáticos e nos propósitos das ações culturais, deve ser parte do modelo de atuação que está sendo instituído. Tendo em perspectiva a manutenção e, mesmo, a ampliação das ações da UFMG nessa área, dois itens importantes devem ser contemplados: a construção de um processo que garanta ampla divulgação dessas ações, conferindo à UFMG uma imagem pública compatível com suas atividades nessa área, e a constituição de um suporte na área de marketing para a elaboração de projetos, obtenção de recursos por meio das leis de incentivo e demais processos de captação de recursos financeiros.

No que concerne à Editora UFMG, a ampliação de sua produção tem sido significativa, tanto em termos quantitativos como qualitativos, contribuindo para a divulgação do que é produzido pela Universidade. É justamente em função da ampliação das dimensões de sua atuação que a UFMG precisa avaliar, de modo mais adequado, os impactos decorrentes da existência, em seu interior, de uma instituição como a Editora, e o que precisa ser feito para assegurar a continuidade desse projeto. O relatório de auto-avaliação da Editora aponta que, além dos desafios decorrentes das responsabilidades crescentes, a ausência de uma análise organizacional que permita diagnosticar e propor soluções para situações decorrentes da natureza do trabalho editorial gera problemas que têm a ver tanto com deficiências de qualificação profissional, quanto com a estruturação e organização do processo de trabalho. Dificuldades decorrentes

da falta de um modelo de definição jurídica, de pessoal, e de infra-estrutura física e de equipamentos, são também aspectos importantes. A grande maioria desses problemas está intimamente relacionada às limitações decorrentes da ausência de autonomia de gestão, prevista na Constituição Federal.

O Hospital das Clínicas, além de desenvolver extensa e relevante atividade de prestação de serviços, constitui-se em local de prática de ensino que o qualifica como o maior formador de profissionais da área de Saúde de Minas Gerais. Além disso, a gestão hospitalar e de financiamento ali praticadas tem se constituído em modelo para os hospitais universitários do país, demonstrando que um hospital universitário é capaz de formar pessoas, prestar assistência e produzir conhecimentos ao mesmo tempo em que desfruta de uma vida financeira em ordem. O relatório de auto-avaliação produzido pelo HC destaca as dificuldades evidenciadas no tratamento dos encargos docentes pela Universidade, tendo em vista o atendimento de qualidade que é prestado, e a crescente complexidade que a sociedade dele demanda. A organização atual do trabalho docente na área da Saúde, tanto no ensino de graduação quanto na residência médica, não incorpora toda a complexidade do ato docente-assistencial. Este ato envolve dupla responsabilidade, a de cuidar e de ensinar com competência e ética, e a responsabilidade final pelos atos assistenciais, que deve ser contemplada de modo mais abrangente, tendo em vista que as formas habituais de avaliação acadêmica da Universidade estão mais direcionadas para o ato do ensino.

A constituição dos Fundos FUNDEP de Apoio Acadêmico e de Desenvolvimento Institucional se revelou um modo pertinente de relação entre a Universidade e sua principal fundação de apoio, constituindo-se também num exemplo para a gestão de outras universidades públicas. Além disso, o montante de recursos que eles aportam tem representado contribuição significativa na estruturação de prioridades de investimento e expansão, num leque diversificado de projetos. A destacar, ainda, a transparência da tomada de decisão com respeito ao Fundo de Apoio Acadêmico, que está a cargo de órgão de deliberação superior. Associa-se a isso o processo de controle que a UFMG exerce sobre suas fundações, obrigadas a prestação de contas ao Conselho Universitário.

A atuação da UFMG na área de educação básica e profissional evidencia o seu compromisso com os outros níveis de ensino. Os dados relativos às escolas de educação básica indicam, contudo, que seu desempenho, no que se refere à conclusão dos cursos pelos estudantes, tem deixado a desejar. As taxas de conclusão da Escola Fundamental do Centro Pedagógico têm estado mais próximas do número de vagas oferecidas, com retenção de 20%. No caso do Colégio Técnico, considerando a média de 139 conclusões no período, a taxa de retenção e/ou a evasão é da ordem de 30%. Os cursos técnicos de Teatro e Agrícola, por sua vez, mesmo oferecendo pequeno número de vagas, apresentam índices de evasão e/ou retenção da ordem de 40% e 70% ao ano, respectivamente, queo que merece uma análise especial por parte da Universidade.

Anexo I

Auto-avaliação parcial da Universidade Federal de Minas Gerais com a utilização de grupos focais

EQUIPE

Coordenação Geral da Pesquisa

Corinne Davis Rodrigues

Assistente de Pesquisa

Rodrigo Ednilson

Equipe

Daniel Aguiar de Leighton Brooke

Gabriela Chaves Moraes

Lídia Cristina S. Barbosa

Raquel Guilherme de Lima

Rogério Jerônimo Barbosa

Colaboração Adicional

Breno Henrique Cypriano

Marcos Arcanjo de Assis

Renata Santos

Objetivo

A proposta da presente pesquisa é investigar alguns dos tópicos do Roteiro de Auto-avaliação da UFMG utilizando o método de grupos focais. A pesquisa tem o seguinte objetivo: compreender as diferenças de percepções e entendimento dos diferentes atores da Universidade (discentes, docentes e funcionários técnicos ou administrativos) sobre diversos temas do roteiro de auto-avaliação, especificamente aqueles relacionados a ensino, pesquisa, extensão, gestão e organização da Universidade, e comunicação dentro da Instituição e com a comunidade maior.

Descrição geral

O grupo focal é entendido como uma técnica de pesquisa qualitativa que tem como objetivo recolher informações em profundidade sobre tópicos e aspectos que interessam ao pesquisador, num contexto de interação grupal. Essa interação é produzida artificialmente, quando os indivíduos são aleatoriamente colocados em contato. O grupo focal permite, assim, maior conhecimento das percepções e representações que determinados indivíduos têm sobre diferentes assuntos. Objetiva-se, pois, o levantamento de dados a respeito da realidade social por intermédio da relação dialógica de indivíduos que são estimulados a apresentarem suas percepções sobre determinada realidade, e até mesmo fazendo com que ocorra um fluxo das diversas percepções que cada um pode traçar, o que pode gerar um debate entre as posições assumidas pelos indivíduos.

O método de grupos focais, comparado com outros, tais como o *survey*, apresenta algumas vantagens: permite conhecer com mais profundidade contextos específicos e motivações complexas, produz dados concentrados no tópico de interesse da pesquisa, tem baixo custo e, se bem conduzido, produz dados portadores de alta validade (*face validity*) científica. Especificamente, os dados do grupo focal são produzidos a partir da interação do grupo, sendo especialmente útil para o estudo de comportamentos e motivações complexas, bem como para a compreensão de significados sociais. Além disso, esse método permite a obtenção de informações difíceis de serem captadas em uma pesquisa quantitativa, pois propicia um grau bem maior de integração entre os pesquisadores e os pesquisados, produzindo, assim, uma gama mais variada de opiniões. Utilizado como forma complementar ao *survey* ou a outros instrumentos quantitativos, o método do grupo focal pode produzir resultados bastante eficazes.

Conforme as orientações de Robert K. Merton, considerado o precursor desse método, os grupos, em geral, devem ser organizados com um número reduzido de pessoas (entre 7 e 12), a fim de facilitar e incentivar a interação entre os membros. A conversação gira em torno de alguns tópicos (no máximo 5), arrolados em um roteiro de questões previamente elaborado pela equipe de pesquisadores. Cada grupo é coordenado por um moderador (ou facilitador) e acompanhado por observadores encarregados de registrar os comportamentos dos participantes, principalmente os de tipo não-verbal, já que a conversa é geralmente gravada. Ao contrário do moderador, que tem uma participação mais ativa no processo, os observadores devem manter-se discretos.

O procedimento metodológico do grupo focal supõe uma série de técnicas que vão desde o planejamento até a análise de dados, todas elas com o objetivo de garantir a efetividade da pesquisa científica. Especificamente, cuidados devem ser tomados na seleção da amostra e composição dos grupos, no roteiro de perguntas utilizado e no treinamento do moderador.

Para a presente pesquisa – a Auto-avaliação Parcial da UFMG –, o uso de grupos focais como método de coleta de dados é particularmente apto. Dado que várias das dimensões do roteiro de auto-avaliação requerem informações sobre as percepções e compreensão dos diversos atores (especificamente discentes, docentes e funcionários técnico-administrativos) sobre atividades universitárias (como ensino, pesquisa, organização e comunicação), o uso de grupos focais permite entender não somente opiniões ou percepções individuais, mas como esses atores entendem essas atividades como grupo.

Amostra e composição dos grupos focais

O grupo focal é selecionado e recrutado com base na capacidade de seus componentes de gerar informações necessárias aos objetivos da pesquisa. Para facilitar o diálogo, os participantes devem ter características sociais semelhantes, particularmente no que se refere ao nível socioeconômico e cultural. Dessa forma, evita-se tanto a proeminência e saliência de uns, quanto a timidez e o constrangimento de outros. Dependendo do objeto da pesquisa, outras variáveis, como gênero, idade e cor devem ser contempladas, desde que sejam consideradas relevantes para a caracterização das opiniões emitidas. Usando amostragem intencional, tenta-se maximizar a variabilidade em algumas características-chave e teoricamente importantes em vez de garantir a representatividade de uma população. Porém, cuidado deve ser tomado para garantir um mínimo de homogeneidade dentro do grupo, para que cada membro possa falar sobre o tema proposto e não se sentir constrangido ao fazê-lo. Em casos em que uma das características do grupo – por exemplo, gênero – criaria constrangimento (colocando homens e mulheres no mesmo grupo), segmentam-se os grupos, formando-se outros distintos para cada conjunto daquela característica (um grupo somente de homens e outro somente de mulheres, por exemplo).

É recomendado um mínimo de três grupos focais para garantir a saturação do tema. Essa quantidade deve ser multiplicada pelo número de grupos segmentados, para garantir essa saturação com cada subgrupo. Para a composição, é recomendado que se tenha não menos de cinco participantes e não mais que 12, a fim de garantir um fluxo ótimo de informação.

Para fins desta pesquisa, foram planejados 12 grupos focais, englobando quatro grandes temas: pesquisa, ensino, organização da Universidade e comunicação na Universidade. Os grupos foram segmentados em três subgrupos: discentes, docentes e funcionários técnicos ou administrativos. Planejaram-se três grupos focais dos discentes sobre os temas de ensino, pesquisa, extensão e organização da Instituição; seis grupos focais com docentes (três sobre os temas de ensino, pesquisa e extensão; e três sobre organização e comunicação da instituição); e três grupos com funcionários técnicos ou administrativos sobre os temas de organização e comunicação da Instituição.

Além da segmentação dos grupos focais por função na Universidade, os sete participantes foram selecionados para maximizar a variação em três características adicionais consideradas importantes na discussão dos temas.

Discentes

- Tempo na Universidade (até o 4º período e depois do 4º período).
- Área de curso (ciências humanas, exatas ou biológicas).
- Envolvimento na Universidade (se participa ou não do Conselho Universitário ou do CEPE).

Docentes

- Tempo na Universidade (contratação há menos de 5 anos e há mais de 10 anos).
- Área de atuação (ciências humanas, exatas ou biológicas).
- Sexo.

Funcionários técnicos ou administrativos

- Tempo na Universidade (contratação há menos de 5 anos e há mais de 10 anos).
- Área de atuação (técnico ou administrativo).
- Tipo de atuação (administrativo: atendimento ao público ou outra função; técnico: laboratório ou outra função).

Deve-se salientar que todos os participantes docentes e funcionários selecionados são efetivos, excluindo-se da amostra docentes substitutos, funcionários terceirizados e afins. No total, esperava-se 21 discentes, docentes e funcionários para participar dos grupos focais. Dado o risco de não comparecimento de um ou mais dos participantes, recomenda-se o sobre-recrutamento. Neste caso, então, o recrutamento foi de nove participantes por grupo, num total de 27 para cada segmento (discentes, docentes e funcionários).

Houve, de fato, somente nove dos 12 grupos focais planejados. Durante o período de recrutamento, tornou-se evidente que não seria possível o recrutamento de professores suficientes para seis grupos focais, no período alocado para a realização da pesquisa. Por essa razão, houve uma redução no número de grupos de docentes, de seis para três grupos, e a concentração destes sobre o tema de ensino, pesquisa e extensão. Para cobrir os temas de comunicação e organização da Instituição, realizaram-se seis entrevistas adicionais a docentes, com a seguinte composição:

- Dois professores da área de humanas:
 - o 1 com menos de 10 anos de contratação;
 - o 1 com mais de 10 anos de contratação .
- Dois professores da área de exatas:
 - o 1 com menos de 10 anos de contratação;
 - o 1 com mais de 10 anos de contratação.
- Dois professores da área de biológicas:
 - o 1 com menos de 10 anos de contratação;
 - o 1 com mais de 10 anos de contratação.

Recrutamento de participantes

Para maximizar a representatividade dos participantes dos grupos focais, o recrutamento abrangeu toda a Universidade Federal de Minas Gerais. Dado o tamanho de uma instituição como a UFMG, não foi possível utilizar técnicas de recrutamento direto (convites feitos pessoalmente) e ainda garantir uma cobertura completa da Instituição. Foi utilizado recrutamento indireto via correio e correio eletrônico. Apesar de esse método permitir uma cobertura mais ampla da população, ele é menos eficaz, requerendo um número maior de convites para atingir o número desejado de participantes. Cientes disso, planejamos um recrutamento mínimo dez vezes maior que o número desejado de participantes. Além dos convites enviados, foram colocados 40 cartazes (veja Apêndice 1) em 10 unidades da Instituição com informações sobre a pesquisa e também boletins informativos na página principal do site da UFMG. Para a localização e envio dos convites, diferentes técnicas foram utilizadas para discentes, docentes e funcionários.

Discentes

Os discentes foram recrutados por meio de comunicação direta feita por correio eletrônico. Junto à Fundação Mendes Pimentel (FUMP), responsável pela assistência estudantil da UFMG, obtivemos a lista de discentes atualmente matriculados, contendo o endereço eletrônico e residencial destes. Cerca de 7.000 convites foram enviados (veja a carta de convite dos discentes no Apêndice 1), procurando despachar o maior número de convites eletrônicos, tendo em vista a rapidez com que os discentes trocam de endereço eletrônico. O recrutamento de discentes participantes do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – o CEPE – e do Conselho Universitário demandou um contato pessoal, feito a partir de levantamentos junto aos Diretórios Acadêmicos (DAs) dos participantes do CEPE e do Conselho Universitário de cada uma das unidades de ensino. Com os representantes dos DAs conseguimos os telefones dos participantes dessas instâncias. Partimos, portanto, para um convite pessoal feito mediante ligações. Ainda para garantir o número necessário de participantes com vinculação ao CEPE e ao Conselho Universitário, foram feitas visitas às unidades ICB e ICB, onde foram encontradas maiores dificuldades para o recrutamento de discentes desse perfil. Dessa forma, foram feitos convites verbais, além de coleta de informações – como número de telefone –, para que o convite formal para a pesquisa fosse feito. A seleção de participantes realizou-se através dos discentes que responderam aos convites e que se encaixaram no perfil para a composição dos grupos (área de curso, tempo na Universidade e participação em CEPE ou Conselho Universitário). Um número total de 20 convites foi enviado para tais discentes. Essas técnicas de recrutamento resultaram em um total de 25 participantes, sete com participação no CEPE ou Conselho Universitário e 18 sem participação.

Docentes

Para garantir a composição de grupos focais com professores nas três grandes áreas de ensino (humanas, exatas e biológicas), dez departamentos foram selecionados aleatoriamente de cada área de uma lista de todos os departamentos acadêmicos da UFMG. Todos os professores efetivos dos departamentos sorteados receberam o convite para participar dos grupos por meio do seu correio eletrônico (veja Apêndice 1). Foram expedidos aproximadamente 600 convites desta forma, resultando em sete participantes. Para completar o recrutamento, optamos por enviar e-mails diretamente para os professores, evitando

passar pela secretária de cada departamento. Assim, evitamos também enviar e-mails no formato de *spams*, ou seja, as listas de e-mails que inibem muitas pessoas de ler as mensagens enviadas dessa maneira. Visitamos os sites das unidades e selecionamos aqueles que apresentavam publicamente os e-mails dos professores pertencentes ao departamento. A seleção de participantes foi feita dentre os docentes que responderam aos convites e que se encaixavam no perfil da composição dos grupos (área de atuação, tempo na Universidade e sexo). Conseguimos recrutar 17 participantes adicionais. No total, foram enviados aproximadamente 700 convites, resultando em 24 participantes.

Aproveitando desse recrutamento, os seis participantes das entrevistas foram selecionados também dentre os que responderam aos convites dos grupos focais e que se encaixavam no perfil das entrevistas (área de atuação e tempo na Universidade).

Funcionários

Para o recrutamento dos funcionários, uma lista de todos os servidores, por unidade, foi solicitada junto à Pró-Reitoria de Recursos Humanos, pela Diretoria de Avaliação Institucional. Foram selecionadas cinco unidades com números suficientes de funcionários técnicos e funcionários administrativos para atingir uma amostra aproximadamente dez vezes maior que o número de participantes necessário para os três grupos. As cinco unidades selecionadas foram: o Departamento de Serviços Gerais, a Faculdade de Farmácia, o Instituto de Ciências Exatas, o Instituto de Ciências Biológicas e a Faculdade de Letras. Em cada unidade, o número de funcionários administrativos e técnicos selecionados para receber o convite variava, devido à necessidade de manter a proporção prevista de funcionários por função (metade administrativos e metade técnicos) e a quantidade diferente desses funcionários em cada uma das unidades selecionadas. A distribuição de convites entre funcionários administrativos e técnicos para cada unidade se dividiu da seguinte maneira: todos os funcionários administrativos no Departamento de Serviços Gerais (148 convites); todos os funcionários técnicos do Instituto de Ciências Biológicas (100 convites); e todos os funcionários da Faculdade de Farmácia (78 convites); do Instituto de Ciências Exatas (111 convites); e da Faculdade de Letras (48 convites), num total de 493 convites. Os convites foram elaborados para cada funcionário selecionado nessas unidades e entregues ao setor de distribuição de correio de cada unidade (veja a carta de convite para os funcionários no Apêndice 1). Para completar esse processo, convites pessoais foram feitos para funcionários em outras duas unidades, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e Faculdade de Ciência da Informação. Essas duas técnicas de recrutamento resultaram em um total de 19 participantes.

Composição final dos grupos

Dado o não comparecimento de alguns dos participantes confirmados, a amostra final dos nove grupos focais foi a seguinte:

Discentes

Primeiro Grupo

Data: 17 de outubro de 2005

Local: sala 1032, FAFICH

Participantes: 4

- Uma aluna da área de biológicas, acima do 4º período, sem participação no CEPE ou Conselho Universitário.
- Dois alunos da área de humanas, acima do 4º período, sem participação no CEPE ou Conselho Universitário.
- Um aluno da área de humanas, acima do 4º período, com participação no CEPE.

Segundo Grupo

Data: 20 de outubro de 2005

Local: sala 1032, FAFICH

Participantes: 8

- Três alunas da área de humanas, após o 4º período, sem participação no CEPE ou Conselho Universitário.
- Um aluno da área de humanas, até o 4º período, com participação no CEPE.
- Um aluno da área de humanas, após o 4º período, com participação no CEPE.
- Um aluno da área de exatas, após o 4º período, com participação no CEPE.
- Um aluno da área de exatas, após o 4º período, sem participação no CEPE ou Conselho Universitário.
- Um aluno da área de biológicas, até o 4º período, sem participação no CEPE ou Conselho Universitário.

Terceiro Grupo

Data: 20 de outubro de 2005

Local: sala 4192, FAFICH

Participantes: 8

- Quatro alunos da área de humanas, após o 4º período, sem participação no CEPE ou Conselho Universitário.
- Uma aluna da área de humanas, até o 4º período, com participação no Conselho Universitário.
- Três alunos da área de exatas, após o 4º período, sem participação no CEPE ou Conselho Universitário.

Docentes

Primeiro Grupo

Data: 24 de outubro de 2005

Local: sala 1032, FAFICH

Participantes: 6

- Dois professores da área de exatas com mais de 10 anos de contratação.
- Três professores da área de humanas com mais de 10 anos de contratação.
- Uma professora da área de biológicas com mais de 10 anos de contratação.

Segundo Grupo

Data: 31 de outubro de 2005

Local: sala 4192, FAFICH

Participantes: 9

- Três professoras da área de humanas com mais de 10 anos de contratação.
- Três professoras da área de exatas com mais de 10 anos de contratação.
- Uma professora da área de biológicas com mais de 10 anos de contratação.
- Duas professoras da área de biológicas com menos de 10 anos de contratação.

Terceiro Grupo

Data: 7 de novembro de 2005

Local: sala 1032, FAFICH

Participantes: 7

- Dois professores da área de biológicas com mais de 10 anos de contratação.
- Uma professora da área de biológicas com menos de 10 anos de contratação.
- Dois professores da área de humanas com mais de 10 anos de contratação.
- Um professor da área de exatas com mais de 10 anos de contratação.
- Um professor da área de exatas com menos de 10 anos de contratação.

Funcionários

Primeiro Grupo

Data: 10 de outubro de 2005

Local: sala 1032, FAFICH

Participantes: 6

- Quatro funcionários técnicos com mais de 10 anos de contratação.
- Dois funcionários administrativos com mais de 10 anos de contratação.

Segundo Grupo

Data: 31 de outubro de 2005

Local: sala 1032, FAFICH

Participantes: 3

- Dois funcionários técnicos com mais de 10 anos de contratação.
- Uma funcionária administrativa com mais de 10 anos de contratação.

Terceiro Grupo

Data: 7 de novembro de 2005

Local: sala 4192, FAFICH

Participantes: 3

- Uma funcionária administrativa com menos de 10 anos de contratação.
- Um funcionário administrativo com mais de 10 anos de contratação.
- Uma funcionária técnica com mais de 10 anos de contratação.

O número de participantes para os grupos focais dos discentes e docentes foi de 20 e 22 participantes, respectivamente, aproximando-se do número total previsto de 21 participantes. No caso dos grupos de funcionários, houve um número bem menor (12 participantes) que o planejado. Porém, os dados levantados nos três grupos foram suficientemente similares para concluir que houve uma saturação dos temas dos grupos focais sem a necessidade de realizar grupos adicionais.

O perfil das entrevistas, com docentes, por sua vez, foi o seguinte:

Dois professores da área de humanas

- uma mulher com menos de 10 anos de contratação;
- um homem com menos de 10 anos de contratação.

Dois professores de exatas:

- uma mulher com mais de 10 anos de contratação;
- um homem com mais de 10 anos de contratação.

Dois professores de biológicas:

- um homem com menos de 10 anos de contratação;
- uma mulher com mais de 10 anos de contratação.

Estrutura de roteiro

O roteiro planejado também constitui um guia para evitar excessos e desvios dos assuntos, facilitando a administração do debate. O guia contém *probes* que ajudam a orientar a discussão.

A estrutura geral do guia do grupo focal contém uma estrutura específica, incluindo uma introdução clara à pesquisa e tema a ser discutido, uma pergunta inicial de “quebra-gelo” no intuito de criar um ambiente de maior interação grupal, desinibindo os participantes e motivando-os a estabelecerem uma discussão coletiva, além das perguntas específicas sobre o tema e de um fechamento.

No contexto específico desta pesquisa, foram elaborados três guias diferentes, um para cada subgrupo (docentes, discentes e funcionários). Os guias para os docentes e discentes tiveram as mesmas perguntas sobre ensino e pesquisa, a fim de garantir a comparabilidade. As perguntas dos guias foram elaboradas diretamente a partir de tópicos específicos do Roteiro de Auto-avaliação Institucional 2004 do Ministério da Educação, modificadas de forma apropriada para uso no método de grupo focal.

Os guias dos grupos focais utilizaram como base os sete tópicos seguintes do Roteiro de Auto-avaliação Institucional 2004:

1. Ensino (tópico 4.2.1).
2. Pesquisa (tópico 4.2.2).
3. Extensão (tópico 4.2.3).
4. Comunicação com a sociedade (tópico 4.4).
5. Políticas de pessoal, de carreiras de corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e condições de trabalho (tópico 4.5).
6. Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia em relação à mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios (tópico 4.6).
7. Infra-estrutura, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação (tópico 4.7).

Dentro de cada um desses tópicos maiores, dimensões específicas foram aprofundadas através das perguntas dos guias. Cabe ressaltar que o método de grupo focal, por ser qualitativo, não é capaz de captar dimensões numéricas ou quantitativas dos tópicos enumerados acima. Sendo assim, somente aquelas dimensões dos tópicos referentes às opiniões, percepções e avaliações dos participantes foram escolhidas para servir como base das perguntas dos grupos focais. As dimensões específicas que foram incluídas nas perguntas e discussões dos grupos focais foram:

1) Ensino

- a. Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação do docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso de novas tecnologias no ensino.

2) Pesquisa

- a. Políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores (inclusive iniciação científica).
- b. Articulação de pesquisa com as demais atividades acadêmicas.
- c. Critérios para o desenvolvimento de pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicação e divulgação dos trabalhos.
- d. Há política de auxílio aos membros da IES em relação à apresentação de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais?
- e. São desenvolvidas atividades que permitem a inter-relação do ensino com a pesquisa?

3) Extensão

- a. Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social.
- b. Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto na sua formação.
- c. As atividades de extensão estão integradas com as de ensino e pesquisa?

4) Comunicação com a sociedade

- a. Quais são os meios de comunicação utilizados pela IES?
- b. A comunicação da IES é efetiva e comprometida com a sua missão?
- c. A comunicação interna da IES é freqüente? Quais são os canais de comunicação utilizados?
- d. Existe uma adequada comunicação entre os membros da IES?
- e. A informação entregue aos usuários da IES é completa, clara e atualizada?

5) Políticas de pessoal, de carreiras de corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e condições de trabalho

- a. Clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.
- b. Qual é a relação entre a quantidade de estudantes dos cursos e os recursos humanos?
- c. O número de pessoal é suficiente para responder aos objetivos da missão da UFMG?
- d. Existem instâncias que permitem conhecer o grau de satisfação com as condições de trabalho, os recursos e outros aspectos vinculados à função?
- e. Há instâncias que fomentam a qualificação dos corpos docente e técnico-administrativo?

- 6) Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia em relação à mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios
 - a. Modos de participação dos atores na gestão.
 - b. Uso de gestão estratégica para antecipar problemas e soluções.
 - c. Existem procedimentos adequados e conhecidos para organizar e conduzir os processos de tomada de decisão?
 - d. A gestão está orientada para resultados ou processos?
 - e. Existem procedimentos adequados e conhecidos para organizar e conduzir os processos de tomada de decisão?
 - f. O grau de centralização ou descentralização desses procedimentos é adequado?
 - g. Os órgãos colegiados funcionam permitindo a participação e a democracia interna, com critérios de composição?
- 7) Infra-estrutura, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação
 - a. Adequação da infra-estrutura da Instituição em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão.
 - b. Qual é o estado de conservação dos laboratórios e bibliotecas? Quais são as carências mais relevantes?
 - c. Qual é o grau de satisfação dos usuários da biblioteca?
 - d. A Instituição possui, em seu quadro de pessoal, os profissionais técnicos e administrativos para o uso e manutenção das instalações/ infra-estrutura?

Essas dimensões específicas foram incluídas nas perguntas amplas dos guias dos grupos focais e entrevistas, sendo que os grupos focais dos discentes e docentes se detinham nos temas de ensino, pesquisa e extensão. Já os grupos focais de funcionários e as entrevistas dos docentes captaram as dimensões de comunicação, organização e gestão. Todos os guias dos grupos focais e entrevistas encontram-se no Apêndice 2.

Técnicas de análise dos dados

Todos os grupos focais e as entrevistas foram transcritos e importados dentro do *software* para análise qualitativa N6. Para a análise dos dados, foi utilizada a técnica de análise temática, a qual envolve três etapas: o desenvolvimento de uma estrutura temática a partir dos grandes temas da pesquisa, uma "codificação" inicial dos dados dentro desses temas, uma segunda "codificação" dos temas em subtemas e, finalmente, um mapeamento dos temas e subtemas por caso.

O primeiro procedimento na utilização desse *software* foi a codificação do texto transcrito, isto é, a classificação das falas dos participantes em categorias demográficas para permitir a criação de casos para comparação. Assim, cada participante dos grupos teve sua fala codificada nas categorias demográficas de acordo com as informações que foram obtidas por meio da aplicação de um questionário socioeconômico antes do início dos grupos focais. Os entrevistados forneciam oralmente ao pesquisador os seus dados antes do começo da entrevista, não necessitando de preencher tal questionário (veja no Apêndice 3 a estrutura completa das categorias demográficas).

Para codificarmos os dados temáticos, dividimos nossas atividades em três fases. A primeira consistia na leitura de todas as transcrições e na classificação em temas gerais, inspirados no Roteiro de Auto-avaliação Institucional 2004 proposto pelo MEC. Essas categorias temáticas tratavam de forma geral sobre os assuntos, isto é, incluíam críticas, visões positivas, experiências pessoais e depoimentos. Elas foram as seguintes: pesquisa, extensão, ensino, comunicação, condições de trabalho (que incluía tópicos como as relações de trabalho, as opiniões sobre a infra-estrutura, as opiniões acerca da preocupação da Universidade com o bem-estar e com as posições dos que nela trabalham), tomada de decisões (opiniões sobre os processos deliberativos na Universidade) e avaliação da UFMG (relacionada diretamente a um tópico proposto no roteiro das entrevistas e dos grupos focais, em que se pedia para o participante dar uma nota quantitativa ou qualitativa à Universidade e a justificasse).

Na segunda fase, houve uma releitura dos textos, orientada por tema, para a verificação de subtemas recorrentes e a criação dessas categorias classificatórias. As atividades dessa fase foram divididas entre os membros da equipe de pesquisa, para que cada um pudesse conferir atenção exclusiva a determinados temas. (Para melhor visualização da disposição final das categorias temáticas e subtemas, ver Apêndice 1.)

A terceira fase consistia no mapeamento desses temas e subtemas e na comparação de casos através de buscas de interseções e relações entre os temas.

Resultados

Após a análise dos grupos focais e entrevistas, surgiram informações importantes sobre cada uma das sete áreas tratadas por esta pesquisa. Cabe ressaltar que os temas delineados a seguir se referem aos que foram mais citados e tratados pelos participantes.

Ensino

A discussão entre os participantes dos grupos focais sobre o ensino concentrou-se em cinco grandes áreas: a qualidade do ensino; a dedicação dos docentes a relação da pesquisa com o ensino; a relação do ensino com o mercado de trabalho; e as reformas curriculares.

Qualidade

Apesar de alguns funcionários participantes terem a visão de que a qualidade do ensino é a maior preocupação da Universidade e onde são investidos os maiores esforços, houve muitas preocupações sobre a importância do ensino por parte dos docentes e discentes. Primeiramente, alguns docentes levantaram a questão da dificuldade de se medir a qualidade do ensino, uma vez que "conhecimento é algo mais amplo do que resultados" e que a qualidade do ensino muitas vezes também está ligada à qualidade do discente. Alguns docentes também mencionaram certo temor de que a Universidade estaria perdendo a sua qualidade, especialmente na licenciatura e cursos noturnos, e que a única coisa que impedia uma piora significativa nessas áreas eram os esforços individuais de alguns docentes.

...estou sentindo que o negócio está degradingolando, por exemplo, a parte de licenciatura, que eu sinto assim, lá no departamento e outras pessoas que a gente conversa, que isso só funciona pelo empenho, é coisa pessoal mesmo, você pega aquilo como uma bandeira e leva sozinho, quase ninguém te apóia, é um negócio insano, esses cursos noturnos é uma loucura, no meu departamento funciona normalmente durante o dia, que é um beleza, à noite aquele negócio dá até depressão nervosa. (Professor, Exatas)

Outro fator mencionado pela maioria dos docentes e discentes que parece estar comprometendo a qualidade do ensino na Universidade é a perda de importância da graduação em comparação com a pós-graduação e a pesquisa, o que estaria comprometendo a qualidade do ensino na graduação de diferentes formas. Algumas dessas formas mencionadas foram: os docentes são contratados pela sua produção acadêmica, ao invés da capacidade de ensinar; muitos docentes estariam dando aula na graduação apenas por obrigatoriedade; alguns docentes com doutorado acreditam que não deveriam dar aulas em certos níveis da graduação.

As pessoas hoje são muito mais especialistas, as pessoas estão sendo contratadas realmente como pesquisadores, eles não são professores. Então hoje eu tenho muita dificuldade em conversar com os meus colegas, sabe assim, esta questão da importância da graduação, muito deles dão aula porque realmente são obrigados a darem aulas. Eu sou de uma época, entende, onde o compromisso com a universidade pública, com o ensino eram coisas que tinham valor. E hoje as contratações são feitas pelo tanto que o cara consegue publicar. (Professora, Exatas)

...eu tenho medo de que a UFMG piore nesses próximos anos, no fundamental que seria o ensino da graduação, mesmo, o que eu tenho visto, que não é da UFMG, mas é uma coisa geral, é uma supervalorização do número de artigos publicados, índice de impacto associado, fazendo com que a graduação não seja importante, e a pós-graduação também não, a não ser no sentido de produção de paper, a formação de alunos, eu sinto muita tristeza que está sendo cada vez mais negligenciada por falta de tempo mesmo, porque a prioridade não é essa. (Professora, Biológicas)

O MEC cria para nós um baita problema... Então hoje a universidade nossa é voltada para a pós-graduação, eles abandonaram a graduação, eu tenho esse sentimento muito claro. Abandonaram a graduação, nós somos todos pressionados e impulsionados para publicar e fazer pesquisa e ter a Bolsa de Produtividade e aí os professores vão abandonando... Nós somos poucos, a quantidade de contratações nos últimos dez anos... Parece que hoje, isso já me falaram, que hoje o número de professores na UFMG é menor do que há dez, quinze anos atrás. E contraditoriamente cresceram os números de graduação, de cursos de mestrado, de doutorado e nós não damos conta de dar conta de tudo. (Professora, Humanas)

A graduação, portanto, segundo os docentes entrevistados, vem perdendo importância devido à crescente ênfase dada à pesquisa pela Universidade. Isso é agravado, de acordo com alguns, até pela forma de contratação de docentes, beneficiando departamentos que produzem mais, e não que ensinam melhor. Pesquisadores, ao invés de docentes, são contratados e postos para darem aula sem talvez terem o interesse ou a preparação necessária. Essa ênfase na pesquisa, segundo discentes, também afeta a estrutura da graduação. Como exemplo disso, foi citada a biblioteca do ICB, que é voltada para a pós-graduação.

Dedicação dos docentes

Uma questão bastante debatida, especialmente por discentes, foi a falta de dedicação ou falta de interesse de docentes com relação ao ensino, possivelmente uma consequência da crescente perda de importância da graduação discutida entre os docentes. Muitos discentes que participaram dos grupos focais reclamaram do grande número de docentes que não ficam na Universidade, que não dão aula ou que estão de licença. Como resultado, ou por uma falta de docentes efetivos no departamento, os discentes freqüentemente cursam disciplinas inteiras com docentes substitutos. Também reclamaram, exatamente pela ênfase dada à pesquisa, da incapacidade de alguns docentes darem aula, da postura ética de alguns, da falta de comprometimento e do tratamento diferenciado entre docente e discente. Devido à falta de comprometimento ou pela sobrecarga, segundo alguns discentes entrevistados, muitos docentes deixam de dar aula, colocando seus monitores, bolsistas ou discentes de pós-graduação para darem aula em seu lugar.

...que eu tenho lá do ICB, como é um prédio de pesquisa científica mesmo, que é o grande reconhecimento do ICB, o grande orgulho dos professores e do diretor é a quantidade e a qualidade da pesquisa, eles contratam aqueles professores que têm o currículo muito voltado para pesquisa, e às vezes esse professor não sabe ser professor, entendeu? Então quer cair naquele problema: o cara não tem o compromisso de ir na aula e de ensinar o que ele sabe para os alunos, ele está ali por causa do nome dele como pesquisador. Então eu acho que nesse ponto deixa muito a desejar. (Aluno, Biológicas)

A gente tem uma coisa que é professor que não vai e manda o monitor dar aula no lugar. E assim o monitor finge que dá aula, a gente finge que aprende. (Aluno, Exatas)

Outras reclamações também incluíram: a falta de docentes para oferecer estágios, os quais são obrigatórios dentro da estrutura curricular; e as brigas entre departamentos e docentes na busca de recursos, o que acaba prejudicando o discente.

Por outro lado, os docentes que participaram dos grupos focais discutiram a respeito de fatores que atrapalham a sua função didática. A sobrecarga foi mencionada como um fator principal, pois o docente, além de dar aula, também deve escrever projetos para obter recursos, orientar discentes e produzir mais de um artigo por ano para manter seus índices de produtividade. Além disso, alguns mencionaram a crescente quantidade de discentes, dando como exemplo turmas de noventa discentes, que antes eram de quarenta. Outros chegaram até a admitir alguma preferência em trabalhar com pesquisas ao invés de dar aula. No entanto, a pressão e importância da produção de artigos foram vistas como outro grande fator que atrapalha a qualidade e dedicação dada ao ensino.

Nós estamos abandonando o ensino não porque muitos de nós não queremos dar aula, mas é porque a moeda é *paper*, é *paper*, *paper*... É ter sete na CAPES, é publicar em (...), tem que ter conclusão... E outra coisa, tem colegas nossos que gostam de dar aula em graduação, que têm prazer. Preparam uma aula, preparam uma apostila, fazem uma coisa diferente com os alunos (...) E são tolhidos e olhados para baixo: "Ele dá aula só de graduação" [tom irônico]. Como se nada fizesse (...), porque eles não têm valor nenhum para a Universidade, ou melhor, aqui na Universidade se você não trabalha com pesquisa você não é nada. (Professora, Exatas)

A falta de motivação foi levantada por alguns docentes como outro fator que compromete a qualidade do ensino. A obrigatoriedade de ministrar disciplinas das quais os docentes não gostam influencia isto. Porém, algo mais importante que afeta a motivação do docente é a falta de respeito para com a profissão, que está presente, segundo eles, tanto na sociedade em geral quanto dentro da Universidade, e nos discentes que muitas vezes são desrespeitosos com eles.

Aspectos positivos da relação entre o ensino e a pesquisa

Apesar de todos os aspectos negativos já apresentados entre a pesquisa e o ensino, houve menções também da relação positiva entre os dois. Alguns docentes mencionaram a tríade composta por ensino, pesquisa e extensão, em que uma área deveria complementar a outra. Então, o ensino e a pesquisa andam juntos, e o segundo enriquece o primeiro. Segundo alguns entrevistados, por participarem de pesquisas eles tornaram-se melhores docentes.

Eu acho que fazer pesquisa enriquece. É exatamente você fazer o aluno ficar mais interessado, você mostrar que aquilo que ele está aprendendo ali ele vai usar em algum lugar para fazer alguma coisa (...) o que se está fazendo de novo, o que aquela área que ele está estudando ali tem de inovador, que tem para ser feito ainda. Então isso desperta o aluno não só para aprender melhor, como até querer ser um pesquisador. Não que todo mundo que esteja aqui dentro tenha que virar pesquisador. (Professora, Exatas)

Então eu acho que o professor que trabalha com pesquisa tem muito mais porte para passar, e até se sentir à vontade também, o conhecimento dele dali do básico para os alunos, mostrando: "Olha para desenvolver a pesquisa é dessa maneira, tal... e isso vai ser aplicado para você no seu curso." Tem muitas coisas, como por exemplo os novos materiais polímeros, é coisa superimportante hoje em dia. (Professor, Exatas)

Pelo ponto de vista dos discentes entrevistados, a pesquisa também tem muito a oferecer, tanto para os que desejam fazer uma pós-graduação e publicar artigos quanto para aqueles preocupados com o mercado de trabalho. Através de pesquisas, os discentes disseram aprender mais sobre aquilo que estudam, conhecer melhor aquilo com que irão trabalhar, desenvolver um melhor senso crítico, e ter um “papel mais funcional” tanto para a Universidade quanto para a sociedade como um todo.

...eu já fui bolsista durante um ano inteiro, posso dizer que é fundamental para eu levar o curso, porque o curso de Direito é um curso de certa forma profissionalizante, ele visa a formação de um profissional, um operador de Direito, e não é isso que eu pretendo, pretendo fazer pesquisa em Direito e de outra forma, na sala de aula, como eu disse, eu não teria essa oportunidade; ter feito pesquisa para mim, significou a possibilidade de continuar no curso (...) conheci um outro mundo, que é nova forma de ver dentro da universidade, diferente da sala de aula, (...) é bom que você tenha um conhecimento bem fundamentado, e isso é possível com uma pesquisa profunda, pelo menos em algum assunto, para que você possa não ser só um operador, alguém que pensa a disciplina que trabalha, de forma séria e crítica, é necessário que um dia, tenha tido oportunidade de fazer uma pesquisa mais profunda em algum tema. (Aluno, Humanas)

...a pesquisa é o grande diferencial, o grande ponto que muda para você comparar uma universidade privada e a universidade pública. Então acredito que isso é uma experiência fenomenal para quem tem essa oportunidade, acredito que todos deveriam ter; então tinha que haver uma expansão no número de bolsas mesmo – incentivo à pesquisa – como voluntário, eu comecei a pesquisar como voluntário e o meu interesse era a pesquisa, não era a bolsa; mas acredito também que a bolsa seja importante, senão a pessoa acaba tendo que fazer um estágio e aí é remunerado e prefere porque precisa do dinheiro. (Aluno, Humanas)

É, você adquire uma posição crítica, você já não... Eu notei uma certa maturidade com relação à maneira que eu me colocava em discussões, às vezes eu ia de uma maneira cega, sem medo nenhum, “Mas é porque eu não concordo e pronto acabou!” Agora, quer dizer, eu já tento fundamentar minhas posições, acho isso importante porque você não se mantém só naquela área, você consegue ter um papel mais funcional para a universidade, para a sociedade. (Aluno, Biológicas)

As pesquisas, portanto, são vistas de forma favorável por alguns discentes e como uma das vantagens de uma universidade pública em comparação com uma universidade privada. As pesquisas complementam a aprendizagem de sala de aula e dão um outro olhar a respeito do curso que frequentam. Elas também são uma forma de preparar o discente para o mercado de trabalho, uma das preocupações mencionadas diversas vezes por alguns discentes. Uma das lamentações com relação a ela, no entanto, entre os discentes participantes dos grupos focais está relacionada à falta de bolsas disponíveis para ampliar essa oportunidade e o baixo valor das bolsas, o que faz com que muitos busquem outras fontes de renda para se sustentarem.

Preparação para o mercado de trabalho

Alguns discentes mencionaram o mercado de trabalho como uma de suas preocupações em relação ao curso. Preocupados com o que farão depois de formados, eles querem aprender em seu curso como sobreviver no mercado. Em contrapartida, alguns docentes criticaram essa preocupação exclusiva dos discentes, uma vez que esta não é a função da universidade.

...aluno quer resultado, e ainda tem um negócio de "mercado de trabalho", se a universidade prepara para o mercado de trabalho. Claro, tudo isso é importante, não é? A universidade não é escola preparatória pra trabalho, ela é muito mais do que isso. (Professor, Exatas)

A universidade, segundo alguns docentes, também irá preparar os discentes para o mercado de trabalho, mas não detém essa função como finalidade específica. A preocupação exclusiva com o mercado é vista como negativa, uma vez que acaba resultando, segundo eles, no tratamento superficial por parte dos discentes de temas não correlacionados diretamente com o que ele deseja trabalhar. Já outros docentes demonstraram preocupação com a carga horária de aula dentro da Universidade, se esta é suficiente para formar certos profissionais.

Já para os discentes, como dito anteriormente, eles vêem as bolsas de pesquisa como uma das principais formas de se adequarem ao mercado, uma vez que elas permitem um aprendizado através da prática.

...a bolsa acaba sendo um diferencial no mercado de trabalho justamente porque você sai da condição de simples mão-de-obra que chega e executa. (Aluna, Humanas)

Reformas curriculares

Com relação à reforma curricular, muitos dos docentes participantes dos grupos consideram que as mudanças propostas na reforma ainda não foram completamente realizadas, e citam isso como a principal causa de problemas nos cursos de graduação da Universidade. A constante recorrência de "boatos" sobre o tema gera uma grande polêmica dentro dos departamentos, envolvendo um jogo político de docentes no qual os discentes acabam sendo os principais prejudicados.

Então, as repetidas reformas curriculares que temos testemunhado e participado em algumas delas, em especial de áreas que são, digamos assim, que usam a matemática como ferramenta, têm funcionado sempre no sentido de, entre outras coisas, facilitar para o aluno e diminuir a carga efetiva de matemática a que o aluno deve ser exposto. (Professor, Exatas)

Desde que eu entrei no curso eu participo de reforma de currículo. Sempre foi muito problemático. Então, assim, eu acho que isso afeta muito o nosso curso não tanto da questão da atualização do currículo porque acaba que tem um currículo que é estabelecido e um currículo que é executado no dia-a-dia, é diferente. (Professor, Humanas)

Mas essa dificuldade em fazer uma reforma no currículo fala de uma série de disputas políticas que tem dentro do departamento, uma série de setores (...) e isso reflete um pouco que os setores do departamento não conseguem conversar entre si. Então isso afeta muito o ensino porque acaba que o estudante fica achando que tem que entrar nessa disputa acadêmica e política como se isso fosse mesmo, como se devesse ser uma disputa. (Professor, Humanas)

Porém, algumas reformas já feitas são vistas de maneira bastante positiva, principalmente pelos discentes:

...são pouquíssimas matérias obrigatórias, a maioria é optativa e tem a formação complementar – que a gente faz seis matérias eletivas em algum outro curso da universidade a escolher, o aluno escolhe. Então a formação fica muito livre mesmo e isso é uma coisa muito positiva, tem a ver com uma visão muito contemporânea de ensino, é avançada eu acho. (Aluno, Humanas)

A própria natureza da ciência da informação se diz que seria por natureza interdisciplinar, né, porque ela precisa de várias outras ciências, várias outras disciplinas para desenvolver seus processos. (Aluno, Humanas)

Flexibilização curricular

A flexibilização curricular é vista de forma positiva por quase todos os participantes dos grupos focais. Para os docentes, a formação de um profissional, em qualquer área de conhecimento, deve ser acrescida de elementos das outras áreas, para que este se torne um profissional completo. Porém, foi bastante discutida a questão da estrutura dos cursos, se elas suportam ou não uma maior flexibilização. O que também esteve nas discussões foi a questão de que, mesmo com a flexibilização, os cursos não podem perder sua identidade.

A flexibilização é uma coisa que é muito boa para nós, né? Porque vai enriquecer a formação dos nossos alunos, quanto a isso acho que não há dúvida nenhuma. (Professora, Humanas)

O que me preocupa nessas chamadas flexibilizações curriculares é a tendência que isso pode levar a diluir a formação em coisas que são substantivas, que são centrais. (Professor, Exatas)

Acredito que a Letras foi a primeira faculdade que passou por isso sobre aquele processo de flexibilização curricular, uma flexibilização que não teve direcionamento nenhum. Você termina seu curso na Letras, você leva seu curso para onde você quiser, de modo que você não... Eu sinto muito que a Letras é uma introdução em muitas coisas, mas não você não fixa muito conhecimento em nada, a não ser que você direcione você mesmo o seu currículo. (Aluno, Humanas)

Tendo em vista as observações dos participantes quanto às reformas curriculares e à flexibilização, fica evidente a importância desta para o ensino. Porém, vale ressaltar a preocupação expressa pelos docentes sobre os problemas da flexibilização e a preocupação com a formação dos discentes.

Pesquisa

Questionados sobre o papel da pesquisa na Universidade, os participantes dos grupos focais, em sua maioria, afirmaram ser esta a atividade mais prestigiada dentro da organização. A pesquisa, para os participantes, é o grande diferencial da universidade pública, e conseqüentemente da UFMG. Os relatos demonstram a importância, qualidade e prioridade que a pesquisa tem sobre as outras formas de transmissão e produção do conhecimento. Essa prioridade se reflete no prestígio que o professor pesquisador e os discentes que trabalham com pesquisa possuem frente aos demais. Inclusive são citadas algumas áreas de conhecimento, como a licenciatura, que são inferiorizadas. A seguir selecionamos algumas intervenções que exemplificam as afirmações acima.

A graduação é legada a segundo plano. Na Universidade, primeiro é a pesquisa, segundo a graduação e extensão, e trabalho em terceiro. (Funcionária técnica, menos de 10 anos de contratação)

Mas o que... Eu acho que a pesquisa é um grande diferencial da universidade pública... (Aluno, Humanas, antes do 4º período, participante do CEPE)

Só para ficar fazendo pesquisa, né? Porque eles acham que a universidade é para fazer pesquisa, não é para dar aula, apesar de que no seu contrato está escrito lá "professor". (Professora, Exatas)

A única ressalva mencionada contra a prioridade da pesquisa na Universidade está relacionada aos comentários feitos por alguns docentes sobre a ênfase dada ao ensino, colocando-se em discussão a pressão exercida pelas atividades do professor e a carga horária excessiva de trabalho que o ensino demanda, o que prejudica áreas como a pesquisa.

Eu acho que acaba sendo uma questão mais da pressão que existe. Então o ensino tem uma pressão muito grande. Você tem que estar em sala de aula, você tem que terminar o curso no fim do semestre, você tem que dar nota e assim por diante. Já a pesquisa muitas vezes não tem tanto essa pressão. (Professor, Humanas)

As falas referentes à pesquisa concentraram-se basicamente nos grupos de professores e de discentes. Percebeu-se, muitas vezes, que, ao comentarem sobre a pesquisa, os participantes comparavam-na com o ensino e com a extensão. Frente às duas áreas a pesquisa era apontada como privilegiada. Muito se falou que uma situação ideal para a produção de conhecimento dentro da Universidade seria alcançada através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. A seguir faremos um breve comentário sobre a relação entre pesquisa e ensino e entre pesquisa e extensão apontada pelos participantes.

Relação entre pesquisa e ensino

Os participantes apontam que o ensino vem sendo prejudicado na Universidade pela prioridade que os professores pesquisadores conferem aos seus projetos de pesquisa em detrimento do ensino. A graduação figura em segundo plano para os participantes. Os professores presentes nos grupos focais, que fazem pesquisa e estão atentos para a graduação, afirmaram que o pesquisador pode contribuir enormemente para a qualidade e avanço da graduação. Os comentários sobre esse tema concentram-se basicamente nos grupos de docentes e discentes.

Eu também gosto de fazer pesquisa, não vou dizer que não. Adoro, adoro até a alma. Mas aquele que está lá produzindo e vai na graduação dar aula é um saco. Ele entra na sala de aula amarrado, ele não está nem preocupado em formar discente mestrando ou doutorando, ele está preocupado com o umbigo dele. A nossa profissão é muito egocêntrica, nós somos egocêntricos! Fazer pesquisa... Nós somos egocêntricos, nós somos vaidosos. Mas tem uns que são mais do que os outros e isso é verdade. Em geral, corrobora muito com aquele que (...) não gosta de estar em sala de aula. (Professora, Biológicas)

E dar aula eu acho que é isso: a pessoa que pesquisa é uma pessoa que dá melhores aulas, embora possa ter esse problema de não ser preparado, que eu acho que é uma carência do professor da UFMG. Então ensino e pesquisa não podem estar dissociados, não pode haver um pesquisador na UFMG – como me parece que existiu e ainda existe – pessoas que são só pesquisadores e não são professores. (Professora, Humanas)

A impressão que eu tenho lá do ICB, como é um prédio de pesquisa científica mesmo, que é o grande reconhecimento do ICB, o grande orgulho dos professores e do diretor é a quantidade e a qualidade da pesquisa, eles contratam aqueles professores que têm o currículo muito voltado para pesquisa, e às vezes esse professor não sabe ser professor, entendeu? Então quer cair naquele problema: o cara não tem o compromisso de ir na aula e de ensinar o que ele sabe para os discentes, ele está ali por causa do nome dele como pesquisador. Então eu acho que nesse ponto deixa muito a desejar. (Discente, Biológicas, antes do 4º período, sem participação)

Relação entre pesquisa e extensão

Para os participantes dos grupos, os projetos de extensão não podem ser dissociados da pesquisa. Muitos observam que isso não vem acontecendo, e por essa razão possuem uma visão negativa dos projetos de extensão, não pela falta de importância destes na Universidade, mas pela ausência da pesquisa nesses projetos, apontando-se a necessidade de articulação entre pesquisa e extensão. Outra consequência assinalada em decorrência do distanciamento entre pesquisa e extensão, pelos participantes, é o caráter assistencialista ou estritamente mercadológico que esta última vem assumindo.

...essa distância entre extensão e pesquisa traz duas perplexidades, assim, que a pesquisa não chega no que o trabalho de extensão está vendo; na prática, a pesquisa fica meio deslocada da realidade, e o projeto de extensão, ele acaba virando uma coisa de assistência, porque já que não tem a pesquisa anterior em que eu me baseio, ele fica lidando com a prática de uma forma muito pouco fundamentada, no mundo do Direito, pelo menos, com certeza é assim, você não tem uma metodologia que sustente o trabalho que eles fazem, porque afinal de contas eles não estudaram aquilo antes, então o primeiro contato é sempre precário; então tanto a extensão fica prejudicada com essa distância, quanto a pesquisa, me parece que mais os projetos de extensão ficam ainda mais prejudicados. (Aluno, Humanas, depois do 4º período, participante do CEPE)

Esse discurso da indissociabilidade aí entre a pesquisa, extensão e o ensino, isso nunca funcionou. Isso nunca funcionou. Teoricamente é uma coisa boa, porque é indissolúvel mesmo. Porque a extensão como mão dupla, que vai e volta é importantíssima para você saber o que acontece fora, o que que você busca de lá e o que você leva. Isso é feito individualmente, né? (Professor, Exatas)

A PROEX, ela está defendendo muito isso agora. Eu tenho um projeto de extensão num asilo, e nesse projeto de extensão a gente tem uma disciplina que a gente faz atividade com os idosos. E realmente a gente tem percebido essa mudança, ainda muito escassa, mas ela está acontecendo. De que você faz extensão e que essa extensão tem que gerar um artigo pra publicação ou uma pesquisa. Nesse momento agora. Inclusive o professor (...) esteve numa reunião conosco, e disse que é uma das defesas, quando ele sair da Pró-Reitoria, que ele quer defender é

isso. De que cada dia se articule mais a extensão com ensino, com a pesquisa. Porque ela é dicotomizada nisso, não é? O ensino está aqui, a pesquisa está aqui. (Professora, Biológicas)

Mesmo a pesquisa sendo encarada como atividade privilegiada da Universidade, vários aspectos foram apontados como entraves para a sua realização. Procuramos subdividir os problemas levantados pelos participantes em dois tópicos, um que se refere aos problemas gerados pela burocracia e outro sobre a falta de incentivos institucionais para a realização de pesquisa na Universidade.

Entraves burocráticos

O excesso de formulários e as barreiras institucionais para conseguir financiamento são apontados como entraves no processo de realização da pesquisa. O processo de obtenção de recursos que a Universidade disponibiliza é considerado lento e pouco divulgado, o que dificulta a implantação de vários projetos. Os participantes que mais se manifestaram sobre esse tema foram os docentes.

Uma das coisas que eu acho muito pesado na universidade é justamente essa burocracia. Você passar esse aprendizado todo, por isso que a gente... Porque nós temos que dominar essa parte toda burocrática, em termos de preenchimento de formulário, de outras coisas pra poder de fato exercer a pesquisa, vamos dizer assim. Então eu acho assim, pra um professor, dentro da universidade, com as funções que ele tem que desempenhar, é um trabalho extremamente intelectual, de cabeça, eu ainda falo assim: o meu trabalho não é braçal, meu trabalho é de cabeça, é com a cabeça. Então se soma todo esse aprendizado dentro dessa estrutura burocrática, normatizada, pesada que é a universidade, e todas as relações que ela tem que manter pra que as coisas funcionem, eu acho assim, tremendamente massacrante para o professor. (Professora, Biológicas)

O trecho acima é representativo da maior parte das reclamações que os docentes têm quanto às barreiras impostas pela burocracia para a realização de pesquisas. Os participantes afirmam ser necessário desvincular da pesquisa os procedimentos burocráticos, sendo estes delegados a profissionais capacitados. Eles citaram um núcleo de apoio ao pesquisador que seria responsável por esse trabalho dentro da Universidade, mas chamaram a atenção para a precariedade do atendimento desse núcleo.

Tem um mecanismo muito importante que a universidade criou para dar apoio à pesquisa, talvez não esteja ainda funcionando como deveria, mas é, acho que é muito importante isso ser mencionado, que são os núcleos de assessoramento à pesquisa, os NAPQs, que visam exatamente tirar dos pesquisadores toda essa carga burocrática da pesquisa, que é a identificação de financiamento, a administração da pesquisa, uma série de detalhes, relacionamento com as agências, preenchimento de formulários e assim por diante. Tudo isso é função dos núcleos de assessoramento à pesquisa. (Professor, Humanas)

Falta de incentivos

Os participantes levantaram muitos problemas relativos à infra-estrutura da Universidade para realização de pesquisas. Os problemas apontados foram a falta de incentivos institucionais para a pesquisa e a falta de espaço físico, por exemplo, a dificuldade para a instalação de laboratórios. Outro aspecto recorrentemente apontado refere-se aos financiamentos, ditos insuficientes para fomentar o número de pesquisas existentes. Muitas delas deixam de ser feitas pela falta de financiamento. O financiamento e o apoio da Universidade

são bastante criticados. As bolsas de iniciação científica são consideradas escassas e de baixo valor. Outra questão é o modo como esses financiamentos são adquiridos, pois muitas vezes os processos de obtenção de recurso para fomento a pesquisas foram considerados ilegítimos.

Vamos voltar aqui espaço físico que é meu ambiente de trabalho. Ah, por exemplo, aqui é laboratório de pesquisa, se eu não [tenho o] dinheiro em projeto para poder lavar material de laboratório, muitas vezes fui eu quem teve que comprar sabão e não sei o que, e trazer, porque não tem dinheiro. (Professora, Biológicas)

Porque é muito bom aqui o local em que eu trabalho, mas o laboratório que você está vendo aqui foi totalmente financiado por projetos pessoais e mesmo a infraestrutura básica, como o encanamento da água, a luz, conta de telefone, material de escritório... tudo isso acaba sendo financiado pelo próprio pesquisador, através de projetos ou às vezes até com dinheiro pessoal dele. Boa parte do projeto não permite a você, por exemplo, comprar material de escritório. Aí eu sou obrigado a comprar isso. Outra coisa que às vezes acontece é que mesmo material de segurança para o trabalho, o CNPq e a Fapemig não permitem que você coloque no programa, porque dizem que faz parte da instituição. E é claro... Faz parte... (Professor, Biológicas)

É, e uma outra coisa que eu vejo, eu acho que as bolsas elas são insuficientes para o número de discentes que gostariam de se inserir em projetos de pesquisa, é isso que eu percebo. (Professora, Biológicas)

Nós precisamos, porque nossa infra-estrutura na química está toda capenga, nós não temos dinheiro para fazer manutenção. (Professora, Exatas)

Então acredito que isso é uma experiência fenomenal para quem tem essa oportunidade, acredito que todos deveriam ter, então tinha que haver uma expansão no número de bolsas mesmo – incentivo à pesquisa – como voluntário, eu comecei a pesquisar como voluntário e o meu interesse era a pesquisa, não era a bolsa; mas acredito também que a bolsa seja importante senão a pessoa acaba tendo que fazer um estágio e aí é remunerado e prefere porque precisa do dinheiro. O valor das bolsas infelizmente é muito baixo assim como a remuneração dos professores acredito que é muito pequena, tendo em vista a formação que é exigida, o trabalho e também um outro ponto que é muito importante que é critério para a concessão de bolsas, é claro que isso aí é de cada faculdade, mas eu acredito que em nenhuma existem critérios claros, não vou nem falar só objetivos, porque todos nós sabemos que a avaliação não é só objetiva e também subjetiva, mas que sejam claros. (Aluno, Humanas, antes do 4º período, participante do CEPE)

Esse ponto foi muito mencionado, embora alguns participantes tenham apontado alguns avanços em relação aos últimos anos em termos de infraestrutura na UFMG. Todos concordam que se perde muito em produção científica devido à falta de infraestrutura. Muitos disseram que o potencial da UFMG para a produção de pesquisas é subaproveitado devido à falta de condições materiais enfrentadas pelos pesquisadores. Este é um problema detectado em diversas áreas, e sem dúvida um dos maiores enfrentados pela Universidade segundo os participantes.

Publicação

A publicação de *papers* e artigos está, segundo os participantes, estritamente ligada à pesquisa. Muitos são enfáticos ao comentarem que fora de um grupo ou projeto de pesquisa não há condições para publicação. Novamente foi mencionada a falta de incentivo interno. Esses incentivos, segundo

os participantes, poderiam surgir com revistas internas financiadas pela UFMG. Os docentes comentaram que se sentem muito pressionados pelo fato de terem que publicar para que seus projetos continuem sendo financiados, e que essa pressão prejudica muitas vezes o andamento e a qualidade da pesquisa.

Pesquisa tem que ter um resultado, publicação, tem que fazer isso. Eu não sei porque tá, essas coisas não são mensuráveis, nem tudo na vida é mensurável, não é? (Professor, Exatas)

A UFMG não tem jeito nenhum, até porque eu quis publicar um livro esse ano, um seminário superlegal que nós organizamos com o pessoal que estudou catadores de papel. Eram apresentações ótimas, artigos ótimos... Aí liguei para a Editora UFMG e eles falaram: "Professora, nós temos uma lista de oitenta títulos, e o conselho não se reúne há não sei quanto tempo, então eu, se fosse a senhora, desistia." (Professora, Humanas)

...você falou em termos de publicação, eu vejo, minha namorada fez pesquisa, eu tive vários colegas que fizeram. O que eu vi que você faz a pesquisa e não chega a nenhum lugar porque muitas vezes você não tem espaço para publicação. Na nossa faculdade o centro acadêmico deveria até fazer uma revista, só que essa revista é muita cara, e sem contar também que eu acho o centro acadêmico fazer isso fica muito instável, mas de qualquer jeito seria muito interessante se a UFMG, se a Reitoria pudesse fornecer dinheiro, vinculado à produção dessas revistas, são revistas que reuniriam artigos de discentes. Então o discente, após ter feito sua pesquisa, poderia encaminhar artigo para essa revista; aí, por mais que a revista não fosse necessariamente lida, ela estaria na biblioteca da faculdade, ela seria uma referência para outros discentes, o estudante ficaria mais responsável com a sua pesquisa, afinal ela seria publicada e talvez o professor que o orientou, inclusive recomendasse o texto dele para leitura posterior, igual acontece alguns casos lá. Eu vejo monografias de final de curso sendo recomendadas por professores para leituras porque muitas vezes falta uma bibliografia específica sobre temas mais atuais. Então a revista, uma revista que reuniria artigos baseados, fruto das pesquisas dos discentes, seria interesse, eu acho, a UFMG destinar dinheiro para isso, não seria uma verba tão grande, e seria um retorno, seria uma forma de complementar e efetivar mesmo a pesquisa. (Aluno, Humanas, depois do 4º período, sem participação)

Tendo em vista as observações dos participantes quanto a esse tema, fica evidente a importância da publicação para a pesquisa, não só como divulgação do trabalho realizado, mas também como garantia de prestígio e de maiores financiamentos para projetos futuros. Vale ressaltar a ênfase dada pelos docentes sobre a enorme pressão que sofrem para cumprirem a meta de publicação anual. Esta pressão é apontada como nociva para pesquisa e para o pesquisador, que fica preocupado apenas com resultados rápidos, passíveis de publicação, esquecendo-se da qualidade da pesquisa.

Extensão

Quando se tratou do tema de extensão, os participantes que mais se manifestaram foram os docentes e os discentes. As opiniões dos funcionários focavam mais em críticas às condições e à acessibilidade dos projetos de extensão que se lhes ofereciam. Veja um exemplo de uma fala de um funcionário:

...eu fui participar da Qualidade de Vida lá do CEU, estive lá com o grande professor Olavo, tomei um susto tremendo, em horário não adequado, porque ou é meio-dia ou é 17:30 (...) Você já está cansado. (Funcionária técnica, com mais de 10 anos de contratação)

Todos os três tipos de participantes concordaram ao dizerem que a extensão é subvalorizada frente ao ensino e à pesquisa. Discentes e docentes, nesse ponto, relataram que a pesquisa tem mais valor dentro da Universidade do que a extensão, pois seu produto – livros, *papers*, relatórios – tem maior interesse para a comunidade acadêmica.

Extensão na Universidade é outro problema, ela não dá ibope – ainda bem – não dá *papers*. Não... aliás, ela dá porque eu publico *papers* com a extensão, mas que você faz isso aqui você faz. Muito mais difícil do que uma pesquisa, porque o tempo que você tem também, a geração de conhecimento dentro da extensão é menos rápida na minha área do que a pesquisa, que eu falo: “Em dois anos vou ter esse conjunto de dados, jogo numa estatística e tenho o resultado. A extensão muitas vezes não é assim.” (Professora, Biológicas)

O grande problema da extensão é que não tem reconhecimento. O professor pesquisador, doutor que publica livros – isso aí é pesquisa – ele tem nome, ele vai para congresso, ele é conhecido, o parecer dele de qualquer caso é trezentos mil. Agora o professor que faz extensão, ele faz trabalho social e a não ser que ele queira ser político. (Aluno, Humanas, antes do 4º período, participante de Conselho Universitário)

...por exemplo quando a gente fala “CEPE” – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – não é um Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a gente só discute pesquisa. A extensão, muitas vezes, ela nem é abordada. (Aluna, Humanas, antes do 4º período, participante do CEPE).

Todos também concordaram que há muitos problemas na definição do que seria extensão, e que ela implica necessariamente uma via de mão dupla entre a comunidade e a Universidade. Mas há diversos projetos que são tomados como extensão formalmente e que, contudo, não poderiam ser enquadrados dentro dessa categoria. Especificamente sobre isso os docentes comentaram sobre as atividades de prestação de serviços. Alguns ressaltaram a importância da prestação de serviços para conseguir recursos para a própria Universidade e para servir de complementação de salário; outros ressaltaram a inadequação da assimilação dessa atividade com a extensão, afirmando que esta deve gerar conhecimento.

A Universidade fala assim: o que é a extensão? A extensão não é uma prestação de serviços. Aí acontece que a extensão é um trabalho mais social – é o que ela fala – dentro da Universidade e lá fora. Agora, lá na química, por exemplo, na extensão você não ganha dinheiro. Agora você vai ganhar dinheiro com a prestação de serviços, igual a química faz: na química nós temos forte prestação de serviços. (Professora, Exatas)

É isso que eu acho: se a gente ficar pensando em prestação de serviços a gente vai se sobrecarregar. Se a gente pensar que extensão é algo que você integra com pesquisa, com o seu ensino, ele incorpora, não sobrecarrega. (Professora, Biológicas)

Está havendo confusão, se leva conhecimento ao aprender com a comunidade também. Isso necessariamente não envolve captação de recursos. E aí então eu acho que está havendo um pouco de confusão, esse afã de buscar recursos, as pessoas acabam fazendo coisas que não são propriamente extensão, chamando de extensão. (Professor, Humanas)

A extensão estaria, de um modo geral, aos olhos de muitos docentes, servindo de canal para a captação de recursos para indivíduos, projetos e para a Instituição, o que seria um ponto positivo. Contudo, muitos vêem esse fato como algo que “desvirtua” a atividade para a qual estaria destinada.

Muitos docentes comentaram também que, apesar da burocracia exacerbada, é relativamente mais fácil obter projetos de extensão, sobretudo para os docentes que estão no início da carreira, visto que para o financiamento de projetos de pesquisa seria necessário um currículo com um determinado nível de experiência e produtividade.

Eu acho que a extensão é um dos caminhos mais interessantes que tem dentro da universidade, mesmo porque eu consigo muito mais verba para a extensão do que para a pesquisa. Os editais, por exemplo, eu trabalho na área de divulgação científica, de museus (...) Então essa é uma área em que abrem editais... Eu consegui, ano passado eu tive e esse ano eu tive, um projeto Fapemig, dois CNPq, uma Bolsa de Aperfeiçoamento do CNPq, tudo registrado no meu departamento como extensão, para o CNPq e para a Fapemig era pesquisa - e porque eu não vejo muita diferença entre pesquisa e extensão, por isso que para mim ir para o Centro Pedagógico para mim é fazer pesquisa - registrei como extensão porque é a forma mais fácil, sei lá o que que é... Para mim é tudo a mesma coisa, sabe. (Professora, Biológicas)

Então eu sempre mandei bolsa de iniciação científica, a gente não consegue... Eu sou recém-doutora, tenho dois anos só de doutorado, eu não ganho bolsa e aí eu consigo na extensão. Tudo bem... Agora, a gente precisa de nós termos um conhecimento profundo da Universidade. A gente não sabe quais são os caminhos. Por exemplo, essa opção pela extensão é porque na extensão é muito mais fácil de a gente conseguir bolsa. Eu consigo bolsa pela extensão e falo. (Professora, Biológicas)

Dentro ainda do assunto sobre a indefinição da extensão, os discentes comentaram que a ação dos projetos não deve ser encarada como assistencialismo, ou seja, como uma ajuda da Universidade à sociedade. A maior crítica dos discentes seria de que a extensão não estaria realmente servindo como uma ponte entre a Universidade e a comunidade externa, e argumentam que a extensão tem se “desvirtuado” também. Alguns afirmam que a extensão como alternativa para a captação de recursos teria se tornado uma lógica dominante, e que quando não se pensa em arrecadação, muitas vezes, cai-se em assistencialismo.

...uma coisa que me incomoda, e me incomoda desde que eu comecei a pensar mais profundamente na UFMG e a observar, é a pouca inserção que a gente tem na comunidade externa. É sempre iniciativas isoladas, aqui e ali, a UFMG não realiza o papel que é esperado dela que é o de transformação social. E eu acho que a coisa mais grave disso é um pouco de como a extensão foi desvirtuada nos últimos anos. (Aluno, Humanas, depois do 4º período, participante do Conselho Universitário)

Alguns discentes também argumentaram que certos projetos de extensão estariam fazendo parcerias com empresas privadas e, dessa forma, contribuiriam para privatizar algumas dimensões da Universidade.

Qual que é o problema? Geralmente o que é alegado pela ausência dos professores é projeto de extensão, os projetos de extensão do DCC, e eu estou na Congregação eu coordeno isso, isso dá uma encrenca lá. Geralmente ou é desenvolvimento de tecnologia para alguma empresa privada que está usando a universidade pública, não só os discentes e professores como mão-de-obra barata e também está usando os equipamentos da universidade. (...) O projeto de extensão lá no ICEX, principalmente no DCC, é a maneira disfarçada de estar privatizando a universidade. (Aluno, Exatas, depois do 4º período, participante de Congregação)

Os discentes também se preocupam com a conseqüente perda de autonomia na tomada de decisões por ocasião da entrada dessas empresas e da lógica de mercado. Alguns ainda propuseram que seria interessante que houvesse alguma maneira de a sociedade participar na tomada de decisões em instâncias que se relacionem com a extensão. Levantou-se também o problema da comunicação entre a Universidade e a sociedade. Uma das hipóteses propostas que justificariam essa deficitária relação seria de que a Universidade faz pouco para divulgar as suas atividades e ações:

A comunidade. Eu acho que o retorno, a divulgação que a Faculdade tem em determinadas coisas, ela não consegue divulgar tanto para aproximar a população, não tem uma coisa para aproximar a sociedade, a comunidade, da Faculdade, porque a Faculdade está produzindo justamente para sociedade, mas ela não sabe vincular isso para aproximar mais, para a sociedade saber disso, para as pessoas aproveitarem mais o que é proporcionado. (Aluna, Humanas, depois do 4º período)

O problema de comunicação também, o que foi colocado como problema de comunicação da Universidade com a comunidade... Para mim, isso também não é só problema de comunicação, isso é um problema de falta de vontade. Isso é um problema de quê? De valorizar mais a pesquisa do que valorizar os projetos de extensão, porque se fosse valorizar os projetos de extensão, a gente... (Aluna, Humanas, depois do 4º período, participante do CEPE)

Alguns discentes também reclamaram sobre a ausência de orientação por parte dos docentes no sentido de prepará-los para executarem as atividades em projetos de extensão e também sobre a falta de estrutura para a realização desses projetos.

...então normalmente uma pessoa carente que procura [o discente explica sobre um projeto da Faculdade de Direito que presta assistência jurídica a pessoas carentes] para que a pessoa advogue para ele, já tem a carteira da ordem e o discente advoga mesmo, faz tudo sozinho. Teve uma colega minha que foi inclusive no júri, no tribunal do júri, fazer defesa, sustentar oralmente. Apesar de parecer uma experiência engrandecedora -- afinal em nenhum escritório de advocacia penal iam deixar um estagiário fazer a defesa no júri -- ela fez a defesa, mas sem orientação. Foi hiper bem-sucedida (...) Graças a Deus os nossos discentes ainda são muito bons, mas é perigoso, inclusive mexer com a liberdade alheia, não pode deixar largado assim. Então, agora você tem os discentes, eles recebem, falta um pouco de estrutura. (Aluno, Humanas, depois do 4º período)

Beleza, você faz um relatório e tal, mas falta um retorno disso para quem foi bolsista. Eu não sei o que foi feito disso. E assim, no meu caso eu acho que faltou orientação na bolsa. (Aluna, Humanas, depois do 4º período)

...eu já vi casos do pessoal ir fazer visitas em favelas, e tal. E chegar lá e passar informações erradas para as pessoas, "ah, vocês não deveriam estar aqui!" Poxa, ele não está ali porque quer, sabe? [tom de indignação] (Aluna, Humanas, depois do 4º período)

Abordou-se também o tema da articulação da extensão com o ensino e a pesquisa. Muitas visões de docentes e discentes apontavam para a necessidade dessa articulação, e alguns depoimentos de experiências bem-sucedidas foram expostos. Docentes entendiam que a extensão era uma forma privilegiada de fazer uma ligação eficaz entre ensino e pesquisa e que a própria atividade da extensão deve ser encarada como uma forma de pesquisa, na medida em que é fonte de conhecimentos. Falou-se também que encarar essa articulação dessa maneira é possibilitar melhores condições de trabalho, pois o docente não necessitaria mais se “desdobrar” em três. Essa articulação seria também benéfica no sentido de livrar a extensão de se transformar em prestação de serviços. Os discentes também concordaram com essa necessidade de se integrarem as três atividades, e ressaltaram a importância de se enxergar a Universidade como apoiada sobre o “tripé” ensino-pesquisa-extensão.

Eu acho que a gente tem que trabalhar a possibilidade de quebrar a barreira de ensino, pesquisa e extensão. Eu, enquanto professora da UFMG, preciso fazer ensino, pesquisa e extensão. Eu não posso me dividir em vinte: “hoje eu vou fazer só extensão”, “hoje eu vou fazer só pesquisa” e “hoje eu vou dar aula”. Para mim, tem que ser tudo igual senão eu pifo. Porque além de tudo, ainda tem a coordenação de curso, tem câmara, tem... (Professora, Biológicas)

É isso que eu acho: se a gente ficar pesando em prestação de serviços, a gente vai se sobrecarregar. Se a gente pensar que extensão é algo que você integra com pesquisa, com o seu ensino, ele incorpora, não sobrecarrega. (Professora, Biológicas)

De que a extensão é um acessório, de que ela não é vista como um pé deste tripé, que está sendo colocado. Que a pessoa que estuda dentro da UFMG, ela precisa ganhar, ela precisa de uma experiência de graduação, de ensino, de pesquisa e de extensão, e essas coisas têm que caminhar juntas, não é ter uma pró-reitoria separada. (Discente, Humanas, depois do 4º período)

Contudo, alguns problemas foram levantados, tanto por docentes como por discentes, com relação a essa articulação: muitas vezes, ela não se efetiva na prática, seria “teórica”. Docentes expressaram a dificuldade de articular a pesquisa e a extensão, e que muitas vezes, quando esta se dá, ocorre de forma frágil. Alguns discentes afirmaram que por vezes se vê uma nítida distância entre a pesquisa (entendida como campo que privilegia o saber e a teoria) e a extensão (entendida como um campo que está mais voltado para a “prática”).

Essa distância entre extensão e pesquisa traz duas perplexidades assim, que a pesquisa não chega no que o trabalho de extensão está vendo, na prática, a pesquisa fica meio deslocada da realidade, e o projeto de extensão, ele acaba virando uma coisa de assistência. Porque já que não tem a pesquisa anterior que eu baseio, ele fica lidando com a prática de uma forma muito pouco fundamentada. No mundo do Direito, pelo menos, com certeza é assim, você não tem uma metodologia que sustente o trabalho que eles fazem, porque afinal de contas eles não estudaram aquilo antes, então o primeiro contato é sempre precário, então tanto a extensão fica prejudicada com essa distância, quanto a pesquisa, me parece que mais os projetos de extensão ficam ainda mais prejudicados. (Aluno, Humanas, depois do 4º período, participante do CEPE)

Em geral, entre discentes e docentes, enfatizou-se bastante esse papel da extensão como o fator que propicia melhor articulação entre ensino e pesquisa. Entre os discentes, foi muito freqüente a menção à contribuição que a extensão pode garantir à formação acadêmica, e mesmo à experiência profissional, posto que alguns disseram que enxergam a atividade de extensão como mais próxima da realidade do mercado de trabalho do que a pesquisa. Outros ainda falaram sobre a importância da extensão como experiência que contribui para a vida pessoal. Os docentes também concordaram que a extensão é um

mecanismo que auxilia no contato do discente com a “realidade”, com o “mundo”, ou seja, ela ajudaria o discente a “botar os pés no chão” como profissionais e como pessoas, transcendendo as dimensões intelectuais da pesquisa.

Os docentes também enfatizaram bastante a função da extensão como meio de divulgação científica, ou seja, de tornar público para a sociedade o conhecimento que é produzido nas pesquisas, ponto esse que retoma a questão da importância social e de articulação das atividades acadêmicas que constituem o “tripé” ensino-pesquisa-extensão. Seria essa a via de mão dupla da extensão, já mencionada anteriormente: levar à comunidade o conhecimento produzido e trazer dela outros conhecimentos. Como disse um docente:

Ele tem que gerar conhecimento, e a extensão é indissociável exatamente por isso. Porque é o contato que você tem fora, você busca o conhecimento, ele volta e vai, não é, ele volta e vai. Aí a Universidade aprende, leva esse conhecimento, traz de volta, essa mão dupla é importante. (Professor, Exatas)

Outro tópico, mais especificamente abordado pelos discentes, foi sobre o acesso às informações sobre os projetos de extensão. Alguns reclamaram da ineficiência e desatualização do site da PROEX. Muitos não sabiam sobre diversos projetos de extensão existentes e não conheciam meios para buscar informações sobre eles. Além disso, alguns comentaram, ressaltando um ponto já tratado anteriormente, que esse déficit de informações causa também um prejuízo no contato com a comunidade.

Comunicação

As discussões sobre a comunicação na Instituição aconteceram somente entre os discentes e os docentes. Essas discussões se dividiram principalmente em três grandes áreas: o tipo de comunicação, a avaliação dessa comunicação e o acesso à informação. As maneiras mais citadas de tipo de comunicação entre docentes e discentes foram a internet, especialmente o site da UFMG, e listas de correio eletrônico, bem como comunicação informal face a face. Também o boletim da Universidade foi citado entre os docentes como um meio de comunicação. Para estes, as listas de e-mail foram citadas como os meios mais eficazes de saber dos acontecimentos relevantes. Veja um exemplo citado por uma docente das ciências exatas:

...Aqui dentro do departamento, a gente está usando agora muito, é lista, e-mail internamente no departamento e através de e-mail...Aqui no ICEx o pessoal usa muito, qualquer coisa que está acontecendo, fecharam a portaria ali, o diretor resolveu fechar. Na mesma hora o pessoal todo manda e-mail... (Professora, Exatas, com mais de 10 anos de contratação)

A internet também foi mencionada pelos discentes como um meio importante de comunicação, especialmente para ampliar seu acesso a informações. A divulgação de eventos ou oportunidades de bolsa através de comunicados de lista de correio eletrônico suplementou de forma marcante os comunicados oficiais. Veja um exemplo:

...então muitos eventos acontecem e a gente fica sabendo pelo e-mail, um discente que tem um conhecimento maior, um envolvimento maior com a área de política, ele manda lá um folder de algum congresso, de alguma palestra importante, e nós ficamos sabendo através do e-mail, muitas vezes a divulgação é mais importante através do e-mail que propriamente de um mural que você ou uma propaganda assim, esse boca a boca é muito importante nesse ponto... (Aluno, Humanas, acima do 4º período).

Para os discentes, mais do que para os docentes, a comunicação face a face, "boca a boca", também foi citada como um meio importante. Os docentes mencionaram que se comunicam pessoalmente, porém, o contato entre os professores não é constante. No caso dos discentes, esse tipo de comunicação pessoal é mais importante. Como disse uma aluna das ciências humanas:

Acho que o principal veículo de informação são os próprios discentes, o que às vezes gera informações absolutamente distorcidas das coisas... Mas ainda é uma boa forma, a forma de informação que a gente melhor tem acesso. (Aluna, Humanas, acima do 4º período)

Quando perguntados sobre a comunicação, houve diferenças entre os docentes e discentes. Os primeiros, em sua maior parte, disseram que a comunicação era adequada para seus fins. Inclusive, vários deles mencionaram que a comunicação, especialmente a comunicação oficial via correio eletrônico, era excessiva, conforme comentou um docente da área de exatas:

...[eu recebo uma] tempestade de e-mails, setenta e-mails por dia, alguns da administração central, alguns da local e tudo o mais, como é que vou processar essa informação? Eu deveria receber a informação que me é útil, a bem da verdade não é útil para eu saber que haverá uma apresentação de coral na Praça de Serviço. (Professor, Exatas, com mais de 10 anos de contratação)

Alguns docentes mencionaram que faltam oportunidades para discussão e comunicação pessoal, segundo menciona um docente de ciências biológicas:

Mas isso [a comunicação] também é prejudicado porque a gente não tem nenhum lugar para se reunir com os colegas, pelo menos no ICB a gente não tem um único local, uma sala que fosse [para reunir] (...) Tem que ser nas câmaras, que não é o local para você realmente conviver... Então, no ICB não tem como a gente fazer essa relação pessoal com mais frequência. (Professor, Biológicas, com menos de 10 anos de contratação)

Outros também mencionaram que falta ter discussões. Nas palavras de uma docente, os órgãos de discussão estão “muito esvaziados”. Outros docentes citaram a falta de tempo para participar de discussões e reuniões ou até ir aos eventos anunciados na Universidade.

Os discentes, em geral, avaliaram a comunicação, especialmente a comunicação oficial da Instituição, como deficiente e inadequada. Muitos deles destacaram que falta divulgação maior dos meios existentes, como o site e o boletim da Universidade, além dos comunicados nos departamentos e colegiados. As informações são pouco divulgadas ou divulgadas de última hora, não podendo ser aproveitadas, conforme disseram esses discentes:

...Eu acho que tem outra questão, muitas vezes algumas coisas a Reitoria solta de última hora. E para os cursos se organizarem é uma confusão... (Aluna, Humanas, depois do 4º período)

...É todo mundo concentrado. E às vezes você vai para uma área, igual a minha, o pessoal não tem a menor experiência de divulgar nada. Ninguém vai ficar sabendo de nada mesmo... (Aluno, Biológicas, antes do 4º período)

Outros discentes mencionaram que os órgãos estudantis, como os DAs e o DCE, poderiam ser meios mais eficazes de comunicação entre os discentes e a Universidade. Por exemplo:

...A representação estudantil tem um papel muito grande, os representantes nos órgãos colegiados da universidade, todos os órgãos, câmara departamental, conselho universitário e os próprios representantes do DA e DCE têm um papel muito importante...nesse sentido de informar... (Aluna, Humanas, depois do 4º período)

...Os CAs e DAs são muito mais eficientes para quem realmente está participando. Eu participo atualmente do DA também e, depois que eu passei a participar, o meu acesso a informações cresceu infinitamente, mas a gente ainda não consegue dar acesso a todos os discentes. (Aluna, Humanas, depois do 4º período)

Apesar dessas falhas de comunicação mencionadas, outros discentes também destacaram a falta de interesse dos próprios alunos na busca de informação, especialmente no que se refere às divulgações pelos órgãos estudantis, fato que compromete a sua eficácia.

Sobre o acesso à informação, os docentes disseram receber um excesso de informações sobre temas que não lhes interessam; em contrapartida, falta divulgação de informação pertinente. Outro docente mencionou que a informação é via de uma só mão, recebendo informações da Universidade sem ter como enviar a ela as suas demandas.

No caso dos discentes, a reclamação sobre a falta de informações foi um tema recorrente em todos os grupos. Vários mencionaram a falta de divulgação de editais, especialmente referentes a bolsas e outras oportunidades de trabalho, prejudicando a formação profissional. Parte dessa falta de divulgação oficial é suprida com a comunicação informal, porém, vários discentes reclamaram que ainda assim perdem muitas oportunidades.

Outro ponto mencionado foi a falta de informação das regras e normas da Universidade. Veja um exemplo:

A gente não sabe quais são as regras da Universidade, nem as regras que nos protegem, não chega, não tem como conseguir o CRT, talvez ele sabe explicar melhor, mas custou a conseguir esse papelzinho, e custa conseguir outros, você entra no site da UFMG, o máximo que eu consegui foram os estatutos e o regimento geral... (Aluno, Humanas, depois do 4º período)

Além disso, eles mencionaram a falta de acesso a informações coletadas pela Instituição, em particular a avaliação das disciplinas que são obrigados a preencher todo semestre. Reclamaram que essas avaliações não são divulgadas e questionam se são utilizadas.

...igual a avaliação de professores que a Universidade faz, para você fazer sua maldita matrícula, você tem que perder seu tempo respondendo uma avaliação gigantesca, agora a gente está pedindo a maldita da avaliação, ninguém libera. (Aluno, Humanas, depois do 4º período)

...a avaliação a gente não tem acesso, a avaliação e ela não produz efeito, sabe, a gente passa um semestre atrás do outro reclamando de determinado professor, e... aquele professor não é afastado daquela disciplina. (Aluno, Humanas, depois do 4º período)

Mencionaram ainda a falta de informação sobre projetos, especialmente de extensão e outros acontecimentos na Instituição. Em geral, todos reclamaram que não sabem o que acontece na Universidade por meios oficiais e se sentem sem acesso à informação. Nas palavras de um discente:

Que é um grande problema de às vezes os estudantes não saberem quais os projetos de extensão que existem no seu curso, quais as vagas de bolsas que de verdade existem. Se tivesse uma forma assim... Não sei se pela Internet ou um quadro mais protegido dessas coisas. Isso tudo deveria ser alvo de uma política institucional mesmo... (Aluno, Humanas, depois do 4º período)

Por último, vários sugeriram melhorias, mencionando que o site da Universidade poderia ser melhor organizado e atualizado com mais frequência, que os docentes poderiam ajudar na divulgação da informação e destacando o papel dos órgãos estudantis para melhorar o acesso à informação.

Condições de trabalho

A avaliação dos docentes e dos funcionários sobre as suas condições de trabalho se divide em quatro temas gerais: carga horária, salário, relações interpessoais e estrutura de poder. Adicionalmente, os funcionários acrescentaram uma discussão sobre a sua capacitação e alocação dentro da Instituição.

A carga horária foi tema de muita discussão, tanto pelos docentes quanto pelos funcionários. Em geral, os docentes reclamaram do peso da carga horária, que para eles incluía não somente as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas também uma série de atividades extras, como coordenação e tarefas burocráticas relacionadas à prestação de contas e avaliação. Como explica uma docente:

...Ainda mais na minha condição que eu também sou coordenadora do programa de pós-graduação, eu tenho também atividades administrativas o tempo todo você é interrompido, então muitas vezes o meu trabalho continua em casa quando eu chego, porque é lá que eu vou ter tempo para ler, para preparar a aula do dia seguinte, porque aqui nas doze horas que eu fiquei eu não tive este tempo. Então a carga horária nossa ela está muito grande, porque são inúmeras atividades que um professor hoje da UFMG, eu estou especificando aqui do ICB, assume não é só dar aula. Se você só dá aula como era uns vinte, trinta anos atrás era muito mais fácil, [hoje] você tem que dar aula...[e também tem as] atividades administrativas. É escrever projeto para obter recursos, é orientar que é uma coisa que deveria ser vista inclusive entrar como carga horária, não apenas quando você dá aula, mas também quando você orienta porque é o tempo todo você assessorando discente no laboratório, escrever trabalho, etc. (Professora, Biológicas, com mais de 10 anos de contratação)

E outro:

...a gente perde muito tempo pensando em burocracia e infra-estrutura, porque o professor acaba tomando para si esse tipo de responsabilidade, desde pagar o telefone e até o xerox, coisa que deveria ser automática e responsabilidade da Universidade. (Professor, Biológicas, com menos de 10 anos de contratação)

Os funcionários também reclamaram do peso da carga horária. Para eles, falta planejamento por parte da Instituição para uma melhor alocação de funcionários. Vários participantes mencionaram que eles trabalham muito, enquanto em outros setores não há muito serviço. Veja este exemplo:

Na Instituição, os setores estão cheios de trabalhos e necessidades, no nosso caso. E em outros eu não sei por que essa questão, alguns estão beneficiados pela questão [de falta de trabalho]. (Funcionária administrativa, com menos de 10 anos de contratação)

Outros destacaram uma diferença entre funcionários que “gostam do serviço” e têm “compromisso” com a Instituição e aqueles que não cumprem o horário, o que gera insatisfação entre os mesmos. Eles também mencionaram que a carga horária é pesada por falta de mais recursos humanos. Em alguns setores de alta demanda, com atendimento ao público, como laboratórios, os participantes ressaltaram que essa carência de pessoal gera uma carga horária muito alta.

...O funcionário não pode adoecer, o funcionário não pode ter problemas pessoais, não pode ir ao banco, não. O laboratório funciona em função da vida do funcionário, entende? Então se acontecer algo [com ele] (...) a maioria dos setores só tem um funcionário. (Funcionária administrativa, com menos de 10 anos de contratação)

O tema salário foi mencionado principalmente pelos docentes. Vários deles reclamaram do salário baixo. Para eles, isso cria situações nas quais o docente busca suplementar sua renda com atividades de especialização. Vários participantes disseram estar envolvidos nessas atividades, porém, reconhecem que isso aumenta a quantidade do trabalho. Como explica um docente:

...professores buscarem fontes alternativas de renda, e aí eu diria que nós temos três dimensões, uma é a clássica situação de professores que tem DE [dedicação exclusiva] e não é DE, todos nós sabemos que tem áreas críticas; outra é a tendência crescente de se buscar recursos através de implantação de cursos de especialização pagos, acho que esse negócio está se tornando um problema, já existe departamento na UFMG que tem uma carga horária semanal de 190 horas na especialização, quer dizer, os professores desse departamento têm 190 horas semanais de especialização paga, acho que esse problema mais cedo ou mais tarde tem que ser discutido, porque pode se tornar um problema sério. E tem a terceira dimensão, que são outras fontes, que estão se tornando muito freqüentes também, acho que não pode verificar muito, não estou aqui colocando panos quentes morais, não vou entrar no mérito da questão, eu acho que é um problema, você saber que as pessoas estão cada vez mais, num sentido paralelo. (Professor, Humanas, com mais de 10 anos de contratação)

Grande parte das discussões sobre condições de trabalho tratavam sobre as relações interpessoais. Na sua maioria, os docentes relataram estar satisfeitos com suas relações com outros docentes e com os funcionários. Alguns participantes, porém, mencionaram que as relações entre docentes é um problema. Veja o seguinte exemplo:

...mas o problema é o convívio pessoal mesmo. Professores que têm um ego maior do que o normal... é assim que é o conflito. Mas em geral, aqui nesse departamento, nós já conseguimos um nível de convivência muito agradável, nós estamos bem. Tem outros departamentos aqui no ICB que a gente escuta coisas sobre as pessoas que são realmente punidas no nível pessoal. (Professor, Biológicas, com menos de 10 anos de contratação)

Outra fonte de problemas de relações pessoais se deve à divisão de recursos, como espaço físico.

Alguns dos funcionários também disseram ser o ambiente de trabalho agradável e terem boas relações com funcionários e docentes. Não obstante, vários relataram insatisfação com as relações interpessoais, especialmente entre eles e os docentes. Os funcionários reclamaram de tratamento inferior por parte de alguns dos docentes:

Agora com professor, depende do professor. Porque eu acho que uns olham para os funcionários com aquele olhar de superioridade, e eu vejo isso (...). Que tem aquela diferença, que acham... E eu já vi casos, não comigo, casos isolados, em que o professor disse: Eu sou professor, eu posso. E questão de "picuinhas" que não vêm ao caso falar, de querer mostrar uma superioridade em relação ao funcionário. (Funcionário administrativo, com mais de 10 anos de contratação)

Relacionado à discussão de relações interpessoais, a maioria dos funcionários expressou uma insatisfação geral sobre a estrutura de poder da Universidade. Esses participantes ressaltaram que sentiam que o funcionário está "em segundo plano" na Instituição. Uma reclamação constante era de que os cargos dos funcionários não se relacionam com a sua formação. Veja os seguintes exemplos:

...Mas, eu entrei aqui numa função, prestei o concurso, essa parte bem explicada e minha função também. Em momento algum, porque me examinaram em relação à minha aptidão, meu conhecimento, e hoje eu ocupo lugar de um

técnico de farmácia. É um curso que... tive que descobrir que média aplicar, desde a matéria-prima até o medicamento entregue. Por quê? Porque eles não colocaram lá, me deram toda a liberdade para executar, né? Então, essa coisa do funcionário em segundo plano, fica nos bastidores (Funcionário técnico, com mais de 10 anos de contratação)

...Porque a própria diretoria não tem competência para aproveitar o funcionário. Quando eu digo que ela não tem competência, eu digo que ela não tem instrumentos. Então, o indivíduo está num cargo e tem uma preparação para exercer um cargo maior, mas ele não pode. Porque, olha aqui, de repente, está lá com o doutorado, ele vai exercer uma função de doutor, o chefe, o próprio chefe, corre o risco de ter o seu pescoço cortado, porque ele é responsável por aquele desvio de função de funcionário. (Funcionária técnica, com menos de 10 anos de contratação)

...Por exemplo, eu tenho técnicos especializados que são reconhecidos na Universidade como auxiliares técnicos, tenho funcionários que têm curso superior que são contratados como funcionários de segundo grau. Tenho engenheiros que são contratados como auxiliares administrativos. Então isto fica complicado, é uma ilusão achar que esse pessoal vai estar contente. A Universidade a meu ver, ela deveria ter um plano de cargos e salários, ela deveria aproveitar as pessoas. (Professor, Exatas, com mais de 10 anos de contratação)

A falta de planejamento na alocação dos funcionários também foi mencionada na discussão sobre a capacitação. Muitos reconheceram que existem condições na Instituição, como a flexibilização da carga horária para poder participar de cursos e treinamentos de capacitação. Porém, a maioria expressou frustração em relação à falta de reconhecimento dessa capacitação.

...Tem que às vezes a liberdade é tão livre que... ela permite o crescimento individual, mas, ao mesmo tempo, é a instituição que às vezes não aproveita esse crescimento dos próprios funcionários... e não aproveita e não valoriza. (Funcionária técnica, com menos de 10 anos de contratação)

Eu sou técnico de análises clínicas, eu sei fazer análises clínicas, eu quero ir para análises clínicas, eu quero fazer. Isso demora anos, até você desistir. Até eu desistir. Fazer investimento pessoal é uma coisa que não posso realizar nesse espaço. Se eu conseguir entrar para técnico de análises clínicas. (Funcionário técnico, com mais de 10 anos de contratação)

Apesar de apontar para algumas deficiências na Instituição referentes às condições do trabalho, ambos os docentes e funcionários demonstraram orgulho de fazer parte dela, ressaltando a liberdade presente na Universidade para o desenvolvimento de suas funções, "vestindo a camisa" e "tomando aquilo ali como seu". Como coloca um funcionário técnico com menos de 10 anos de contratação: "...até hoje eu sou assim. Eu quero que aquilo funcione, ali é minha casa". Os docentes também demonstraram orgulho pela Instituição. Nas palavras de uma docente:

Eu adoro trabalhar na Universidade, eu tenho o maior orgulho de trabalhar na UFMG, eu não deixo ninguém falar mal dessa Instituição porque eu sei como ela é importante, o que ela tem de bom aqui dentro. (Professora, Biológicas, com mais de 10 anos de contratação)

Vários dos docentes e funcionários compartilharam esse sentimento de orgulho, ressaltando ter uma satisfação pessoal em trabalhar na UFMG.

Organização e gestão

A discussão entre os participantes dos grupos focais sobre a organização e gestão da Instituição concentrou-se nos processos decisórios e na participação dos diversos atores nesses processos. Especificamente, as discussões sobre esses temas se dividiram em três grandes áreas: os órgãos do processo decisório, a democracia desse processo e o impacto da burocracia e falta de informação sobre tal processo.

Órgãos do processo decisório

Segundo alguns participantes dos diferentes grupos focais, tanto discentes quanto docentes e funcionários, existe certo “descompromisso social” com relação aos segmentos da comunidade universitária ligados aos processos decisórios, sejam estes nos níveis de unidade, como colegiados, departamentos e setores, ou nos níveis de conselhos e câmaras, para toda a Universidade. Por descompromisso se quer dizer uma falta de participação ou interesse nos assuntos ligados aos processos decisórios da Universidade. Essa falta de interesse é pior, de acordo com um dos entrevistados, nos conselhos e câmaras do que nos colegiados e departamentos, uma vez que os últimos estão mais diretamente ligados aos interesses pessoais dos funcionários, docentes e discentes.

Eu estou me referindo à reitoria, às câmaras, a estas representações externas, mesmo. Muitas vezes o professor pode até querer participar. Aqui dentro do departamento, de uma câmara, tem mais chance porque ele pode tentar colocar o ponto de vista dele, mas fora são poucas as pessoas que se aventuram mesmo. Porque elas não têm muita paciência de ficar conversando da Universidade de outras coisas, elas gostariam que pudesse ser discutido só o modelo delas, do departamento de matemática. (Professor, Exatas)

Dentre os entrevistados, no entanto, que parecem participar mais no processo de decisão da Universidade, os docentes aparentam ser aqueles mais ativos, enquanto os discentes e funcionários são os que mais ressentem a falta de poder nesse processo.

Todo mundo sabe que a gente não tem autoridade, por exemplo, de voz, nem no conselho universitário, nem no colegiado, nem em lugar nenhum. Então, o que acontece: muitas vezes algumas coisas que a gente quer colocar como pauta, ou seja, alguns projetos poderiam ser sugeridos para o CNPq, mas nem são... A gente não consegue colocar isso como pauta, que isso é barrado, isso é vetado antes. (Aluna, Humanas, participante do CEPE)

A pauta de conselhos controlada pela Reitoria, a pré-aprovação de itens da pauta antes mesmo de suas votações e o grande número de projetos que nem sequer chegam a ser postos no papel são mencionados, por alguns discentes, como exemplos de como sua participação é limitada nessas instâncias. Além de ressentir a sua falta de poder na tomada de decisões, alguns funcionários reclamaram de serem menosprezados por docentes em conselhos e/ou câmaras.

Numa reunião do conselho universitário, um professor se levantar e falar que funcionário não tem capacidade intelectual para gerir a Universidade. Eu não estou falando ali da relação funcionário só não, eu estou falando da Instituição como um todo. Porque uma reunião do conselho universitário, vai me desculpar, é o órgão mais alto que tem aqui dentro. Você ouve e vê essas coisas que estão acontecendo lá na câmara, aqueles depoimentos, aquilo é ridículo. (Funcionária administrativa)

Outros problemas mencionados com relação aos conselhos e câmaras foram o de que pessoas “tendenciosas” estariam participando de tais instituições para defenderem seus interesses próprios, ao invés do interesse coletivo. Muitas brigas que surgem nos conselhos e a falta de informação também são mencionadas.

Com relação aos colegiados e departamentos, também houve menções de baixa participação, especialmente entre discentes, o que se demonstra pelo exemplo a seguir:

Então não vou dar puxão de orelha porque não vai adiantar. Mas tem vaga, tem um monte de vagas nos órgãos de colegiado que elas não foram preenchidas. Então o que acontece? Os interessados estão em menor número do que a demanda que a gente precisa. (Aluno, Humanas)

Aliás, uma crítica é feita até mesmo aos discentes que se envolvem no processo de decisão da Universidade, por existir um baixo retorno destes para com os demais discentes, aparecendo somente quando querem ser eleitos como representantes. A maior preocupação, no entanto, nos colegiados e departamentos, é com o formato dos cursos. Tanto docentes e discentes reclamaram da sua falta de condições de influir mais na estrutura do curso. Os docentes já não gozam de plena liberdade, uma vez que as estruturas curriculares determinam pelo menos um mínimo que deve ser cumprido.

...como por exemplo a ementa. O curso já tem uma ementa, da qual o professor não pode fugir. Ele pode dar ênfase maior ou menor a determinados tópicos que estão na ementa, mas ele não pode fugir da ementa. Então eu diria que há alguma liberdade, mas há também um cerceamento, né, nessa liberdade do professor de desenhar o curso. (Professor, Humanas)

No entanto, quando se trata de discutir reformas curriculares, enquanto alguns docentes disseram que as reuniões e decisões envolvem todos os docentes do departamento numa forma bastante democrática, outros reclamaram de arbitrariedades.

Nós do ICB acabamos de viver uma reforma curricular no curso de Ciências Biológicas. E eu não posso dizer por todos os professores não, mas para o nosso departamento acho que foi bem traumático, porque nós não consideramos que a reforma tenha sido feita de forma democrática. Porque no Colegiado, que é a instância que discute e etc., mas durante um ano ou mais nós tivemos a sensação, a sensação não, nós tivemos a verdadeira realidade, de que a discussão foi de portas fechadas e de que existia um conselho disso não ir para fora. (...) E quando a coisa veio para os departamentos ela veio pronta, fechada, amarrada, e a gente tinha que aprovar. (Professora, Biológicas)

Essa arbitrariedade do processo decisório em colegiados e departamentos pode causar “birras” ou brigas internas, como sugerem alguns entrevistados. Além disso, outro problema mencionado nos grupos focais é de docentes que não gostam de dar aula na graduação e que acabam por interferir nas decisões ligadas a esse segmento da Universidade, como as reformas curriculares da graduação. O que se destacou também nos grupos focais é que a eficiência de um colegiado, departamento, ou setor, é muito subjetiva, estando diretamente relacionada com a pessoa no comando. Por exemplo, “chefes” competentes e abertos permitem, segundo alguns funcionários, a resolução de problemas com maior facilidade. Por outro lado, “chefes” autoritários causam mais problemas e maior insatisfação.

Democracia no processo decisório

Em geral, existe uma percepção entre os participantes dos grupos focais de que a UFMG, como um todo, é uma instituição bastante democrática, especialmente quando comparada a instituições privadas. Como já mencionado anteriormente, no entanto, há alguns problemas tanto no processo de decisão da Universidade como um todo quanto em departamentos, colegiados e setores. Da mesma forma que a participação é maior nestas últimas três instâncias, segundo entrevistados, também é maior a percepção de democracia no processo decisório.

...tem alguns departamentos em que há democracia porque a gente tem um contato direto com o chefe imediato. O que vai ser melhor até para o departamento, para o bom funcionamento do departamento. Agora na Universidade como um todo eu acho que não há democracia não. (Funcionária administrativa)

O que contribui para a visão, entre os entrevistados, de a Universidade ser uma instituição democrática é a de que tanto docentes quanto funcionários e discentes possuem meios pelos quais têm a possibilidade de participar nas suas decisões.

Então, o que eu acho interessante na Universidade, na estrutura, pelo menos na parte administrativa, é que nós funcionários temos a oportunidade de estar participando de decisões mesmo dos órgãos colegiados, conselho universitário, congregações, conselhos. (Funcionária administrativa)

Muitos dos problemas, portanto, mencionados pelos entrevistados, principalmente funcionários e discentes, que afetam negativamente a democracia dentro da Universidade foram relacionados a desigualdades dentro dessa participação no processo de decisão. O peso da votação para reitor foi um dos exemplos citados. Tanto discentes quanto funcionários que participaram dos grupos focais defenderam a paridade dos votos. No entanto, a desproporcionalidade do poder decisório entre docentes e funcionários foi mencionada como um problema não só para eleições, mas também para decisões dentro de colegiados. Veja dois exemplos disso:

A gente tem uma participação muito maior... vamos supor um colegiado de dez onde sete são professores, dois são funcionários e um é aluno. Então, quando você tem um assunto polêmico que interessa aos três segmentos, o que vale? Os sete conduzem entre eles e não o voto dos dois e o do aluno. Entende? Então você tem 70% e 15% de funcionários e 15% de alunos. Isso não é só para a escolha do reitor, só para eleição. Isto é a posição de todos os órgãos de colegiado. Então se você tem um interesse do funcionário que entre em choque com o do professor, o que vale mais é o que os professores querem. (funcionária administrativa)

...o professor é que está decidindo, aí dá aquela impressão assim que "Não vamos escutar o aluno porque ele é irresponsável, ele não sabe o que ele quer". (Aluno, Biológicas)

O resultado dessa desigualdade de poder, juntamente com a forma "corporativista" que os docentes defendem os seus interesses – conforme mencionado por um funcionário –, compromete o nível democrático da Universidade.

Eu avalio da seguinte forma: em termos de você ser informado do que está acontecendo, então existe a democracia e a representatividade. Eu acredito que a questão da paridade aí é que é o problema. Um problema que se tem discutido muito. Tanto seja para a eleição de reitor ou qualquer comissão dentro da Universidade sempre há esta disparidade favorável para os professores.

Então, existe uma democracia? De uma certa forma existe, mas acho que esta democracia pode ser mais democrática. (Funcionário técnico de laboratório)

Em geral, contudo, além de possuir canais que possibilitam a participação no processo de decisão, a Universidade dá espaço para que críticas e sugestões sejam feitas sem medo de qualquer punição. Ou seja, como um docente mencionou, é possível expressar discordância de decisões sem ter medo de perder o seu emprego.

Burocracia e falta de informação

Segundo a grande maioria dos entrevistados que participaram dos grupos focais, apesar de a burocracia ser necessária, há um excesso na Universidade que acaba gerando muitos empecilhos. Como consequência, os conselhos e outros órgãos são lentos em tomar decisões, e isso atrapalha em várias áreas da Universidade, como liberação de financiamento para projetos de pesquisa e execução de programas de extensão.

Vários exemplos foram dados de como a excessiva burocracia tem atrapalhado na Universidade:

...eles repassam para mim a responsabilidade para gerenciar um projeto, a responsabilidade para a qual eu não estou preparado, o banco comete um erro e eu pago na minha conta particular no meu CPF, e perco dias para resolver este problema que no meu caso foi o problema de um extrato de R\$ 1,00 (Um real) que foi debitado na conta, eu perdi dias por conta de R\$ 1,00 (Um real). Gastei horas de telefone para Brasília para resolver um problema de R\$ 1,00 (Um real). São coisas deste tipo que matam a gente. Então este tipo de coisa acontece a nível de CNPq, mas acontece internamente. Pequenos detalhes que não são, que existem, que não deveriam existir. (Professor, Exatas)

...tem mudança que dê conta não. Se essas normas acadêmicas permanecerem como estão, engessadas como são, que pra você lançar uma carga horária mínima no sistema você depende lá do setor pra ver se pode ou não pode, não tem como a gente trabalhar com flexibilidade, com integralidade, nada disso. (Professora, Biológicas)

...nós temos que dominar essa parte toda burocrática, em termos de preenchimento de formulário, de N outras coisas pra poder de fato exercer a pesquisa... (Professora, Biológicas)

A burocracia foi mencionada, assim, como um empecilho às funções administrativas que o docente tem que exercer e à execução de pesquisas, além de ser algo que reduz a flexibilidade e dificulta o trabalho dos docentes. Estes são apenas alguns exemplos mencionados pelos docentes entrevistados. Discentes e funcionários também reclamaram da excessiva burocracia e da falta de informação sobre os cursos, regras da Universidade e formas de participação na tomada de decisões.

...teve um caso, nesse semestre, eu tentei fazer uma disciplina aqui na FAFICH, que era psicologia social, e eu não consegui, só que eu não recebi a resposta, aí me falaram que não era no colegiado da farmácia, era o daqui, e eu não consegui a resposta, aí eu só queria saber se tinha sido selecionado ou não, porque eu sei que sou de uma outra unidade e tal, e não me respondiam, aí eu vim aqui, se você não recebeu resposta porque não foi aceita, mas estava dizendo lá que eu receberia uma resposta, independente do caso, então eu acho assim, fala uma coisa, põe lá uma coisa no aviso e eu estou lá esperando, porque eu precisava disso para resolver minhas outras coisas de matrícula, outras disciplinas. (Aluna, Exatas)

...prova valendo 100 pontos, e reprova ainda por cima. A gente não sabe quais são as regras da Universidade, nem as regras que nos protegem, não chega, não tem como conseguir o CRT, talvez ele sabe explicar melhor, mas custou a conseguir esse papelzinho, e custa conseguir outros, você entra no site da UFMG, o máximo que eu consegui foram os estatutos e o regimento geral. (Aluno, Humanas)

A burocracia foi dita, portanto, como algo que atrapalha em várias questões, como o exemplo dado sobre a dificuldade de conseguir fazer a matrícula em uma matéria eletiva. Além do mais, os discentes que participaram dos grupos focais reclamaram de um certo desconhecimento sobre as regras da universidade e uma dificuldade de se aprender sobre elas. O funcionamento de colegiados e sessões de ensino, como alguns mencionaram, é incompatível com os horários dos discentes estando aberto quando estes estão dentro da sala de aula, mas fechados na hora do almoço quando eles estão livres para resolver seus problemas. Processos acadêmicos, como a equivalência de créditos, que passam pelos colegiados são difíceis de serem obtidos por causa da burocracia e o que é necessário para obtê-los é desconhecido por alguns discentes entrevistados. Alguns discentes até disseram que não conhecem direito o seu curso, sem saber o que o que deve ser feito e quais são suas opções. Além disso, foi dito que pela excessiva burocracia e falta de informação, torna-se mais difícil para o discente se envolver com o processo decisório da universidade. É muito difícil, por exemplo, saber exatamente com que a universidade gasta dinheiro.

...eu ia falar a respeito de informação que a gente tem... Eu acho que às vezes a maneira que essas informações são divulgadas dificulta. Tem uma burocracia gigante, por exemplo, a prestação de contas... A prestação de conta da universidade – gente! É um calhamaço desse tamanho com uma letra desse tamanho, pequeninha. Não tem nenhum resuminho básico para você ficar sabendo não! (Aluna, Humanas)

A falta de informação, de forma semelhante, é mencionada por docentes e funcionários como algo que também dificulta o seu serviço e a participação nos processos de decisão da Instituição, além de estar diretamente relacionada com a falta de interesse deles nesses processos.

Infra-estrutura

Percebemos ao longo dos grupos focais que as críticas mais contundentes feitas à Universidade pelos participantes referiam-se às condições da infra-estrutura da UFMG. Foram vários os aspectos levantados, como falta de espaço físico, falta de investimentos em material, precariedade dos equipamentos. Os participantes, especialmente os docentes, apontaram que as más condições de infra-estrutura afetam diretamente a produção acadêmica, incluindo o espaço dos laboratórios para comportar os pesquisadores, técnicos e discentes.

...para desenvolver algumas pesquisas são necessários alguns equipamentos, são necessários computadores mais rápidos, recursos de multimídia, recursos de telecomunicação, principalmente aqui na área da ciência da informação que é uma área interdisciplinar, quanto a isso a Universidade deixa um pouco a desejar. Muitas pesquisas já deixaram de ser feitas porque a gente não tem essas condições. (Professor, Humanas)

Os docentes também se queixavam que muitas vezes acabavam por se tornar os próprios financiadores de seus projetos de pesquisa:

Todos os tipos de informação, por exemplo, se eu quero um livro eu compro, eu não tenho verba para comprar um livro. Se eu quero um micro, eu compro um micro, não tenho verba para comprar o micro. Se eu quero um ar condicionado, eu compro o ar condicionado. Esta mesa foi comprada com dinheiro de prestação de serviço, a infra-estrutura que é dada pela Universidade hoje ela é falha. Nós basicamente somos colocados dentro da Universidade e é dado a nós um espaço para trabalhar e cada um se vira, eu não vejo uma ação direcionada, não vejo um objetivo prefixado, não tem meta. Até pela falta de meta o que a gente faz é bem-sucedido. (Professor, Exatas)

Ah, por exemplo aqui é laboratório de pesquisa, se eu não tenho dinheiro em projeto para poder lavar material de laboratório, muitas vezes fui eu quem teve que comprar sabão e não sei o que, e trazer porque não tem dinheiro. Mas, você tem que trabalhar, então se vira. Nesse ponto, em termos de infra-estrutura dela está ainda, está a dever, não por exemplo pagar telefone, isso eu não... O excesso a gente paga, cada um tem que ter seu limite no ambiente de trabalho. Mas essas coisas que são do próprio trabalho você tem que trazer. (Professora, Biológicas)

Porque é muito bom aqui o local em que eu trabalho, mas o laboratório que vocês estão vendo aqui foi totalmente financiado por projetos pessoais e mesmo a infra-estrutura básica, como o encanamento da água, a luz, conta de telefone, material de escritório... tudo isso acaba sendo financiado pelo próprio pesquisador, através de projetos ou às vezes até com dinheiro pessoal dele. Boa parte do projeto não permite a você, por exemplo, comprar material de escritório. Aí eu sou obrigado a comprar isso. Outra coisa que às vezes acontece é que mesmo material de segurança para o trabalho, o CNPq e a Fapemig não permitem que você coloque no programa, porque dizem que faz parte da instituição. E é claro... faz parte. (Professor, Biológicas)

O financiamento indireto ou externo foi um dos aspectos levantados por alguns participantes como forma de adquirirem melhores condições de infra-estrutura. Alguns docentes mencionaram o financiamento de projetos de pesquisa pela iniciativa privada como justificativa de suas condições privilegiadas dentro da Universidade:

Eu estou no laboratório, um laboratório moderno, relativamente bem equipado e com um grupo de pesquisa e trabalho muito bom. Então as minhas condições de trabalho são boas, mas a minha situação não é um espelho das condições que eu vejo dentro da própria Escola de Engenharia. (...) A minha situação é

diferente porque eu estou em um laboratório multidisciplinar, que consegue se auto-financiar, esta é a diferença. Então o que eu consigo enxergar da atual situação da universidade é que o país se encaminhou para uma situação na qual os grupos têm que se auto-sustentar e não é isso que está acontecendo de uma forma geral. (Professor, Exatas)

Muitos participantes vêm com restrições essas formas de financiamento para a obtenção de infra-estrutura. Os docentes acreditam que pode ser mais um meio, contudo, sem retirar da Universidade a responsabilidade de manter sua própria infra-estrutura e de fomentar projetos de pesquisa.

Infra-estrutura seria o segundo ponto, computadores e tudo o mais, isso a gente consegue até dar um jeito, a gente tem dois cursos de especialização que acabam revertendo para a escola um pouco da verba, são cursos pagos então a gente tem investido, eu estou falando isso porque eu sou coordenador de um dos cursos e a gente acabou de comprar o segundo laboratório para os discentes, o laboratório de computadores e para os discentes com verbas de quatro turmas, já são dois anos de curso, você vai juntando dinheiro, você vai colocando equipamentos, retroprojetor, quer dizer projetores nas salas, cadeiras, ventiladores, essas coisas, acaba que uma função que seria da universidade como um todo, você vê que lógica mais insidiosa, a gente é totalmente contra a mercantilização do ensino, que a gente desvie para os cursos que dão retorno toda a nossa força e energia de trabalho, por outro lado é a nossa única fonte hoje em dia de recursos para equipar a escola e fertilizar a pesquisa e o ensino de graduação, porque se não fossem os cursos de especialização a gente não teria os laboratórios para dar aulas na graduação, então a gente se equilibra um pouco nisso. Tem muita gente na escola que tem certa resistência, "Ah, curso de especialização pago aqui, não é a função da escola pública"; eu posso falar que se não fossem esses cursos de especialização, o nosso ensino estaria pior. (Professor, Humanas)

Já os discentes se mostraram mais resistentes quanto a esses tipos de financiamento:

A estrutura da Letras é exemplar em matéria de universidade, mas tem que ressaltar que isso tudo graças ao dinheiro da extensão. Tanto reforma da biblioteca, quanto equipamento de laboratórios. A extensão foi que equipou tudo isso. É claro que é muito bom que a gente tenha equipado tudo isso. Será que a extensão que deveria ter financiado a infra-estrutura ou será que isso não é papel do governo federal de ter feito isso o que não fez. (Aluno, Humanas, depois do 4º período, participante do CEPE)

Funcionários e docentes reclamaram bastante também da falta manutenção dos equipamentos, principalmente computadores – tema esse que inclui também a lentidão dos processos burocráticos envolvidos nos trâmites dessas atividades. Funcionários ressaltaram que por falta de manutenção, os problemas, às vezes, se prolongam por muito tempo, impedindo o curso dos trabalhos de um setor, o que pode, por sua vez, acarretar interrupções em outros setores também. Eles afirmaram que a rede de interdependências entre as funções na Universidade é grande e que problemas técnicos desse tipo podem prejudicar muitas áreas.

Os funcionários focaram também bastante o tema da segurança no trabalho proporcionada por uma boa infra-estrutura e fizeram críticas sobre a falta ou a parcimônia de materiais necessários para a realização de trabalhos em laboratórios. Afirmaram que estes, além de serem necessários para a correta e eficiente realização das pesquisas, também são essenciais para garantir o bem-estar dos trabalhadores. Conforme a declaração de um funcionário:

Até mesmo quando você solicita material de compra para que aquele grupo possa se desenvolver, às vezes, se questiona se determinado material pode ser economizado. No laboratório que é considerado de segurança quatro porque

mexe com aquelas pesquisas (...), ao pedir luvas, questionam “por que está gastando tantas luvas?”. Gente, neste procedimento você tem que usar e descartar e pronto. Reaproveitar as luvas pode prejudicar o experimento do professor e comprometer a sua análise, mas eles acham que você está querendo “sirilar” [sic]. O que está acontecendo com estes recursos que a gente sabe que tem, mas que na hora que o profissional, o funcionário, quer trabalhar com qualidade, porque exigem isto da gente, como já aconteceu muitas vezes de dizerem “Ah, está ruim o seu trabalho”. (Funcionário técnico, menos de 10 anos de contratação)

Alguns funcionários mencionaram ainda as condições físicas dos prédios das unidades da Universidade, retomando o tema da segurança e relatando diversas experiências vivenciadas por eles em que se testemunhavam situações de risco, como problemas em elevadores e sistemas elétricos. Discentes e docentes chamaram a atenção para os novos prédios e para a situação de prédios como ICB e FAFICH, que, segundo os participantes, necessitam não apenas de uma reforma, mas, no caso do ICB, de uma ampliação. Ainda no tema dos novos prédios, “Campus 2000”, os discentes manifestaram uma preocupação com a infra-estrutura dos restaurantes e estacionamentos – que julgam insuficientes para comportar a nova demanda de discentes, docentes e funcionários trazidos pelas novas unidades, como a Farmácia e, futuramente, a Faculdade de Ciências Econômicas e a Escola de Engenharia.

Dentre os problemas relacionados à infra-estrutura levantados pelos discentes destacam-se as deficiências relacionadas a equipamentos, principalmente computadores, e insatisfação quanto aos recursos e serviços oferecidos pelo sistema de bibliotecas. Particularmente, discentes de áreas que dependem mais de equipamentos e laboratórios reclamaram sobre a precariedade destes.

Agora o que eu queria observar são os equipamentos, por exemplo: máquina fotográfica, aula de fotografia que a gente no primeiro período lá na Belas Artes, tem uma máquina para quatro discentes. Então assim, você tem pouquíssimo tempo para aprender aquilo, menos de um semestre dividido em oficina, e é difícil o aprendizado dessa forma, porque é uma coisa individual, eu entendo as condições, falta grana, mas isso tinha que ter mais investimentos. Outra coisa, às vezes têm equipamentos avançadíssimos, por exemplo, no laboratório de rádio da Comunicação, tem uma mesa de rádio assim de vinte quatro canais, só que os outros equipamentos são obsoletos, então a mesa fica subaproveitada... (Aluna, Humanas, depois do 4º período)

E isso fica claro quando você faz visitas aos departamentos, por exemplo, você vai ao departamento de Ciência da Computação, você fala: isso aqui é privado? Você vai na sala fazer uma visita a um professor, você olha o computador dele – que isso? Isso aqui é escola privada? Ai você vai na Engenharia ou em outro departamento qualquer e você vê o professor com um computador antigo velho, tudo assim caindo aos pedaços no departamento, sem recursos e às vezes até sem papel higiênico no banheiro. Então essa é uma diferença óbvia, é claro.[...] E os laboratórios de informática: no prédio de Engenharia tem lá os ‘lixos’ e tem lá os “bons”. Os bons os professores usam o tempo todo. (Aluno, Exatas, depois do 4º período)

As reclamações quanto às bibliotecas referem-se principalmente à desatualização do acervo, observada em todas as áreas do conhecimento pelos discentes. Conseqüentemente reclama-se do baixo investimento da Universidade na melhoria dessa infra-estrutura. Alguns docentes e até mesmo funcionários corroboraram essa posição, levantando inclusive outros aspectos, tais como horários e dias limitados de funcionamento, mau funcionamento da rede de computadores que é responsável pelas buscas por livros e cadastramentos de entradas e saídas de empréstimos de material.

A atualização... Os livros não são atualizados. E essa falta de recursos também... Às vezes você dá uma sugestão para comprar um livro e demora, em 2008 compram o livro. Quando o livro chega tem um outro mais novo. (Aluno, Exatas, depois do 4º período)

Infra-estrutura evidente, uma biblioteca bem melhor, você [tem que] ter mais acesso, você teria que freqüentar com mais segurança, então tem segurança fraca. Já me disseram para eu não vir em final de semana. Isto é uma loucura, uma universidade que você não pode ir no fim de semana... Condições de pesquisa, de acesso a material de pesquisa, infra-estrutura, banheiro, limpeza. Estas coisas são terceiro mundo. (Professor, Humanas, com menos de 10 anos de contratação)

Tem o problema da rede que se der um problema na rede e principalmente no sistema de bibliotecas. Tudo que a gente faz é no sistema e se o CECOM der algum problema, ficamos todos parados. (Funcionária administrativa, com mais de 10 anos de contratação)

Num contexto geral percebe-se que a questão da infra-estrutura é o fator crucial para impedir que se tenha uma melhor avaliação da UFMG por parte dos participantes. Essa deficiência é constatada na graduação, pelos discentes que reclamam da falta de equipamentos e bibliotecas – prejudicando um maior e melhor aproveitamento e aprendizado em seu curso –, e se reflete na produção acadêmica dos docentes e nas condições de trabalho e segurança dos funcionários. Porém, devem-se fazer algumas ressalvas quanto a essas críticas sobre a infra-estrutura. Alguns participantes afirmam que puderam perceber que já há um certo tempo a Universidade vem crescendo e investindo mais nessas condições, apesar de não ter ainda conseguido sanar os problemas de forma ideal.

Um ponto de vista positivo e bastante recorrente – principalmente entre docentes e funcionários – foi a questão do ambiente proporcionado pelo campus: arborização, localização, tranquilidade proporcionada pela distância do centro comercial e industrial da cidade. Esses elementos produziram um ambiente de trabalho e estudo caracterizado como agradável pelos participantes.

Avaliação geral da Instituição

Em determinado momento da dinâmica dos grupos focais, os moderadores sugeriram que os participantes fizessem uma avaliação geral sobre a UFMG. Esta avaliação poderia ser feita através de uma nota atribuída à Universidade, que estaria na escala de zero a dez, ou poderia ser feita através de conceitos ou comentários sobre a Universidade. Observamos que os participantes utilizaram critérios comuns para atribuírem notas ou conceitos. A UFMG no geral foi bem avaliada pelos participantes. Vários, porém, ressaltaram que a Universidade tem um potencial maior do que é aproveitado e chamaram a atenção para aspectos, como infra-estrutura, que dificultam os avanços da UFMG.

Assim, falta de recursos, de infra-estrutura, burocracia, vários problemas que eu vislumbro e que atrapalham – sabe assim a nota ser 7 (Aluna, Humanas, depois do 4º período, sem participação)

Dar nota é um negócio complicado. Têm vários jeitos de dar nota. Se estivesse comparando a UFMG com as outras universidades que eu conheço, ela ia a 9. Agora se você for dar nota em relação ao potencial que ela tem, nós estamos de 6,5 para 7. (Professor, Biológicas)

Bom, se nota 7 é bom. Porque eu estava pensando assim a Universidade em uma avaliação geral estaria caminhando do regular para o bom. Está em transição. Se fosse há uns tempos atrás, a nota seria ruim, mas com certeza hoje está uma nota bem razoável. Eu ficaria também com uma nota 7, 8 de um modo geral. (Funcionário técnico, com mais de 10 anos de contratação)

Funcionários e docentes levaram em conta o ambiente de trabalho ao realizarem a avaliação da Universidade. Ambos afirmaram ser um ambiente de trabalho agradável, um espaço físico que contribui positivamente para a realização do trabalho. Outro aspecto levantado foi a característica democrática da organização que estimula a exposição de idéias e o debate em torno da Instituição.

Não, do campus todo, é um lugar... Parece que você está num lugar que não pertence a Belo Horizonte. Eu tenho essa impressão, e muita gente que trabalha comigo fala que quando vem para cá sente que aqui é uma cidadezinha do interior e que aqui é muito tranquilo. (Funcionária administrativa, com mais de 10 anos de contratação)

Eu acho que o campus, a localização, o prédio em que eu trabalho, eu acho a estrutura dele boa, o lugar bonito, agradável, todo mundo elogia, cheio de florzinhas, muito bonitinho, é muito agradável de trabalhar, é um aspecto positivo, é qualidade de vida aqui dentro. Não sei como que vai ficar depois que vierem os outros prédios, o trânsito, essas coisas. Mas por enquanto é muito bom, o local é arejado, grande, a estrutura da UFMG, a qualidade de vida mudou muito. (Funcionária administrativa, com mais de 10 anos de contratação)

Então eu acho que é um ambiente agradável, mesmo, num ponto de vista intelectual é um lugar onde você pode colocar as suas idéias e discutir, receber críticas também, falar, você pode fazer mas... é um lugar que eu sempre sonhei em ficar, me planejei para ficar aqui realmente na Universidade, com todos os seus problemas. E eu vejo que a grande maioria realmente dá o sangue pela Universidade. (Professor, Exatas)

A partir de muitos depoimentos, como os citados acima, percebemos que os participantes dos grupos focais, integrantes da UFMG, possuem uma ligação que ultrapassa as relações formais. Eles sentem-se parte da Instituição, e esse sentimento de pertencimento afeta a avaliação, porque embora muitos tenham detectado os problemas existentes na Universidade, tendem a dar uma avaliação positiva pelo que a Instituição representa em suas vidas.

A minha avaliação é: eu acho que, eu gosto muito da UFMG, eu tenho orgulho de trabalhar na UFMG. Eu, se tivesse que escolher de voltar, trabalharia nela, apesar de todos os problemas que nós relatamos aqui, e acho que é uma Universidade que pode ter um caminho enorme pela frente e eu me sinto parte dela, e responsável também por ela. (Professora, Biológicas)

Na verdade quando essa pergunta foi feita eu não sei se foi o meu amor-próprio, o meu orgulho, a minha auto-estima... Mas eu estou tão feliz de ser professora da UFMG, tudo o que vocês estão também, todo mundo feliz, todo mundo xingou, falou e tal. Na verdade eu queria que todas as coisas que a gente disse aqui fossem aproveitadas, porque eu acho que a gente disse com a intenção de aperfeiçoar a nossa Instituição (Professora, Humanas)

O funcionário, neste sentido de vestir a camisa, no local em que trabalha ele toma aquilo ali como seu, não no sentido de posse, mas é o lugar onde ele está e pertence. O que os outros vêem naquele setor é em parte o que ele faz também, então se o setor não anda "nossa, aquele funcionário...pelo amor de Deus!" Pelo menos eu sempre fui assim e até hoje eu sou assim. Eu quero que aquilo funcione, ali é minha casa. Eu passo mais tempo ali do que na minha casa mesmo, então é difícil. (Funcionário técnico, com mais de 10 anos de contratação)

Ao longo da discussão, os participantes referiram-se muito ao sentimento de orgulho que possuem por fazerem parte da UFMG. Não obstante os problemas enfrentados, reconhecem que a Instituição possui prestígio e faz com que seus membros se sintam privilegiados por fazerem parte dela. Enfim, podemos concluir que na visão dos participantes dos grupos focais a UFMG é uma instituição com a qual se sentem satisfeitos e orgulhosos em fazer parte. Por outro lado, por acreditarem nela, cobram maiores investimentos e maior atenção para o seu capital humano, o que seria fundamental para que a UFMG alcançasse maiores níveis de excelência e de satisfação de seus membros.

Limitações e conclusões

Os resultados colocados aqui apresentam algumas limitações importantes. Apesar de todos os esforços no recrutamento dos grupos para garantir a oportunidade de participação para todos os membros da Instituição, a natureza voluntária da pesquisa fez com que aqueles indivíduos com mais motivação para participar estivessem com maior representação entre os participantes. Como as discussões sobre ensino, pesquisa e extensão demonstram, houve um claro viés de participação de docentes com compromissos de ensino, especialmente na área da licenciatura. A participação dos discentes também demonstrou alguns vieses. Houve um maior número de discentes insatisfeitos com a Instituição participando nos grupos focais, o que se pode justificar pelo fato de estes terem maiores motivações para participar.

Para concluir, gostaríamos de ressaltar alguns dos temas que mais se destacaram durante a discussão dos grupos focais. Esses temas, já delineados anteriormente, ocuparam a maior parte da discussão dos grupos focais e poderiam ser considerados como os de principal interesse dos participantes. Nas discussões dos discentes e docentes, ficou claro que a pesquisa é a atividade de maior prestígio na Universidade, fato que compromete a qualidade do ensino e da extensão. Tanto os docentes quanto os discentes demonstraram uma preocupação com a qualidade do ensino no nível da graduação, apontando que a ênfase dada à pesquisa prejudica o tempo dedicado ao ensino. Todos os participantes também ressaltaram a necessidade de uma maior articulação entre as três áreas: ensino, pesquisa e extensão. Isso foi particularmente expressado em referência à extensão, apontada como a área de menos articulação entre as três. Porém, como demonstrado na seção anterior, existe um grande orgulho por parte dos discentes, docentes e funcionários de fazerem parte da Universidade, que se manifesta apesar das várias críticas feitas pelos participantes.

Sobre a comunicação, os discentes e docentes revelaram que o principal meio de comunicação é a internet, seja pelo site da Universidade ou por correio eletrônico. Enquanto os docentes se demonstraram satisfeitos em geral com a comunicação, a maioria dos discentes reclamou da falta de acesso à informação, especialmente referente aos editais e comunicados oficiais da Universidade. Eles sugeriram uma maior transparência da informação na Instituição e uma melhoria dos meios de comunicação para acesso à informação.

Nas discussões dos docentes e funcionários sobre as condições de trabalho, o excesso de carga horária foi uma preocupação constante dos primeiros. Eles mostraram-se preocupados com o grande volume de atividades a serem cumpridas (ensino, pesquisa, atividades administrativas) no horário de trabalho. Já os funcionários demonstraram duas preocupações principais com as suas condições de trabalho. A primeira se manifesta como uma frustração com a falta de planejamento na distribuição dos recursos humanos. Houve reclamações de funcionários sendo colocados em setores distintos do seu treinamento e de distribuições feitas sem se considerar a quantidade de trabalho por setor. Apesar dessas reclamações, tanto os funcionários quanto os docentes elogiaram a autonomia e liberdade existente na UFMG, especialmente quando comparado ao setor privado.

Na área de gestão, e especialmente quanto à tomada de decisões na Universidade, todos os participantes concordaram que a Instituição é bastante democrática, tendo foros suficientes para a participação na tomada de suas decisões. Porém, os discentes e funcionários demonstraram insatisfação com a distribuição de poder entre os três grupos (docentes, discentes e funcionários), alertando para uma demanda geral por mais participação.

Todos os participantes dos grupos focais reclamaram das condições de infra-estrutura da Instituição. Especialmente, a falta de espaço físico e as más condições físicas dos prédios foram apontadas. Os docentes e discentes também se mostraram insatisfeitos com o acervo da biblioteca e as condições dos laboratórios, em particular os laboratórios de informática.

Em conclusão, as discussões nos grupos focais e nas entrevistas revelaram algumas das preocupações específicas dos docentes, discentes e funcionários referentes aos temas tratados. Por outro lado, as discussões também revelaram aspectos positivos da UFMG, e em particular o orgulho desses atores ao fazerem parte dela.

Apêndice 1 - Instrumentos utilizados na divulgação dos grupos focais

Carta de convite dos discentes

AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UFMG

Belo Horizonte, 23 de Setembro de 2005.

Prezado(a) Discente(a):

A Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, estabeleceu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Entre seus objetivos estão: promover a melhoria da qualidade da educação superior, orientar a expansão de sua oferta, incrementar a eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social das instituições e buscar o aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais.

Em consonância com o que define o SINAES, a Universidade Federal de Minas Gerais está envolvida, ao longo deste segundo semestre de 2005, na realização da sua auto-avaliação institucional, sob a coordenação da Comissão Permanente de Avaliação Institucional. Pretende-se que a auto-avaliação, como um dos eixos da avaliação institucional, proporcione uma possibilidade de envolvimento e participação da comunidade universitária nesse processo.

Neste sentido, uma equipe, dirigida pela Profa. Corinne Davis Rodrigues (Departamento de Sociologia/FAFICH) e composta por estudantes de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais da UFMG, foi convidada a coordenar uma dimensão desse processo, por meio da realização de grupos focais – o grupo focal consiste na realização de uma entrevista em grupo, em que todos podem manifestar sua opinião sobre determinado tema –, com professores, discentes e funcionários da UFMG. Diante disso, informamos que seu nome foi selecionado aleatoriamente (por sorteio), a partir de uma listagem contendo o nome de todos os estudantes da UFMG, para participar, junto com outros discentes, de um desses grupos.

Tendo em vista a relevância deste trabalho para o aperfeiçoamento da UFMG, e seu papel de destaque no processo de construção de uma instituição de qualidade na UFMG, esperamos contar com sua participação, aceitando este convite. A sua colaboração é fundamental para o êxito desta etapa e da própria auto-avaliação da universidade!

Você terá duas oportunidades para participar. Os grupos focais estão marcados para os dias **17 e 20 de Outubro**, ambos às 14 horas e cada um com duração de 3 horas. Para o funcionamento adequado do grupo focal, solicitamos o cumprimento do horário de início de seu grupo. Caso aceite nosso convite, pedimos que responda pelo e-mail (info@dai.ufmg.br) para marcar uma destas datas, colocando as palavras "Grupo Focal" na linha "assunto". Caso prefira responder por telefone, favor ligar, de segunda a quinta-feira, para 3499-5516, no horário de 14 às 17 horas.

Esclarecemos que suas informações somente serão utilizadas para a realização dos estudos previstos, dentro dos objetivos da pesquisa. Os dados coletados serão analisados qualitativamente em seu conjunto, sem especificar respostas individuais.

Para obter outras informações sobre a pesquisa que estamos realizando, a coordenadora da pesquisa, Dra. Corinnne Davis Rodrigues, estará à disposição através do e-mail: auto-avaliacaoufmg@yahoo.com.br, ou no seu gabinete, F4164, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Maria do Carmo de Lacerda Peixoto', with a large, elegant flourish at the end.

Maria do Carmo de Lacerda Peixoto
Presidente da Comissão Permanente de Avaliação Institucional

Carta de convite dos docentes

AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UFMG

Belo Horizonte, 23 de Setembro de 2005.

Prezado(a) Professor(a):

A Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, estabeleceu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Entre seus objetivos estão: promover a melhoria da qualidade da educação superior, orientar a expansão de sua oferta, incrementar a eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social das instituições e buscar o aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais.

Em consonância com o que define o SINAES, a Universidade Federal de Minas Gerais está envolvida, ao longo deste segundo semestre de 2005, na realização da sua auto-avaliação institucional, sob a coordenação da Comissão Permanente de Avaliação Institucional. Pretende-se que a auto-avaliação, um dos eixos da avaliação institucional, proporcione uma possibilidade de envolvimento e participação da comunidade universitária nesse processo.

Nesse sentido, uma equipe, dirigida pela Prof^a. Corinne Davis Rodrigues (Departamento de Sociologia/FAFICH) e composta por estudantes de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais da UFMG, foi convidada a coordenar uma dimensão desse processo, por meio da realização de grupos focais – o grupo focal consiste na realização de uma entrevista em grupo, onde todos podem manifestar sua opinião sobre determinado tema –, com professores, discentes e funcionários da UFMG. Seu nome foi selecionado para integrar um desses grupos devido à função que desempenha na universidade e, por isso, vimos lhe convidar para, junto com outros professores, participar de uma entrevista, ocasião em que serão debatidos temas relativos ao ensino, à pesquisa e à extensão aqui realizadas.

Tendo em vista a relevância deste trabalho para o aperfeiçoamento da UFMG, e seu papel de destaque no processo de construção de uma instituição de qualidade na UFMG, esperamos contar com sua participação, aceitando este convite. A sua colaboração é fundamental para o êxito desta etapa e da própria auto-avaliação da Universidade!

Você terá três oportunidades para participar. Os grupos focais estão marcados para os dias **20 e 24 e 31 de Outubro**, todos às 14 horas e cada um com duração de 3 horas. Para o funcionamento adequado do grupo focal, solicitamos o cumprimento do horário de início de seu grupo. Caso aceite nosso convite, pedimos que responda pelo e-mail (info@dai.ufmg.br) para marcar uma destas datas, colocando as palavras "Grupo Focal" na linha "assunto". Caso prefira responder por telefone, favor ligar, de segunda a quinta-feira, para 3499-5516, no horário de 14 às 17 horas.

Esclarecemos que as informações obtidas nos grupos somente serão utilizadas para a realização dos estudos previstos, dentro dos objetivos da pesquisa e sem identificação dos entrevistados. Os dados coletados serão analisados qualitativamente em seu conjunto, sem especificar respostas individuais.

Para obter outras informações sobre a pesquisa que estamos realizando, a coordenadora da pesquisa, Dra. Corinne Davis Rodrigues, estará à disposição através do e-mail: auto-avaliacaoufmg@yahoo.com.br, ou no seu gabinete, F4164, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Carmo Peixoto', with a large, sweeping flourish extending from the end of the signature.

Maria do Carmo de Lacerda Peixoto
Presidente da Comissão Permanente de Avaliação Institucional

Carta de convite dos funcionários

AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UFMG

Belo Horizonte, 23 de Setembro de 2005.

Prezado Funcionário(a):

A Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, estabeleceu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Entre seus objetivos estão: promover a melhoria da qualidade da educação superior, orientar a expansão de sua oferta, incrementar a eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social das instituições e, especialmente, buscar o aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais.

Em consonância com o que define o SINAES, a Universidade Federal de Minas Gerais, está envolvida, ao longo deste segundo semestre de 2005, na realização da sua avaliação institucional, sob a coordenação da Comissão Permanente de Avaliação Institucional. A auto-avaliação, um dos eixos da avaliação institucional, é uma possibilidade ímpar de envolvimento e participação da comunidade universitária.

Nesse sentido, uma equipe, dirigida pela Prof^a. Corinne Davis Rodrigues (DSOA/FAFICH) e composta por estudantes de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais da UFMG, foi convidada a coordenar uma dimensão desse processo, por meio da realização de grupos focais, (o grupo focal consiste na realização de uma entrevista em grupo, onde todos podem manifestar sua opinião sobre determinado tema), com professores, discentes e funcionários da UFMG. Informamos que seu nome foi selecionado devido a função que o Sr(a) desempenha na universidade, e viemos assim lhe convidar para participar da auto-avaliação da UFMG, integrando um grupo focal, composto por funcionários, que versará sobre os temas de organização e comunicação dentro da Universidade.

Tendo em vista a relevância deste trabalho para o aperfeiçoamento da UFMG, e seu papel de destaque no processo de construção de uma instituição de qualidade na UFMG, esperamos contar com sua participação, aceitando este convite. A sua colaboração é fundamental para o êxito desta etapa e da própria auto-avaliação da universidade!

Você terá duas oportunidades para participar. Os grupos focais estão marcados para os dias **10 e 20 de Outubro**, todos às 14 horas e cada um com duração de 3 horas. Para o funcionamento adequado do grupo focal, solicitamos o cumprimento do horário de início de seu grupo. Caso aceite nosso convite, pedimos que responda pelo e-mail (info@dae.ufmg.br) ou pelo telefone 3499-5516 para marcar uma destas datas. Caso responda por e-mail, favor colocar as palavras "Grupo Focal" na linha "assunto". Caso prefira responder por telefone, favor ligar de segunda a quinta-feira entre 14 e 17 horas.

Esclarecemos que as informações obtidas nos grupos somente serão utilizadas para a realização dos estudos previstos, dentro dos objetivos da pesquisa e sem identificação dos entrevistados. Os dados coletados serão analisados qualitativamente em seu conjunto, sem especificar respostas individuais.

Para obter outras informações sobre a pesquisa que estamos realizando, a coordenadora da pesquisa, Dra. Corinne Davis Rodrigues, estará à disposição através do e-mail: auto-avaliacaoufmg@yahoo.com.br, ou no seu gabinete, F4164, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Maria do Carmo de Lacerda Peixoto'. The signature is fluid and cursive, with a large initial 'M' and a long, sweeping underline.

Maria do Carmo de Lacerda Peixoto
Presidente da Comissão Permanente de Avaliação Institucional



Auto-Avaliação Institucional da UFMG

ATENÇÃO DISCENTE FUNCIONÁRIO(A) E
PROFESSOR(A),

Do dia 10 a 31 de Outubro estará sendo realizada a pesquisa de Auto-Avaliação da UFMG!

DO QUE SE TRATA A PESQUISA?

Em consonância com as expectativas de diversos setores da Universidade e, com as demandas do Ministério da Educação e da Cultura (MEC), a Universidade Federal de Minas Gerais estará envolvida, ao longo deste segundo semestre de 2005, no Processo Nacional de avaliação Institucional do Ensino Superior, do qual a Auto-Avaliação consiste em um dos seus eixos.

QUEM RESPONDERÁ À PESQUISA?

A avaliação da UFMG atinge a todos, e tanto discentes e professores quanto funcionários estão convidados a participar!

COMO SERÁ CONDUZIDA ESTA PESQUISA?

Diversos grupos focais serão realizados em Outubro nos quais todos os entrevistados poderão manifestar sua opinião sobre temas relacionados a UFMG e expor suas opiniões e idéias a respeito da Universidade.

O QUE VOCÊ GANHA COLABORANDO COM A PESQUISA?

A Auto-Avaliação Institucional é uma possibilidade ímpar de envolvimento e participação da comunidade universitária e para que tenha êxito, a sua participação é fundamental!

Para mais informações, ligue para 3499-5516, de segunda a quinta, entre 14 e 17 horas. A coordenadora da pesquisa, Dra. Corinne Davis Rodrigues, também estará à disposição através do e-mail: auto-avaliacaoufmg@yahoo.com.br, ou no seu gabinete, F4164, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Também temos uma página no endereço www.fafich.ufmg.br/~avaliacao/

SUA PARTICIPAÇÃO SERÁ DE GRANDE IMPORTÂNCIA PARA A AUTO-AVALIAÇÃO DA UFMG!

Apêndice 2 - Roteiros para a realização dos grupos focais

1) DISCENTES

INTRODUÇÃO

Bom dia/Boa Tarde! Meu nome é _____ e o de meu colega é _____. O nosso objetivo aqui é ouvir as opiniões de vocês, discentes, sobre a organização e comunicação presentes na UFMG. Os pontos de vista discutidos nos ajudarão muito a entender esses temas e vocês estarão contribuindo para a auto-avaliação da UFMG, sendo conduzido pela Diretoria de Avaliação Institucional a pedido do Ministério da Educação. Por isso, muito obrigada pela participação de todos e esperamos que ela seja informativa e estimulante.

Para que esta discussão seja proveitosa e frutífera temos algumas recomendações e esclarecimentos a fazer. Em primeiro lugar, sintam-se à vontade para participar e expressar suas idéias. Pedimos, no entanto, que fale uma pessoa de cada vez. Em segundo lugar, sabemos que cada um aqui tem experiências diferentes que gostaríamos de conhecer. Portanto, deixem de lado a timidez e contem-nos o que vocês realmente pensam. Finalmente, por favor, sintam-se à vontade para discordar e oferecer o seu próprio ponto de vista, mas respeitando as opiniões dos outros participantes. Para nós, não existem respostas certas ou erradas, o que queremos conhecer é a sua vivência sobre o que for perguntado.

Temos ainda uma última observação: esta discussão será gravada e alguns observadores estarão presentes aqui na sala fazendo anotações, pois queremos acumular o máximo de informações dos seus depoimentos. Mas vocês podem ficar absolutamente tranquilos com relação ao sigilo de todas estas informações gravadas, transcritas e anotadas. Em outras palavras, vocês não serão identificados de qualquer forma no relatório. Nesse mesmo espírito, é importante que vocês não comentem depois, lá fora, a discussão compartilhada aqui. E, antes de iniciarmos, gostaríamos de saber se vocês têm alguma pergunta.

QUEBRA-GELO

Para começar, gostaríamos de pedir que cada um de vocês se apresentasse dizendo seu nome, o curso que faz e em qual período está.

ROTEIRO PARA DISCUSSÃO

1. Para começar, gostaria de saber como cada um de vocês avalia a UFMG de modo geral. Que nota você daria?
2. Gostaria que cada um me dissesse se já teve ou tentou uma bolsa na universidade.

PROBES: Tipo de bolsa (PID, PAD, PAE, Iniciação Científica)
Como foi a experiência?

3. Qual é a contribuição destas bolsas para a sua formação?

PROBES: Profissional
Pesquisa
Publicação
Ir para a pós-graduação

4. Alguém já foi para algum evento, como congresso, na sua área?

PROBES: Apoio da Universidade?
Como é a ajuda da Universidade para este tipo de participação?

5. E os projetos de extensão da Universidade? Alguém conhece?

PROBES: Como são?
Avaliação?

6. Agora gostaria que vocês falassem um pouco sobre a estrutura da Universidade. Como é o acesso aos computadores, por exemplo?

PROBES: Laboratórios?
Biblioteca?
Atualização?
Número de exemplares?
Bom/Ruim?
Preenche as suas necessidades?

7. Por último, gostaria que vocês falassem um pouco sobre a comunicação na UFMG. Como vocês ficam sabendo das informações aqui na UFMG?

PROBES: Comunicação é adequada?
Por quê/ por que não?

Antes de fechar, alguém tem mais alguma coisa que gostaria de acrescentar?

Conclusão

Muito obrigada a todos por passarem esta tarde conosco, compartilhando seus valiosos pontos de vista. Nosso grupo conseguiu aprofundar vários pontos relacionados aos temas propostos. A discussão que vocês tiveram sobre todos esses aspectos foi muito informativa e muito útil para a auto-avaliação. Obrigada!

Roteiro do grupo focal dos docentes

Grupo Focal – PROFESSORES

INTRODUÇÃO

Bom dia/Boa Tarde! Meu nome é _____. O meu objetivo aqui é ouvir as opiniões de vocês, professores, sobre a estrutura presente na UFMG. Os pontos de vista discutidos nos ajudarão muito a entender esses temas e vocês estarão contribuindo para a auto-avaliação da UFMG, sendo conduzida pela Diretoria de Avaliação Institucional a pedido do Ministério de Educação. Por isso, muito obrigada pela participação de todos e esperamos que ela seja informativa e estimulante.

Para que esta discussão seja proveitosa e frutífera, tenho algumas recomendações e esclarecimentos a fazer. Em primeiro lugar, sintam-se à vontade para participar e expressar suas idéias. Peço, no entanto, que fale uma pessoa de cada vez. Em segundo lugar, sei que cada um aqui tem experiências diferentes que gostaríamos de conhecer. Portanto, deixem de lado a timidez e contem-nos o que vocês realmente pensam. Finalmente, por favor, sintam-se à vontade para discordar e oferecer o seu próprio ponto de vista, mas respeitando as opiniões dos outros participantes. Não existem respostas certas ou erradas, o que quero conhecer é a sua vivência sobre o que for perguntado.

Tenho ainda uma última observação: esta discussão será gravada e alguns observadores estarão presentes aqui na sala fazendo anotações, pois queremos acumular o máximo de informações dos seus depoimentos. Mas vocês podem ficar absolutamente tranquilos com relação ao sigilo de todas estas informações gravadas, transcritas e anotadas. Em outras palavras, vocês não serão identificados de qualquer forma no relatório. Nesse mesmo espírito, é importante que vocês não comentem depois, lá fora, a discussão compartilhada aqui. E, antes de iniciarmos, gostaríamos de saber se vocês têm alguma pergunta.

QUEBRA-GELO

Para começar, gostaríamos de pedir que cada um de vocês se apresentasse dizendo seu nome e a qual departamento da UFMG pertence.

ROTEIRO PARA DISCUSSÃO

1. Gostaria de começar falando um pouco sobre o ensino. Qual é a participação dos professores no desenho do curso?

PROBES: Construção do projeto pedagógico

Experiências ou exemplos de participação

Razões para a não participação

Licenciatura vs. Bacharelado

2. Ainda falando do ensino, que vocês pensam da flexibilização curricular?

PROBES: Gostam/não gostam

Por quê?

Exemplos de funcionamento

3. Que vocês opinam sobre o registro acadêmico? Atende a suas necessidades?

PROBES: Por quê/ por que não?

4. E os projetos interdisciplinares? Que vocês acham? Conhecem?

PROBES: Gostam/não gostam

Por quê?

Exemplos nos cursos

5. Agora gostaria de saber sua opinião sobre outras áreas das atividades da Universidade, em particular a pesquisa e a extensão. Pensando na pesquisa, qual é o apoio da Universidade nesta área?

PROBES: Participação em eventos

Publicação

Recursos

6. Qual é a articulação da pesquisa com o ensino?

PROBES: Bom/ruim – Por quê?

Exemplos de articulação ou falta de articulação

7. Agora gostaria de falar sobre a extensão. Qual é a articulação da extensão com o ensino e a pesquisa aqui na Universidade?

PROBES: Bom/ruim - Por quê?

Exemplos de articulação ou falta de articulação

8. Pensando em tudo o que faz aqui na Universidade como professor, a Universidade se preocupa em conhecer o grau de satisfação dos professores com as condições de trabalho?

PROBES: Por quê/ por que não?

Como se preocupa

Como poderia se preocupar

9. Para concluir, gostaria de saber como cada um de vocês avalia a UFMG de modo geral. Que nota você daria?

Antes de fechar, alguém tem mais alguma coisa que gostaria de acrescentar?

Conclusão

Muito obrigada a todos por passarem esta tarde conosco, compartilhando seus valiosos pontos de vista. Nosso grupo conseguiu aprofundar vários pontos relacionados aos temas propostos. A discussão que vocês tiveram sobre todos esses aspectos foi muito informativa e muito útil para a auto-avaliação. Obrigada!

Roteiro do grupo focal dos funcionários

Grupo Focal – FUNCIONÁRIOS

Introdução

Bom dia/Boa Tarde! Meu nome é _____. O nosso objetivo aqui é ouvir as opiniões de vocês, funcionários, sobre a organização e comunicação presentes na UFMG. Os pontos de vista discutidos nos ajudarão muito a entender esses temas e vocês estarão contribuindo para a auto-avaliação da UFMG, sendo conduzida pela diretoria de Avaliação Institucional a pedido do Ministério de Educação. Por isso, muito obrigada pela participação de todos e esperamos que ela seja informativa e estimulante.

Para que esta discussão seja proveitosa e frutífera, temos algumas recomendações e esclarecimentos a fazer. Em primeiro lugar, sintam-se à vontade para participar e expressar suas idéias. Pedimos, no entanto, que fale uma pessoa de cada vez. Em segundo lugar, sabemos que cada um aqui tem experiências diferentes que gostaríamos de conhecer. Portanto, deixem de lado a timidez e contem-nos o que vocês realmente pensam. Finalmente, por favor, sintam-se à vontade para discordar e oferecer o seu próprio ponto de vista, mas respeitando as opiniões dos outros participantes. Para nós, não existem respostas certas ou erradas, o que queremos conhecer é a sua vivência sobre o que for perguntado.

Temos ainda uma última observação: esta discussão será gravada, e alguns observadores estarão presentes aqui na sala fazendo anotações, pois queremos acumular o máximo de informações dos seus depoimentos. Mas vocês podem ficar absolutamente tranquilos com relação ao sigilo de todas estas informações gravadas, transcritas e anotadas. Em outras palavras, vocês não serão identificados de qualquer forma no relatório. Nesse mesmo espírito, é importante que vocês não comentem depois, lá fora, a discussão compartilhada aqui. E, antes de iniciarmos, gostaríamos de saber se vocês têm alguma pergunta.

QUEBRA-GELO

Para começar gostaríamos de pedir que cada um de vocês se apresentasse dizendo seu nome e a unidade onde você trabalha aqui na UFMG.

ROTEIRO PARA DISCUSSÃO

1. Para começar, gostaria que cada um de vocês falasse uma coisa positiva (com a qual você está satisfeito (a) de seu trabalho aqui no UFMG.

PROBES: Relações de trabalho
Comunicação
Estrutura da UFMG
Demandas de trabalho

2. Vocês acham que a Universidade se preocupa em conhecer o grau de satisfação dos funcionários com as condições de trabalho?
PROBES: Por quê/por que não?
Como se preocupa
Como poderia se preocupar
3. Agora gostaria que cada um falasse sobre uma coisa com a qual não está satisfeito (a) no seu trabalho.
PROBES: Relações de trabalho
Demandas de trabalho
Relações interpessoais
4. Quando você tem um problema no seu trabalho, como se resolve?
PROBES: Estratégias de comunicação
A comunicação é efetiva?
5. Existem procedimentos adequados e conhecidos para organizar e conduzir os processos de tomada de decisão na UFMG?
PROBES: Democracia nos processos de decisão
Centralização de decisões
Descentralização de decisões
6. Gostaria de saber a sua relação com os discentes da UFMG. Tem contato com eles?
PROBES: Que tipo – projetos: ensino, pesquisa, extensão
Por quê/por que não?
Qual é a demanda do curso ou discentes do seu setor?
7. Para concluir, gostaria de saber como cada um de vocês avalia a UFMG de modo geral. Que nota você daria?

Antes de fechar, alguém tem mais alguma coisa que gostaria de acrescentar?

Conclusão

Muito obrigada a todos por passar esta tarde conosco, compartilhando seus valiosos pontos de vista. Nosso grupo conseguiu aprofundar vários pontos relacionados aos temas propostos. A discussão que vocês tiveram sobre todos esses aspectos foi muito informativa e muito útil para a auto-avaliação. Obrigada!

Roteiro de entrevista dos docentes

Roteiro de Entrevista – Professores

Muito obrigada por ter concedido esta entrevista. O meu objetivo aqui é ouvir a sua opinião sobre a organização, comunicação e gestão presentes na UFMG. Seus pontos de vista ajudarão muito a entender esses temas, e você estará contribuindo para a auto-avaliação da UFMG, sendo conduzida pela Diretoria de Avaliação Institucional a pedido do Ministério de Educação. Por isso, muito obrigada pela sua participação e espero que ela seja informativa e estimulante.

Antes de começarmos, você tem mais alguma pergunta sobre o objetivo desta pesquisa, o processo de seleção ou qualquer outra coisa?

1. Para começar, gostaria que falasse um pouco sobre as condições de trabalho aqui no UFMG. Pensando nas condições de trabalho, com o que você está satisfeito(a)? Insatisfeito(a)?

PROBES: Por quê?

Infra-estrutura

Carga horária

As formas de avaliação do seu trabalho

Relações interpessoais

2. Você acha que a Universidade se preocupa em conhecer o grau de satisfação dos professores com as condições de trabalho?

PROBES: Por quê/ por que não?

Como se preocupa

Como poderia se preocupar

3. Agora gostaria de lhe perguntar sobre a comunicação na UFMG. Como você recebe informações aqui na UFMG?

PROBES: Canais de comunicação

Frequência

A comunicação é adequada? Por quê/por que não?

4. Por último, gostaria que você falasse um pouco sobre a estrutura de gestão na UFMG. Você pode participar na gestão do seu curso?

PROBES: Como participar

Participação é aberta?

Está satisfeito(a) com a sua participação ou dos professores?

5. Para concluir, gostaria de saber como você avalia a UFMG de modo geral. Que nota você daria, por exemplo?

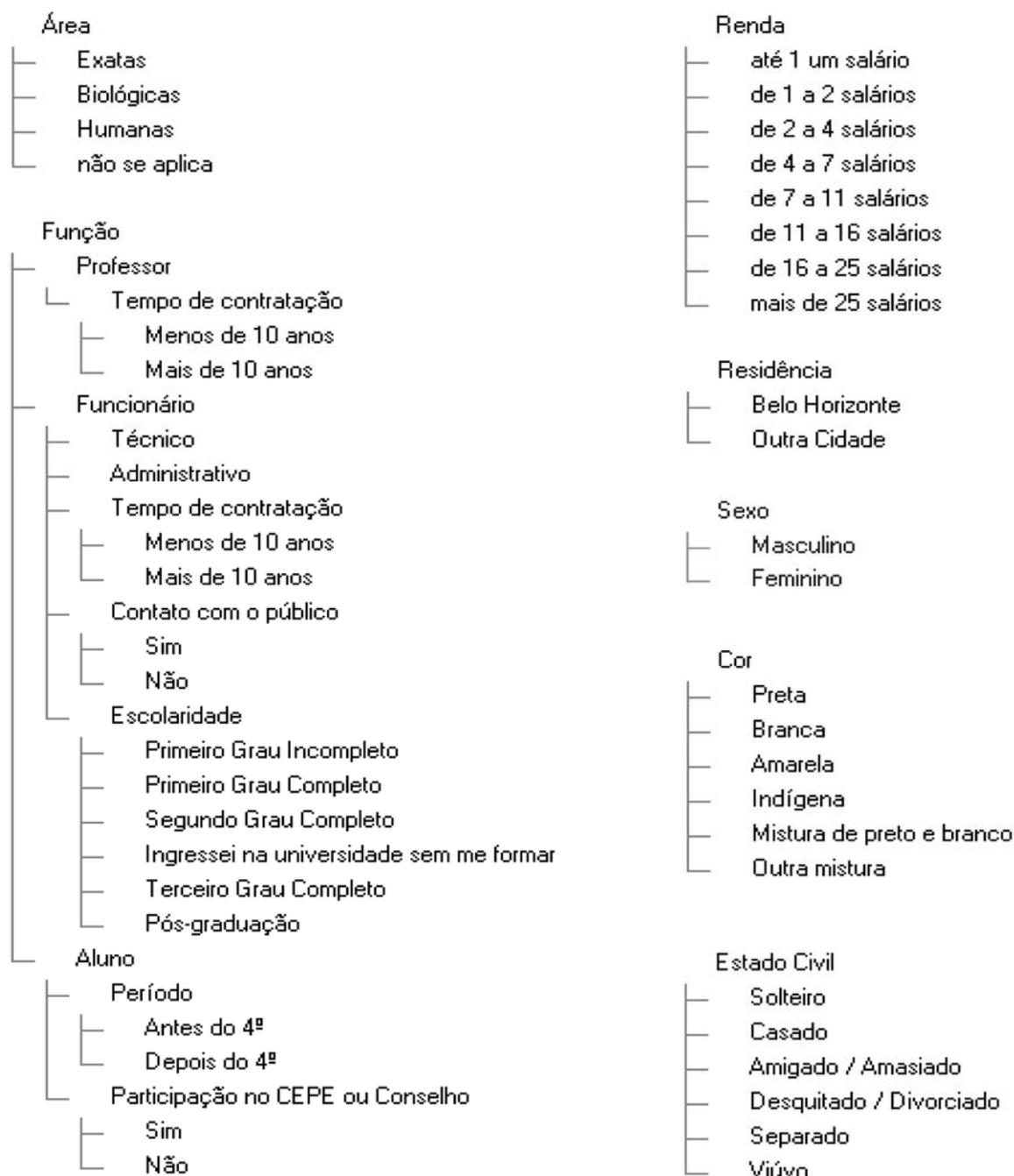
PROBES: Justificação da nota

Muito obrigada por ter concedido esta entrevista. Antes de concluir, você gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

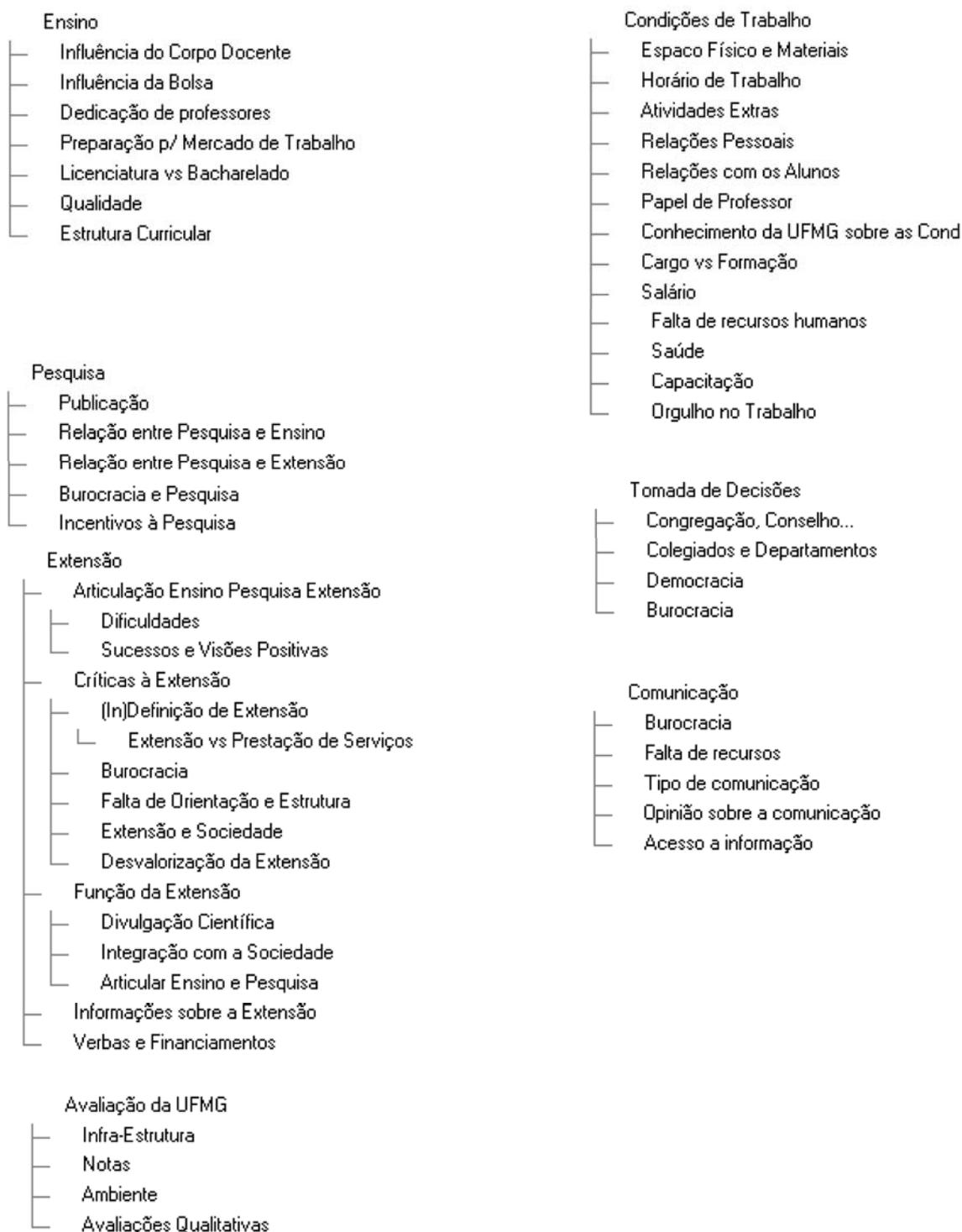
Muito obrigada e bom dia/boa tarde.

Apêndice 3 - Estrutura de codificação

1) Estrutura de codificação das informações demográficas



2) Estrutura de codificação temática



Anexo II

Auto-avaliação institucional por meio de questionário eletrônico

EQUIPE

Questionário eletrônico

Elaboração e análise:

Prof. Geraldo Élvio Magalhães

Prof. Paulo Henrique Ozório Coelho

Prof. Ronaldo de Noronha

Felipe Nunes

Colaboração

Laboratório de Computação Científica – ICEX/UFMG

Diretoria de Divulgação e Comunicação – CEDECOM

Relatório final

Belo Horizonte

Maio de 2006

Introdução

A avaliação das instituições de educação superior é parte integrante do conjunto de procedimentos avaliativos que compõem o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Fazem parte desse sistema, além da avaliação institucional, a avaliação de cursos de graduação e o exame nacional de avaliação dos estudantes – ENADE. Esses processos avaliativos possibilitam a oportunidade de subsidiar a formulação de diretrizes para as políticas públicas de educação superior, a melhoria da qualidade e da relevância das instituições de ensino superior.

A avaliação institucional compõe-se de dois momentos: a auto-avaliação e a avaliação externa. No decorrer da auto-avaliação, são analisados aspectos relacionados à formação acadêmica e profissional fornecida pela instituição, aos seus processos de gestão, às suas responsabilidades, e aos seus compromissos para com a sociedade. Concluída a auto-avaliação, os resultados são submetidos a comissões de especialistas designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. Após análise do relatório da avaliação interna promovida pela instituição de ensino superior, e de informações adicionais, seguida de visita à instituição, elaboram relatório específico.

A avaliação representa uma oportunidade ímpar para a identificação de práticas institucionais bem-sucedidas, e para perceber omissões e equívocos que estejam sendo cometidos, assim como o potencial dos mesmos de produzir desvios indesejados de um projeto institucional. Concluído o processo, a análise dos resultados obtidos proporciona condições para que sejam estabelecidas metas e ações para o desenvolvimento institucional, com o objetivo de aprimorar a qualidade e a relevância acadêmica e social das instituições de ensino superior. Assim sendo, foi fundamental que o processo de avaliação contasse com a participação efetiva da comunidade acadêmica, de modo a proporcionar um efetivo compromisso com as metas e ações que serão estabelecidas.

Objetivo

Com o objetivo de realizar sua avaliação institucional, e de acordo com diretrizes emanadas da CONAES, a UFMG constituiu sua comissão própria de avaliação composta por professores, alunos, funcionários e comunidade externa, conforme portaria da Reitora e da Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. A primeira reunião da CPA foi realizada no dia 13 de outubro de 2004, sendo promovidos encontros semanais, a partir dessa data, com o objetivo de promover a socialização, entre seus membros, dos documentos orientadores emanados da CONAES - Diretrizes para a Avaliação da Educação Superior e Roteiro de Auto-Avaliação Institucional. Outro objetivo desses encontros semanais era promover a análise das dimensões indicadas no roteiro que deveriam ser analisadas tendo em vista as especificidades da UFMG. Nesta etapa, buscou-se identificar, ainda, os diversos instrumentos por meio dos quais os itens do núcleo obrigatório e do núcleo específico de cada dimensão poderiam vir a ser apreciados de modo mais preciso.

A seguir, a comissão procedeu à elaboração da proposta a ser encaminhada ao Conselho Universitário. Aprovada em de 15 de março de 2005, essa proposta foi encaminhada à CONAES e, em seguida, teve início o processo de avaliação interna na UFMG.

Metodologia

Diversos procedimentos analíticos, destinados a realizar a auto-avaliação, foram definidos pela Comissão Permanente de Avaliação Institucional, a começar pela análise de documentos e de dados estatísticos existentes sobre a UFMG. Entre esses procedimentos, três deles buscam proporcionar oportunidades para que membros da comunidade acadêmica participem do processo de avaliação.

Esse é o caso dos grupos focais realizados com professores, alunos e funcionários, visando analisar questões relativas ao ensino, pesquisa e extensão, à organização e gestão, e à comunicação da UFMG com a comunidade acadêmica. Organizados em grupos específicos conforme o segmento da comunidade a que pertencem, eles foram convidados a participar dessa técnica qualitativa de análise, em encontros que se verificaram no decorrer dos meses de outubro e novembro. Os resultados serão analisados por equipe de pesquisadores da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, e incorporados, no que couber, ao relatório final do processo de auto-avaliação.

Outra situação prevista, voltada para a participação da comunidade, diz respeito à solicitação feita aos diretores das unidades acadêmicas e dos órgãos suplementares da Universidade para a realização de uma auto-avaliação voltada para o âmbito específico de atuação dessas unidades e órgãos, com base em roteiro construído de acordo com as orientações da CONAES.

Por fim, com o objetivo de colher informações sobre a percepção da comunidade interna e externa sobre a imagem da Universidade, um questionário eletrônico foi disponibilizado na página da UFMG. À semelhança do que ocorreu com a aplicação da técnica dos grupos focais, os dados coletados por esse questionário serão analisados por equipe de pesquisadores da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, e incorporados, no que couber, ao relatório final do processo de auto-avaliação.

Relatório de dados

O presente relatório diz respeito à análise dos dados retirados do Questionário de Avaliação Institucional da UFMG que esteve disponível entre outubro e abril de 2006 no site da UFMG para aqueles interessados em participar voluntariamente da avaliação. Nesse período, 719 pessoas, dentre elas, alunos, ex-alunos, professores, ex-professores, funcionários, ex-funcionários e pessoas da sociedade civil não vinculadas à UFMG responderam ao questionário.

Os resultados desta pesquisa são apresentados a seguir com breve análise dos mesmos.

A seguir temos uma descrição do perfil dos respondentes desta pesquisa. Tais dados nos mostram um pouco de quem são aqueles interessados no aprimoramento do serviço prestado pela UFMG, já que contribuíram voluntariamente com a pesquisa da avaliação. A maioria dos respondentes eram homens (62,4%), alunos da Universidade (65,1%), moradores da Grande BH (91,5%), brancos (64,7%), com ensino superior incompleto (56,2%), e média de idade de 29 anos. Infelizmente, o percentual de respondentes que indicou a faixa de renda na qual se localiza foi muito pequena, sendo assim, não utilizaremos tal variável na análise.

Sexo.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Masculino	449	62,4	62,4	62,4
	Feminino	270	37,6	37,6	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

Qual a sua relação com a UFMG?

(Se houve mais de um tipo de vínculo, marque o último ou o que você considera ter sido o mais significativo).

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Aluno	468	65,1	65,1	65,1
	Ex-aluno	60	8,3	8,3	73,4
	Professor	68	9,5	9,5	82,9
	Ex-professor	4	,6	,6	83,4
	Funcionário	69	9,6	9,6	93,0
	Não tenho/tive vínculo formal com a UFMG	50	7,0	7,0	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

Local de Residência.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Grande BH	658	91,5	91,5	91,5
	Estado de Minas Gerais	38	5,3	5,3	96,8
	Outro estado	20	2,8	2,8	99,6
	Outro país	3	,4	,4	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

Utilizando a lista abaixo, informe: qual a sua raça ou cor?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Branco	465	64,7	64,7	64,7
	Preto	49	6,8	6,8	71,5
	Pardo	195	27,1	27,1	98,6
	Amarelo	7	1,0	1,0	99,6
	Indígena	3	,4	,4	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

Qual a sua escolaridade?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca frequentou a escola	1	,1	,1	,1
	Ensino fundamental incompleto	1	,1	,1	,3
	Ensino fundamental completo	1	,1	,1	,4
	Ensino médio incompleto	7	1,0	1,0	1,4
	Ensino médio completo	48	6,7	6,7	8,1
	Ensino superior incompleto	404	56,2	56,2	64,3
	Ensino superior completo	85	11,8	11,8	76,1
	Pós-graduação incompleta	63	8,8	8,8	84,8
	Pós-graduação completa	109	15,2	15,2	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

Dentre as faixas de renda abaixo, qual a que mais se aproxima da sua renda familiar mensal?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	4	,6	5,6	5,6
	Até 2 salários mínimos (até R\$600,00)	4	,6	5,6	11,1
	De 2 a 4 salários mínimos (entre R\$600 e R\$1.200)	10	1,4	13,9	25,0
	De 4 a 6 salários mínimos (entre R\$1.200 e R\$1.800)	7	1,0	9,7	34,7
	De 6 a 8 salários mínimos (entre R\$1.800 e R\$2.400)	10	1,4	13,9	48,6
	De 8 a 10 salários mínimos (entre R\$2.400 e R\$3.000)	9	1,3	12,5	61,1
	De 10 a 12 salários mínimos (entre R\$3.000 e R\$3.600)	7	1,0	9,7	70,8
	De 12 a 14 salários mínimos (entre R\$3.600 e R\$4.200)	6	,8	8,3	79,2
	Acima de 14 salários mínimos (acima de R\$4.200)	15	2,1	20,8	100,0
Total	72	10,0	100,0		
Missing	System	647	90,0		
Total		719	100,0		

Statistics

Idade dos entrevistados.

	N	Valid
		Missing
		719
		0
Mean		29,11
Median		24,00
Mode		21
Std. Deviation		10,812
Minimum		14
Maximum		68

De forma a captar as percepções dos indivíduos sobre como a universidade pública deve contribuir à sociedade moderna, foram apontadas três afirmativas e solicitado que os respondentes atribuíssem graus diferentes de importância de tal atitude para estas instituições.

A universidade pública deve contribuir para os objetivos estratégicos de desenvolvimento do país?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nenhuma importância	4	,6	,6	,6
	Pouca importância	16	2,2	2,3	2,8
	Alguma importância	74	10,3	10,4	13,2
	Importante	193	26,8	27,2	40,4
	Muito importante	423	58,8	59,6	100,0
	Total	710	98,7	100,0	
Missing	Missing	9	1,3		
	Total	719	100,0		

Como nos mostra a tabela acima, 59,6% dos respondentes acham que é muito importante que a Universidade contribua com os objetivos estratégicos de desenvolvimento do país. Apenas uma minoria de 0,6% atribuem nenhuma importância para tal contribuição das universidades.

A universidade pública deve contribuir para o progresso da ciência e do saber?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Pouca importância	2	,3	,3	,3
	Alguma importância	11	1,5	1,5	1,8
	Importante	74	10,3	10,3	12,1
	Muito importante	630	87,6	87,9	100,0
	Total	717	99,7	100,0	
Missing	Missing	2	,3		
	Total	719	100,0		

Em relação ao progresso da ciência e do saber, uma grande maioria, 87,9% dos respondentes, atribui muita importância a esta contribuição.

A universidade pública deve contribuir para o aperfeiçoamento da democracia e da cidadania?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nenhuma importância	6	,8	,8	,8
	Pouca importância	29	4,0	4,1	4,9
	Alguma importância	112	15,6	15,7	20,6
	Importante	183	25,5	25,7	46,3
	Muito importante	383	53,3	53,7	100,0
	Total	713	99,2	100,0	
Missing	Missing	6	,8		
	Total	719	100,0		

Quando o assunto é a contribuição da Universidade no aperfeiçoamento da democracia e da cidadania, a maioria dá nota alta, ou seja, 53,7% dos respondentes dizem que tal contribuição é muito importante, seguidos de 25,7%, que dizem que é apenas importante. Nota-se a valoração positiva em relação a esta contribuição, tendo em vista que, somados, importante e muito importante, têm 79,4% das respostas.

Também perguntamos sobre qual é o papel da universidade pública. Os resultados apontam para uma divisão, mesmo que em graus diferentes, na opinião dos respondentes. 39,2% dizem que é muito importante que a universidade pública ofereça ensino de graduação para o maior número de pessoas possível.

O papel da universidade pública é oferecer ensino de graduação ao maior número de pessoas?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nenhuma importância	59	8,2	8,3	8,3
	Pouca importância	89	12,4	12,4	20,7
	Alguma importância	148	20,6	20,7	41,4
	Importante	139	19,3	19,4	60,8
	Muito importante	280	38,9	39,2	100,0
	Total	715	99,4	100,0	
Missing	Missing	4	,6		
	Total	719	100,0		

Já 59,8% dizem que é muito importante que a universidade pública forme pesquisadores para a produção de conhecimento científico.

O papel da universidade pública é formar pesquisadores para a produção de conhecimento científico?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nenhuma importância	5	,7	,7	,7
	Pouca importância	19	2,6	2,6	3,3
	Alguma importância	77	10,7	10,7	14,1
	Importante	187	26,0	26,1	40,2
	Muito importante	429	59,7	59,8	100,0
	Total	717	99,7	100,0	
Missing	Missing	2	,3		
	Total	719	100,0		

Enquanto 46,2% dos respondentes apontam como muito importante a formação pela universidade pública de professores de qualidade para todos o sistema educacional brasileiro.

O papel da universidade pública é formar professores de qualidade para todo o sistema educacional brasileiro?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nenhuma importância	14	1,9	2,0	2,0
	Pouca importância	60	8,3	8,4	10,3
	Alguma importância	120	16,7	16,8	27,1
	Importante	191	26,6	26,7	53,8
	Muito importante	331	46,0	46,2	100,0
	Total	716	99,6	100,0	
Missing	Missing	3	,4		
	Total	719	100,0		

Quando o respondente é chamado a avaliar a UFMG frente a outras universidades públicas e privadas, os resultados apontam para uma percepção positiva da referida instituição. 73,2% dizem que a UFMG está entre as cinco melhores universidades públicas do país, e 86,6% dizem que ela é melhor que as universidades privadas.

Se você for comparar a UFMG com outras universidades públicas do país, diria que ela:

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	É a melhor Universidade do país	37	5,1	5,1	5,1
	Está entre as 5 melhores universidades públicas do país	526	73,2	73,2	78,3
	Está entre as 10 melhores universidades públicas do país	102	14,2	14,2	92,5
	Está abaixo das 10 melhores universidades públicas do país	9	1,3	1,3	93,7
	Não tenho conhecimento suficiente para avaliar	45	6,3	6,3	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

Se você for comparar a UFMG com as universidades privadas do país, você diria que:

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	A UFMG é melhor do que a maioria das universidades privadas	623	86,6	86,6	86,6
	A UFMG não é melhor nem pior do que as universidades privadas	70	9,7	9,7	96,4
	A UFMG é pior do que a maioria das universidades privadas	6	,8	,8	97,2
	Não tenho conhecimento suficiente para avaliar	20	2,8	2,8	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

Nos objetivos da pesquisa também constavam alguns itens mais específicos. Um deles era a qualidade de ensino da UFMG. Como nos mostra a tabela a seguir, o ensino de graduação é avaliado como muito bom por 37,3% dos respondentes; como bom para 54,5%; e como ruim para apenas 3,3%.

**Agora gostaríamos que você avaliasse, de modo geral, a qualidade de ensino da UFMG.
Como você avalia o ensino de graduação da UFMG?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito bom	268	37,3	37,3	37,3
	Bom	392	54,5	54,5	91,8
	Ruim	24	3,3	3,3	95,1
	Péssimo	5	,7	,7	95,8
	Não tenho conhecimento suficiente para avaliar	30	4,2	4,2	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

A pós-graduação tem, obviamente, um número menor de respondentes, já que a proporção de alunos e professores que a conhece suficientemente bem para poder avaliá-las também é menor em comparação com os números da graduação. 52,9% dos respondentes avaliam como muito bom, e 42,7% avaliam como bom o ensino de pós-graduação.

E o ensino de pós-graduação da UFMG (doutorado, mestrado, especialização)?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito bom	208	28,9	52,9	52,9
	Bom	168	23,4	42,7	95,7
	Ruim	15	2,1	3,8	99,5
	Péssimo	2	,3	,5	100,0
	Total	393	54,7	100,0	
	Não tenho conhecimento suficiente para avaliar	326	45,3	45,3	100,0

Algumas afirmativas foram formuladas para captar as opiniões dos respondentes sobre alguns temas correlatos com a UFMG.

A UFMG forma bons profissionais para o mercado de trabalho.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo	648	90,1	90,1	90,1
	Discordo	46	6,4	6,4	96,5
	Sem base para opinar	25	3,5	3,5	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

90,1% dos respondentes concordam com a afirmativa: "A UFMG forma bons profissionais para o mercado de trabalho".

Um dos problemas da UFMG é a falta de organização e a lentidão do atendimento administrativo.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo	478	66,5	66,5	66,5
	Discordo	194	27,0	27,0	93,5
	Sem base para opinar	47	6,5	6,5	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

66,5% dos respondentes concordam com a afirmativa: "Um dos problemas da UFMG é a falta de organização e a lentidão do atendimento administrativo".

A principal vantagem da UFMG sobre as Universidades privadas é a gratuidade do ensino.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo	219	30,5	30,5	30,5
	Discordo	493	68,6	68,6	99,0
	Sem base para opinar	7	1,0	1,0	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

68,6% dos respondentes discordam da afirmativa: "A principal vantagem da UFMG sobre as Universidades privadas é a gratuidade do ensino".

Um aspecto negativo da UFMG é ter exame vestibular que favorece principalmente alunos que fizeram o ensino médio (segundo grau) em colégios particulares.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo	248	34,5	34,5	34,5
	Discordo	467	65,0	65,0	99,4
	Sem base para opinar	4	,6	,6	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

65,0% dos respondentes discordam da afirmativa: "Um aspecto negativo da UFMG é ter exame vestibular que favorece principalmente alunos que fizeram o ensino médio (segundo grau) em colégios particulares".

As pesquisas feitas pelos professores e alunos da UFMG contribuem significativamente para o desenvolvimento e o progresso do país.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo	604	84,0	84,0	84,0
	Discordo	82	11,4	11,4	95,4
	Sem base para opinar	33	4,6	4,6	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

84,0% dos respondentes concordam com a afirmativa: "As pesquisas feitas pelos professores e alunos da UFMG contribuem significativamente para o desenvolvimento e o progresso do país".

Um problema que prejudica o desempenho da UFMG é ter greves freqüentes de professores e funcionários.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo	447	62,2	62,2	62,2
	Discordo	257	35,7	35,7	97,9
	Sem base para opinar	15	2,1	2,1	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

62,2% dos respondentes concordam com a afirmativa: "Um problema que prejudica o desempenho da UFMG é ter greves freqüentes de professores e funcionários".

A maioria das pesquisas feitas na UFMG produz conhecimentos aplicados, que podem ser utilizados por empresas e comunidades.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo	460	64,0	64,0	64,0
	Discordo	164	22,8	22,8	86,8
	Sem base para opinar	95	13,2	13,2	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

64,0% dos respondentes concordam com a afirmativa: "A maioria das pesquisas feitas na UFMG produz conhecimentos aplicados, que podem ser utilizados por empresas e comunidades".

A UFMG deveria ter maior número de cursos noturnos.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo	592	82,3	82,3	82,3
	Discordo	90	12,5	12,5	94,9
	Sem base para opinar	37	5,1	5,1	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

82,3% dos respondentes concordam com a afirmativa: "A UFMG deveria ter maior número de cursos noturnos".

As atividades de pesquisa da UFMG contribuem para a formação acadêmica e profissional dos alunos.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo	658	91,5	91,5	91,5
	Discordo	37	5,1	5,1	96,7
	Sem base para opinar	24	3,3	3,3	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

91,5% dos respondentes concordam com a afirmativa: "As atividades de pesquisa da UFMG contribuem para a formação acadêmica e profissional dos alunos".

Salas de aula e instalações sujas e mal conservadas são freqüentes na UFMG.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo	303	42,1	42,1	42,1
	Discordo	373	51,9	51,9	94,0
	Sem base para opinar	43	6,0	6,0	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

51,9% dos respondentes discordam da afirmativa: "Salas de aula e instalações sujas e mal conservadas são freqüentes na UFMG".

É importante que as pesquisas realizadas no âmbito da UFMG contribuam também para o progresso do conhecimento enquanto tal, independente da sua aplicação prática.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo	585	81,4	81,4	81,4
	Discordo	113	15,7	15,7	97,1
	Sem base para opinar	21	2,9	2,9	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

81,4% dos respondentes concordam com a afirmativa: "É importante que as pesquisas realizadas no âmbito da UFMG contribuam também para o progresso do conhecimento enquanto tal, independentemente da sua aplicação prática".

A UFMG deveria instituir um sistema de cotas para a admissão de candidatos negros e índios no vestibular.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo	119	16,6	16,6	16,6
	Discordo	581	80,8	80,8	97,4
	Sem base para opinar	19	2,6	2,6	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

80,8% dos respondentes discordam da afirmativa: "A UFMG deveria instituir um sistema de cotas para a admissão de candidatos negros e índios no vestibular".

Statistics

		Como você avalia a qualidade dos professores?	Como você avalia as instalações e os equipamentos (infra-estrutura física)	Como você avalia o renome e o prestígio da marca UFMG?	Como você avalia os programas de pós-graduação (mestrado e doutorado)?	Como você avalia os programas de pesquisas?	Como você avalia os programas de publicação de livros e revistas por professores e alunos?	Como você avalia os investimentos nos campos da arte e da cultura?	Como você avalia a preocupação com questões éticas e políticas?	Como você avalia a atenção dada aos problemas do meio ambiente?
N	Valid	687	702	717	506	630	563	629	647	627
	Missing	32	17	2	213	89	156	90	72	92
Mean		7,72	6,03	9,20	8,24	7,97	6,92	6,92	6,72	7,02
Mode		8	7	10	8	8	8	7	7	7
Std. Deviation		1,567	2,041	1,186	1,532	1,609	2,067	2,097	2,357	2,270
Minimum		1	1	1	2	1	1	1	1	1
Maximum		10	10	10	10	10	10	10	10	10

Foi desenhada também uma seção para avaliação de uma série de itens referentes à Universidade Federal de Minas Gerais. Para melhor comparar os resultados obtidos, temos acima uma tabela com as estatísticas de medida de posição e dispersão. Para cada um dos itens o respondente poderia marcar entre 0 e 10 o valor que ele atribuía a determinado item, sendo que 0 significava o valor mais baixo, e 10, o valor mais alto.

No que se refere à avaliação da qualidade dos professores a avaliação variou de 1 a 10 pontos. A média girou em torno dos 7,7 pontos, e o valor mais atribuído foi 8. O desvio-padrão de 1,56 nos mostra a baixa variabilidade no resultado avaliativo em relação à qualidade dos professores.

Em relação às instalações, a avaliação foi um pouco pior. A média das notas atribuídas foi de 6,03, e a moda 7 com desvio-padrão de 2,041. Dentre todas as avaliações, a mais positiva diz respeito ao renome e ao prestígio da marca UFMG. Os respondentes atribuíram nota média de 9,2, sendo que o valor mais atribuído foi 10 com um desvio muito pequeno de 1,186.

A avaliação dos programas de pós-graduação e dos programas de pesquisa foi também positiva. O primeiro obteve nota média 8,24, enquanto o segundo, 7,97. Em relação à moda, os valores foram 8 para ambas. A diferença ficou no valor dos desvios, 1,532 e 1,609, respectivamente.

Os programas de publicação de livros e revistas para alunos e professores seguiram a mesma tendência positiva. Os valores da média, moda e desvio-padrão foram: 6,92; 8 e 2,067, respectivamente. Valores quase iguais aos da avaliação sobre os investimentos nos campos de arte e cultura. A média foi 6,92, a moda 7, e o desvio, 2,097.

Ainda foram avaliadas questões sobre ética e política e questões sobre o meio ambiente. A primeira teve uma avaliação pior em relação à segunda. A média de avaliação das políticas da Universidade sobre os temas de ética e

política foi de 6,72, com a moda de 7 e o desvio-padrão de 2,35. Já a média de avaliação dada à atenção aos problemas relacionados ao meio ambiente obteve média 7,02, moda 7 e desvio-padrão de 2,27.

No Apêndice 1 se encontram os gráficos com as distribuições de cada uma dessas avaliações.

Outra preocupação da Comissão de Avaliação Institucional foi captar quais dos projetos, instituições e espaços da UFMG são conhecidos pelo grande público. De forma geral, podemos dizer que todas as iniciativas da UFMG têm, minimamente, alcance junto ao grande público. As menos conhecidas são o CECOR (68,8% não conhecem), o DAJ (63% não conhecem) e o Centro de Musicalização Infantil. Os mais conhecidos são o Hospital das Clínicas (95,1% conhecem) e o Projeto Manuelzão (91% conhecem).

Você conhece o Coral Ars Nova?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	300	41,7	41,7	41,7
	Não	419	58,3	58,3	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

Você conhece o Teste do Pezinho?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	310	43,1	43,1	43,3
	Não	408	56,7	56,7	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

Você conhece o Projeto Manuelzão?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	648	90,1	90,1	90,1
	Não	71	9,9	9,9	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

Você conhece o Museu de História Natural?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	592	82,3	82,3	82,3
	Não	127	17,7	17,7	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

Você conhece o Hospital das Clínicas (HC)?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	684	95,1	95,1	95,1
	Não	35	4,9	4,9	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

Você conhece o Festival de Inverno?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	607	84,4	84,4	84,4
	Não	112	15,6	15,6	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

Você conhece o Centro de Conservação e Restauração (CECOR)?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	224	31,2	31,2	31,2
	Não	495	68,8	68,8	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

Você conhece o Hospital Veterinário?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	539	75,0	75,0	75,1
	Não	179	24,9	24,9	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

Você conhece os cursos de línguas estrangeiras?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	638	88,7	88,7	88,7
	Não	81	11,3	11,3	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

Você conhece a TV Universitária?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	506	70,4	70,4	70,4
	Não	213	29,6	29,6	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

Você conhece o Departamento de Assistência Judiciária (DAJ) da Faculdade de Direito?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	266	37,0	37,0	37,0
	Não	453	63,0	63,0	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

Você conhece o Centro Cultural UFMG?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	525	73,0	73,0	73,0
	Não	194	27,0	27,0	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

Você conhece o Conservatório UFMG?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	605	84,1	84,1	84,1
	Não	114	15,9	15,9	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

Você conhece o Museu de Ciências Morfológicas?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	419	58,3	58,3	58,3
	Não	300	41,7	41,7	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

Você conhece a UFMG Jovem?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	397	55,2	55,2	55,2
	Não	322	44,8	44,8	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

Você conhece o Centro de Musicalização Infantil?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	161	22,4	22,4	22,4
	Não	558	77,6	77,6	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

Você conhece a Rádio UFMG?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	508	70,7	70,7	70,7
	Não	211	29,3	29,3	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

Você conhece a Mostra das Profissões?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	612	85,1	85,1	85,1
	Não	107	14,9	14,9	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

Você conhece os Internatos Rurais da Área de Saúde?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	336	46,7	46,7	46,7
	Não	383	53,3	53,3	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

Você conhece o Carro-Biblioteca?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	320	44,5	44,5	52,4
	Não	342	47,6	47,6	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

Na parte final do questionário a UFMG é avaliada novamente de forma geral. 90% dos respondentes disseram que a UFMG é uma boa Universidade, sendo que 9% disseram que é uma Universidade regular, e 0,7% dizem que é uma Universidade fraca.

Como você avalia a UFMG, de modo geral?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	É uma boa Universidade	647	90,0	90,0	90,0
	É uma Universidade regular	65	9,0	9,0	99,0
	É uma Universidade fraca	5	,7	,7	99,7
	Não tenho conhecimento suficiente para avaliar	2	,3	,3	100,0
	Total	719	100,0	100,0	

Os grupos de indivíduos e suas opiniões

Nesta etapa do trabalho nosso objetivo foi colocar frente a frente os diversos grupos de indivíduos que conseguimos retirar do questionário on-line. Como se tratava de uma ferramenta que tem condições suficientes para captar padrões diferentes de grupos, sejam eles parecidos ou não, resolvemos comparar as respostas por sexo, escolaridade e relação com a UFMG. Desta forma, pretendemos observar quais são as principais diferenças e semelhanças entre as opiniões expostas neste trabalho. Para efeito de apresentação, estão dispostas, a seguir, apenas as tabelas cujo conteúdo nos trouxe algum incremento analítico interessante.

Começamos então a comparar as principais respostas comparativas em relação ao sexo. Como mostra a Tabela Q9A, há diferença significativa entre homens e mulheres no que se refere ao conhecimento do projeto Coral Ars Nova. As mulheres, como era de se esperar, conhecem muito mais o referido Projeto do que os homens: 50% e 36,7%, respectivamente.

Q9A Você conhece o Coral Ars Nova?

Q11 Sexo:			Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
1 Masculino	Valid	1 Sim	165	36,7	36,7	36,7
		2 Não	284	63,3	63,3	100,0
		Total	449	100,0	100,0	
2 Feminino	Valid	1 Sim	135	50,0	50,0	50,0
		2 Não	135	50,0	50,0	100,0
		Total	270	100,0	100,0	

O mesmo acontece com o Teste do Pezinho que a UFMG oferece. A maioria absoluta de mulheres conhece tal oferta, cerca de 51,9% das entrevistadas, sendo que apenas 37,9% dos homens tomaram conhecimento do Projeto. Mesmo que sejam resultados já esperados, impressiona o fato de que a mulher continua tendo papel fundamental na criação dos filhos dentro das famílias modernas.

Q9B Você conhece o Teste do Pezinho?

Q11 Sexo:			Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
1 Masculino	Valid	1 Sim	170	37,9	37,9	37,9
		2 Não	279	62,1	62,1	100,0
		Total	449	100,0	100,0	
2 Feminino	Valid	0	1	,4	,4	,4
		1 Sim	140	51,9	51,9	52,2
		2 Não	129	47,8	47,8	100,0
Total	270	100,0	100,0			

Quando analisamos outros projetos que parecem-nos ter o mesmo caráter dos dois referidos anteriormente, os resultados são muito parecidos. Mesmo que ambos os sexos não conheçam majoritariamente o Centro de Musicalização Infantil da UFMG, há uma tendência de maior conhecimento do mesmo por parte das mulheres (31,1%), sendo que apenas 17,1% dos homens disseram conhecer o referido Centro. Quando se trata do Carro-Biblioteca, há uma relação inversa entre o sexo do entrevistado e o conhecimento do mesmo. Os homens majoritariamente não conhecem o projeto (cerca de 53,2%), já 51,1% das mulheres disseram conhecê-lo. Observe que, quando comparamos os projetos em questão, temos diferenças nos valores percentuais que indicam predominância feminina no conhecimento de cada projeto quando o assunto é cuidado com os filhos na infância.

Q9P Você conhece o Centro de Musicalização Infantil?

Q11 Sexo:			Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
1 Masculino	Valid	1 Sim	77	17,1	17,1	17,1
		2 Não	372	82,9	82,9	100,0
		Total	449	100,0	100,0	
2 Feminino	Valid	1 Sim	84	31,1	31,1	31,1
		2 Não	186	68,9	68,9	100,0
		Total	270	100,0	100,0	

Q9T Você conhece o Carro-Biblioteca?

Q11 Sexo:			Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
1 Masculino	Valid	0	28	6,2	6,2	6,2
		1 Sim	182	40,5	40,5	46,8
		2 Não	239	53,2	53,2	100,0
		Total	449	100,0	100,0	
2 Feminino	Valid	0	29	10,7	10,7	10,7
		1 Sim	138	51,1	51,1	61,9
		2 Não	103	38,1	38,1	100,0
		Total	270	100,0	100,0	

Deixando o caso do sexo de lado, passamos a analisar o efeito da relação do entrevistado com a UFMG e suas opiniões. Analisando primeiramente a opinião dos entrevistados sobre um dos papéis da Universidade, o de contribuir para os objetivos estratégicos de desenvolvimento do país, observamos que a importância atribuída a tal objetivo é crescente quando se analisa o tempo relativo em que um determinado indivíduo passa na Universidade. Para 56,5% dos alunos tal objetivo é muito importante, já para ex-alunos o percentual sobe para 66,7%, e fica ainda maior quando se trata dos professores e ex-professores, quando o valor vai para cerca de 75%.

Q1A A universidade pública deve contribuir para os objetivos estratégicos de desenvolvimento do país?

Q13 Qual a sua relação com a UFMG? (Se houve mais de um tipo de vínculo, marque o último ou o que você considera ter sido o mais significativo)			Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
1 Aluno	Valid	0 Nenhuma importância	4	,9	,9	,9
		1 Pouca importância	10	2,1	2,2	3,0
		2 Alguma importância	58	12,4	12,5	15,5
		3 Importante	130	27,8	28,0	43,5
		4 Muito importante	262	56,0	56,5	100,0
	Total	464	99,1	100,0		
	Missing	6 Missing	4	,9		
		Total	468	100,0		
2 Ex-aluno	Valid	1 Pouca importância	2	3,3	3,3	3,3
		2 Alguma importância	5	8,3	8,3	11,7
		3 Importante	13	21,7	21,7	33,3
		4 Muito importante	40	66,7	66,7	100,0
	Total	60	100,0	100,0		
3 Professor	Valid	1 Pouca importância	2	2,9	2,9	2,9
		2 Alguma importância	5	7,4	7,4	10,3
		3 Importante	9	13,2	13,2	23,5
	4 Muito importante	52	76,5	76,5	100,0	
Total	68	100,0	100,0			
4 Ex-professor	Valid	3 Importante	1	25,0	25,0	25,0
		4 Muito importante	3	75,0	75,0	100,0
	Total	4	100,0	100,0		
5 Funcionário	Valid	1 Pouca importância	2	2,9	3,0	3,0
		2 Alguma importância	3	4,3	4,5	7,6
		3 Importante	22	31,9	33,3	40,9
		4 Muito importante	39	56,5	59,1	100,0
	Total	66	95,7	100,0		
	Missing	6 Missing	3	4,3		
		Total	69	100,0		
7 Não tenho/ tive vínculo formal com a UFMG	Valid	2 Alguma importância	3	6,0	6,3	6,3
		3 Importante	18	36,0	37,5	43,8
		4 Muito importante	27	54,0	56,3	100,0
		Total	48	96,0	100,0	
		Missing	6 Missing	2	4,0	
		Total	50	100,0		

Quando comparamos os grupos de entrevistados em relação à sua opinião sobre a principal vantagem da UFMG em relação às universidades privadas temos um dado interessante. Apenas os entrevistados que não têm nenhum vínculo com a UFMG e que responderam ao questionário on-line concordam com a assertiva de que a principal vantagem da UFMG sobre as Universidades privadas é a gratuidade do ensino. Os demais respondentes são enfáticos (pelos percentuais demonstrados) em discordar de tal dado.

Q7C A principal vantagem da UFMG sobre as universidades privadas é a gratuidade do ensino?

Q13 Qual a sua relação com a UFMG? (Se houve mais de um tipo de vínculo, marque o último ou o que você considera ter sido o mais significativo)			Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
1 Aluno	Valid	1 Concordo	133	28,4	28,5	28,5
		2 Discordo	333	71,2	71,5	100,0
	Total		466	99,6	100,0	
	Missing	3 Sem base para opinar	2	,4		
		Total		468	100,0	
2 Ex-aluno	Valid	1 Concordo	21	35,0	35,0	35,0
		2 Discordo	39	65,0	65,0	100,0
	Total		60	100,0	100,0	
3 Professor	Valid	1 Concordo	8	11,8	11,9	11,9
		2 Discordo	59	86,8	88,1	100,0
	Total		67	98,5	100,0	
	Missing	3 Sem base para opinar	1	1,5		
		Total		68	100,0	
4 Ex-professor	Valid	2 Discordo	4	100,0	100,0	100,0
5 Funcionário	Valid	1 Concordo	32	46,4	47,8	47,8
		2 Discordo	35	50,7	52,2	100,0
	Total		67	97,1	100,0	
	Missing	3 Sem base para opinar	2	2,9		
		Total		69	100,0	
7 Não tenho/tive vínculo formal com a UFMG	Valid	1 Concordo	25	50,0	52,1	52,1
		2 Discordo	23	46,0	47,9	100,0
	Total		48	96,0	100,0	
	Missing	3 Sem base para opinar	2	4,0		
		Total		50	100,0	

Outra avaliação interessante, quando tratamos de avaliar pontos negativos e positivos da Universidade Federal de Minas Gerais, é em relação à idéia de que haveria privilégios para os alunos de escolas privadas em detrimento dos alunos oriundos de escolas públicas. Quando comparamos tal opinião com os diferentes grupos em questão, temos os alunos, ex-alunos, professores e ex-professores discordando da assertiva: 71,5%, 74,6%, 63,2% e 75%, respectivamente. E temos o outro grupo formado por funcionários e entrevistados sem nenhum vínculo com a UFMG que concorda com a referida frase: 55,9% e 73,9%, respectivamente. Nota-se que há uma diferença gritante entre aqueles que avaliam a Universidade sob a ótica de um co-participante e aqueles que avaliam a tipificação ideal da mesma, ou seja, o olhar de quem está de fora.

Q7D Um aspecto negativo da UFMG é ter exame vestibular que favorece principalmente alunos que fizeram o ensino médio (segundo grau) em colégios particulares.

Q13 Qual a sua relação com a UFMG? (Se houve mais de um tipo de vínculo, marque o último ou o que você considera ter sido o mais significativo)			Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
1 Aluno	Valid	1 Concordo	133	28,4	28,5	28,5
		2 Discordo	334	71,4	71,5	100,0
		Total	467	99,8	100,0	
	Missing	3 Sem base para opinar	1	,2		
		Total	468	100,0		
2 Ex-aluno	Valid	1 Concordo	15	25,0	25,4	25,4
		2 Discordo	44	73,3	74,6	100,0
		Total	59	98,3	100,0	
	Missing	3 Sem base para opinar	1	1,7		
		Total	60	100,0		
3 Professor	Valid	1 Concordo	25	36,8	36,8	36,8
		2 Discordo	43	63,2	63,2	100,0
		Total	68	100,0	100,0	
4 Ex-professor	Valid	1 Concordo	1	25,0	25,0	25,0
		2 Discordo	3	75,0	75,0	100,0
		Total	4	100,0	100,0	
5 Funcionário	Valid	1 Concordo	38	55,1	55,9	55,9
		2 Discordo	30	43,5	44,1	100,0
		Total	68	98,6	100,0	
	Missing	3 Sem base para opinar	1	1,4		
		Total	69	100,0		
7 Não tenho/tive vínculo formal com a UFMG	Valid	1 Concordo	36	72,0	73,5	73,5
		2 Discordo	13	26,0	26,5	100,0
		Total	49	98,0	100,0	
	Missing	3 Sem base para opinar	1	2,0		
		Total	50	100,0		

Também tivemos a preocupação de avaliar qual a relação entre o vínculo com a UFMG e o conhecimento dos diversos projetos que aqui são desenvolvidos. As quatro próximas tabelas que dizem respeito ao Teste do Pezinho, ao CECOR, ao DAJ e ao Centro de Musicalização Infantil, mostram que os alunos, de maneira geral, não conhecem tais projetos já que apresentaram um percentual próximo dos 70% de não conhecimento entre tal grupo. No entanto, a maioria dos professores e ex-professores conhecem os referidos projetos já que em média as respostas variaram também em torno dos 60%.

Q9B Você conhece o Teste do Pezinho?

Q13 Qual a sua relação com a UFMG? (Se houve mais de um tipo de vínculo, marque o último ou o que você considera ter sido o mais significativo)			Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
1 Aluno	Valid	1 Sim	172	36,8	36,8	36,8
		2 Não	296	63,2	63,2	100,0
		Total	468	100,0	100,0	
2 Ex-aluno	Valid	1 Sim	22	36,7	36,7	36,7
		2 Não	38	63,3	63,3	100,0
		Total	60	100,0	100,0	
3 Professor	Valid	1 Sim	43	63,2	63,2	63,2
		2 Não	25	36,8	36,8	100,0
		Total	68	100,0	100,0	
4 Ex-professor	Valid	1 Sim	4	100,0	100,0	100,0
5 Funcionário	Valid	0	1	1,4	1,4	1,4
		1 Sim	46	66,7	66,7	68,1
		2 Não	22	31,9	31,9	100,0
Total	69	100,0	100,0			
7 Não tenho/tive vínculo formal com a UFMG	Valid	1 Sim	23	46,0	46,0	46,0
		2 Não	27	54,0	54,0	100,0
		Total	50	100,0	100,0	

Q9G Você conhece o Centro de Conservação e Restauração (CECOR)?

Q13 Qual a sua relação com a UFMG? (Se houve mais de um tipo de vínculo, marque o último ou o que você considera ter sido o mais significativo)			Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
1 Aluno	Valid	1 Sim	104	22,2	22,2	22,2
		2 Não	364	77,8	77,8	100,0
		Total	468	100,0	100,0	
2 Ex-aluno	Valid	1 Sim	24	40,0	40,0	40,0
		2 Não	36	60,0	60,0	100,0
		Total	60	100,0	100,0	
3 Professor	Valid	1 Sim	44	64,7	64,7	64,7
		2 Não	24	35,3	35,3	100,0
		Total	68	100,0	100,0	
4 Ex-professor	Valid	1 Sim	4	100,0	100,0	100,0
5 Funcionário	Valid	1 Sim	41	59,4	59,4	59,4
		2 Não	28	40,6	40,6	100,0
		Total	69	100,0	100,0	
7 Não tenho/tive vínculo formal com a UFMG	Valid	1 Sim	7	14,0	14,0	14,0
		2 Não	43	86,0	86,0	100,0
		Total	50	100,0	100,0	

Q9K Você conhece o Departamento de Assistência Judiciária (DAJ) da Faculdade de Direito?

Q13 Qual a sua relação com a UFMG? (Se houve mais de um tipo de vínculo, marque o último ou o que você considera ter sido o mais significativo)			Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
1 Aluno	Valid	1 Sim	149	31,8	31,8	31,8
		2 Não	319	68,2	68,2	100,0
		Total	468	100,0	100,0	
2 Ex-aluno	Valid	1 Sim	30	50,0	50,0	50,0
		2 Não	30	50,0	50,0	100,0
		Total	60	100,0	100,0	
3 Professor	Valid	1 Sim	37	54,4	54,4	54,4
		2 Não	31	45,6	45,6	100,0
		Total	68	100,0	100,0	
4 Ex-professor	Valid	1 Sim	3	75,0	75,0	75,0
		2 Não	1	25,0	25,0	100,0
		Total	4	100,0	100,0	
5 Funcionário	Valid	1 Sim	32	46,4	46,4	46,4
		2 Não	37	53,6	53,6	100,0
		Total	69	100,0	100,0	
7 Não tenho/tive vínculo formal com a UFMG	Valid	1 Sim	15	30,0	30,0	30,0
		2 Não	35	70,0	70,0	100,0
		Total	50	100,0	100,0	

Q9P Você conhece o Centro de Musicalização Infantil?

Q13 Qual a sua relação com a UFMG? (Se houve mais de um tipo de vínculo, marque o último ou o que você considera ter sido o mais significativo)			Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
1 Aluno	Valid	1 Sim	67	14,3	14,3	14,3
		2 Não	401	85,7	85,7	100,0
		Total	468	100,0	100,0	
2 Ex-aluno	Valid	1 Sim	12	20,0	20,0	20,0
		2 Não	48	80,0	80,0	100,0
		Total	60	100,0	100,0	
3 Professor	Valid	1 Sim	35	51,5	51,5	51,5
		2 Não	33	48,5	48,5	100,0
		Total	68	100,0	100,0	
4 Ex-professor	Valid	1 Sim	3	75,0	75,0	75,0
		2 Não	1	25,0	25,0	100,0
		Total	4	100,0	100,0	
5 Funcionário	Valid	1 Sim	38	55,1	55,1	55,1
		2 Não	31	44,9	44,9	100,0
		Total	69	100,0	100,0	
7 Não tenho/tive vínculo formal com a UFMG	Valid	1 Sim	6	12,0	12,0	12,0
		2 Não	44	88,0	88,0	100,0
		Total	50	100,0	100,0	

Na contramão dos dados apresentados anteriormente, temos a tabela seguinte, que nos mostra o conhecimento sobre o Museu de Ciências Morfológicas da UFMG. Nesta tabela, diferentemente do que havíamos encontrado anteriormente, os alunos são os que mais conhecem tal projeto, cerca de 67,7%. O percentual de professores, por exemplo, que conhecem o referido Museu, gira em torno dos 48,5%, muito mais baixo em relação aos outros projetos.

Q9N Você conhece o Museu de Ciências Morfológicas?

Q13 Qual a sua relação com a UFMG? (Se houve mais de um tipo de vínculo, marque o último ou o que você considera ter sido o mais significativo)			Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
1 Aluno	Valid	1 Sim	303	64,7	64,7	64,7
		2 Não	165	35,3	35,3	100,0
		Total	468	100,0	100,0	
2 Ex-aluno	Valid	1 Sim	30	50,0	50,0	50,0
		2 Não	30	50,0	50,0	100,0
		Total	60	100,0	100,0	
3 Professor	Valid	1 Sim	33	48,5	48,5	48,5
		2 Não	35	51,5	51,5	100,0
		Total	68	100,0	100,0	
4 Ex-professor	Valid	1 Sim	2	50,0	50,0	50,0
		2 Não	2	50,0	50,0	100,0
		Total	4	100,0	100,0	
5 Funcionário	Valid	1 Sim	38	55,1	55,1	55,1
		2 Não	31	44,9	44,9	100,0
		Total	69	100,0	100,0	
7 Não tenho/tive vínculo formal com a UFMG	Valid	1 Sim	13	26,0	26,0	26,0
		2 Não	37	74,0	74,0	100,0
		Total	50	100,0	100,0	

Também controlamos nossas respostas pela variável cor ou raça. A tabela a seguir é muito significativa pois demonstra a diferença entre a opinião de pretos e não pretos sob o tema do favorecimento de estudantes de escolas privadas na hora do vestibular da UFMG. O que a tabela nos mostra é uma “divisão” séria nas opiniões dos diferentes grupos. Enquanto brancos, pardos, amarelos e indígenas discordam totalmente de tal assertiva (69,3%, 61,9%, 85,7% e 66,7%, respectivamente), os pretos concordam veementemente com a mesma (62,5%). Fica evidente a alta correlação entre as variáveis “raça” e “onde estuda”, ou seja, em sua maioria, os estudantes de escola pública são negros, o que provavelmente está por detrás de tal resultado.

Q7D Um aspecto negativo da UFMG é ter exame vestibular que favorece principalmente alunos que fizeram o ensino médio (segundo grau) em colégios particulares.

Q15 Utilizando a lista abaixo, informe: qual a sua raça ou cor?			Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
1 Branco	Valid	1 Concordo	142	30,5	30,7	30,7
		2 Discordo	321	69,0	69,3	100,0
		Total	463	99,6	100,0	
	Missing	3 Sem base para opinar	2	,4		
		Total	465	100,0		
2 Preto	Valid	1 Concordo	30	61,2	62,5	62,5
		2 Discordo	18	36,7	37,5	100,0
		Total	48	98,0	100,0	
	Missing	3 Sem base para opinar	1	2,0		
		Total	49	100,0		
3 Pardo	Valid	1 Concordo	74	37,9	38,1	38,1
		2 Discordo	120	61,5	61,9	100,0
		Total	194	99,5	100,0	
	Missing	3 Sem base para opinar	1	,5		
		Total	195	100,0		
4 Amarelo	Valid	1 Concordo	1	14,3	14,3	14,3
		2 Discordo	6	85,7	85,7	100,0
		Total	7	100,0	100,0	
5 Indígena	Valid	1 Concordo	1	33,3	33,3	33,3
		2 Discordo	2	66,7	66,7	100,0
		Total	3	100,0	100,0	

Por fim, vale mencionar a tabela que cruza raça com a pergunta sobre cotas para negros e índios em universidades. O surpreendente dado, já anteriormente apresentado, é que a maioria dos entrevistados é contra a instituição de um sistema de cotas para admissão de candidatos negros e índios no vestibular. Mais do que isso, é o dado de que até os negros, em sua maioria, são contra a referida política (mesmo que o maior percentual daqueles que são a favor das cotas estejam alocados neste grupo - 42,6%).

Q7L A UFMG deveria instituir um sistema de cotas para a admissão de candidatos negros e índios no vestibular.

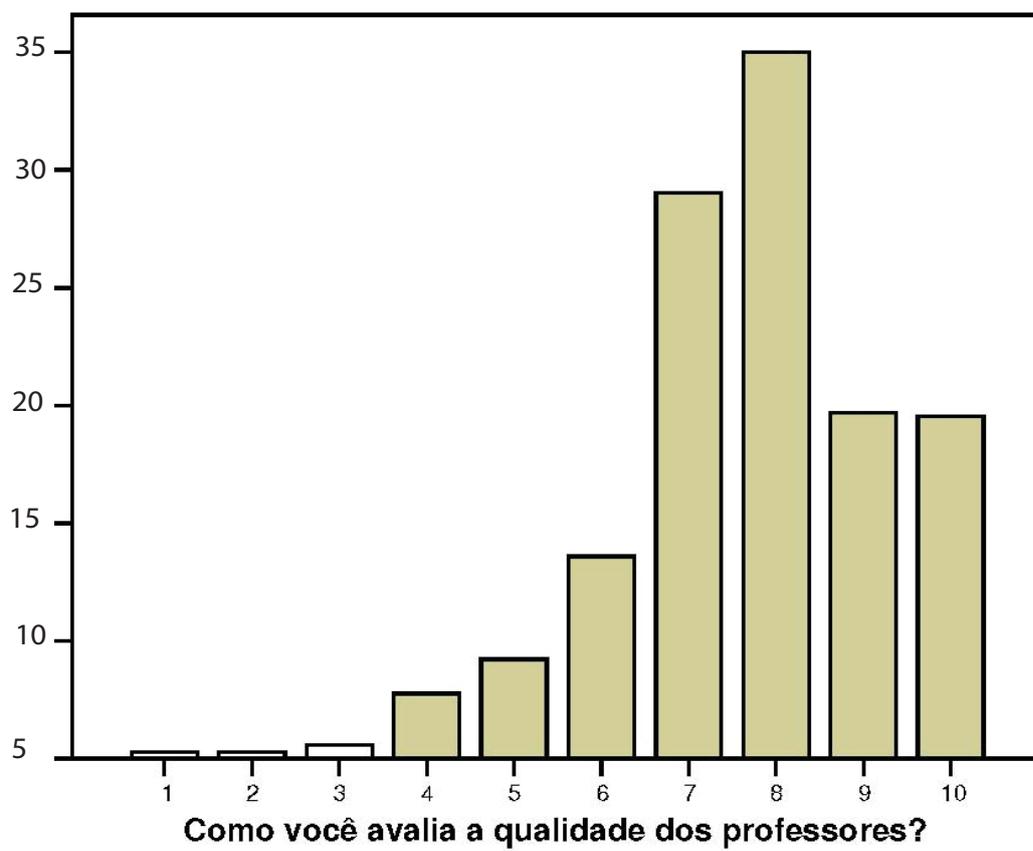
Q15 Utilizando a lista abaixo, informe: qual a sua raça ou cor?			Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
1 Branco	Valid	1 Concordo	67	14,4	14,8	14,8
		2 Discordo	386	83,0	85,2	100,0
		Total	453	97,4	100,0	
	Missing	3 Sem base para opinar	12	2,6		
Total			465	100,0		
2 Preto	Valid	1 Concordo	20	40,8	42,6	42,6
		2 Discordo	27	55,1	57,4	100,0
		Total	47	95,9	100,0	
	Missing	3 Sem base para opinar	2	4,1		
Total			49	100,0		
3 Pardo	Valid	1 Concordo	31	15,9	16,3	16,3
		2 Discordo	159	81,5	83,7	100,0
		Total	190	97,4	100,0	
	Missing	3 Sem base para opinar	5	2,6		
Total			195	100,0		
4 Amarelo	Valid	2 Discordo	7	100,0	100,0	100,0
5 Indígena	Valid	1 Concordo	1	33,3	33,3	33,3
		2 Discordo	2	66,7	66,7	100,0
	Total			3	100,0	100,0

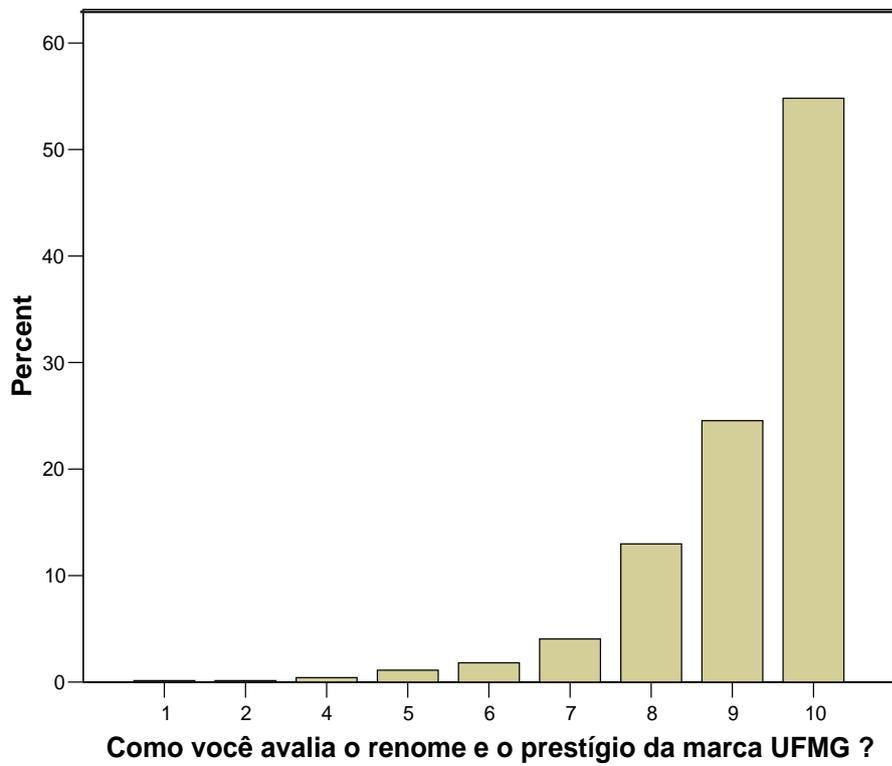
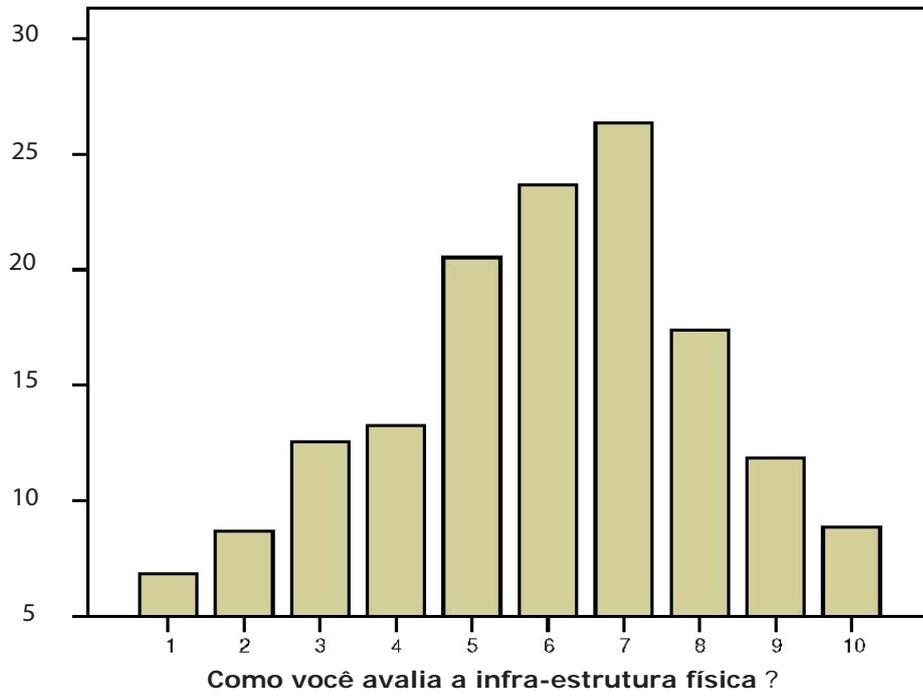
Como dito no início, estas são as tabelas que apresentaram os resultados mais significativos e que apresentaram padrões diferentes por grupos de indivíduos.

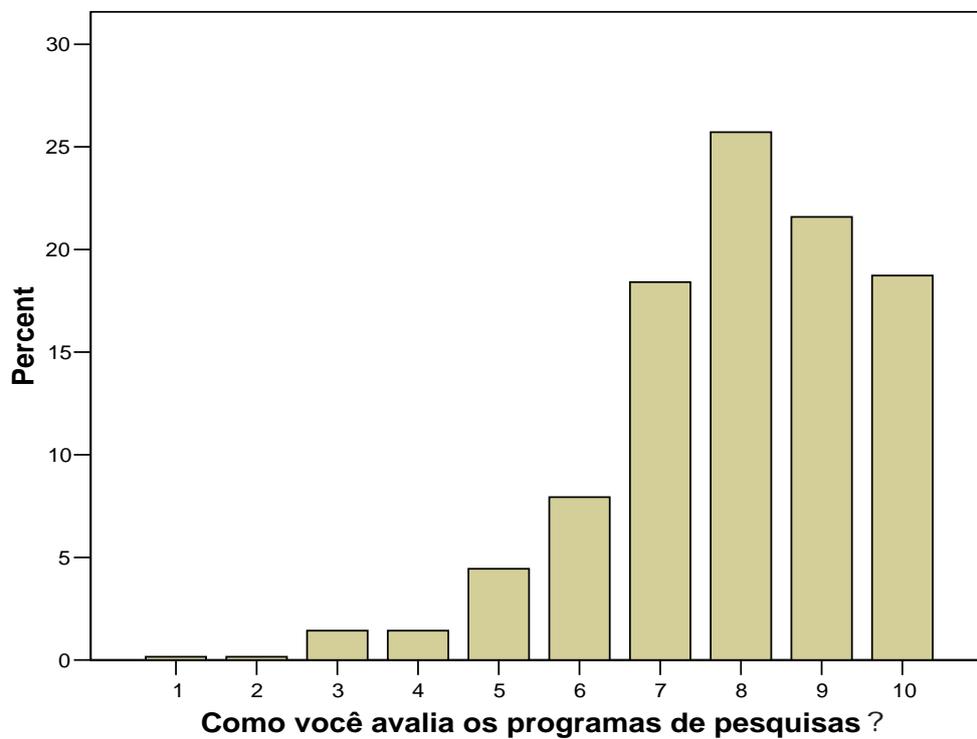
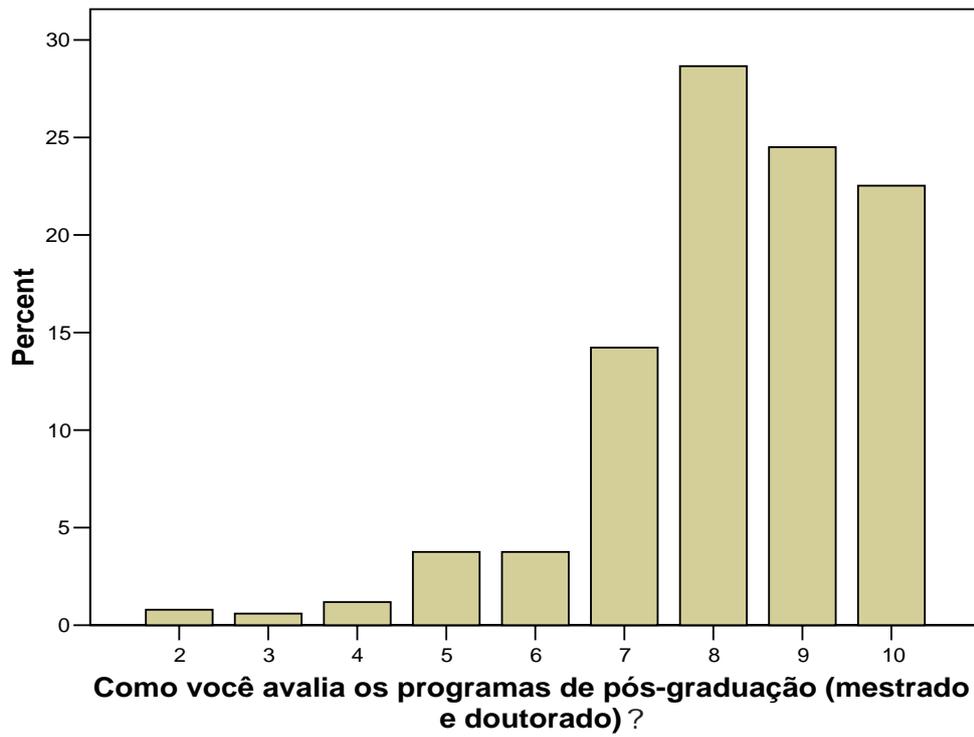
Apêndice 1 - Gráficos de distribuição de frequências das respostas sobre alguns aspectos relativos à UFMG

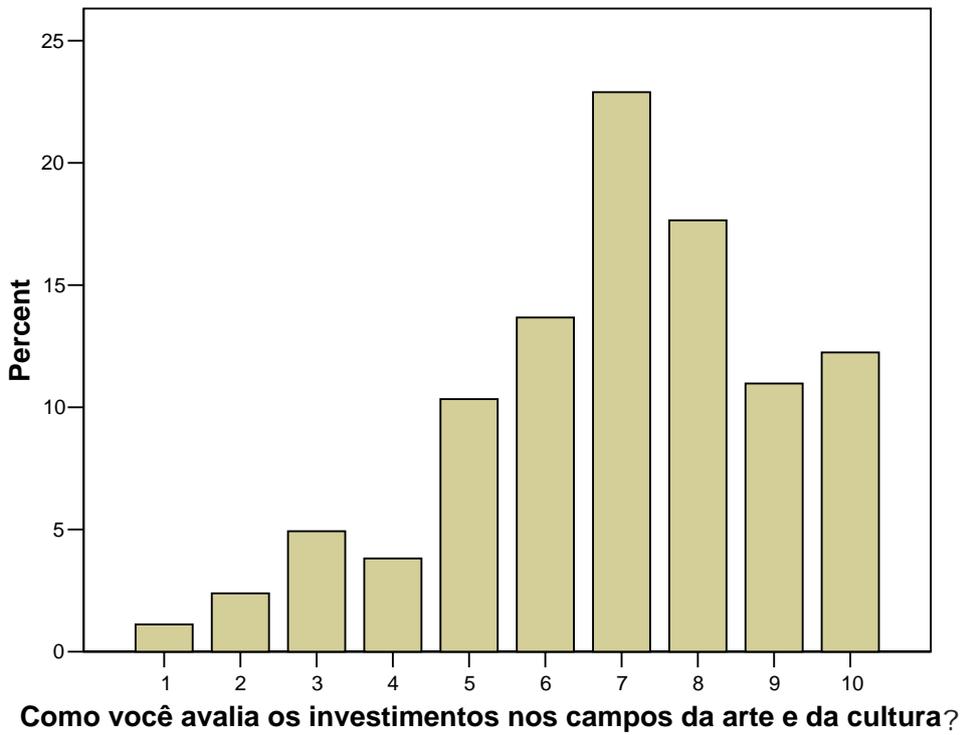
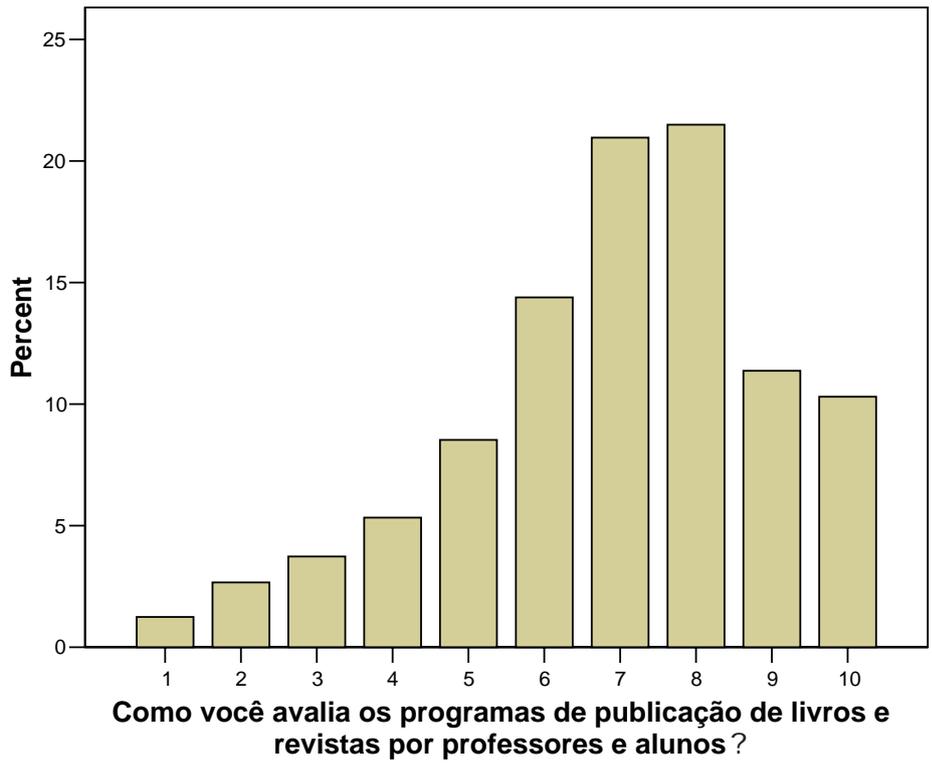
Os gráficos seguintes apresentam a avaliação, expressa em gráficos, de alguns aspectos da Universidade. A distribuição destas frequências nos mostra se a avaliação tendeu a ser mais positiva ou negativa. Se o gráfico de barras verticais estiver mais alto quando próximo do 10, temos um número maior de indivíduos avaliando positivamente. O contrário nos dá a avaliação negativa.

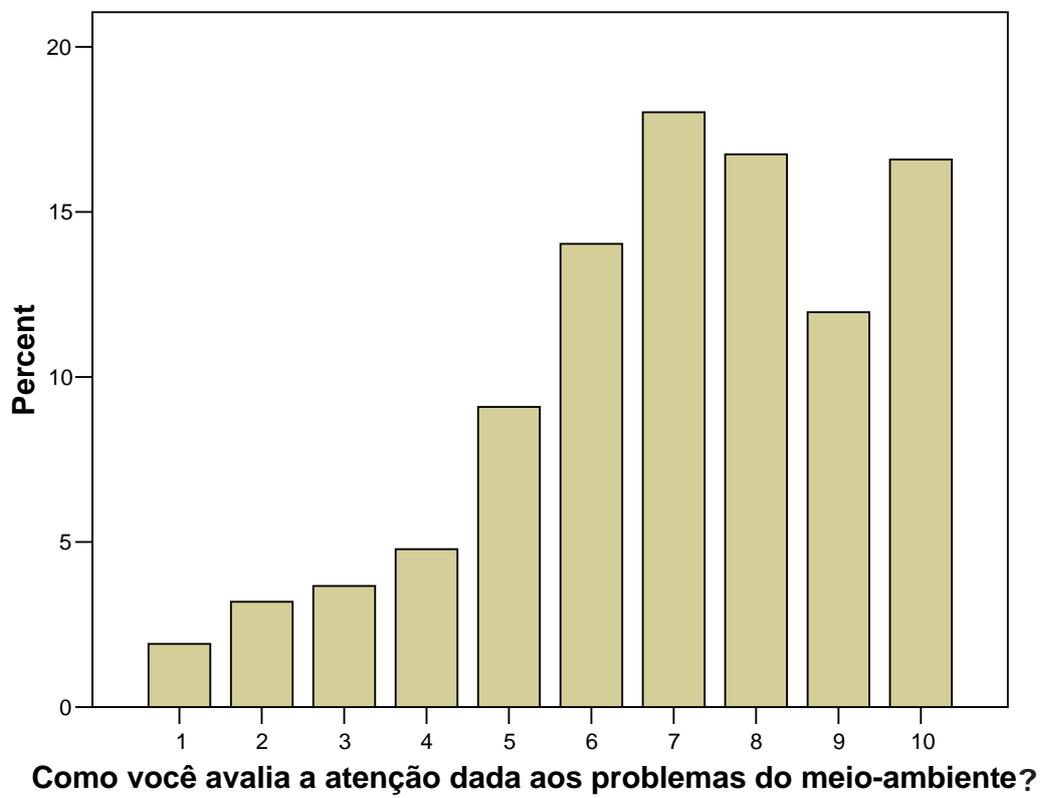
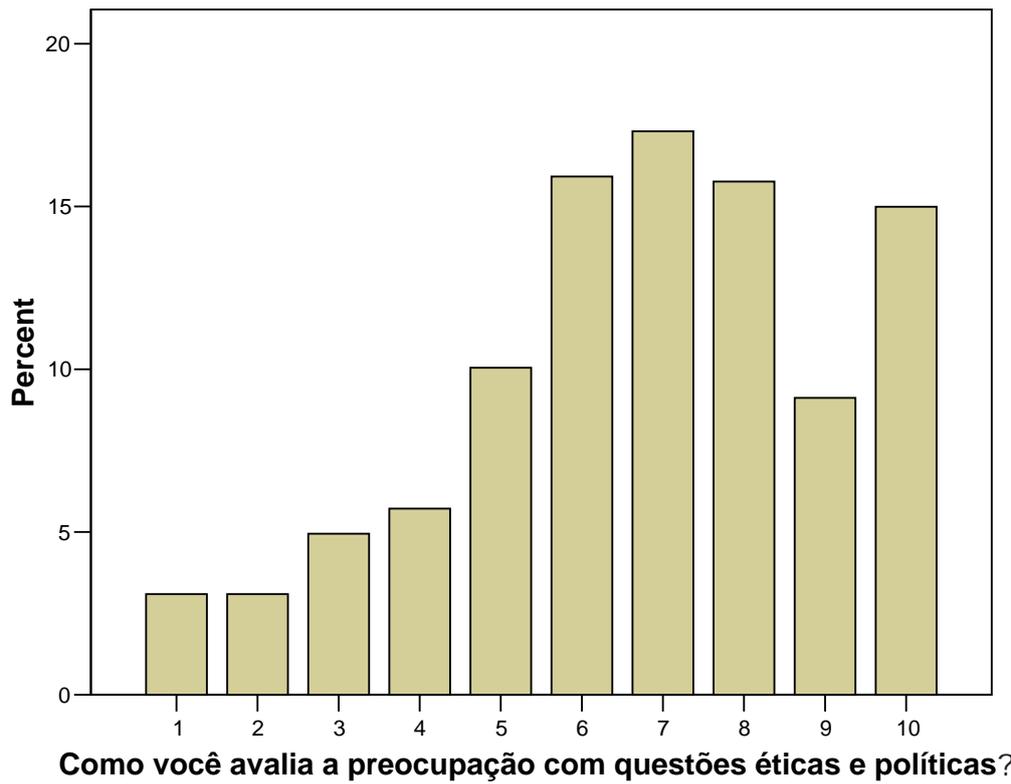
Como pode-se observar a seguir, todos os quesitos são avaliados positivamente pelos entrevistados, sendo que o nome e o prestígio da UFMG são os melhor avaliados.











Apêndice 2 - Questionário disponibilizado na internet

Questionário UFMG

A Universidade Federal de Minas Gerais, preocupada com o permanente aperfeiçoamento do seu desempenho, está realizando um processo de avaliação de sua atuação. Para tanto, é importante não só reunir dados e informações sobre essa Universidade como, também, conhecer a opinião das pessoas sobre o trabalho que ela realiza. O questionário a seguir aborda diversos aspectos da atuação da UFMG, sobre os quais pedimos sua opinião. Os resultados desta pesquisa receberão apenas um tratamento estatístico, preservando-se o anonimato daqueles que se dispuseram a colaborar. Para responder às perguntas basta clicar na alternativa de sua escolha. Ao final do questionário você deverá confirmar que terminou de responder a todas as questões. A UFMG agradece a sua colaboração.

[Clique no botão abaixo para responder ao questionário.](#)

Qual a sua opinião sobre a UFMG?

1. Com relação às três afirmações abaixo, sobre a Universidade pública brasileira, gostaríamos que você opinasse sobre sua importância, atribuindo a cada afirmativa um valor entre 0 (nenhuma importância) e 4 (muita importância). (Procure atribuir valores distintos para cada opção. Caso considere que duas ou mais opções têm a mesma importância, você poderá atribuir valores iguais)

A universidade pública deve contribuir:

	0	1	2	3	4	Sem base para opinar
1a. Para os objetivos estratégicos de desenvolvimento do país.	<input type="checkbox"/>					
1b. Para o progresso da ciência e do saber.	<input type="checkbox"/>					
1c. Para o aperfeiçoamento da democracia e da cidadania.	<input type="checkbox"/>					

2. Observa-se hoje grande expansão da rede particular de ensino superior, sobretudo na área da formação profissional dos alunos. Isto tem provocado discussões sobre redefinições do papel da universidade pública no Brasil. Levando isso em conta, gostaríamos que você atribuisse a cada afirmativa abaixo um valor entre 0 (nenhuma importância) e 4 (muita importância)

	0	1	2	3	4	Sem base para opinar
2a. O papel da universidade pública é oferecer ensino de graduação ao maior número de pessoas.	<input type="checkbox"/>					
2b. O papel da universidade pública é formar pesquisadores para a produção de conhecimento científico.	<input type="checkbox"/>					
2c. O papel da universidade pública é formar professores de qualidade para todo o sistema educacional brasileiro.	<input type="checkbox"/>					

3. **Se você for comparar a UFMG com outras universidades públicas do país, diria que ela:**

(Marque apenas uma opção.)

- 3a. É a melhor universidade pública do país.
- 3b. Está entre as 5 (cinco) melhores universidades públicas do país.
- 3c. Está entre as 10 (dez) melhores universidades públicas do país.
- 3d. Está abaixo das 10 (dez) melhores universidades públicas do país.
- 3e. Não tenho conhecimento suficiente para avaliar.

4. **Se você for comparar a UFMG com as universidades privadas do país, você diria que:**

(Marque apenas uma opção.)

- 4a. A UFMG é melhor do que a maioria das universidades privadas.
- 4b. A UFMG não é melhor nem pior do que as universidades privadas.
- 4c. A UFMG é pior do que a maioria das universidades privadas.
- 4d. Não tenho conhecimento suficiente para avaliar.

5. Agora gostaríamos que você avaliasse, de modo geral, a qualidade de ensino da UFMG.

Como você avalia o ensino de graduação da UFMG?

(Marque apenas uma opção.)

- 5a. Muito bom.
- 5b. Bom.
- 5c. Ruim.
- 5d. Péssimo.
- 5e. Não tenho conhecimento suficiente para avaliar.

6. **E o ensino de pós-graduação da UFMG (doutorado, mestrado, especialização)?**

(Marque apenas uma opção.)

- 6a. Muito bom.
- 6b. Bom.
- 6c. Ruim.
- 6d. Péssimo.
- 6e. Não tenho conhecimento suficiente para avaliar.

7. As opiniões sobre os méritos e os defeitos da UFMG são variadas. Algumas pessoas acham que ela tem mais qualidades do que defeitos, e outras pensam o contrário.

Você concorda ou discorda das seguintes afirmações?

(Marque a resposta que se aplica.)

	Concordo	Discordo	Sem base para opinar
7a. A UFMG forma bons profissionais para o mercado de trabalho.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7b. Um dos problemas da UFMG é a falta de organização e a lentidão do atendimento administrativo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7c. A principal vantagem da UFMG sobre as universidades privadas é a gratuidade do ensino.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7d. Um aspecto negativo da UFMG é ter exame vestibular que favorece principalmente alunos que fizeram o ensino médio (segundo grau) em colégios particulares.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7e. As pesquisas feitas pelos professores e alunos da UFMG contribuem significativamente para o desenvolvimento e o progresso do país.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7f. Um problema que prejudica o desempenho da UFMG é ter greves freqüentes de professores e funcionários.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7g. A maioria das pesquisas feitas na UFMG produz conhecimentos aplicados que podem ser utilizados por empresas e comunidades.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7h. A UFMG deveria ter maior número de cursos noturnos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7i. As atividades de pesquisa da UFMG contribuem para a formação acadêmica e profissional dos alunos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7j. Salas de aula e instalações sujas e mal conservadas são freqüentes na UFMG.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7k. É importante que as pesquisas realizadas no âmbito da UFMG contribuam também para o progresso do conhecimento enquanto tal, independentemente da sua aplicação prática.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7l. A UFMG deveria instituir um sistema de cotas para a admissão de candidatos negros e índios no vestibular.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9.A UFMG mantém diversos programas de extensão e cultura e órgãos destinados ao atendimento das demandas da população de Belo Horizonte e do Estado de Minas Gerais.

Quais deles você conhece?

(Marque aqueles dos quais tem conhecimento).

	Sim	Não
9a. Coral Ars Nova	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9b. Teste do Pezinho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9c. Projeto Manuelzão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9d. Museu de História Natural	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9e. Hospital das Clínicas (HC)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9f. Festival de Inverno	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9g. Centro de Conservação e Restauração (CECOR)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9h. Hospital Veterinário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9i. Cursos de línguas estrangeiras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9j. TV Universitária	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9k. Departamento de Assistência Judiciária (DAJ) da Faculdade de Direito	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9l. Centro Cultural UFMG	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9m. Conservatório UFMG	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9n. Museu de Ciências Morfológicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9o. UFMG Jovem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9p. Centro de Musicalização Infantil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9q. Rádio UFMG	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9r. Mostra das Profissões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9s. Internatos Rurais da Área de Saúde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9t. Carro Biblioteca	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

10. **Como você avalia a UFMG, de modo geral:**

(Marque apenas uma opção.)

- 10a. É uma boa Universidade.
10b. É uma Universidade regular.
10c. É uma Universidade fraca.
10d. Não tenho conhecimento suficiente para avaliar.

Por fim, gostaríamos que você respondesse às questões abaixo que servirão, apenas, para informar sobre o perfil dos participantes desta pesquisa.

(Marque as respostas que se aplicam.)

11. **Sexo:**

(Marque apenas uma opção.)

11. Masculino
11. Feminino

12. **Qual o ano em que você nasceu?**

Ano:

13. **Qual a sua relação com a UFMG?**

(Se houve mais de um tipo de vínculo, marque o último ou o que você considera ter sido o mais significativo)

(Marque apenas uma opção.)

- 13a. Aluno.
13b. Ex-aluno.
13c. Professor.
13d. Ex-professor.
13e. Funcionário.
13f. Ex-funcionário.
13g. Não tenho/tive vínculo formal com a UFMG.

14. **Local de residência:**

(Marque apenas uma opção.)

- 14a. Grande BH
14b. Estado de Minas Gerais
14c. Outro estado
14d. Outro país

15. **Utilizando a lista abaixo, informe: qual a sua raça ou cor?**

(Marque apenas uma opção.)

- 15a. Branco
- 15b. Preto
- 15c. Pardo
- 15c. Amarelo
- 15e. Indígena

16. **Qual a sua escolaridade?**

(Marque apenas uma opção.)

- 16a. Nunca frequentou a escola.
- 16b. Ensino fundamental incompleto.
- 16c. Ensino fundamental completo.
- 16d. Ensino médio incompleto.
- 16e. Ensino médio completo.
- 16f. Ensino superior incompleto.
- 16g. Ensino superior completo.
- 16h. Pós-graduação incompleta.
- 16i. Pós-graduação completa.

17. **Dentre as faixas de renda abaixo, qual a que mais se aproxima da sua renda familiar mensal?**

(Marque apenas uma opção.)

- 17a. Até 2 salários mínimos (até R\$600,00).
- 17b. De 2 a 4 salários mínimos (entre R\$600,00 e R\$1.200,00).
- 17c. De 4 a 6 salários mínimos (entre R\$1.200,00 e R\$1.800,00).
- 17d. De 6 a 8 salários mínimos (entre R\$1.800,00 e R\$2.400,00).
- 17e. De 8 a 10 salários mínimos (entre R\$2.400,00 e R\$3.000,00).
- 17f. De 10 a 12 salários mínimos (entre R\$3.000,00 e R\$3.600,00).
- 17g. De 12 a 14 salários mínimos (entre R\$3.600,00 e R\$4.200,00).
- 17h. Acima de 14 salários mínimos (acima de R\$4.200,00).